



ISSN - 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



Nº 763
JAN/MAR-94

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente	Gen Bda Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Secretário	Cel Art e EM (R1) Luiz Paulo Macedo Carvalho
Diretor-Administrativo	Ten Cel Inf Marco Antônio Cunha
Diretor-Tesoureiro	1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
Conselheiros	Cel Art e EM (Ref) Luiz de Alencar Araripe Cel Prof (R1) Celso José Pires
Conselho Fiscal	Cel Art QEMA Ronaldo José Figueiredo Cardoso Cel Inf QEMA Alberto de Albuquerque Cordeiro Cel Art QEMA Oscar Augusto Teixeira Neto
Suplentes	Cel Art QEMA José Luiz Freitas Ten Cel Eng Paulo de Oliveira Lisboa Ten Cel Art Jair Romão de Souza

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe	Gen Bda Reynaldo Paim Sampaio
Redator-Executivo	Cel Eng e EM (R1) Virgílio da Veiga
Conselho Editorial	Cel Inf QEMA Clóvis Purpur Bandeira Cel Inf e EM (R1) Luiz Henrique Gomes Pires Cel Inf e EM (R1) Hélcio Ribeiro Alves Ten Cel Inf QEMA Ângelo Azevedo Costa Ten Cel Com QEMA Ricardo José do Amaral Caldeira Ten Cel Inf QEMA José Luiz D'Ávila Fernandes Ten Cel Eng QEMA Ismar Ferreira da Costa Filho Ten Cel Com QEMA Gerson Gomes Novo Maj Art QEMA Geraldo Gomes de Matos Filho

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

Assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628; as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

REDAÇÃO

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 22290-270
Tel.: (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205 - FAX (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 253-4628

EDITORACÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duques de Caxias
Praça Duques de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marcílio Dias
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
20.221-260
Tel.: (021) 253-7535

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

UNLIKE Sistemas de Marketing
Rua Sorocaba, 264 - Botafogo
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
22.271-110
Tel.: (021) 266-7898
FAX: (021) 266-5167

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em laudas com 30 linhas, em espaço duplo e, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo e de uma fotografia 3 x 4 do autor.

NOSSA CAPA - Roteiro da FEB na Campanha da Itália. Reverencia o cinquentenário do batismo de fogo das tropas brasileiras no TO da Itália - II Guerra Mundial, que este ano se comemora.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Editoria: Ministério da Guerra - Departamento de Guerra, Estrada de Carreiros, 1, de Nova Lima

Nº 1

Vol. de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I

Grupo mantenedor: Bernardino Klingner, Estevão Lemos de Carvalho, Joaquim de Sousa F. (presidente), Francisco de Paula Cicada, Mario Lumbini, Lima e Silva, Fagundes Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcanti, Eulálio Figueiredo, Tenente Américo Vitor Nova, Marcos de Lousa.

(Fac-simile da portada do Nº, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
COMENTÁRIOS	7
A FEB NA CAMPANHA DA ITÁLIA	14
Frank D. Mc Cann	
O LEVANTE COMUNISTA DE 1935	
SEGUNDO OS ARQUIVOS DE MOSCOU	35
Luiz de Alencar Araripe	
ZONA DE CO-PROSPERIDADE DO PACÍFICO	56
Therezinha de Castro	
A INFLUÊNCIA DAS IDEOLOGIAS TOTALITÁRIAS NO BRASIL	
ENTRE AS I E II GUERRAS MUNDIAIS	78
L. P. Macedo Carvalho	
DESINFORMAÇÃO, INSTRUMENTO DE AÇÃO POLÍTICA	90
Osmar José de Barros Ribeiro	
INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA	110
Jonas de Moraes Correia Neto	
UMA ANÁLISE RUSSA DA GUERRA DE SEXTA GERAÇÃO	115
Vladimir I. Slipchenko	
O SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO	
BRASILEIRO: ESTRUTURA, DOCTRINA E FILOSOFIA	125
Douglas Nunes Rosa	
CENTENÁRIO DO SÍTIO FEDERALISTA DE BAGÉ	151
Claudio Moreira Bento	
INFORMAÇÕES	164
DESTAQUES DA IMPRENSA	172

A DEFESA NACIONAL Nº 763
Rio de Janeiro - Brasil



EDITORIAL

MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO

Entre outras efemérides, 1994 registra o centenário do fim da Revolta da Armada, o cinquentenário do batismo de fogo da FEB na Itália e o trigésimo aniversário da Revolução de 31 de Março. São três eventos de nossa história republicana em que as Forças Armadas tiveram papel de destaque. No primeiro, avultaram as paixões e um equivocado espírito-de-corpo; no segundo, o sentimento do dever e o profissionalismo; no terceiro, a defesa das instituições e do estilo de vida democráticos. Em nenhum deles o patriotismo esteve ausente.

A Revolta da Armada, que começou por dividir a Marinha e causar fissuras no Exército, foi, juntamente com a Revolução Federalista, um movimento cujo grau de violência permanece sem par na História do Brasil. Decorridos cem anos, seus episódios e personagens podem ser visualizados com perspectivas distintas da maniqueísta, do certo e errado, do herói e vilão. Isso permite sejam eles analisados com racionalidade, livre de preconceitos e, partindo daí, conhecido o passado com justeza, evitar a repetição dos seus erros.

O batismo de fogo da FEB na Itália anuncia a presença militar do Brasil no teatro-de-operações europeu, durante a 2ª Guerra Mundial. Ao longo de duzentos e trinta e nove dias - de 06/09/44 a 02/05/45 - a Força Expedicionária Brasileira manteve-se em ação continuada contra um inimigo aguerrido, sob variadas e adversas condições climáticas e topográficas. Superando-se a si mesma, ela contabilizou um acervo de feitos capaz de consagrar qualquer força militar em operações de guerra.

Quanto à Revolução de 31 de Março, transcorridos trinta anos, sente-se acelerar-se, inexoravelmente, o processo que a coloca numa perspectiva isenta de distorções ideológicas e emocionais. A cada dia que passa, mais se diluem os preconceitos contra ela e mais avultam suas realizações, em confronto com as realidades do Brasil de hoje. O que era fulminado como erro é repetido sem alarde; teses suas, condenadas com veemência, discretamente voltam a ser adotadas.

Mais, porém, que um balizador de grandes feitos do passado, 1994 pode constituir-se em marco de referência do futuro, tão portentosos são os acontecimentos que nele estão se desenvolvendo ou que, para ele, estão programados. As tentativas em curso para o estabelecimento de uma ordem ética na política, os esforços em favor da obediência a normas de civilidade por parte dos homens públicos, a revisão constitucional e as eleições gerais de outubro próximo têm tudo para alavancar um processo de desenvolvimento capaz de fazer surgir o país moralmente mais hígido e socialmente mais justo almejado pela sociedade brasileira.

Queira Deus assim seja.



COMENTÁRIOS

TEMPOS DE CINQUENTENÁRIOS

João Evangelista Mendes da Rocha

Foi no ano de 1992 que comemoramos meio século do reconhecimento do estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, ocorrido em face de atos de guerra praticados contra o Brasil. Dia 21 de agosto, as devidas comunicações se fizeram aos dois governos agressores e, no fim do mês, era decretado o estado de guerra em todo o território nacional.

Era o início do reencontro do Brasil com os ideais democráticos, que sempre o nortearam, aproximando-o da causa aliada e afastando-o das tentações e dubiedades pró-Eixo. O governo, afinal, se sensibilizava com as grandes manifestações populares pela declaração de guerra e, já em novembro, os preparativos de defesa do litoral e do Nordeste se

incrementavam. Com o ano se encerrando, o País tomava conhecimento da declaração de Vargas, a qual acabaria se concretizando: *"O dever de zelar pela vida dos brasileiros obriga-nos a medir as responsabilidades de uma possível ação fora do continente. De qualquer modo, não deveremos cingir-nos à simples expedição de contingentes simbólicos"*.¹

1993 correspondeu ao cinquentenário da criação e organização da FEB - Força Expedicionária Brasileira, cujo plano, apresentado pelo Ministro da Guerra de então, em março, foi aprovado pelo Governo. Ele previa a constituição de três divisões de Infantaria. Em 9 de agosto, foi convidado para comandar a primeira delas o general João Baptista Mascarenhas de Moraes. Essa divisão acabou sendo a única, a 1ª DIE, mais conhecida como FEB.

Para bem entender as

1. BRANDI, Paulo - "Vargas - Da vida para a História", Zahar Editora

dificuldades por que passou a FEB, transcreve-se o seguinte trecho extraído de "A FEB pelo seu Comandante", obra de autoria do marechal Mascarenhas de Moraes: *"Certas decisões de âmbito governamental, relacionadas direta ou indiretamente com a criação da FEB, convenceram-nos de que a vontade do presidente Vargas passara a prevalecer nos novos rumos de nossa política exterior. Tal prevalecimento, todavia, não se processou com a desejável plenitude, porquanto permaneceram em seus postos da administração pública alguns auxiliares imediatos do Chefe do Governo, sabidamente contrários à participação do Brasil na guerra, ao lado das Nações Unidas. Esse incorformismo ideológico já vinha, há anos, criando ambiente propício à causa nazi-fascista, em substancial desserviço ao curso da estratégia política do nosso governo"*.

1994 é o ano comemorativo do meio século de nossa participação efetiva na guerra, com o embarque do primeiro escalão da FEB, a 30 de junho desse ano, e seu desembarque em Nápoles, a 16 de julho. Dois meses após, já estavam os primeiros

contingentes em combates, cuja seqüência resultaria nas conquistas de Camaione, Monte Prano, Barga, Massarosa e Bozzano, os ataques bem sucedidos de Lama de Sotto e San Quirico, o primeiro revés em Pian de los Rios e os dois ataques (frustrados) a Monte Castello. É um balanço altamente positivo, consideradas as adversidades de uma guerra imposta pelo inimigo, em tática de recuo, desenvolvida em terreno do seu conhecimento e guardando as linhas de defesa, previamente reconhecidas e preparadas, quilômetros atrás. Um inimigo já calejado na guerra e contando com o apoio de outros inimigos naturais dos brasileiros: a neve e o frio, que chegou, algumas vezes, a dezoito graus abaixo de zero.

1995 será o grande cinquentenário da Vitória, para a qual a participação da FEB constitui uma das páginas mais gloriosas de nossa História Militar. Em prosseguimento às lutas anteriores, Monte Castello (afinal capturado em 21 de fevereiro), Castelnuovo, Montese, Zooca, Colequio e Fornovo despontam como as vitórias mais substantivas da FEB na Campanha da Itália. Sem deixar de se levar em conta as mais de 3 mil povoações libertadas pelos nossos pracinhas, inclusive algumas grandes cidades.²

2. MORETZSOHN, José, General - "Rádio Auriverde - uma debochada afronta", ADN n° 357, jul/set 92.

"239 dias de ação contínua contra o inimigo (5-IX-44 a 2-V-45); 465 mortos entre oficiais e praças (FEB e FAB); 1.577 feridos em combate; 1.145 acidentados; 16 extraviados e não recuperados e 33 navios mercantes, com centenas de brasileiros, levados para o fundo do mar, em tripulantes, tropas, passageiros e carga" são números bem significativos, recolhidos da citada "A FEB pelo seu Comandante", e que revelam nossa pesada cota de sacrifício na vitória das forças democráticas sobre as do nazi-fascismo.

É importante não deixar de assinalar que a FEB, protagonista do papel histórico que lhe coube desempenhar na 2ª Guerra Mundial, vai muito além das glórias conquistadas na Campanha da Itália, na medida que é consensual o julgamento de que a FEB, de fato e de direito, assumiu a condição de representar a mais categórica presença do nosso País, neste século, no Velho Mundo. Importante também é ressaltar que ela foi uma das maiores campanhas cívico-patrióticas, que envolveu amplas camadas da população, levando o Brasil a tomar a única posição compatível com as suas tradições de Liberdade e Democracia. Seu

desempenho, nesses quase 50 anos, já mereceu mais de três dezenas de publicações de ex-combatentes e centenas de conferências e artigos, pronunciadas e escritos pelos mais diversos autores, civis e militares, febianos ou não, contra apenas duas obras de caráter contestatório, na infrutífera tentativa de solapar o conceito em que é tida a FEB.

Afinal, o que é preciso entender é que a FEB não significa alguns senões, próprios e naturais de um contingente engajado na guerra, nem representa as exceções de uma regra e, muito menos, as poucas árvores tortas de um bosque frondoso. A FEB, na verdade, deve ser apreciada e julgada no seu todo, com suas fraquezas e grandezas, desde o seu nascedouro, dentro do conturbado quadro político da época, até as vitórias que a consagraram, numa sequência que comprova a firme determinação de um povo que, amante da Paz, nem por isso deixou de participar efetivamente da guerra, fiel aos princípios e valores morais dos nossos ancestrais.

João Evangelista Mendes da Rocha
é coronel reformado do Exército.
Ex-combatente da FEB e autor de
"Senha e Contra-senha", em que
aborda a ação de uma CiaFz na
Campanha da Itália.

A FRAGMENTAÇÃO DO IMPÉRIO SOVIÉTICO

Victor Zappi

O mundo assistiu recentemente ao desmoronar das Repúblicas Socialistas Soviéticas, bloco que muitos supunham fosse bem mais monolítico do que de fato era.

Como se formou esse bloco tão extenso - 15 nações, 95 etnias, 112 idiomas e 5 alfabetos distintos - que emergiu da última Grande Guerra com uma superfície de 22,4 milhões de quilômetros quadrados, quase três vezes maior que o Brasil?

Pouco antes das invasões dos tártaros, surgiu na imensa planície russa, às margens do Rio Moskwa, uma pequena aldeia que, aos poucos, adquiriu certa importância, devido à sua localização geográfica. Protegido no meio de uma quase impenetrável floresta, o pequeno povoado de Moskwa (Moscou) foi crescendo lentamente, até se tornar modesto principado, cujo primeiro soberano a se destacar foi Ivan Kalitá (1328/1340). O principado de Moscou tornou-se a semente do que seria o imenso Império Russo, séculos depois. Foi exatamente a espessa floresta que envolvia a pequena povoação que a salvou da invasão mongólica. A Horda Dourada

preferiu flanquear a floresta, buscando outros principados mais fáceis de conquistar.

Sabedor de que os invasores pretendiam conquistar seu território, mais cedo ou mais tarde, Ivan Kalitá tratou de visitar os chefes tártaros, oferecendo-lhes donativos e benefícios, deles obtendo um convívio, de certo modo, pacífico. Essa atitude política de Ivan Kalitá acabou por transformar Moscou num centro de maior importância. Ivan Kalitá convidou a maior autoridade da Igreja, o bispo metropolitano, a residir em Moscou, convertendo, assim, o pequeno povoado num importante centro religioso da região. As populações vizinhas, vendo que Moscou era um lugar mais seguro, foram se aproximando em busca de proteção e, em pouco tempo, o principado se transformou numa próspera nação. Com o correr dos anos, cansado de pagar tributos à Horda Dourada, um sucessor de Ivan Kalitá, o príncipe Dimitri Ivanovich Donskoi (1363/89), recusou-se a continuar pagando impostos extorsivos aos invasores, derrotando-os completamente, em 08/09/1380, na batalha travada na confluência do Don com o Nevprieda. Livre dos tártaros, que se recolheram aos territórios conquistados, o Principado

de Moscou passou a invadir os pequenos estados vizinhos - a invasão tártara dizimou a população da planície russa, que ficou reduzida a 1/10 do seu efetivo anterior - de tal forma que alguns príncipes russos chegaram até a demonstrar a intenção de pedir socorro à Horda Dourada contra a expansão moscovita. Não sobrou um para contar a história... Isso ocorreu no reinado de Basílio III, no século XVI.

Os séculos se passaram e o pequeno principado às margens do Rio Moskwa se transformou na Rússia, capital Moscou, que se foi ampliando nos tempos modernos, paulatinamente, qual mancha de óleo, invadindo longínquos territórios, até transformar-se numa potência européia e asiática. O imperialismo russo no tempo dos czares chegou mesmo a atravessar o estreito de Bering e invadir o território do Alaska, na América do Norte. A onda povoadora já vinha descendo (século XIX) a costa ocidental da América do Norte e os primeiros povoadores russos chegaram a se estabelecer na Califórnia. Até hoje existem seus descendentes na região.

Aproveitando-se de um momento de fraqueza do Império Czarista (dívidas de jogo da corrupta Corte), os EUA compraram o

Território do Alaska. Na época, a oposição norte-americana chegou a criticar duramente o seu governo, acusando-o de ter "comprado uma geladeira".

Com a Revolução de 1917 e, conseqüentemente, com a implantação do comunismo, mais se acentuou o expansionismo deste Estado-gigante e, ao término da Segunda Guerra Mundial, foram anexadas as repúblicas do Báltico e procedeu-se à satelização de vários outros Estados soberanos da Europa Oriental.

Agora, com a repentina fragmentação deste imenso império, conquistado através de guerras sangrentas ou de maquiavelismo político, cumpriu-se uma lei da ciência Geopolítica: quanto maior é a expansão de um império mais fraco ele se torna. A História da Civilização aí está repleta de exemplos: o Império Romano, o Império Espanhol "onde o sol nunca se punha", o Império Britânico, o Império Ottomano e, agora, a URSS. A Humanidade nunca aprende...

Victor Zappi é jornalista e professor.

DESAFIO À SOBERANIA NACIONAL

R. Reis Friede

No seio da atual **Nação Brasileira**, não há qualquer dúvida de que, efetivamente, existe uma nova, ou mesmo uma renovada afronta à soberania nacional, **forte** em sua essência, e, ao mesmo tempo, **dramática** em suas possíveis conseqüências.

Esse autêntico **desafio**, por força de seus variados matizes, não se restringe àquelas regiões (particularmente a Amazônia) cujo lema "integrar para não entregar" sinaliza para os terríveis riscos que nos aguardam no futuro e que, inclusive, deu origem às mais variadas iniciativas, como o extinto Projeto Rondon. Mas, de forma consentânea, refere-se a toda a integridade psicossocial (e, porque não dizer, também e mais apropriadamente, integridade ético-moral) que deve necessariamente unir nosso povo, em torno dos mesmos ideais de **liberdade e disciplina** (no sentido de rigorosa observância à ordem constitucional e infraconstitucional) que formam o autêntico legado do sustentáculo maior da **democracia** e do denominado regime democrático.

No que tange especialmente ao chamado **desafio amazônico**, jamais deixou de existir a absoluta convicção por parte, pelo menos, dos integrantes da elite mais esclarecida, quanto ao fato insofismável de que esta estratégica região sempre foi e, portanto, nunca deixou de ser, objeto específico da mais profunda preocupação e, até mesmo, porque não dizer, autêntica e genuína **cobiça** por parte dos mais variados protagonistas internacionais. A grande dúvida, que insiste em angustiar, de forma cruel, à toda Pátria continua a ser exatamente como tal **ambição** manifestar-se-á no futuro próximo, à luz não só dos atuais acontecimentos sócio-político-econômicos, que se desenvolvem em nível estratégico nas esferas internacional e regional, mas, também e fundamentalmente, à luz dos objetivos atuais e permanentes de parcela significativa dos principais atores mundiais.

Por essa razão, é fato incontestável que a denominada **questão amazônica** é urgente e tem que ser resolvida através de uma autêntica integração regional que não só aproxime os povos amazônicos e os verdadeiros amigos do Brasil, mas também impeça, de forma definitiva, que as teses alienígenas (como a da

independência das tribos indígenas, com a conseqüente declaração da autodeterminação dos povos daquela região e criação de uma nova e verdadeira pátria estrangeira em solo nacional) prosperem no seio da comunidade internacional, destruindo nossa unidade nacional e separando, de maneira covarde e racista, os irmãos brasileiros.

No presente momento, com toda a certeza, a palavra chave cristalizadora do sentimento nacional generalizado é **incerteza**, e sua conseqüente motivação é a **expectativa** a que todos nós, através do sacerdócio patriótico, nos vemos obrigados de forma amplamente compulsória.

Equilíbrio e serenidade, por efeito conclusivo, representam, **in casu**, as imposições da **inteligência**, ao mesmo tempo que as recomendações do **bom senso**.

As **Forças Armadas**, como instituições permanentes que o são, ao lado da Nação brasileira devem, portanto, se posicionar de forma **atenta e vigilante**, preparando-se,

de maneira constante e permanente, para serem chamadas à **arena**, fazendo cumprir não só o importante papel constitucional que lhes cabe, mas fundamentalmente o desiderato patriótico que a Nação, por meio da sua voz equânime, lhes impõe, em tom de exigência sublime.

Mais uma vez, nossa inalienável crença e elevada confiança em nossas gloriosas Forças Armadas nos permitirá a inabalável confiança e inafastável convicção de que a **Nação brasileira** saberá, de forma racional e desapaixonada, superar este fantástico desafio que ameaça o **bem** mais importante de um povo que é exatamente a sua **soberania** e, conseqüentemente, a sua verdadeira **independência**, na qualidade de essência de seu orgulho e razão de sua própria existência.

R. Reis Friede é jurista e economista, professor catedrático da UNESA, fundador e coordenador-geral do CED/UNESA. Conferencista da ESG, ECEME e ECEMAR, é autor de vários livros na área da Estratégia e das relações internacionais.



A FEB NA CAMPANHA DA ITÁLIA (1944-1945)

Frank D. McCann

Matéria apresentada na Conferência de Historiadores do Exército, patrocinada pelo Centro de História Militar dos EUA, Washington, DC, em 09 de julho de 1992.* Nela, o desempenho da FEB no Teatro-de-Operações Italiano é apreciado sem os vícios de avaliação da nossa própria cultura, fornecendo argumentos que se contrapõem a algumas manifestações depreciativas em relação a ele.

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, a maioria dos americanos se surpreende ao saber que o Brasil participou, com tropas, da II Guerra Mundial. Os que pertencem à geração da guerra devem guardar vaga lembrança. Entre os americanos nascidos no pós-guerra, porém, aqueles que sabem que havia uma Força Expedicionária Brasileira no front italiano sabem-no por ter ouvido de um parente que serviu na 10ª Divisão de Montanha, no IV Corpo

ou em alguma outra fração do V Exército. As histórias da guerra raramente fazem menção ao fato ou, mesmo, a outras contribuições do Brasil à causa aliada. Na verdade, a FEB não alterou o curso da campanha da Itália ou da guerra na Europa. Seu significado diz respeito mais à história das relações entre Brasil e Estados Unidos e à história do Brasil, do que à história da guerra propriamente dita. Nesses dois campos da história, ela tem um peso considerável, ainda que o povo americano e a maioria dos estudiosos não tenham conhecimento

*Traduzida por Isadora Ferreira da Veiga.

do fato. Mas a FEB realmente supriu os exércitos americano e brasileiro com experiências sobre criação e funcionamento de forças militares internacionais.

A FEB foi incomum na história militar americana. Não foi uma força colonial, como foram as unidades indico-britânicas, ou uma confederação militar, tal como Canadá, Nova Zelândia, ou África do Sul, nem uma tropa, "disso ou daquilo" livre, como os contingentes poloneses ou franceses. Tratava-se de uma divisão retirada do exército de um Estado independente e soberano que, voluntariamente, colocou seus homens sob o comando dos americanos. E não foi somente o comando que esteve envolvido nesse relacionamento; a FEB foi ainda aconselhada, treinada, equipada, uniformizada, calçada e alimentada pelos americanos. O relacionamento não poderia ter sido mais estreito, com a preservação, ainda, da integridade da estrutura de comando da força. Apesar do alto nível de integração, a FEB nunca perdeu sua identidade brasileira, e os americanos jamais ignoraram tal fato.

POR QUE UMA FEB ?

A primeira pergunta que os americanos (e jovens brasileiros)

geralmente fazem é por que havia uma FEB? Há várias razões: a resposta emocional do povo brasileiro à guerra; os objetivos dos líderes brasileiros civis e militares; e os dos Estados Unidos. O povo brasileiro se revoltou contra o afundamento de navios nacionais pelo submarino Axis, o que levou ao reconhecimento de um estado de guerra com a Alemanha e a Itália, em agosto de 1942. A FEB foi um ato de vingança, um modo de restabelecer a honra nacional, ao mesmo tempo que contribuía em favor da grande luta para salvar a civilização. Pelo menos esse foi o modo como o governo apresentou o fato.

O presidente Getúlio Vargas e o ministro das relações exteriores, Oswaldo Aranha, olhando à frente, para as negociações da paz, para a reorganização pós-guerra do mundo, e lembrando-se das dificuldades que o Brasil enfrentou após a I Guerra Mundial, da qual não participou militarmente, optaram pelo compromisso. Franklin Roosevelt encorajou essa linha de raciocínio, dizendo a Vargas, durante um encontro em Natal, em fevereiro de 1943, que ele o queria a seu lado na Conferência da Paz. Além disso, Vargas provavelmente esperava desviar a atenção dos militares, para

dar a si mesmo mais espaço político, no qual pudesse organizar uma base populista, a fim de continuar o que ele enxergava como os ganhos do seu regime ditatorial. Seus adversários logo viram na FEB uma garantia de que o regime não sobreviveria à guerra. Eles argumentavam que os brasileiros não podiam lutar contra a tirania no exterior e continuar a viver sob ela na própria casa.

O ministro Oswaldo Aranha viu a guerra e a FEB como um modo de expandir a cooperação histórica do Brasil com os Estados Unidos a "uma verdadeira aliança de destinos". Essa política de cooperação havia sido, notou Aranha, "uma fonte de segurança" para o Brasil e, dando aos Estados Unidos a garantia de apoio em questões internacionais, o Brasil poderia "contar com eles em questões (sul) americanas". A FEB iria, na sua opinião, convencer os americanos de que o Brasil estava comprometido "material, moral e militarmente" com a aliança. Era sua estratégia para conseguir a assistência americana na industrialização do Brasil, a qual ele via como "a primeira defesa contra perigos internos e externos". Ele argumentou que a FEB era o início de uma colaboração mais ampla, envolvendo a total reorganização militar do Brasil. Além disso, ele não

acreditava que se pudesse restringir unicamente a uma força expedicionária, se se quisesse assegurar o envolvimento americano em outras questões militares brasileiras, tais como o desenvolvimento da Marinha e da Força Aérea, e a defesa do sul do País. Olhando para o futuro, ele acreditava que o Brasil teria que manter suas forças mobilizadas por algum tempo depois da paz, para ajudar a ordem pós-guerra. Junto com outros ministros, afirmava que eles deveriam esforçar-se para convencer os americanos que "tendo escolhido a estrada a seguir e nossos companheiros de viagem, não alteraremos nosso curso ou hesitaremos em nossos passos".¹

Para alguns oficiais brasileiros, principalmente os formandos da turma de 1917 da Escola Militar, o emprego de tropas era uma compensação por não terem lutado na I Guerra Mundial, um modo de vingar amigos e colegas mortos nos ataques do submarino Axis e, talvez mais importante, uma maneira de aumentar a força efetiva do Exército e da Aeronáutica, bem como sua habilitação para lidar com diversas contingências. Entre estas, estavam as poderosas bases militares e navais dos Estados Unidos no nordeste do

Brasil, as quais os brasileiros queriam ter certeza de que os americanos abandonariam após a guerra, as populações imigrantes alemãs no sul do Brasil, as quais eles queriam controlar, e a eterna ameaça da Argentina, que estava então sob um regime militar. O Exército não estava, porém, prestes a enviar soldados além-mar confiante de que tudo ficaria bem em casa ou nas fronteiras. Seus líderes estavam realmente preocupados com a Argentina. Em julho de 1943, o ministro da guerra, general Eurico Dutra, declarou que, qualquer que fosse o número de soldados enviados ao exterior, ele queria que uma força equivalente fosse deixada no Brasil "para garantir a soberania e a manutenção da ordem e da tranquilidade". Obviamente, o front interno tinha que estar seguro mas, para alcançar esse objetivo, os líderes brasileiros teriam que conseguir armas suficientes dos americanos, os quais, na ocasião, estavam lutando para armar seus próprios soldados e produzir armas para os aliados. O governo brasileiro decidiu, assim, que teria de enviar soldados para os campos-de-batalha.

A FEB atraiu o apoio do governo americano porque, se o maior país da América Latina lutasse com os aliados, isso realçaria a

imagem dos Estados Unidos como líder do hemisfério. Washington também esperava que isso faria do Brasil um baluarte pró-americano na América do Sul. O secretário de Estado, Cordell Hull, viu o Brasil como um contrapeso à Argentina. Tanto brasileiros como americanos, astuciosamente utilizaram as preocupações uns dos outros com relação à Argentina, para fortalecer seus interesses políticos. Era claro: quanto mais próximos estivessem entre si, mais nervosos deixavam os argentinos.²

Alguns líderes do Exército americano tiveram que ser persuadidos a aceitar a oferta de soldados brasileiros. Sua boa vontade em atender aos brasileiros era diretamente proporcional ao que queriam deles. No final de 1942, o Exército tinha suas bases aéreas no Brasil e linhas de suprimento através delas até o norte da África; então, por que se preocupar com os brasileiros? Promoveu-se o debate entre militares americanos e diplomatas acerca dos méritos em satisfazer ou não os desejos brasileiros. No início de 1942, os dois lados discutiram sobre os brasileiros ocuparem as Guianas Francesa e Holandesa e, em Natal, em fevereiro de 1943, Roosevelt sugeriu a Vargas que o Brasil

substituiu as tropas portuguesas na ilha da Madeira e nos Açores, para que os portugueses pudessem reforçar sua defesa. Nenhuma dessas idéias foi adiante, mas, após a Conferência de Natal, a questão não era se o Brasil mandaria tropas, mas **para onde** elas iriam.

Em meados de abril de 1943, o representante militar brasileiro em Washington, general Estevão Leitão de Carvalho, disse ao chefe de estado-maior, George Marshall, que o Brasil queria formar um corpo-de-exército de três ou quatro divisões, e, em maio, a Junta de Chefes de Estado-Maior aprovou a idéia.³

Um ponto importante a ser lembrado é que a FEB foi uma idéia brasileira, que resultou de uma política deliberada do governo Vargas, e não de uma política americana para envolver o Brasil diretamente no combate.

COMO A FEB SE FORMOU?

Havia alguma diferença de opinião, entre brasileiros e americanos, acerca de quais tropas deveriam ser usadas para formar a força expedicionária. Os americanos e a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos acharam lógico utilizar as unidades do nordeste, mas os brasileiros, pensando nos 15.000

americanos instalados nas bases daquela região, não concordaram. O ministro Dutra queria montar três campos de treinamento regionais, a fim de preparar três divisões simultaneamente, criando, dessa forma, instalações úteis para o pós-guerra. Mas os Estados Unidos não podiam fornecer as armas e os equipamentos necessários para preparar os três campos, isto é, 50% do equipamento para três divisões. Além disso, uma vez que nem o Brasil nem os Estados Unidos possuíam navios suficientes para transportar, de uma vez, uma divisão inteira sequer, o Pentágono surgiu com a idéia de fornecer 50% do equipamento de uma divisão, o qual seria deixado no Brasil para o treinamento de cada divisão subsequente. Elas seriam todas armadas e equipadas no teatro-de-operações.

Logo antes de visitar os Estados Unidos, em agosto de 1943, o ministro da guerra, Gaspar Dutra, que queria comandar o corpo-de-exército planejado, sondou vários generais a respeito de seus interesses em liderar uma das divisões. O general João Baptista Mascarenhas de Moraes, que havia comandado a 7ª Região Militar do nordeste, de junho de 1940 a janeiro de 1943, respondeu

imediatamente, enquanto os outros hesitaram. Eventualmente, dois outros comandantes de divisão foram designados, e as preparações começaram, mas os planos não foram levados a cabo, e a FEB foi fixada em uma divisão.⁴

O Exército Brasileiro de 1943 não tinha divisões prontas para treinamento intensificado e transporte, mas era organizado em comandos geográficos regionais estáticos, os quais tinham ascendência sobre unidades tamanho regimento dispersas. Estas, por sua vez, estavam alojadas em quartéis que, geralmente, não tinham espaço suficiente para receber tropas mobilizadas adicionais, e possuíam pouco espaço para instrução, do tipo recebido então pelo exército americano. Além disso, a maioria dos quartéis ficava em áreas urbanas. E, porque os soldados eram recrutados principalmente na localidade, formar uma divisão em uma região significaria um sacrifício político local inaceitável. Assim, a relutância em usar unidades nordestinas estava relacionada a algo mais do que à preocupação em relação à presença americana.

Para formar a divisão da FEB, as unidades foram recrutadas de todas as partes do Brasil. A desvantagem disso era que essas unidades não

estavam acostumadas a trabalhar juntas. Por outro lado, poder-se-ia argumentar que, uma vez o Exército tendo sido treinado e organizado segundo o modelo francês, desde 1919, seria mais fácil mudar para o modelo americano se a divisão fosse composta de unidades que nunca houvessem trabalhado juntas. Elas iriam talvez adaptar-se mais rapidamente.

Estranhamente, ao invés de usar a experiência de combate para realçar a profissionalização de um número máximo de jovens oficiais, o Exército recrutou um número considerável de oficiais da reserva, muitos dos quais eram profissionais civis. Dos 870 oficiais de Infantaria da FEB, pelo menos 302 eram reservistas. Felizmente para os historiadores, um deles produziu um dos livros mais úteis sobre a FEB.⁵ Não ficou claro se esta foi uma decisão política ou puramente administrativa. Mas, realmente, parece que não havia jovens oficiais o suficiente para compor a força expedicionária. Mais tarde, na Itália, referindo-se à escassez de formandos da Escola Militar e às deficiências profissionais dos oficiais da reserva, Mascarenhas pediu, em abril de 1945, para comissionar sessenta sargentos de Infantaria, que serviriam como comandantes de

pelotão.⁶

Houve também uma certa dificuldade em preencher os claros das unidades incorporadas. Na falta de unidades de polícia militar, o Exército aproveitou policiais de São Paulo, criou unidades de comunicações utilizando homens de companhias telefônica e elétrica, e organizou um destacamento de enfermagem através do recrutamento público de mulheres voluntárias. O fato de os recrutados estarem sendo mandados para além-mar encorajou muitos a procurarem meios de escapar do serviço. Desde que o alistamento se tornou obrigatório, porém, em 1916, o Exército sempre teve um número alto de evasão. Por exemplo, na 7ª Região Militar, no nordeste do Brasil, enquanto Mascarenhas estava no comando, a convocação, em 1941, de 7.898 homens, teve uma taxa de evasão de 48,9% e, daqueles que se apresentaram, 41% não passaram no exame médico. Na verdade, isso foi um avanço: no ano anterior, a taxa de evasão havia sido de 68%! Dentre os 3.434 voluntários naquela região, 2.201, ou 64%, foram considerados aptos para o serviço. Esses números podem ser tomados como bastante típicos da experiência nacional. A taxa de rejeição por razões de saúde

era alta, tanto para alistados como para soldados que já estavam em atividade. Ao formar um dos últimos escalões da FEB, 18.000 soldados de unidades regulares foram inspecionados de saúde, para obter 6.000 homens. No caso do quarto escalão, os 10.000 soldados inspecionados renderam apenas 4.500 fisicamente aptos para embarcar. Em outro trabalho, apreciei o recrutamento e o exame médico da FEB mais detalhadamente, mas basta dizer, aqui, que a dificuldade encontrada com a saúde precária da nação contribuiu para a decisão de não continuar com a mobilização. Em janeiro de 1945, o general Ralph Wooten observou que o Exército Brasileiro estava “no fundo do poço” para fornecer pessoal de combate, e que era “um erro esperar qualquer ajuda adicional do Brasil a esse respeito”.⁷

O treinamento funcionou em vários níveis. Oficiais brasileiros vinham sendo mandados aos Estados Unidos, para fazerem cursos, desde 1938, a maioria em Artilharia de Costa e Aviação. De fato, no início de 1941, bem antes de Pearl Harbour, o Brasil estava enviando grupos de oficiais para serem formados em várias especialidades. O ritmo continuou a acelerar até que, no final

de 1944, pouco mais de 1.000 militares brasileiros haviam ido aos Estados Unidos. Um curso especial para brasileiros foi criado na Escola de Comando e Estado-Maior, em Fort Leavenworth, onde 259 oficiais foram matriculados, o maior contingente de qualquer nação estrangeira a passar por suas salas de aula. O comandante da Escola disse que os brasileiros, os quais já haviam completado os 3 anos do seu próprio curso de estado-maior, "sabiam mais que a maioria dos seus instrutores".*

Os soldados enviados à Itália, em cinco escalões, no final totalizaram 25.334. Em julho de 1944, o primeiro escalão chegou a Nápoles. Após alguns atrasos com equipamento e instrução, em 15 de setembro, o 6º Regimento de Infantaria e tropas de apoio, sob o comando do general-de-brigada Euclydes Zenóbio da Costa, foram para a linha-de-frente do IV Corpo do V Exército dos Estados Unidos. O comandante do Exército, Mark Clark, decidiu-se por esse compromisso parcial, porque precisava fortalecer o IV Corpo, que havia descido ao nível de uma divisão reforçada, já que unidades suas estavam sendo retiradas para a invasão do sul da França pelo VII Exército, em julho. O V Exército havia perdido sete divisões completas

para a operação francesa. Portanto, a chegada dos brasileiros naquele momento era oportuna. O V Exército americano e o VII Exército britânico estavam preparando um ataque à Linha Gótica Alemã, numa tentativa de alcançar o Vale do Pó e Bolonha antes do natal. Os três corpos do V Exército (de oeste para leste, o IV americano, o II americano e o XII britânico) deveriam atacar com o II Corpo como ponta de lança, e o IV imobilizando antes e assediando os alemães. Clark achou que isso daria aos brasileiros uma introdução relativamente suave no combate.

É interessante notar as diferentes reações dos brasileiros e americanos à ação subsequente. Os brasileiros circulavam perseguindo com sucesso unidades alemãs em retirada, de 16 de setembro a 30 de outubro, quando sofreram um contra-ataque repentino, o qual controlaram por aproximadamente 10 horas, até ficarem sem munição e serem forçados a recuar. Pelos registros americanos podemos observar que isso foi percebido como uma ocorrência normal de combate, mas os relatórios publicados por oficiais brasileiros estão repletos de acusações e asperezas. Na oportunidade, Mascarenhas culpou e repreendeu as tropas por sua falta

de cuidado e por recuarem diante de um "inimigo desmoralizado". É claro, ele estava ansioso para que se saíssem bem, e ainda estava um pouco inexperiente quanto à natureza dessa guerra. Eles tinham se saído tão bem quanto qualquer um o teria, diante das circunstâncias. A 92ª Divisão dos Estados Unidos, que os substituiu, quando se mudaram para o Vale do Reno, foi igualmente incapaz de controlar os alemães, na linha que ocuparam durante os cinco meses subseqüentes.⁹

COMO A FEB ATUOU ?

O tópico precedente leva à próxima pergunta, comumente feita em relação à FEB: como ela atuou? A resposta é curta: bastante bem, de fato. Mas não estamos aqui para dar respostas curtas.

O papel da FEB era tático, a maior parte da sua experiência de combate era a nível de pelotão. O diário de combate da divisão é, em grande parte, um resumo das ações de patrulha, como foi o caso do V Exército de modo geral, no outono e no inverno de 1944-45. Os brasileiros reconheceram isso: eles não afirmam que seu papel ou seu impacto foi estratégico. Nas suas memórias, o chefe de estado-maior da divisão, Floriano de Lima Brayner, observou

que em "nenhum momento a FEB se engajou em operações de nível estratégico."¹⁰ E após a guerra, para simbolizar o nível do papel que desempenhou, o Exército erigiu um monumento aos tenentes da FEB, na Academia Militar das Agulhas Negras. De fato, é difícil imaginar como uma divisão poderia ter desempenhado qualquer papel que não fosse tático, na campanha do norte da Itália.

Esse ponto tem sido ignorado por alguns observadores, tais como o jornalista William Waack, cujo livro, "As duas faces da glória: A FEB vista pelos seus aliados e inimigos", parece basear-se na premissa de que os brasileiros reclamaram uma maior importância para a FEB. Ele compara a falta de conhecimento e de memória de alguns veteranos alemães em relação à FEB e a crítica afiada de relatórios de contato e inspeção americanos com a "grandiloquência" das narrativas brasileiras. Por ter sido publicado por uma das principais editoras do Brasil, e por ter tido algum impacto nos círculos acadêmicos, farei alguns comentários sobre o seu uso, ou mau uso.

À primeira vista, Waack tapou uma brecha na bibliografia disponível em português, olhando documentos alemães e americanos e entrevistando

sobreviventes das unidades alemãs. Com muita razão, ele partiu para descobrir o que achavam da FEB. Infelizmente, ele abordou seu projeto do modo como vários jornalistas fazem história: vasculhando evidências, sem antes ler a literatura de apoio que o capacitaria a entender o que era novo, e lhe daria condições de pôr-se na perspectiva apropriada. Satisfazia-o, também, encontrar alguns documentos interessantes, e não questionou se eram completos.

Ele ficou sabendo que a principal divisão alemã a enfrentar os brasileiros tinha um número elevado de soldados muito jovens e também de soldados um tanto velhos, e que era comandada por oficiais do front russo. Ele retratou esses homens como ultrapassados, quando poderia ter argumentado que, cansados ou até mesmo fatigados pela luta, eles eram veteranos que tinham imensuravelmente mais experiência de combate do que seus adversários brasileiros. Se ele tivesse lido mais sobre a campanha da Itália, teria visto que não havia descoberto nada de novo. Afinal, os alemães estavam lutando em três fronts em 1944-1945 e estavam colocando em linha qualquer homem que estivesse disponível.

Waack gastou diversas páginas

com a importância da conquista, pela FEB, de uma elevação conhecida como Monte Castelo, à qual ele se referiu como "a maior glória da história contemporânea do Exército Brasileiro". Ele escreveu que "há uma tendência pronunciada em considerar a tomada de Monte Castelo um passo importante para a investida aliada no norte da Itália, às vezes atribuindo a ela importância estratégica decisiva". Erradamente, ele cita, como exemplo, o livro de Lima Brayner, o qual, como mencionei acima, limita a significância de tais combates para o contexto brasileiro. Estranhamente, considerando a vasta bibliografia dos veteranos da FEB, ele cita, como exemplo recente dessa tendência, uma tese de doutorado de 1982, sem muita fonte, feita na Universidade de São Paulo, dizendo: "Monte Castelo... foi a chave para um sistema de defesa... às portas da legendaria planície do Rio Pó."¹²

E continua a questionar a importância da vitória, mostrando que, para os alemães, "Monte Castelo" não existiu; "seu nome", disse ele, "não aparece em nenhum comunicado oficial das divisões, dos exércitos e, muito menos, dos volumosos *Diários de Guerra* do Wehrmacht". Para eles, era apenas o

ponto "101/19" dos seus mapas de guerra. Os alemães consideravam suas posições montanhosas fundamentais para a defesa do Vale do Pó e consideravam, diz Waack, sua "linha nervosa" como indo, do Monte Belvedere, através das elevações para o leste. O ponto-chave para eles era, não o Monte Castelo, mas o Belvedere. Ele acha que está colocando o registro histórico em ordem. Mas se ele tivesse se preocupado em checar por trás dos poucos documentos americanos que leu para examinar o diário de guerra da FEB, teria notado que, no combate de 1944, que enfraqueceu não apenas a FEB, mas o IV Corpo e o V Exército, a FEB atacou a cadeia "M. Torraccia - M. Belvedere". A primeira menção a "M. Castello" ocorreu em 21 de fevereiro de 1945, quando a FEB "atacou ao longo dos declives sul do vale, entre o Belvedere e o M. della Torraccia", para capturar M. Castello (568192), a massa de colina logo a noroeste do Abetaia". O que quero mostrar é que seria natural para os brasileiros dar mais importância aos nomes dos terrenos que enfrentavam do que o fizeram os alemães na defensiva, ou os americanos, preocupados com o front. O diário americano de um destacamento de

ligação comentou, mais além, que "esta característica havia sido o objetivo de dois ataques brasileiros anteriores, nos quais eles sofreram baixas consideráveis, sua captura foi uma perda muito grande para o inimigo, uma vez que o privou de seu último bom observatório de Bagni della Porretta".¹³

Waack também tentou minimizar a importância da vitória, afirmando que os veteranos alemães lhe disseram que raramente tinham mais do que cinquenta homens em qualquer das posições naquela região.¹⁴

Ele não levou em conta que esses grupos de cinquenta controlavam alturas das quais atiravam ao longo de trajetórias preestabelecidas que cobriam os acessos para cima. É um conhecimento militar tão banal o fato de serem necessários menos homens para defender tais alturas do que para capturá-las, que chega a ser embaraçoso enfatizá-lo. Mas, de qualquer modo, as informações de Waack não eram novas. A história do IV Corpo, analisando as defesas alemães, mencionou que a 232ª Divisão Granadeira "espalhou-se de modo disperso ao longo de um front de 18 milhas" (o grifo é meu).

Waack não observou o tipo de

armamento que os alemães estavam utilizando para defender as alturas. A história do IV Corpo disse que fotografias revelaram que “os alemães também compreenderam a importância tática daquela cadeia e haviam juntado grande número de peças de artilharia na área Canpiano-Belvedere-Castello. Ao todo, 97 armas foram espalhadas”. Boa parte do conceito-de-operações do Corpo era baseado na trajetória cuidadosa do fogo de Artilharia, nas armas alemãs, mas isso iria acontecer significativamente durante o ataque em 18 de fevereiro, e não nas ações preparatórias, a fim de preservar o elemento surpresa para a ofensiva inicial da Infantaria. Com seu plano de fogos predeterminados, a Artilharia do Corpo concentraria fogo na artilharia alemã, à medida em que se tornasse ativa. A ênfase dada à Artilharia no conceito-de-operações do Corpo indica o grau de importância atribuído, pelos americanos, ao armamento alemão e à sua posição.¹⁵

Waack resumiu sua crítica a Monte Castello declarando que, “baseado na narrativa alemã” e na topografia, “os brasileiros, em Monte Castello, cumpriram uma missão tática secundária, uma manobra que apoiava o ataque principal... (e) não foi a batalha decisiva, nem influenciou

fundamentalmente o seu resultado”. Curiosamente, ele nota algo que teria deixado um historiador profissional cauteloso: os registros alemães relativos à queda de Belvedere, Castello e Torracchia foram todos destruídos em um incêndio após a guerra.¹⁶

Sem dúvida, porém, muito foi interpretado de Monte Castello pelos febianos e militares brasileiros. Para eles, o bem-sucedido combate teve grande importância simbólica. Sua parte na tomada de Belvedere-Castello convenceu os brasileiros de que eles estavam à altura da tarefa que haviam assumido. Talvez possa ser feita uma comparação grosseira com a importância do Belleau-Wood (junho de 1918) para os americanos na I Guerra Mundial. O fato é que a FEB e a 10ª Divisão de Montanha dos EUA foram eficazes na operação conjunta que afugentou os alemães de elevações importantes, o que permitiu a ofensiva da primavera prosseguir. Se qualquer das duas divisões tivesse falhado essa ofensiva teria se atrasado.¹⁷

O que os americanos acharam da FEB? Essa é uma pergunta que deve ser respondida primeiro com interrogações: quais americanos? quando? o que? e por que? Do início ao fim, os militares americanos

estudaram e relataram as origens, formação, pessoal, aprestamento e desempenho das forças brasileiras. Qualquer pessoa familiarizada com os militares americanos e seus arquivos não acharia nada de estranho nisso. Todos os aspectos da formação e do desempenho das unidades americanas eram também investigados a fundo e relatados. Mas utilizar esse material com propósitos históricos requer uma atenção especial do contexto. Era de se esperar que relatos a meio-caminho, através de um ciclo de instrução, provavelmente conteriam comentários negativos e, assim, o historiador cauteloso procura relatos finais que dizem como o processo se revelou.

William Waack “descobriu” relatos do Destacamento de Ligação Brasileiro do V Exército (os quais, devo notar, utilizei em meu “Brazilian American Alliance” editado em 1973), e observando que eles não haviam sido publicados no Brasil, imaginou se o Exército Brasileiro sabia, na época, que havia uma “contradição entre o elogio público dos generais e as críticas severas escritas por oficiais americanos encarregados de acompanhar ou instruir os militares brasileiros”. Ele cita longamente esses documentos e

compara atitudes americanas com brasileiras. Esses relatos contêm linguagem forte, escrita por homens que estavam preocupados com a qualidade da instrução que a FEB estava recebendo. Eles não hesitam em apontar incompetência, onde encontravam erros, e em sugerir soluções. Sua reclamação mais comum era que os soldados brasileiros não eram instruídos o suficiente, e sua solução para quase todas as falhas era cooperação e instrução. O Exército americano, assim como a sociedade que o produziu, acreditava em educação, e a linguagem da escola estava sempre presente.¹⁸

Entretanto, seria errado afirmar que os americanos guardavam para si o conteúdo desses relatos. A unidade de ligação que os preparou era subordinada às Forças Armadas do Exército dos Estados Unidos no Atlântico Sul, aquarteladas em Recife, sob o comando do general Ralph H. Wooten que, pelo menos, resumiu seu conteúdo oralmente para o ministro da guerra, general Eurico Dutra. Numa conversa, em janeiro de 1945, ele disse a Dutra que as operações na Itália haviam revelado uma “falta de liderança nos postos mais baixos de oficiais e oficiais R2”, que requeria “maior descentralização

de autoridade", e que havia necessidade de "mais instrução de cuidado e manutenção dos equipamentos, veículos e outros equipamentos técnicos, mais instrução de controle sanitário, e a necessidade de estabelecer um sistema de inspeção e acompanhamento mais adequado". Dutra respondeu que reconhecia a necessidade de prestar mais atenção a essas questões e que tomaria providências para corrigi-las.¹⁹

Waack estava certo ao dizer que a ideologia militar americana era que a vitória seria possível se os meios necessários fossem empregados apropriadamente. E empregá-los apropriadamente era resultado de "treino, treino e mais treino". Seu ressentimento com o "paternalismo" e "arrogância" americanos (p. 154), foi confrontado durante a campanha por alguns dos oficiais brasileiros, tais como o chefe do estado-maior da Divisão, Lima Brayner, que considerava as exigências americanas de constante instrução, até mesmo de tropas em linha, como uma "imposição humilhante" a soldados que não haviam tido um dia de descanso em quatro meses. O que se precisa admitir é que esses soldados eram irregularmente instruídos, alguns

homens eram enviados à Itália sem treinamento básico, e que, dentro da própria FEB, alguns oficiais reconheciam isso e outros não. O coronel Brayner estava engajado em sua própria guerra burocrática com o oficial de operações da Divisão, coronel Humberto Castello Branco, que era a favor de instrução constante. O comandante da FEB, general Mascarenhas, referindo-se aos recompletamentos instruídos na área de retaguarda da Itália, admitiu a oficiais americanos que as únicas tropas instruídas da força nunca haviam combatido. Ao tomar relatos fora de contexto e apresentá-los ao público brasileiro com a sugestão implícita de que eles representavam a verdadeira, embora secreta, opinião americana sobre a FEB, Waack violentou a verdade histórica, e perdeu a oportunidade de elevar o nível de sofisticação da historiografia sobre a participação do Brasil na guerra.²⁰

Os relatos americanos indicavam um desejo profundo para que a FEB fosse bem-sucedida. Oficiais americanos estavam cientes de que sucesso ou fracasso afetaria as relações futuras entre os dois países. O comandante do V Exército, general Mark Clark, anotou, no seu diário, que "lidar com" os brasileiros "é um

assunto muito delicado e deve ser feito corretamente".²¹ E, é claro, o fracasso comprometeria os oficiais americanos que trabalhavam com os brasileiros. Assim, era de seu interesse que eles tivessem sucesso. Um exemplo dessa preocupação foi que, no final de 1944, todo o estado-maior do IV Corpo regularmente "visitou, conferenciou e tentou dar conselhos, e ajudar o estado-maior brasileiro e os comandantes de unidade, a fim de criar uma organização altamente eficiente". O comandante do Corpo, general Crittenger, mantinha um contato pessoal tão próximo com o general Mascarenhas que, só em novembro, ele o visitou vinte vezes e consultou-o pelo telefone seis vezes. Os americanos acreditavam que supervisão minuciosa, "mais instrução", e absorção de "lições amargas aprendidas em combate" desenvolveria as capacidades potenciais da Divisão. Na opinião do pessoal do IV Corpo a "maioria dos soldados" era "inteligente e não preguiçosa" e, com o tempo, "daria soldados bons e fortes."²²

A avaliação da atuação brasileira é um pouco contaminada pelas exigências da diplomacia. Vernon Walters, que falava português, atuando como oficial de

ligação entre o V Exército e a FEB e, provavelmente, sabedor dos pontos fortes e fracos da divisão melhor do que qualquer americano, comentou nas suas memórias que os soldados brasileiros haviam "justificado a fé neles depositada" e estiveram em "constante combate... sem descanso" por 239 dias.²³ As declarações públicas de Mark Clark eram sempre lisonjeiras, mas seu diário e entrevistas com um biógrafo revelam sua insatisfação, e talvez frustração, em ter de incluir no seu comando uma divisão cujos oficiais mais novos tinham dificuldade em manter seus mal-instruídos soldados juntos, sob fogo. Seu biógrafo relatou que Clark considerava Mascarenhas um oficial "inconstante, não confiável" que "dava desculpas, e via na presença dos brasileiros na Itália um meio de conseguir prestígio; eles não estavam lá, disse a Clark com franqueza, para serem cortados em pedaços". Em particular, Clark até mesmo colheu os louros por administrar o empurrão para o vale do Rio Pó, de modo que a FEB obtivesse a rendição do maior número possível de unidades inimigas. Entretanto, após a guerra, ele foi ao Brasil para participar do regresso da FEB e retornou, novamente, em 1949, esbanjando entusiasmo em ambas as ocasiões.²⁴

O que o sucessor de Clark no comando do V Exército, Lucian K. Truscott, pensava sobre os brasileiros não está claro. No seu livro sobre os últimos dias da campanha, ele descreveu a rendição do 148º à FEB como "espetacular", e, no prefácio da edição brasileira, ele naturalmente elogiou a contribuição da FEB.²⁵ No entanto, suas relações com os brasileiros eram frias, embora corretas. O chefe de estado-maior da FEB, Floriano de Lima Brayner, o considerava "taciturno", "retraído", e mostrando "confiança limitada" nas tropas brasileiras. Ele comparou, desfavoravelmente, Truscott com Clark. O primeiro estimulava os brasileiros exigindo demais deles, enquanto aparentava muito pouco entusiasmado com eles. "Para nós, latinos, ele era um péssimo psicólogo. Ele não sabia sorrir."²⁶ Não posso dizer se foi por causa de sua falta de entusiasmo, mas o Exército Brasileiro não convidou Truscott para acompanhar Clark e Crittenberger ao Rio de Janeiro para recepcionar o regresso da FEB, a 18 de julho de 1945. Quando tentaram corrigir o erro com um convite atrasado, ele se referiu à questão, ao Departamento de Guerra, dizendo que "visitar o Brasil sob tais circunstâncias parece desnecessário, a menos que razões

políticas superiores indiquem o contrário. Não desejo assistir a nenhuma comemoração no Brasil e, desse modo, posso apenas ficar embaraçado... Espero que os senhores não sejam favoráveis a isso."²⁷ Coalisção de guerra é basicamente um relacionamento de personalidades e estilos nacionais, e requer certo esforço e compreensão de ambos os lados para que funcione.

A FEB completou todas as missões confiadas a ela e comparou-se favoravelmente às divisões americanas do IV Corpo. É lamentável que o forte simbolismo de Monte Castello tenha desviado a atenção da análise da vitória da FEB em Montese, em 16 de abril, na qual os brasileiros tomaram a cidade, após sofrer 426 baixas, num exaustivo combate de quatro dias.²⁸ Nos dias seguintes, ela lutou até imobilizar a 148ª Divisão alemã e as divisões Monte Rosa, San Marco e Itália, do exército fascista, as quais se renderam ao general Mascarenhas em 29-30 de abril. Em questão de dias os brasileiros cercaram, receberam a rendição de 2 generais, 800 oficiais, e 14.700 soldados. Há dúvidas quanto a Clark poder ter "administrado" os brasileiros a ponto de levá-los a esse resultado, mas ele queria claramente que a FEB detivesse essa retirada da

divisão inimiga. De fato, seu comentário poderia estar ligado ao fato de que a 148ª foi a única divisão alemã intacta a se render naquele front. De qualquer modo, Mascarenhas insistiu em esperar, até que tivesse conseguido a rendição e os prisioneiros estivessem sob sua guarda, para notificar a vitória aos quartéis-generais americanos.²⁹ O que parece claro é, que embora eles estivessem pouco preparados e servissem sob comando estrangeiro contra um inimigo com experiência de combate, os soldados da “cobra fumando” mostraram, como diz uma de suas canções, a “fibra do Exército Brasileiro” e a “**grandeza de nossa gente**.”³⁰

CONCLUSÃO

A FEB fez tanto sucesso entre os líderes americanos que eles a queriam na Europa, como parte das forças de ocupação, mas os líderes brasileiros civis e militares rejeitaram esse papel. Infelizmente, a despeito das objeções americanas, o governo brasileiro decidiu debandar a FEB no retorno ao Brasil. Os militares americanos esperavam que a Divisão fosse mantida junta, para formar o

núcleo de uma reforma completa do Exército Brasileiro. Veteranos da FEB, tais como Humberto de Castello Branco, introduziriam lentamente as lições da guerra nos currículos da Escola de Estado-Maior e da Escola Militar. Mas a chance de usar a experiência da FEB para projetar a influência brasileira na ordem do pós-guerra estava perdida. Aqueles que tomaram as rápidas decisões no final de 1945, que levaram ao fim da FEB, não podiam saber o quão rápido os Estados Unidos se desmobilizariam, ou o quão rápido a aliança com a União Soviética ruiria. Talvez se o Brasil tivesse mantido tropas de ocupação na Europa e um quadro permanente de soldados endurecidos pelo combate em casa, teria tido uma posição pós-guerra bastante diferente.

A rejeição do Brasil a posteriores operações militares além-mar nas guerras da Coreia e do Vietnã está parcialmente relacionada a uma percepção nacional de que os Estados Unidos não apreciaram adequadamente sua contribuição à II Guerra Mundial. E essa percepção está relacionada ao modo como a história da guerra é compreendida no Brasil e nos Estados Unidos.

NOTAS

ACS	Chefe de Estado-Maior do Exército
CDOC-EX	Centro de Documentação do Exército, Brasília
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
GS	Estado-Maior
MID	Divisão de Inteligência Militar
MMD	Seção Militar Moderna
NA	Arquivo Nacional, Washington
OPD	Divisão de Planos e Operações
RG	Grupo de Registro

1. Oswaldo Aranha para Eurico Dutra (Ministro da Guerra), Rio, 11 de agosto de 1943, Arquivo Oswaldo Aranha, CPDOC. Ele escreveu isso a Dutra, o qual estava visitando os Estados Unidos para negociar detalhes da FEB. Ele admitiu que uma aliança tão íntima portava perigos potencialmente incompatíveis com a soberania e os interesses brasileiros, mas que era o caminho que possuía menos riscos e maior segurança. Era o menos pior e eles teriam que estar constantemente atentos a fim de evitar ciladas.
2. Ronald C. Newton, *The 'Nazi Menace' in Argentina, 1931-1947*. (Stanford: Stanford Univ. Press, 1992). 299. Ele nota que os Estados Unidos "*astuciosamente ligaram os alarmes argentinos de guerra com o Brasil*", os quais estavam crescendo em "*frequência e intensidade*", em 1943. Para as opiniões brasileiras sobre a Argentina, ver Gary Frank, *Struggle for Hegemony in South America: Argentina, Brazil, and the United States during the Second World War* (Coral Gables: University of Miami, Center for Advanced International Studies, 1979), 45-60.
3. Frank D. McCann, *The Brazilian American Alliance, 1937-1945*. (Princeton: Princeton Univ. Press, 1973), 349-353.
4. Carlos de Meira Mattos, *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983), 89-90; comunicação pessoal de Meira Mattos ao autor, Rio, dezembro de 1991. As outras duas divisões eram para ser comandadas pelos generais Newton Cavalcante e Heitor Borges.
5. O livro era Demócrito Cavalcanti de Arruda, et al., *Depoimento de Oficiais de Reserva sobre a FEB* (Rio de Janeiro: Cobraç Publicações, 1949). Para o número de reservistas ver McCann, *Brazilian American Alliance*, 368, nº 40.
6. J.B. Mascarenhas para E. Dutra, cifrado 33-G.1, 7 de abril de 1945, cifrados FEB, de 15/09/44 a 05/07/45, 433.40, "1944/1945", MG665c, CDOC-EX, Brasília. Ele viu o prestígio da FEB em jogo. Os americanos também estavam preocupados com os oficiais jovens. O relatório de Mascarenhas como comandante da 7ª Região Militar indicava uma escassez de tenentes (165 autorizados, mas 123 de plantão-déficit de 46), Mascarenhas, "Relatório... 7ªRM, 1941" (Recife, 12 de fevereiro de 1942, p.25 no CDOC-EX, Brasília. (citação completa na nota número 7). O general Ralph Wooten, que desempenhou um papel importante nas relações com os brasileiros, chamou atenção do general Dutra "para a falta de liderança nos postos de oficiais jovens e oficiais R2", sugerindo várias soluções. Gen. Div. Ralph H. Wooten para ACS OPD, Recife, 23 de janeiro de 1945, "Resume of Situation in this Theater" OPD 336 Latino Americana seção IV, Casos 80-93, RG 165, MMB, NA.

7. Para dados do recrutamento na 7ª Região Militar, ver João B. Mascarenhas de Moraes, "Relatório apresentado ao Exmº Sr. General-de-Divisão Ministro da Guerra pelo General-de-Brigada João Batista Mascarenhas de Moraes Comandante da 7ª Região Militar, Ano de 1941" (Recife, 12 de fevereiro de 1942), CDEX-Brasília, 32-34. Para a seleção da FEB ver Ten. Cel. Carlos Paiva Gonçalves, **Seleção Médica do Pessoal da FEB, Histórico, Funcionamento e Dados Estatísticos** (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951), 67-142. Para relatórios americanos ver Gen. Div. Ralph H. Wooten para ACS OPD, Recife, 23 de janeiro de 1945, "Resume of Situation in this Theater", OPD 336 Latino Americana (Seção IV) Casos 80-93; e Cel. Charles B. B. Bubb para General Comandante MTOUSA (Teatro Mediterrâneo), Rio, 6 de dezembro de 1944, "Medical Report on the Fourth Echelon of the Brazilian Expeditionary Force", OPD 336.2 Brasil (Seção IV), RG 165, MMB, NA. McCann, **Brazilian American Alliance**, 369-372.
8. Gen. Eurico Dutra para Edwin L. Sibert, Rio, 8 de janeiro de 1941, 2257 K18/247; e Cel. Edwin L. Sibert para ACS G2, Rio, 18 de março de 1941, nº 2.650, "Student Officers from Brazil to US Service Schools", 2257 K18/306, RG165, WD, GS, MID, NA, **Brazilian American Alliance**, 353-354, nº 18. Para comparar, os chineses enviaram 249 oficiais ao Forte Leavenworth, os ingleses 208, os venezuelanos 73, os mexicanos 60 e os argentinos 31. O comentário do comandante da Escola de Comando e Estado-Maior, general Truesdell, sobre a qualidade dos oficiais brasileiros, foi relatado pelo Gen. Div. J. G. Ord num discurso para o Estado-Maior do Coordenador de Assuntos Interamericanos, 11 de agosto de 1944, BDC 5400, RG218 (Registros da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA), NA.
9. Registros de 30-31 de outubro de 1944, Diário de Combate, Relatório 1/Div. Inf. BEF, Centro de História Militar, Washington; José Alfio Piason, "Alguns Erros Fundamentais Observados na FEB", **Depoimentos de Oficiais da Reserva**, pp. 103-107. Piason era um subcomandante de uma das companhias envolvidas (3d Co. 1/6 IR). Mascarenhas, **Memórias**, I, pp. 183-188. Para um relatório de observador aéreo da arrumação alemã antes da ação, ver Elber de Mello Henriques, **A FEB Doze Anos Depois** (Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1959), pp. 72-74. O relatório mais equilibrado é Manoel Thomaz Castello Branco, **O Brasil na II Grande Guerra** (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960), pp. 206-214.
10. Floriano de Lima Brayner, **A Verdade Sobre a FEB: Memórias de um Chefe de Estado-Maior, na Campanha da Itália, 1943-1945** (Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968), p. 234.
11. William Waack, **As duas faces da glória: A FEB vista pelos seus aliados e inimigos** (Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985). O livro basicamente questiona a importância da FEB. É interessante os alemães o terem levado a sério o suficiente para transmitir um programa diário de rádio chamado "Ouro e Verde" na Rádio Victória, próximo a Como, Itália, que utilizava dois brasileiros como comentaristas - Margarida Hirschmann e Emilio Baldino, que foram julgados e condenados à prisão depois da guerra. Juízes para Secretário de Estado, Rio, 9 de dezembro de 1946, 832.203/12-946, RG59, NA.
12. Waack, **As Duas Faces**, p. 88-89. A tese é de Francisco Pinto Cabral, "Um batalhão no Monte Castello" (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1982), p. 7. Ele não deveria ter levado esta tese a sério uma vez que ela é baseada em apenas mais ou menos uma dúzia de publicações. É espantoso que tenha sido aprovada pela banca examinadora da USP. Waack também cita um jornalista que cobriu a FEB dizendo que Monte Castello

- era "o objetivo tático-estratégico mais importante - à parte de seu aspecto moral - num momento determinante da Campanha da Itália". Joel Silveira & Thassilo Mitke, **A Luta dos Pracinhas: A Força Expedicionária Brasileira - FEB na II Guerra Mundial** (Rio de Janeiro: Record, 1983) é um relato jornalístico feito por observadores civis.
13. Waack, **As Duas Faces**, p. 90-93; Diário de Combate da FEB, p. 35 registro de 21 de fevereiro de 1945 em "Report on the 1st Infantry Division Brazilian Expeditionary Forces in the Italian Campaign from 16 July 1944 to the Cessation of Hostilities in May 1945", 301 (BEF)-033, NA.
 14. Waack, **As Duas Faces**, p. 93.
 15. "History of Fourth Corps", pp. 509-511, documento datilografado, Instituto de História Militar do Exército dos EUA, Carlisle Barracks, Pa.
 16. Waack, **As Duas Faces**, p. 94-95.
 17. Talvez valha a pena notar que este foi o "primeiro grande combate com o inimigo" travado pela 10^a Divisão de Montanha. "Fourth Corps History", p. 512.
 18. Para uma discussão sobre a "escola do soldado" ver Paul Fussell, **Wartime: Understanding and Behavior in the Second World War** (New York: Oxford Univ. Press, 1989), pp. 52-65.
 19. Gen. Div. Ralph H. Wooten para o Chefe-Assistente do Estado Maior OPD, Recife, 23 de janeiro de 1945, "Resume of Situation in this Theater", OPD 336 Latino Americana Seção IV, Casos 80-93, RG165, MMB, NA; a conversa se deu no Rio em 19 de janeiro de 1945.
 20. Waack, **As Duas Faces**, pp. 13, 143-144, 154; Lima Brayner, **A Verdade sobre a FEB**, pp. 331-333; Cap. Frank T. Cameron, "Historical Report of The Brazilian Replacement Depot", p. 6 em "Report on the 1st Infantry Division Brazilian Expeditionary Forces...", 301(BEF)-033, NA.
 21. Citado por Martin Blumenson, **Mark Clark: The Last of The Great World War II Commanders** (New York: Congdon & Weed, 1984), p. 226.
 22. QG do IV Corpo para General Comandante, V Exército: "Coordination with BEF", 14 de dezembro de 1944, nos documentos do IV Exército, Instituto de História Militar do Exército dos EUA, Carlisle, PA.
 23. Vernon A. Walters, **Silent Missions** (New York: Doubleday & Co., 1978), p. 138.
 24. Martin Blumenson, **Mark Clark: The Last of the Great World War II Commanders** (New York: Congdon & Weed, 1984), pp. 236, 247, 261.
 25. Lucian K. Truscott, Jr., **19 Dias dos Apeninos aos Alpes** (Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950), p. 71.
 26. Floriano de Lima Brayner, **A Verdade sobre a FEB: Memórias de um Chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália, 1943-1945** (Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968), p. 439.
 27. Truscott (GC V Exército) para Gen. Thomas T. Handy (Escritório do Chefe de Estado-

- Maior), Posto de Comando do V Exército, 24 de julho de 1945, OPD336.2 Brasil, Seção V, Casos 85-, Box 967, RG165, MMB, NA. O Gen Cordeiro de Farias informou Truscott sobre o possível convite, dizendo que eles não o haviam convidado na primeira viagem porque queriam dar a ele reconhecimento especial.
28. Newton C. de Andrade Mello, **A Epopéia de Montese** (Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1954).
29. Mascarenhas ordenou a seus homens: "somente após os alemães estarem aqui informaremos os americanos." Aspásia Camargo & Walder de Góes, **Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias** (Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1981), p. 368.
30. Para as canções dos Febianos ver McCann, *Brazilian-American Alliance*, pp. 432, 435; e gravação "20 Anos Depois: Expedicionários em Ritmos", Chantecler Records, São Paulo, lançamento CMG2397, 1965.



Frank McCann é professor de História da Universidade de New Hampshire. Recebeu o título de Ph.D. da Universidade de Indiana em 1967. De 1968 a 1970 integrou o corpo docente da Academia Militar de West Point e foi pesquisador na University of Princeton (1971). No Brasil, estudou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1963) e lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991). Seu livro "The Brazilian-American Alliance - 1937-1945" (Princeton, 1973) recebeu o prêmio Bolton - Menção Honrosa (1974) sobre a História Latino-Americana e o prêmio Stuart L. Bernath da Sociedade de Historiadores de Relações Exteriores dos EUA (1975). Uma coleção de ensaios de sua autoria foi publicada no Brasil sob o título "A Nação Armada: Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro" (Editora Guararapes, Recife, 1982). O artigo de sua autoria "Formative Period of Twentieth-Century Brazilian Army Thought, 1900-1922", da Revista Histórica Hispano-Americana (Nov, 1984) ganhou o prêmio de melhor trabalho do Conselho da Nova Inglaterra sobre Estudos Latino-Americanos. Em 1979, foi eleito sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. É comendador da Ordem de Rio Branco, concedida pelo governo do Brasil em reconhecimento de seus estudos e esforços para promover melhores relações entre o Brasil e os Estados Unidos.



O LEVANTE COMUNISTA DE 1935 SEGUNDO OS ARQUIVOS DE MOSCOU

Luiz de Alencar Araripe

Com a reportagem "Os segredos da revolução comunista no Brasil", publicada no caderno especial de "O Estado de São Paulo" (29/08/93), o jornalista William Waack conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo. Nela são revelados aspectos do comunismo no Brasil, à luz de documentos obtidos dos arquivos de Moscou. Esses aspectos Waack complementa e amplia em seu livro "Camaradas".

Aqui é feita uma apreciação dos pontos mais relevantes da reportagem, de alguns comentários que ela gerou, e do livro.

REESCREVENDO A HISTÓRIA

A viagem empreendida pelo jornalista William Waack através dos arquivos de Moscou permite ver-se, pela primeira vez, o levante comunista de 1935 "do outro lado da colina". Minuciosa e inédita pesquisa em reservados papéis (alguns deles ainda secretos) e entrevistas com velhos militantes resultaram na reportagem "Os segredos da revolução comunista no Brasil" (Caderno Especial do Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1993)¹ e no livro "Camaradas".

Com eles, Waack traz de volta fatos da história recente do Brasil, sob nova e surpreendente luz. A reportagem valeu a Waack o Prêmio Esso de Jornalismo de 1993, e provocou comentários extremamente favoráveis e críticas. Olívio, com suas minuciosas notas, bibliografia e ilustrações complementa e amplia a reportagem. Dois trabalhos de natureza diversa, duas fontes indispensáveis ao conhecimento da Intentona de 35, episódio de forte impacto e de repercussões duradouras sobre o País e suas Forças Armadas.

OS ARQUIVOS DE MOSCOU

Conta William Waack que, a caminho do Aeroporto de Moscou para tomar o avião de Berlim, passou pelo Consulado do Brasil. Lá encontrou-se com Iuri Prestes, funcionário consular, filho de Luís Carlos Prestes. Iuri criou-se em Moscou, com as mordomias concedidas ao filho de um ex-secretário-geral de partido comunista, e formou-se em História, na Universidade de Lomossonov. Com o desmoronamento da URSS, as mordomias desapareceram, Iuri passou a trabalhar no Consulado e a peregrinar pelos arquivos, em busca de documentos relativos ao pai. "Depois de muita espera, recebeu apenas três folhas de papel". No entanto, diz Waack, "um material espetacular estava apenas à espera de quem fosse apanhá-lo".

O "apanhá-lo" não foi tão simples. Na verdade, envolveu peripécias, e o jornalista as conta por alto, embora elas por si só valessem outra reportagem. O repórter conseguiu acesso a documentos secretos, "por intermédio de fonte e em local, em Moscou, que ainda não podem ser revelados". Esses documentos são em número ínfimo, em relação aos existentes nos próprios

arquivos a que teve acesso. O desmoronamento da ex-URSS não se compara ao colapso do III Reich, que expôs ao mundo as entranhas do nazismo. A **perestroika** e a **glasnost** são limitadas pela sobrevivência de comunistas em postos de direção e pelo fato de que os interesses nacionais da Rússia e da Comunidade de Nações Independentes guardam estreita relação com os da finada União Soviética. Por outro lado, a obsessão do segredo, inerente aos regimes totalitários, por muito tempo ainda dificultará o acesso ao *iner sanctum* do velho regime como, por exemplo, os arquivos da KGB. Grupos de acadêmicos de vários países estão disputando papéis já liberados, conta Waack, que obteve cópia de cerca de 550 páginas de documentos, ainda secretos.

Waack explica a complicada estrutura de arquivos soviéticos. Dois dos que compulsou foram: o que chamade Arquivo Histórico (Arquivo do Instituto de Teoria e História do Socialismo do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética) e o Arquivo do Exército Vermelho (Arquivo Militar Central do Exército Vermelho). Consultou outros arquivos também: na República Federal da Alemanha, na

antiga República Democrática Alemã e na Grã-Bretanha. E entrevistou velhos comunistas que resistiram ao passar dos anos e, principalmente, ao Grande Terror estalinista dos anos 34/38.

A massa de documentos compulsados é impressionante e pode ser avaliada através das notas de cada capítulo de "Camaradas": documentos oficiais, relatórios, fichas, termos de declarações, atas de reuniões secretas, telegramas, e também cartas e bilhetes particulares, fotografias, enfim uma quantidade impressionante de material, parte dele fotocopiado, parte transcrito.

A REPORTAGEM

Os documentos dos arquivos de Moscou contam "uma história fascinante de espionagem, aventura e morte", diz Waack. Escrevê-la exigiu persistência, talento e coragem, pois o acervo dos arquivos de Moscou "guarda informações que podem arrasar mitos e reputações". E irritar muitos, acrescente-se. O "Estado de São Paulo" lista sete revelações dos papéis de Moscou (Ver bloco A). É muito difícil negar-se a importância do divulgado pela reportagem de "O Estado" com apoio em documentos de autenticidade incontestável. Trata-se de revelações, no sentido de fatos

desconhecidos e surpreendentes. Como, por exemplo, Prestes ter pago para ser admitido no Komintern, acontecimento no qual seria difícil de acreditar-se, até porque sem precedentes conhecidos, mas documentado pelo jornalista. Em outros casos, a revelação está em que o documento confirma algo tido como mentiroso, pela circunstância de se originar do Governo. Caso do "ouro de Moscou", o financiamento pelo Komintern do preparo do levante de 35.

Um grande clamor nacional contra o comunismo seguiu-se ao fracasso dos levantes em Natal, em Recife e no Rio. Os jornais publicaram listas de mortos das forças legais e fotos dos quartéis crivados de balas, incendiados e destruídos. Manchete de "O Globo" de 31 de dezembro de 1935 dizia: "Moscou confessa! O órgão oficial do Komintern confirma que foram os comunistas que fizeram a rebelião no Brasil". Uma fotografia muito reproduzida teve efeitos devastadores na opinião pública, especialmente dentre os militares. Tirada logo após a rendição do 3º RI, mostra oficiais e praças revoltosos em linha, de braços dados, em atitude de zombaria, rindo, a caminho da prisão. Os participantes do levante foram presos, mas temia-se que um

número muito maior de comprometidos com ele houvesse escapado e continuasse conspirando para fazer outro levante. O inquérito policial do Delegado Belens Porto⁵ ocupou 17 volumes. Descreveu a revolta no 3º RI e na Escola de Aviação do Exército, os projetos fracassados para outras unidades militares e as ações de elementos civis armados. Um extrato desse relatório foi difundido, e nele era mencionada a apreensão de milhares de documentos nos aparelhos do Komintern em Ipanema, nas ruas Paul Redfern 33 (aparelho do agente alemão Arthur Ewert e sua mulher Sabo), e Barão da Torre (aparelho de Prestes e de Olga). O relatório trata, extensamente, da propagação do comunismo no Brasil. Aos poucos foi se conhecendo a participação do Kominform no movimento, mas somente com os trabalhos de Waack a amplitude e a profundidade dessa participação é conhecida e divulgada. O trabalho de Waack mostra, também, os erros palmares cometidos pela polícia, e como estava ela despreparada para lidar com o tipo de agentes treinados que o Komintern mandou para o Brasil.

Fracassado o levante, comunistas e simpatizantes prosseguiram na guerra por outros

meios, a contrapropaganda, para destruir as informações disseminadas pelo Governo, explorar as acusações de brutalidade policial e promover campanhas de libertação e de anistia dos revoltosos - um esforço no qual as esquerdas mostram muita competência, em particular no relativo à guerra semântica. Os meios oficiais utilizaram expressões como *intentona*, *hidra vermelha*, *ouro de Moscou*, e os comunistas cuidaram, com bons resultados, de ridicularizá-las, desacreditá-las. Uma outra área de êxito das esquerdas foi a do fortalecimento e da criação de mitos. Fortalecimento, no caso de Prestes, o Cavaleiro da Esperança, transformado em "ícone das esquerdas". Criação, na figura de Olga, personagem romantizada, construída em campanhas, artigos e livros. Tudo compoendo a história de 35 como a de um movimento de libertação nacional, episódio da luta contra o nazi-fascismo. A reportagem e o livro de William Waack desmentem isso. Diversas reações a ela indicam que o desmentido encontra eco. A primeira é a do editorialista do próprio "O Estado de São Paulo", no mesmo número do jornal que publicou a reportagem. Em "Lições de história", ele diz que *"ressalta desses documentos que*

muito daquilo que se imaginava ser montagem de cena por parte dos aparelhos repressivos de fato existia. Esse é o lado dramático das revelações contidas nessa reportagem”².

OUTRAS REAÇÕES À REPORTAGEM

Ainda o editorial “Lições de história” prevê que a *“esquerda e a direita encontrarão nos artigos que compõem a história da revolução comunista de 1935 motivo para mais uma vez se digladiarem, como no passado”³*. William Waack faz advertência semelhante na Introdução de “Camaradas”, ao dizer: *“o livro não foi feito para favorecer alguns em detrimentos de outros, nem para retomar debates ultrapassados com o fim da Guerra Fria”⁴*. As advertências são cabíveis mas os receios até agora não se materializaram. Com as raras e esperáveis excessões, houve uma larga área de concordância sobre a importância e as conclusões do trabalho de Waack.

PRESTES E OLGA

A imagem mais maltratada pelas revelações da reportagem foi certamente a de Prestes. Sobre as prestações de conta provando ter ele

sido sustentado pelo “ouro de Moscou”, comentou um ácido articulista: *“É a primeira vez que Prestes sugere ser o político brasileiro ‘normal’ e não o ícone comunista”⁵*. Na verdade, não seria de esperar-se que os comunistas, do Brasil ou de outras partes do mundo, vivessem e promovessem a revolução, sem dinheiro; e que a URSS, por interesse ideológico ou nacional, não financiasse os partidos comunistas. Gilles Lapouge, correspondente de “O Estado de São Paulo” em Paris, conta como a sentença de um juiz russo permitiu à revista “Nouvel Observateur” demonstrar como ao longo dos anos Moscou enviava milhões de dólares aos partidos comunistas do Ocidente. Recibos comprovam como o “ouro de Moscou” alimentou o Partido Comunista Francês e também o Italiano, regulando o fluxo de dinheiro, de acordo com o apoio dado à URSS.⁶

Olga Benario, a agente que o Komintern designou para acompanhar Prestes na sua viagem de regresso ao Brasil, forneceu excelente material literário e para a propaganda comunista. Livros foram escritos sobre ela. Ruas e praças receberam o seu nome. Pessoas que nada têm de comunistas até hoje

admiravam sua imagem de bela e idealista revolucionária. Olga era bem mais do que isso, era espiã da comunidade de informações soviética. Waack publica o xerox de carta de Olga ao serviço secreto do Komintern avisando que sua carterinha do partido e documentos pessoais estavam guardados com a secretária do seu chefe, o general Bersin, chefe do Departamento IV - Espionagem - do Exército Vermelho. Durante a República de Weimar, Olga participou de assalto a uma cadeia para soltar um dirigente do partido. Cumprida a missão de acompanhar Prestes ao Brasil, ela solicitou licença para voltar para Moscou, mas pediram-lhe que permanecesse mais dois meses; passados estes, ela resolveu ficar com Prestes. Presa, o Governo deportou-a para a Alemanha. Seus advogados impetraram *habeas corpus*, denegado pelo STF, por unanimidade. Nas prisões da Gestapo, Olga teve a filha Ana Leocádia, entregue à avó, mãe de Prestes. Esta tentou aproveitar a lua de mel de Stalin e Hitler que se seguiu ao Tratado de Amizade Germano-Soviético de 1939, para libertar Olga das prisões nazistas. Mas, comenta Waack, "*Stalin também estava entregando seus prisioneiros alemães e austríacos*

aos nazistas, evitando que Getúlio fosse o único a autorizar ações desse tipo". A glamorosa Olga Benario sai da documentação coligida por Waack como uma mulher fria e dissimulada, que trabalhava para a espionagem militar soviética, assinala Rodolfo Konder, no artigo "Baú de Assombros".¹³

A INTENTONA

A palavra Intentona é fulminada de anátema no vocabulário do Partido Comunista, assinala Wilson Martins¹⁴. Apesar disso, lembra, Jorge Amado, ex-comunista, adotou-a para designar a revolta. De origem espanhola, "intentona" significa "*intento temerário y especialmente si se ha frustrado*" (*Diccionario de la Lengua Española-Real Academia Española*) Aurélio define-a como "*intento louco, plano insensato, conluio e ou revolta*". A reportagem e o livro de Waack demonstram, à saciedade, que o que houve no Brasil em 1935 foi exatamente uma intentona. A ela se aplica o dito: foi pior que um crime; foi um erro. Declarações, entrevistas, artigos de intelectuais brasileiros reconhecem esse fato.

Celso Furtado, economista e ex-ministro de Goulart e Sarney, assinala que "*qualquer observador algo perspicaz perceberia que não*

havia no Brasil condições para pôr em prática um projeto revolucionário."

Foi Prestes quem convenceu o Komintern de que o Brasil estava maduro para a revolução, ou vice-versa? Waack narra que Prestes foi para Moscou já certo de estar o Brasil maduro para a revolução, e cuidou em aperfeiçoar sua deficiente formação comunista, para chefiá-la. No entanto, mesmo antes de ele regressar ao Brasil, já aqui operavam agentes do Komintern preparando a revolução.

O historiador e brasilianista Thomas Skidmore (autor de dois livros clássicos sobre o período de Getúlio a Tancredo) acha que Prestes vendeu a Moscou uma idéia inteiramente errada do Brasil e de estar o País maduro para a revolução¹¹. Um velho líder do PCB alagoano, hoje com 85 anos, conta ter votado contra o levante em 1935, por julgá-lo uma "leviandade". O Komintern, ao autorizar o levante, foi iludido por um *informe baluarte*, nome que os comunistas davam a prática, muito difundida no Partido, de falsear a verdade para iludir o chefe, levando-o a tomar determinada decisão¹². O *informe baluarte* comunista corresponde a mais do que o *wishful thinking*, aproxima-se da informação

plantada, como foi o caso do Plano Cohen, um mero documento de exercício transformado em plano de guerra do inimigo. O Deputado Federal Roberto Freire (PPS-PE, ex-Secretário Geral do PCB) também é de opinião que a decisão adotada pelo Komintern foi alimentada por "*informações baluartistas*" de dirigentes brasileiros do PCB.¹⁷

O cientista político, pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de São Paulo e membro da Comissão Constitucional Afonso Arinos, Bolívar Lamounier, diz que, entre as virtudes da reportagem de Waack, está a de desmistificar o romantismo existente sobre o assunto. Ele explica que o movimento foi facilmente dominado porque Prestes superestimou suas chances de sucesso, e cometeu muitos erros. Segundo Lamounier, "*o material publicado é da mais alta qualidade dos pontos de vista jornalístico e histórico.*"¹⁴

A revista "Veja"²⁵ abre sua apreciação sobre a reportagem de Waack com um juízo sintético e incisivo: "*Há muito tempo a imprensa brasileira não publicava uma reportagem tão clara, com interesse histórico evidente e tão carregada de novidades.*" O articulista da "Veja"

se espanta, como se espanta o leitor, ter Prestes pago para entrar no Komintern e que tenha sido este quem planejou e financiou, de Moscou, o levante. Um outro aspecto que causa pasmo na reportagem de Waack e ao qual a Veja dá destaque é a equipe que o Komintern mandou para o Brasil, já com planos de ação concretos. *"No Brasil os membros do PCB eram mantidos na mais completa ignorância"*. A Gestapo matou as duas agentes alemãs, Olga Benario, companheira de Prestes, e sua amiga e mulher de Arthur Ewert, Elise Saborowski, a Sabo. Prestes, por sua vez, decretou a morte da operária Elza Fernandes (Elvira Copelo), estrangulada com arame de varal. O PCB já havia justicado o estudante Tobias Warchawski, confirmam os papéis de Moscou. *"É infinita a feiúra produzida pelas rebeliões derrotadas"*, comenta a "Veja". Feiúra de fato infinita, confirmará o articulista, ao ler, em "Camaradas", como os agentes da operação brasileira do Komintern foram tragados pela "máquina de moer carne" que funcionou durante o Grande Expurgo estalinista de 1937/38.

O professor de política e filosofia da Unicamp, Maurício Tragtenberg, é um dos maiores

especialistas brasileiros sobre o movimento comunista internacional. A propósito da reportagem, diz ele que a Internacional Comunista só tinha esse nome, pois se converteu numa "Nacional Comunista Russa". As decisões eram centralizadas em Moscou, havendo: *"uma confusão entre Estado Russo, Partido Comunista Russo e o Komintern... todos obedecendo ordens dos dirigentes do Estado Russo"*.

O material publicado pelo "O Estado de São Paulo" confirma três suspeitas do professor titular de Ciências Políticas da USP e da Unicamp, Leôncio Martins Rodrigues, sobre o Komintern¹⁴. A primeira, de que a insistência da Gestapo para que Getúlio lhe entregasse Olga grávida decorria do conhecimento de ser ela espiã soviética; a segunda, de que, antes e depois do levante, havia mais assessores soviéticos no Brasil. Confirma-se a suspeita de que *"o papel dos comunistas brasileiros no planejamento das operações da intentona foi mínimo"*, diz por fim. O Professor Leôncio assinala *"a total lealdade de Luís Carlos Prestes a Moscou"*, e queixa-se de que *"ele nunca ajudou os historiadores brasileiros, mesmo os mais progressistas, a escrever a história*

de seu País". Prestes certamente sabia que outros, com menos sofrimento e melhor do que ele, cumpririam a tarefa ingrata.

PRUDÊNCIA E RESTRIÇÕES

Há juízos bastante prudentes sobre a reportagem de William Waack. Trata-se de posições compreensíveis e respeitáveis, algumas das quais vale a pena citar.

Sem desmerecer a contribuição da reportagem, a Diretora do Arquivo de Memória Operária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Elma Peçanha, integrante do Programa de Preservação da Memória do Partido Comunista Brasileiro, *"considera apressado, num primeiro momento, entrar no mérito do conteúdo do material apresentado."*¹⁶ O atual presidente do PPS e ex-Secretário-Geral do extinto PCB, no seu longo e já citado artigo "A memória dos comunistas", defende Luis Carlos Prestes e apresenta uma versão do movimento de 35 e dos subseqüentes acontecimentos da História do Brasil que, obviamente, estão em sintonia com suas posições político-ideológicas. Nem por isso deixa de reconhecer que o caderno especial de "O Estado" sobre o movimento de 35, de autoria de William Waack,

"constitui importante contribuição para o resgate da memória daqueles acontecimentos e do papel que os comunistas desempenharam naqueles anos de crise...".

Há quem, embora reconhecendo a importância do trabalho de Waack, levante fortes restrições ao que representa como contribuição para a História. João Quartim de Moraes, cientista político da Unicamp, diz que ele *"ênfatiza excessivamente a participação da Internacional Comunista (o Komintern) na rebelião de 35"*. Crítica ainda mais forte à reportagem faz Marcos del Rolo, também cientista político, Presidente do Instituto Astrojildo Pereira. Ele trouxe os arquivos da Internacional Comunista referentes ao Brasil para a Unicamp. *"Ausência de método historiográfico e a decorrente falta de contextualização histórica"*, é o parecer de del Rolo sobre a reportagem, sendo curioso saber se tal juízo se aplica também a "Camaradas". Referindo-se especificamente ao caderno especial, diz que *"ele acrescenta pouca coisa relevante à bibliografia existente sobre a questão"*. Talvez os documentos citados por Waack já fossem de conhecimento do Presidente do Instituto Astrojildo

Pereira. De qualquer maneira, ele reconhece a importância das provas de que Olga era espiã soviética.

O Professor da Unicamp e Secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia²⁴, reconhece que *“as vinculações dos levantes com a Internacional (Komintern) não são invenções da polícia. Todos os estudiosos dos acontecimentos as conhecem”*. Como contrapartida, espera que a anunciada abertura dos arquivos da CIA apresente *“seguramente revelações importantes sobre o Golpe de Estado do Brasil, em 1964...”*

As revelações da reportagem de Waack *“confirmam, para nossa perplexidade, os grandes conflitos ideológicos do século XX”*, conclui o escritor e poeta Affonso Romano de Sant'Anna, Diretor da Biblioteca Nacional. E continua: *“um século que, opondo classe a classe, quase acabou sendo desclassificado.”*²⁵ O Diretor da Biblioteca vem negociando a transferência para a instituição dos arquivos pessoais de Prestes. Com a publicação do Caderno Especial, ele diz ao “O Estado” caber a alternativa: *“ou a família de Prestes abre o arquivo imediatamente, para esclarecer questões e evitar difamações, ou o mantém lacrado,*

para ser aberto em outra data que achar mais apropriada”. É provável que a família Prestes escolha a primeira alternativa.

CAMARADAS

O HOTEL LUX

Uma fotografia de “Camaradas” tem o título “Hotel Lux, em 1935: apenas os ratos sobreviveram”. É um pesado e imponente edifício, vestígio da era czarista, utilizado pelo novo regime como hotel de trânsito dos apóstolos da religião marxista. Ali o Komintern hospedava comunistas do mundo todo, vindos a Moscou para se aperfeiçoarem, a fim de promoverem a revolução em seus países. Quase todos esses revolucionários desapareceram, liquidados no Grande Expurgo de Stalin ou tombados na luta pelo comunismo. Stalin acabou com o Komintern em 1943, para tranquilizar aliados na guerra contra Hitler, e a União Soviética passou a utilizar outros organismos para promover a revolução mundial e os seus respeitáveis interesses nacionais. A União Soviética acabou também. Do Hotel Lux não sobreviveram apenas os ratos. A memória dele está muito viva na história também em “três vivazes, charmosas e encantadoras senhoras com mais de

oitenta anos". Trata-se de ex-militantes comunistas, com quem Waack conversou, e que o ajudaram a reconstituir o mundo dos comunistas, da União Soviética, do Komintern e do seu hotel de trânsito nos anos 30.

O KOMINTERN

Em 1919, Lenine criou a III Internacional, também chamada de Internacional Comunista, ou Komintern (do alemão *Kommunistische Internationale*). Seu objetivo era congregar os socialistas de extrema esquerda e promover a revolução nos países capitalistas. No primeiro capítulo de "Camaradas", Waack explica a estrutura de funcionamento do Komintern, "*um dos movimentos políticos mais fascinantes do século*". Promover a revolução implicava ter especialistas para treinar os camaradas de países menos desenvolvidos e desempenhar missões sob o controle estrito de Moscou.

Na reportagem, o leitor foi apresentado aos agentes mandados pelo Komintern para atuar na América do Sul e, em particular, no Brasil. No livro, o leitor os vai conhecendo, atraído pelo seu lado humano, pela vida intensa que escolheram. Esses agentes formam uma galeria variada,

sob os aspectos nível social, grau de instrução, qualificação revolucionária. Olhar para as suas fotos faz pensar na força da motivação que os lançava para longe de suas pátrias, sabendo que naquela luta não deviam ter nem esperar piedade. Olhe-se para o rosto quadrado, os lábios finos e os olhos apertados e duros de Arthur Ernst Ewert, 44, ex-deputado alemão, fotografado em Berlim, 1926. Foi instrutor do Komintern nos Estados Unidos, na China e na América do Sul. Sob a identidade de Harry Berger, fez dupla com Prestes no planejamento da Intentona. Ele e a mulher Sabo foram os primeiros a ser presos após o fracasso do levante do Rio. Resistiu aos interrogatórios mais brutais. Dele não foi possível extrair informação alguma. Homem de perfil inteiramente diverso era o italiano Amleto Locatelli, o Bruno. A ele Ewert deu a missão de desencadear o levante em São Paulo, mas, com o fracasso do Rio, fugiu, voltou à União Soviética onde escreveu relatório pormenorizado sobre a Intentona. Homossexual, foi chantageado, escapou de ser fuzilado por intervenção do compatriota Palmiro Togliatti, dirigente do Komintern. Morreu na Guerra Civil da Espanha.

O INCRÍVEL CASO PAVEL E SOFIA

Pavel e Sofia, ucranianos, agentes da cúpula do Komintern, estiveram presos nove dias, e foram soltos depois de convencerem a polícia do Rio de serem o respeitável casal belga Léon-Jules e Alphonsine Vallé. A polícia, diz Waack, nunca soube que a prisão dos dois desarticulava a operação do Komintern no Rio, impedindo as comunicações com Moscou, impossibilitando as ligações entre seus agentes e Prestes. A história de como isso aconteceu ocupa todo um capítulo de "Camaradas", e é uma novela de espionagem dentro do livro. Pavel e Sofia escaparam do Brasil em maio de 1936, dois meses após a prisão de Prestes e Olga. Em Moscou, escreveram um relatório de mais de cem páginas sobre a operação brasileira, compulsado por Waack nos arquivos soviéticos, e comparado com os feitos por Locatelli e Franz Gruber, codinome do agente Johann de Graaf.

A liberação pela polícia e a fuga do Brasil causaram sérios problemas ao casal. As polícias da Alemanha nazista e da Rússia comunista tinham métodos infalíveis para extrair informações, e era muito difícil à NKVD, simétrica da Gestapo, aceitar que a polícia do Brasil tivesse deixado escapar dois agentes tão

importantes. A não ser que eles se tivessem transformado em agentes duplos, comenta Waack.

A GALERIA DE COMUNISTAS NACIONAIS

Cunhado e inimigo de Prestes, Otávio Brandão, um dos hóspedes do Hotel Lux, *"apresentou um documento definitivo dos comunistas brasileiros sobre os levantes de 1935"*. Numa autocritica sobre o fracasso da Intentona, endereçada ao chefe do Komintern, Dimitri Manuiski, Brandão adverte: *"amo a Internacional Comunista"*; e passa ao ato de contrição: *"...eu, com a ingenuidade e o primitivismo de um caboclo (mestiço de índio) do Nordeste do Brasil, acreditei que Guralski era um camarada capaz e estava na linha justa"*. Guralski, também chamado o Rústico, era o codinome do agente soviético Boris Heifetz, *"que se tornaria famoso entre os comunistas brasileiros"*. Brandão penitencia-se: *"os comunistas brasileiros não souberam resistir a Guralski. A culpa é dos comunistas brasileiros"*.

Não se pode exculpar os comunistas brasileiros pelo desastre de 35, mas, já foi dito, houve quem o pressentisse e alertasse sobre o seu perigo. A disciplina do centralismo

democrático, porém, era irresistível.

A galeria dos comunistas brasileiros não era tão colorida, tão povoado de tipos pitorescos como a do Komintern. Waack não se detém nos militares participantes da Intentona, apenas se refere a eles. Quanto aos civis, ele examina figuras humanas interessantíssimas, além de Prestes. Como, por exemplo, Miranda, codinome do baiano Antônio Maciel Bonfim, Secretário-Geral do PCB antes de Prestes. Responsabilizado por informações baluartistas, argumenta, em 1938, da cadeia, que Prestes dispunha de meios para verificar a qualidade das informações recebidas. Juntou-se a Elza Fernandes, codinome de Elvira Copello Coloni, mandada a julgar por Prestes. Na prisão ele soube disso. A pasta de Miranda nos arquivos de Moscou diz: *"por seu comportamento deve ser considerado um provocador"*.

Não é comunista o brasileiro mais pitoresco de "Camaradas": *"Gerado no Brasil e parido na Itália"*, assim se dizia Celestino Paraventi, 37 anos, rico industrial, *bon vivant*, culto, amigo de artistas, figura da sociedade de São Paulo. E, também, amigo de Prestes e de Olga, correio do Komintern para as remessas de dinheiro destinadas a financiar a

revolução no Brasil. Foi preso por pouco tempo, sendo posto em liberdade como louco, graças a amigos médicos. Morreu rico e considerado esse simpático companheiro de viagem. A "hidra vermelha", tão ridicularizada, tinha tentáculos surpreendentes.

A figura central de "Camaradas", é naturalmente Prestes, visto à luz fria e intensa de um historiador e repórter não-engajado. O então coronel Góis Monteiro participou dos encontros secretos de 1929/30, em que Getúlio tentou aliciar Prestes para a Revolução de 30. O general Góis, figura marcante no cenário brasileiro das décadas de 30 e 40, disse numa entrevista, pouco após a vitória da Revolução da qual foi o chefe militar: *"Prestes era apenas uma negativa em matéria de política, ótimo chefe quando não se colocou em jogo a sua inteligência e organização. Falta-lhe o gênio de Lenine. Ele quer transportar friamente para o Brasil um fenômeno russo sem demonstrar, de leve, ao menos, aquela enorme capacidade de criação e adaptação que Lenine manifestou"*. Declaração profética, diz Waack.¹

"Camaradas" leva o leitor às histórias do **Grande Jogo** (a luta entre os serviços de informações da

Grã-Bretanha e da Rússia czarista pelo poder na Ásia), o papel do *Intelligence Service* no acompanhamento da Intentona e a decisão fatal de seu desencadeamento. Acompanha os conspiradores antes e depois do desastre de 35, e comenta o seu destino final. Tudo com referências a documentos e depoimentos, como antes dele fez o brasilianista Stanley Hilton, em "A Rebelião Vermelha"⁶. Com a diferença de Hilton não ter contado com os arquivos de Moscou, nem com a experiência de repórter de Waack, o que ensejou duras críticas a juízos do brasilianista sobre Prestes e o papel do Komintern no levante.

As fotografias do livro reforçam o interesse do leitor e a impressão de autenticidade de suas revelações. Os agentes Arthur Ewert, Locatelli, Pavel, Jonny de Graaf, são tipos sólidos, bem nutridos, com o "*physique du role*" de agente secreto mostrado pelo cinema. A fotografia de Olga Benario aparece superposta à cópia do bilhete escrito em russo e traduzido em alemão, a propósito do seu pedido de regresso à URSS.

A fotocópia de uma carta de próprio punho, em alemão, escrita por Olga a seu chefe no Departamento IV, General Abramov, é uma das provas de ter sido ela membro do

serviço secreto soviético.

Em que medida "Camaradas" "abalará mitos, imagens, carreiras, reputações e crenças", como prevê Waack em sua Introdução? A desmistificação de um ícone político competentemente construído é pelo menos tão difícil como a de um pretenso santo, fruto da credence popular. Além disso, reportagem de "O Estado de São Paulo" e o livro de Waack, por diversos motivos, terão público restrito. É "inevitável" o abalo previsto pelo autor, mas não será "profundo". De qualquer maneira, Waack demonstrou muita coragem no tratamento do tema.

OS ARQUIVOS SOBRE O PCB NO BRASIL

William Waack fez um trabalho global pioneiro no tratamento das informações dos arquivos de Moscou e divulgou o resultado do seu trabalho. Outros antes dele terão tido acesso a esses arquivos, mas o público não teve conhecimento dos documentos compulsados, alguns deles, diz-se, trazidos para o Brasil. Em 1992, "O Globo" noticiou pesquisas feitas em Moscou pelo cineasta Luiz Carlos Prestes Filho, anunciando ter ele coligido material até da KGB, para utilização numa biografia do pai. Prestes Filho refere-se a um dossiê

deste, *"40% do qual deverá ficar trancado por uns 50 anos, porque se referem a pessoas ainda vivas"*.

Uma das consequências da publicação dos papéis de Moscou foi chamar a atenção do público para a existência no Brasil de arquivos relativos ao Partido Comunista Brasileiro, certamente bem conhecidos pelos nossos pesquisadores. Objeto de noticiário da imprensa, está em execução o **Projeto Memória do PCB**. O PPS-Partido Popular Socialista, sucessor do PCB, e a Fundação Astrojildo Pereira, que tem o nome do fundador do Partido, são os executores. O Projeto se desenvolve em convênio com a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a USP, a Unicamp, a UFRJ, a UFMG e a Fundação Roberto Marinho.

O mais completo do mundo sobre o Partido Comunista e suas atividades no Brasil, o Arquivo Edgard Leuenroth, pertence ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Humanas, da Unicamp¹⁹. Em fins de 1991, o acervo do Arquivo foi acrescido por grande quantidade de documentos do Komintern, relativos ao período 1922/1939. Eles versam sobre o seu Birô Latino-Americano, o PCB, a participação de brasileiros na Guerra Civil da Espanha e a

Intentona de 35. Os documentos foram cedidos pelo Partido Comunista da União Soviética, por interferência do então Secretário-Geral Michail Gorbachev. *"Com isso tornou-se um dos mais completos do mundo sobre o tema"*, diz a Diretora do Arquivo, Ângela Araújo²⁰. Ela considera a documentação descoberta por Waack *"de fundamental importância porque tem parte do acervo do Partido Comunista, vital para as pesquisas..."*, e cita as revelações de que Prestes pagou para entrar no Komintern e de que Olga Benário era espiã comunista.

A Unicamp tem planos para prosseguir na ampliação do Arquivo Leuenroth. O ex-Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Fernando Moraes, autor de *"Olga"*, uma biografia romanceada da companheira de Prestes, iniciou negociações com autoridades da Rússia para trazer para o Arquivo uma grande parte dos documentos compulsados por Waack. Os planos envolvem recursos de, no mínimo, US\$ 40.000, e a ida a Moscou de pesquisadores para preparar o material a ser transferido.

As informações existentes no Projeto Memória, nos Arquivo Leuenroth e em outros arquivos do Brasil, certamente contêm dados para

retificar ou ratificar o contido na reportagem e, principalmente, no livro de Waack.

O DEVER DE CALAR x O DEVER DE FALAR

Jorge Amado abandonou o PCB há anos, e não forma juízo muito lisonjeiro sobre o ex-Secretário Geral do Partido. Considera *"exemplar estupidez política a famosa declaração de Luís Carlos Prestes que, em 1947, determinou o fechamento do Partido e a cassação de seus parlamentares"*, comenta Wilson Martins³¹. Apesar disso, o escritor não se acha desobrigado de guardar segredos. Ouvido pelo correspondente de "O Estado", em Paris, Reali Júnior, Jorge Amado preferiu não comentar as revelações de William Waack. Remete o repórter ao que escreveu em "Navegação de Cabotagem" e confirmou em entrevistas:

"Durante minha trajetória de escritor e cidadão, tive conhecimento de fatos, causas e consequências, sobre as quais prometi guardar segredo, manter reserva. Deles soube devido a circunstância de militar em partido político que se propunha a mudar a face da sociedade, agia na clandestinidade, desenvolvendo inclusive ações subversivas. Tantos

anos depois de ter deixado de ser militante do Partido Comunista, ainda hoje, quando a ideologia marxista-leninista que determinava a atividade do Partido se esvazia e fenece, quando o universo do socialismo real chega a seu triste fim, ainda hoje não me sinto desligado do compromisso de não revelar informações a que tive acesso por ser militante comunista. Mesmo que a inconfidência não possua qualquer importância e não traga consequência alguma, mesmo assim, não me sinto no direito de alardear o que me foi revelado em confiança. Se por vezes as recordo, sobre tais lembranças não fiz anotações, morrem comigo".

A fundamentação do silêncio de Jorge Amado é respeitável. Ela pode ser discutida, mas merece ser considerada por quem é detentor de informações confidenciais, especialmente informações de Governo.

ASSUME A HISTÓRIA

Intentona Comunista e Movimento Nacional-libertador, dois nomes do mesmo acontecimento, marca da dificuldade de tratar o episódio racionalmente, sob critérios históricos. Apesar de tudo o que aconteceu no mundo de 1935 para cá

e, principalmente, nos últimos anos, a dificuldade não desapareceu. Mas é consideravelmente menor. Afastada a ameaça comunista, as Forças Armadas continuam a cultivar seus mortos de 35. Mas as solenidades a cada 27 de novembro, realizadas no monumento da Praia Vermelha e nos quartéis, tornaram-se curtas e discretas.

Há quem acredite que apenas os militares se interessam pelo episódio e, assim mesmo, somente para cultivar valores da caserna. Tratar-se-ia de acontecimento remoto, tornado sem interesse pelo

desmoronamento da União Soviética e pela decadência do comunismo. O prêmio recebido por William Waack e as reações à sua reportagem mostram não ser isso verdade. O tempo permite compreender-se o fundo idealista do mais portentoso fracasso de engenharia social da História. O tempo, também, convalidou a contribuição das Forças Armadas no impedir que o País tivesse sido um dos campos de provas desse fracasso. O levante de 35, cada vez mais, é província do historiador.

BLOCO A

As 7 Revelações dos Arquivos de Moscou, segundo a Reportagem

1. Prestes pagou US\$ 20.000 para ingressar no Komintern, utilizando parte do dinheiro que recebeu de Getúlio para participar da Revolução de 1930.
2. Dois agentes soviéticos montaram no Rio, em 1935, a primeira filial que se tem notícia dos serviços secretos de Moscou, exclusivamente para financiar e controlar a insurreição.
3. O mitológico "ouro de Moscou" - financiamento, pelo Komintern, da subversão comunista, de fato existiu. Prestes recebeu-o por intermédio do rico industrial paulista Celestino Paraventi.
4. Olga Benário, primeira mulher de Prestes, era agente da espionagem militar soviética - o Departamento IV do Exército Vermelho;
5. Agentes soviéticos escaparam após a derrota no Rio, voltaram a Moscou, escreveram relatórios e foram liquidados no Grande Terror stalinista de 1937/38.
6. O grau de controle e interferência de Moscou sobre seus agentes, inclusive sobre Prestes, foi excepcionalmente alto e uma das principais causas da derrota.
7. O original do telegrama secreto de 26 de novembro de 1935 mostra que o Komintern ordenou o desencadeamento da insurreição; mas quando foi recebido ela já havia fracassado.

BLOCO B**Waack, William: Resumo Biográfico**

WILLIAM WAACK, 41, correspondente de "O Estado de São Paulo" em Berlim. Formado em jornalismo pela USP e em Ciências Políticas, Sociologia e Comunicações pela Universidade de Mainz (RFA), com Mestrado em Relações Internacionais. Foi repórter de "O Globo", correspondente de "O Estado" em Bonn e em Londres, editor do "Jornal do Brasil", secretário de redação do "Jornal da Tarde", editor-chefe do "Jornal da Cultura", da TV Cultura e editor-executivo de "O Estado de São Paulo". Prêmio Esso de Jornalismo 1991, em parceria com Hélio Campos Melo. Prêmio Esso de Jornalismo 1993, pela reportagem "Os segredos da Revolução Comunista no Brasil". Autor de 4 livros: "Polônia", "As Duas Faces da Glória" (sobre a FEB), "Mister, You Bagdad" e "Camaradas", o segundo deles objeto de crítica em meios militares.

BLOCO C**A INTENTONA: Marcos Cronológicos**

- 1919 - Lenine funda a Internacional Comunista, o Komintern
- 1927 - Prestes encontra-se com Astorjildo Pereira, fundador e Secretário Geral do PCB, em Porto Suares
- 1930 - Prestes recebe de Getúlio US\$ 80.000, para a revolução
- Getúlio triunfa com a Revolução de 30, sem Prestes
- 1931 - O Komintern manda agentes para a América do Sul
- Prestes embarca para a URSS levando US\$ 20.000
- 1934 - Reconstitucionalização: Getúlio eleito Presidente
- Agentes do Komintern no Brasil preparam a revolução
- 1935
- Abr - Prestes e Olga Benário chegam ao Brasil
- Prestes Presidente da Aliança Libertadora - ANL
- Nov - Telegrama do Komintern manda desencadear a revolta
- Levante em Natal, Recife e Rio
- Dez - Preso Ewert, o chefe da revolta, pelo Komintern
- 1936
- Mar - Prestes e Olga presos no Méier
- Ago - O STF denega habeas corpus e Olga é expulsa
- 1938

O Komintern dá por finda a operação brasileira. Os agentes que dela participaram são tragados pelo Grande Terror estalinista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. WAACK, William, 1952. **Os Segredos da Revolução Comunista no Brasil**. Reportagem. "O Estado de São Paulo" - Caderno Especial - 29 Ago 93 (Prêmio Esso de Jornalismo 1993).
2. **Lições de História**. Editorial. "O Estado de São Paulo", 29 Ago 93.
3. WAACK, William. 1952. **Camaradas: Nos Arquivos de Moscou: A história secreta da revolução brasileira de 1935**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 384 p.
4. GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas - A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo, Editora Ática, 1987.
5. CARVALHO, Ferdinando de. **Lembra-vos de 35!**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981.
6. HILTON, Stanley Eon, 1940, professor de História, brasilianista. **A Rebelião Vermelha**. Rio de Janeiro, Record, 1986.
7. Carlos Guilherme (USP), professor da USP. **Intentona será revisada, prevê professor**. Entrevista a "O Estado de São Paulo", 31 Ago 93, p. 7.
8. REALI Jr., Miguel, jornalista. **Jorge Amado evita comentar o passado**. Declarações, "O Estado de São Paulo", 31 Ago 93, p. 7.
9. FURTADO, Celso, Professor. **Prestes terminou sendo simples instrumento**. Entrevista a "O Estado de São Paulo", 31 Ago 93, p. 7.
10. **As Principais Revelações**. "O Estado de São Paulo", 31 Ago 93, p. 7.
11. SKIDMORE, Thomas, historiador, brasilianista. **Para brasilianista, Prestes iludiu Moscou**. Entrevista a "O Estado de São Paulo", 1 Set 93, p. 11 01.
12. GUIMARÃES, Alberto Passos, dirigente do PCB em 1935. **Comunista diz que foi uma estratégia (O "informe baluarte")**. Entrevista a "O Estado de São Paulo", 1 Set 93, p. 11 01.
13. KONDER, Rodolfo. **Baú de Assombros**. "O Estado de São Paulo", 1 Set 93, p. 2.
14. LAMOUNIER, Bolívar, cientista político. **Intentona foi desmistificada**. Entrevista a "O Estado de São Paulo", de 2 Set 93.
15. SANT'ANNA, Afonso Romano de, escritor, diretor da Biblioteca Nacional. Entrevista a "O Estado de São Paulo", 2 Set 93.
16. PEÇANHA, Elma, diretora do Arquivo Memória Operária da UFRJ. Entrevista a "O Estado de São Paulo", 2 Set 93.
17. FREIRE, Roberto, deputado federal (PPS-PE), foi secretário-geral do PCB. **A memória dos comunistas**. Artigo, "O Estado de São Paulo", 3 Set 93, p. 2.
18. VOGT, Carlos, reitor da Unicamp. **Unicamp planeja trazer para o Brasil os arquivos de**

- Moscou. Entrevista, "O Estado de São Paulo", 3 Set 93.
19. ARAÚJO, Ângela, diretora-adjunta do Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp). **A documentação descoberta em Moscou.** Entrevista, "O Estado de São Paulo", 3 Set 93.
 20. QUARTIM DE MORAES, João, presidente do Instituto Astrojildo Pereira. **Crítica à Reportagem de Waack.** Declarações, "O Estado de São Paulo", 4 Set 93.
 21. DEL ROLO, Marcos, presidente do Instituto Astrojildo Pereira. **Crítica à reportagem de Waack.** Declarações, "O Estado de São Paulo", 4 Set 93.
 22. ALMEIDA GOMES VIANA, Marly, Universidade Federal de São Carlos. **Crítica à reportagem de Waack.** Declarações, "O Estado de São Paulo", 9 Set 93.
 23. FRANCIS, Paulo, jornalista. **Prestes (recebendo dinheiro de Moscou) foi o político brasileiro "normal" e não o ícone comunista.** "Jornal do Brasil", 5 Set 93.
 24. GARCIA, Marco Aurélio, professor da Unicamp e Secretário de Relações Internacionais do PT. **Os documentos de Moscou.** Artigo, "O Estado de São Paulo", 9 Set 93.
 25. **Os papéis de Moscou.** "Veja", 8 Set 93.
 26. LAPOUGE, Gilles, jornalista francês. **Recibos provam financiamento de PC's.** Artigo, "O Estado de São Paulo", 15 Out 93.
 27. GRUNWALD, José Linz, poeta e tradutor. **Ecos da Revolução Fracassada.** Apreciação do livro "Camaradas", de William Waack. "O Globo", Livros, 7 Nov 93.
 28. RIBEIRO, Hilton, jornalista. **Prestes não fazia nada sem consultar Moscou.** Entrevista com William Waack. "O Globo", 7 Nov 93.
 29. **"Estado" ganha o Prêmio Esso de Jornalismo.** A reportagem do correspondente William Waack sobre os arquivos de Moscou. "O Estado de São Paulo", 12 Nov 93.
 30. WAACK, William, jornalista. **Filho de Prestes ajudou a achar pista de documentos.** Artigo, "O Estado de São Paulo", 12 Nov 93.
 31. MARTINS, Wilson. **Críticas e Autocríticas: Jorge Amado continua fiel à prática dos PC's, que repudiam o passado segundo as conveniências táticas.** Artigo no "Jornal do Brasil" - Livros, 20 Mar 93.
 32. **Memorial contará história secreta de Prestes.** "O Globo", 2 Ago 92.
 33. TRAGTENBERG, Maurício. **Entrevista.** "O Estado de São Paulo", 1 Set 93, p. 11 01.
 34. RODRIGUES, Leôncio Martins. **Entrevista.** "O Estado de São Paulo", 31 Ago 93, p. 7.



Cel Art e EM, reformado, LUIZ DE ALENCAR ARARIPE - oriundo da Turma de 1943, da Escola Militar do Realengo, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1957) e a Escola Superior de Guerra (1973). Foi redator da

"Military Review" em 1965-1966. Serviu no Estado-Maior do Exército, com o general Alfredo Souto Malan, em 1971-1972. Participou da Conferência do Desarmamento, em Genebra, como assessor do então chefe do Estado-Maior do Exército, general Emilio Rodrigues Ribas, do embaixador Araújo Castro e do senador Afonso Arinos, em 1962. Escreveu vários artigos sobre energia nuclear, publicados no Mensário do Estado-Maior do Exército.



ZONA DE CO-PROSPERIDADE DO PACÍFICO*

Therezinha de Castro

O extraordinário crescimento econômico de alguns países situados no lado oriental do Pacífico tem despertado admiração, curiosidade e especulações.

Este artigo enfoca diferentes facetas do fenômeno e conclui que o problema para as demais partes do mundo não é como controlá-lo e sim como a ele se adaptar.

Em 1908, aos 39 anos de idade, Haushofer, como adido militar no Japão, dava início a seus trabalhos - "A Geopolítica do Oceano Pacífico" e "Dai-Nihon". Nesse último estudava o poderio militar do Japão e sua posição no mundo futuro. No primeiro, impressionado com a teoria dos "grandes espaços" de Ratzel, assim se expressava sobre o **panorama Pacífico/Ásia**: "Trata-se de um espaço gigantesco para o qual estão fluindo forças que, observando-se friamente os fatos, só

estão à espera do alvorecer da idade do Pacífico, sucessora da já avançada idade atlântica e da mais envelhecida ainda mediterrânea, e da área européia em geral".¹

Esse **Oceano Pacífico** estudado por Haushofer cobre 1/3 da superfície terrestre, envolvendo hoje cerca de 50 países, onde habita praticamente a metade da população do globo; banha o extremo oriente da Ásia e a costa oeste da América e, ainda, as duas maiores ilhas do mundo - a Antártica e a Austrália (**Mapa 1**).

Estão aí, face a face, duas

* Selecionado pelo PADECEME.

1. Hans W. Weigert - "Ásia a Través de los Anteojos de Haushofer" - Editorial Atlántida - Buenos Aires, 1948.



Mapa 1

organizado por Therezinha de Castro

potências econômicas - **Japão e Estados Unidos**, e ainda os três maiores países do planeta: a **CEI** (Comunidade de Estados Independentes), a **China** e o **Canadá**. No setor americano, com o **NAFTA** (North American Free Trade Agreement), bloco comercial ainda em formação, induz os Estados Unidos, Canadá e México, todos três países bioceânicos, a uma política oscilante entre a Ásia e a Europa (**Mapa 2**).

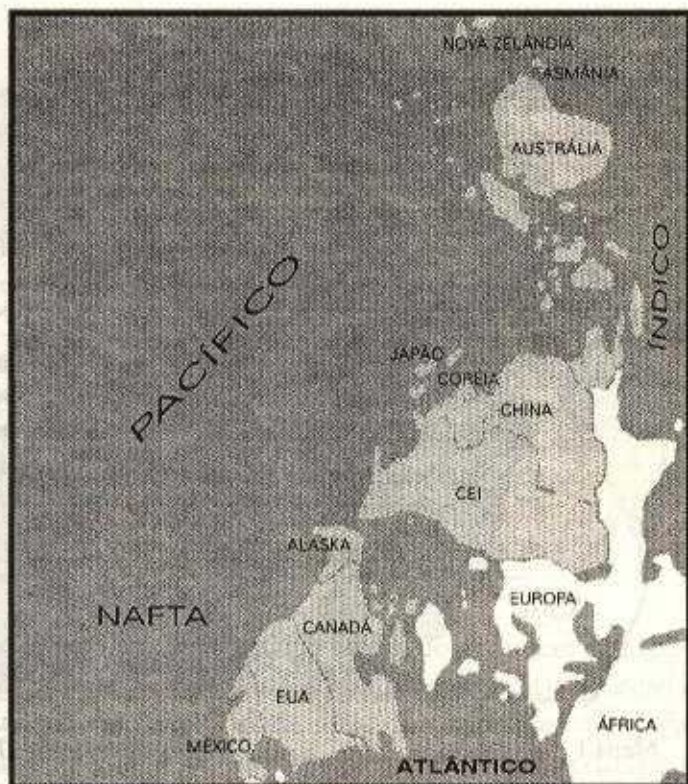
Observou Haushofer que o **Japão**, eminentemente asiático, insular, vivera inicialmente devotado ao oceano, voltando-se, ao iniciar-se o século XX, para o continente; por isso, classificava-o, já em 1938, como **um país de duas faces** - uma voltada para o Pacífico e a outra para a Ásia.

Era o expansionismo militarista nipônico já esboçado, mas que para ser bem sucedido necessitava, segundo o geopolítico alemão, de uma aliança com a URSS, a outra

Mapa 2

Zona de Co-Prosperidade no Pacífico e Nafta

organizado por
Therezinha
de Castro



potência da área. Donde concluir: *“se houvesse possibilidade de a nação do sol nascente e a da foice e martelo colocarem de lado os seus mútuos receios... ficariam invencíveis em seus mares domésticos”*. Preconizador do eixo Pan-Asiático, numa zona de co-prosperidade, era de opinião que os governos de Moscou e Tóquio deviam conciliar suas aspirações, diante de *“um futuro geopolítico que pertencerá ao bloco russo-chinês”*.

Concluindo: *“a China é um mar que torna salgados todos os rios que fluem para ela; se o Japão penetrar demasiadamente na China poderá afogar-se”*.

Defendia a tese *“invasão jamais, aliança sim”* pois o bloco Pan-Asiático só seria efetivo se transformado num império *“com o espírito do Japão e o corpo da China”*. Destacando que o Pacífico não banhava apenas a Ásia, e que a união se fazia necessária, visto que a cada dia se concretizava

"a possibilidade de cooperação entre a Rússia e os Estados Unidos". Era uma projeção do que ocorreria durante a Segunda Guerra Mundial - para enfrentar o eixo Roma/Berlim/Tóquio, aliaram-se URSS/Estados Unidos, jogando para mais tarde as divergências entre o supercapitalismo de Wall Street e o bolchevismo de Moscou. E, no caso desse arranjo, saíam perdendo o Japão e a própria Europa.

Previsões que se realizaram, já que terminada a Segunda Guerra Mundial, caberia a **Pax Americana I** impôr a **preponderância dos Estados Unidos na área do Pacífico** dentro do sistema de livre comércio e defesa do mundo comunista. O Japão passava a integrar esse Primeiro Mundo ou Bloco Ocidental do qual obtinha proteção.

Finda a "Guerra Fria", impunha-se a **Pax Americana II**, quando o governo de Washington, dentro das devidas proporções, passava a considerar o **poder econômico japonês como ameaça bem mais séria que a do arsenal militar russo**. Registrando-se que, com a queda do confronto militar na área, **caía nesse setor do Pacífico o "status" dos Estados Unidos**; situação refletindo o papel exercido pela Inglaterra na década dos 30,

quando ainda possuía, mas já começava a lhe fugir, o poder hegemônico, e não tinha meios nem sabia como preservá-lo.

Observa-se, pois, que no contexto atual, o Extremo Oriente depende cada vez menos dos Estados Unidos, na proporção em que sua indústria se torna bem mais dependente da sofisticada tecnologia japonesa. Conseqüentemente, **a fórmula asiática de crescimento está muito mais próxima do modelo japonês que do estadunidense.**

O Japão, por sua vez, é país sem espaço vital, altamente dependente de matérias-primas e alimentos, que os Estados Unidos lhe oferecem para receber, em troca, manufaturados; valendo nesse comércio bem mais o que os japoneses exportam, vão se tornando crescentes os déficits estadunidenses.

Historicamente, justifica-se a supremacia econômica do Japão, ante sua derrota militar para com os Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial. É que, a partir de então, o governo de Tóquio se despreocupou com o arsenal de guerra, ocorrendo o inverso com Washington que, capital de superpotência, envolvida na geoestratégia do confronto com Moscou, era obrigado a desviar grandes verbas para se impôr no

mundo e, no Pacífico, defender o próprio território japonês. A aliança com o Japão nessa fase é justificada pelo posicionamento das ilhas nipônicas na contenção do derramamento soviético no Pacífico.

Antes da guerra, a carreira militar no Japão não gozava de maior prestígio que a de empresário ou economista, ocorrendo o contrário nos Estados Unidos. Caberia à Guerra Fria transformar esses valores, levando o Japão desmilitarizado para a busca de sua reconstrução e crescimento econômico. Essa tendência foi se concretizando, muito embora, na década dos 80, as firmas estadunidenses e européias ainda dominassem, no campo da tecnologia. O Japão só participava da concorrência através do "dumping", oferecendo seus produtos por preços mais baixos; copiando aos poucos a tecnologia estrangeira, começou a aprimorá-la, ultrapassando a de seus competidores, graças ao sempre crescente volume de dinheiro que o governo destinava às pesquisas. Assim, em nossos dias passou a liderar em computadores, robótica, telecomunicações, automóveis, caminhões, navios, biotecnologia, interessando-se, até mesmo, pela indústria de energia nuclear e aeroespacial.

Detentor da alta tecnologia, o **Japão transformou-se na principal nação credora do mundo**; enquanto os ganhos com as exportações levavam o MCII (Ministério do Comércio Internacional e Indústria) a investir somas no exterior, com o iêne entrando em áreas do dólar e do marco. Inicialmente, procurou o Japão investir em infra-estruturas, como por exemplo o túnel do Canal da Mancha, jazidas de minério de ferro no Brasil etc. Em seguida, passava para as subsidiárias em região de mão-de-obra barata e abundante; os produtos manufaturados japoneses tornavam-se mais acessíveis, conseguindo vencer as tarifas protetoras dos Estados Unidos e da própria Comunidade Européia. Esse último passo propiciou ao Japão voltar-se com exclusividade para o setor mais promissor e lucrativo da alta tecnologia, transformando-se, na década dos 90, na **primeira potência econômica do Mundo**.

No entanto, embora a influência do Japão vá sempre num crescer, se impõe para os **Estados Unidos o fator altamente positivo do posicionamento**; trata-se da dupla face desse país bioceânico voltada para o Atlântico e Pacífico. Valendo-se também os Estados Unidos da **má recordação que os países asiáticos**

ainda guardam do Japão, já que o governo de Tóquio só muito recentemente vem admitindo seus erros na Segunda Guerra Mundial, tal como a Alemanha vem fazendo na Europa.

No aspecto global, os asiáticos demonstram, pelas duas potências econômicas, certa dose de respeito, ressentimento, inveja e receio. Os estadunidenses, na opinião dos asiáticos, são mais generosos, patrocinam eventos culturais e dão mais apoio às comunidades locais; já os japoneses são bem mais distantes no relacionamento, procurando manter para seus nacionais os postos mais elevados nas suas empresas. Mais educados e pacientes, os japoneses não menosprezam os costumes do país, jamais se esquecendo, numa visita de negócios, em oferecer um presente; já o estadunidense é apressado, chegando como contrato na pasta, onde também já estão a caneta e o talão de cheques.

Responsável, atualmente, por 70% de toda a atividade econômica na área de co-prosperidade do Pacífico, **o Japão conta com os "4 Tigres Asiáticos"** ou NIC's, traduzindo-se por "Novos Países Industrializados" (New Industrialized Countries); são eles - **Hong-Kong**,

Singapura, Formosa e Coréia do Sul (Mapa 3). Justifica-se o posicionamento dos quatro no fato de que, na concorrência travada pelos Eixos Norte/Sul pela conquista de mercados, os portos transformaram-se no grande instrumento de fomento de exportação. Conseqüentemente, sobretudo no caso de Hong-Kong e Singapura, o Japão obteve dois bons, baratos e privilegiados portos.

Vizinho de Macáu, em poder dos portugueses, **Hong-Kong** é formado por três regiões distintas: a ilha do mesmo nome (84 km²), a Península do Kowloon (41 km²) e o chamado Novo Território, reunindo várias ilhas à de Lantão (889 km²), constituindo assim um conjunto de 1.013 km², numa área pouco menor que a do município do Rio de Janeiro.

Encontra-se aí o único porto seguro e profundo entre Shangai e o Vietnã, que, ultra-sofisticado e totalmente privatizado, com seus 27 km serve de porta comercial e autêntica "mesa giratória" entre a China, os Estados Unidos e Formosa. Ainda em poder dos ingleses, em 1º de julho de 1997, quando termina o contrato de cessão, ao que tudo indica, deverá conservar o sistema capitalista como zona administrativa especial da China, reunida à região autônoma de Kuangsi e ilha

Mapa 3

Península
da
Indochina
e
Tigres
Asiáticos



fronteira de Hainan, onde Shezen já é zona especial de economia liberada (Mapa 4).

Prolongamento meridional da Península Indochinesa, a Malásia vê completada sua extremidade pela ilha de Singapura, isolada pelo estreito de Johore, com 1.600 metros de largura.²

Além de Singapura, cujo topônimo deriva de "Sinhapura", significando "povoado de leões",

fazem, dessa república, outras ilhas e ilhotas adjacentes, dentre as quais as maiores são Ubin e Tesong Bear. Trata-se, na realidade de um mini-estado, pois, com 581,5 km², tem pouco menos da metade da área do município do Rio de Janeiro.

Dentro do enfoque geoestratégico, **domina os dois estreitos que ligam os oceanos Índico e Pacífico** - o primeiro, Sonda,

2. Pierre Fistié - "Singapour et la Malasie" - Presses Universitaires de France - Paris, 1960.



Mapa 4
República Popular da China

organizado por
Therezinha de Castro

● Cidades de
Economia Liberada

○ Zonas Especiais de
Economia Liberada

- A - Shiamen
- B - Shantu
- C - Zhuai
- D - Ilha de Hainan
- E - Shezen

■ Regiões
Autônomas

entre as ilhas de Java e Sumatra, o segundo, Málaca, entre Sumatra e a Malásia (**Mapa 3**). É porto inseparável da Malásia, imprimindo, por outro lado, dinamismo à Indonésia, instalada num conjunto de ilhas e arquipélagos formando um arco até a Austrália.³

Totalmente privado e computadorizado, é o principal porto da Ásia e o 2º colocado no ranking mundial de carga, após Rotterdam, e o 1º quanto aos contêineres, com excepcional processamento de unidades, representando mais de 15 vezes o total do nosso porto de Santos.

Com "status" geopolítico de ponto de contacto entre a Europa, Extremo Oriente, Indonésia e Austrália, transformou-se na **"Gibraltar do Pacífico-Índico"**, posicionado na encruzilhada para onde converge a via marítima que une dois oceanos, e rota terrestre que enlaça os setores meridional e oriental da Ásia com a Insulíndia.

Com seus 36.000 km², Taiwan, que os portugueses chamaram Formosa, situa-se a 144 km da costa chinesa. Já pertenceu ao Japão

(1895), foi restituída à China após a Segunda Guerra Mundial, transformando-se numa República Independente em 1949. País arquipélago, compreende outras 13 ilhas no conjunto de Formosa, 64 no grupo de Penghu (Pescadores), e ainda as ilhas de Quemói (Chinmen) e Matsu (Lienkiang), próximo a província de Fukien, na China Continental.

A riqueza mineral de Formosa, nas áreas de anticlinais da zona intermediária a oeste da serra, é representada pelas jazidas de ouro, cobre, enxofre vulcânico, carvão, sal, gás natural e petróleo. Na categoria de novo país industrializado, mostra acentuado desenvolvimento nos setores de equipamento eletrônico, sendo o 3º pólo petroquímico da área.

Do trópico de Câncer, que passa pelo centro da ilha de Formosa, atingimos a área entre os paralelos de 30 e 40 graus de latitude norte, onde se localiza o **contraforte peninsular de valor geoestratégico - a Coreia ou Chosen**, palavra de origem japonesa correspondendo a "Calma da Manhã"⁴. Exerce esse contraforte dupla função: a de trampolim na

3. Le Thanh Khôi - "L'Asie du Sud-Est" - Presses Universitaires de France - Paris, 1959.

4. A.D.C. Peterson - "L'Extrême-Orient - Géographie Sociale" - Payot-Paris, 1951.
Li Ogg - "Histoire de la Corée" - Presses Universitaires de France - Paris, 1969.

invasão da Ásia e a de base continental para o domínio de arquipélagos no Pacífico. Foi, por isso, disputada no passado pelos japoneses, temerosos da expansão chinesa, e pelos chineses, procurando barrar a expansão nipônica. É, pois, pertinente a definição chinesa - "a Coréia é para a China o que os lábios são para a boca".

O mesmo valor geoestratégico imporia, na arena da "Guerra Fria", a **divisão da Coréia pelo paralelo de 38 graus**, para que as duas regiões ficassem sob a influência de Moscou (norte), com grandes interesses no continente e proteção da Sibéria, e de Washington (sul) na decorrência do poder soviético no Pacífico e defesa do Alaska e Havai. Dentro, pois, do enfoque geopolítico, é este exemplo bem caracterizado de como a disposição de fronteiras leva os contendores a buscar condições adequadas para defesa ou ataques fáceis; imposições ligadas a uma estratégia bem mais de governos do que propriamente de conteúdo humano, que essas fronteiras em questão possam vir a envolver ou a

dividir.

Posicionada entre a China Continental e o Japão Insular, do qual se encontra separada por um estreito de 193 km, a península da Coréia tem uma extensão de 220.740 km², equivalendo quase à área da maior ilha do Arquipélago Nipônico e à do nosso estado do Paraná.

Na conjuntura atual, ainda dividida, a Coréia do Sul (99.484 km², correspondente à área de nosso estado de Pernambuco. Por já ter sido anexada pelo Japão, inquieta-se com a hegemonia desse país no Pacífico; o "Samsung", gigante coreano, sabe bem, que uma vez aliado a uma companhia japonesa, dificilmente poderá dela se livrar. Por outro lado reconhece, diante das dimensões do Japão, que não se pode dar ao luxo de descartá-lo, em se tratando de qualquer projeto para a região do Pacífico. Compreende que todo capital estrangeiro só procura países com regras claras, destituídos de sentimentos xenófobos e que valorizem a economia de mercado; esse capital procura regiões onde exista mão-de-obra ou matéria-prima

5. Com 32 fábricas, atua em vários setores, como telecomunicações, metalurgia, eletrônica e construção naval. Com um faturamento, em 1992, de 45 bilhões de dólares, já atua em 55 outros países; pretendendo entrar no Brasil, no ramo de produtos petroquímicos, no sul, provavelmente Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, que oferecem benefícios fiscais para empresas que operem no Mercosul.

barata. E, em compensação, procura induzir o país agraciado a melhor distribuição de renda num rápido e seguro processo de recuperação sócio-econômico.

Hoje, como um dos "Tigres Asiáticos", segunda economia de mercado na área, a **Coréia do Sul teme que a unificação com o Norte**, tal como ocorreu com a Alemanha, venha lhe causar problemas, atribuindo-lhe uma dimensão bem mais inferiorizada no cenário internacional. Prefere, por isso, relacionar-se com o Norte em caráter de simples distensão, através do Acordo de Dezembro de 1991, que trata da "reconciliação, não agressão e cooperação".

Dentro dessa "**bipolaridade velada**", a Coréia do Sul não deseja mais se manter na condição de simples "Estado-cliente" que a caracterizou durante a "Guerra Fria", preferindo, assim, que os Estados Unidos mantenham sua presença forte no Pacífico em favor de um equilíbrio, pois percebe que nem mesmo congregando toda a Ásia, poderá o governo de Seul fazer frente ao Japão.

Numa política de

contemporização, em 1989, para pelo menos poder se transformar num "pólo geopolítico", à semelhança de "uma França ou Inglaterra da Ásia", a Coréia do Sul concordou em participar de um organismo de cooperação no Pacífico. Conseguiu, em 1991, ser convidada, já na condição de "parceiro de diálogo", como o Japão, Estados Unidos e Austrália, e ingressou na ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), que reúne também o Brunei, Singapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia.

A **Oceania**, nome derivado de Oceano, não se constituiu num continente propriamente dito; nas margens do Índico, reúne no Pacífico um conjunto de pequenas ilhas e arquipélagos entre a América e Ásia. Daí, no contexto da **zona de co-prosperidade**, excluir-se a **Austrália** da Oceania para inclui-la no Pacífico Sul; aí se destaca do conjunto étnico amarelo pela majoritária população européia. Inteiramente inglesa e fervorosamente branca, com pequeno índice de aborígenes de tipo bem

6. Griffith Taylor - "Austrália (Nueva Guínea, Tasmânia, Nueva Zelanda) - Geografía Regional y Humana" - Ediciones Omega S.A. - Barcelona, 1954.

A. Huetz de Lemp - "Australie et Nouvelle-Zélande" - Presses Universitaires de France - Paris, 1954.

primitivo, a Austrália e a Nova Zelândia contrastam com a caracterizada etnia amarela asiática, encontrando-se, literalmente, no que podemos caracterizar **no contexto das rotas comerciais, em "fim do mundo"**. Valeu-lhe tal característica o posicionamento. Separada do continente asiático por largos estreitos, não teve, nem mesmo na época das grandes navegações, o valor como ponto de passagem ou de aguada, tal como a América do Sul e a África, já que não era necessário contorná-la nas viagens de circunavegação, ficando, em consequência, à margem das importantes rotas de comércio.

Maior ilha do mundo, a Austrália com a Tasmânia somam uma superfície de 7.703.273 km², sendo menor que o Brasil. Ocupa mais ou menos a latitude de nosso país, pois é cortada pelo trópico de Capricórnio, e se aproxima dos 10 graus de latitude sul. País-ilha, sua fronteira litorânea é de 15.000 km, equivalente ao dobro da costa brasileira no Atlântico.

Por seu **posicionamento geoestratégico entre o Índico e o Pacífico**, teve mais importância no

setor da autodefesa durante a Guerra Fria, do que propriamente no comercial. A agricultura (trigo, milho, aveia, cevada e frutas) ao lado da mineração, sobretudo de carvão, constituem a base de sua economia, cujas exportações se dirigem mais para o "Cinturão do Pacífico", vindo as importações da CEE, Estados Unidos e Japão.

Na atualidade "o sistema portuário universal está subdividido em três vertentes básicas: Europa, América do Norte e Ásia. Fora desse circuito, que abrange os mais prósperos mercados do globo, situam-se os portos da América Latina, África e Oceania, os quais, por lamentável coincidência, até geograficamente não se beneficiam das grandes rotas mercantes internacionais".⁷ Por sua posição marginal na **zona de co-prosperidade do Pacífico**, em função de sua situação geográfica, a **Austrália procura penetrar em mercados da América Latina**. O "efeito porta" acordado na **Reunião do Rio de Janeiro de 1989**, teve a finalidade de utilizar a Austrália por agentes econômicos brasileiros, como trampolim para atingir outros países

7. Carlos Tavares de Oliveira - "O Sistema Portuário Mundial" - "O Globo" - 12 de agosto de 1993.

do Pacífico; em retorno, o Brasil como base para os negócios australianos em nosso continente, que ainda não é volumoso, por esbarrar no pequeno desempenho global da economia dessa ilha.

Do isolamento no Pacífico representado pela Austrália, chega-se ao contraste do envolvimento de outro vasto espaço vital - a China, que nesses últimos anos viveu fechada dentro de um sistema marxista modificado, representado pela chamada Revolução Cultural.* Isolamento político e não geográfico desse país de peso, oitava economia do Mundo e terceiro país em área, depois da CEI e do Canadá, com seus 9.571.300 km².

Isolada diplomaticamente e cercada por vizinhança hostil, manteve sempre relacionamento frio com a Índia e de desconfiança para com os Estados Unidos e a URSS; sobretudo, em se tratando da política do governo de Washington para com Formosa, e de Moscou pela invasão do Afeganistão e apoio aos vietnamitas em direção ao sul (Mapa 4). Viveu um "isolamento cercado", sem grandes chances para atuar na defensiva, pela

desprofissionalização do Exército promovida pelo maoísmo, bem mais devotado às "milícias camponesas". Por outro lado, como país subdesenvolvido, manteve sempre posicionamento crítico com relação a intervenções das superpotências em áreas do chamado Terceiro Mundo.

Com a política atual de Deng, nota-se um certo ideal em **reformular a estratégia de uma defesa avançada** através do restabelecimento da hierarquia militar, abolida como sendo instituição burguesa, bem como pela volta a um melhor desempenho por parte das academias militares, também caídas em desgraça na fase maoísta - política necessária em face da "nova ordem mundial", pois com a desagregação da URSS, ficou bem mais exposta ao perigo em sua vasta linha de fronteira.

Dentro da atual conjuntura, o governo de Pequim idealiza o **retorno da Mongólia**, transformada num país independente (1.565.000 km²), correspondendo ao nosso estado do Amazonas. Sem saída para o mar e desejosa de ingressar na economia de mercado, essa república, nascida em

8. Alain Peyrefitte - "Quand la Chine s'Eveillera... le Monde Tremblera - Regards sur la voie chinoise - Fayard - Paris, 1973.

1924, poderá ameaçar a outra parte, conservada pela China como **Província Autônoma da Mongólia Interior**.

Em caso de **separatismo**, se reduziria sobremodo o espaço vital chinês, já que o movimento iria se irradiar para a **Ningúisia e Sinkiang**, onde os mongóis se aliariam ao kasaques e kirguises, irmãos de língua turca, em prol do **renascimento do Turquestão**. Os turcos ou uighurs, nome este de origem medieval há pouco restabelecido, se constituem numa das raças brancas mais puras do mundo, pertencendo ao grupo classificado pelos antropólogos como "alpino". Habitam a província autônoma do Sinkiang, em granjas instaladas em oásis separados por desertos; nas pastagens montanhosas estão os **kasaques e kirguises**, que, como as minorias da **Ningúisia**, são também islâmicos.

A despeito da Grande Muralha (em chinês Tchang-Tcheng ou Longo Muro), surgida como conjunto de fortificações ainda no século III a.C. e reforçadas a partir dos séculos XV e XVII, não conseguiu a China impedir as conquistas **mandchús**; atualmente, na Mongólia Interior, os mongóis são minorias que vivem isoladas da maioria chinesa. Deve-se ressaltar que todos esses povos são

minorias somente se relacionados com os chineses ou russos, já que em seus habitats formam maioria, vivendo em vastos territórios com valiosas riquezas naturais. Constituem, conseqüentemente, desafios, tanto para a China quanto para a CEI, na área contígua.

A desagregação chegaria ao **Tibet**, misterioso e inacessível território, com rios sagrados para os hinduístas e solar dos "sancto sanctorum" mais importantes do budismo. É região autônoma dentro da China, mas de fronteiras mal delimitadas com o Butan, Sikin e Nepal, estados-tampões no Himalaia, ocupando importante posicionamento, já que através deles é que estão rotas que ligam os territórios indiano e chinês, passando pelo tibetano.

Na mais longa fronteira do mundo localizada entre a CEI e a China, destacam **duas encruzilhadas de valor geopolítico**. A primeira no nordeste, onde, além da CEI, a China se defronta com a Coréia, ficando diante do Japão. Aí, a **Mandchúria** foi cedida à Rússia na parte de seu litoral, para que Moscou estabelecesse a ferrovia que atingiria Vladivostok (1896). Com interesse na área, o Japão ocupou-a em 1932 criando o estado do Mandchukuo; na Campanha da Mandchúria, durante a

Segunda Guerra Mundial, os soviéticos venceram os japoneses, cujos exércitos foram, em dez dias, obrigados a capitular (agosto de 1945). A cobiça pela região transformou em **ponto nevralgico o Mar de Okhotsk**. A segunda encruzilhada encontra-se no extremo oposto, onde **a China, o Paquistão e o Afeganistão formam uma espécie de área-tampão entre a CEI e a Índia**. Aí se envolve o fundamentalista Iran, numa fronteira de quatro países, onde os fatores essenciais contribuem para o progresso industrial em larga escala - é zona própria para cultivo do algodão, com água, clima e terreno apropriados, com quedas d'água para implantação de usinas hidroelétricas, possuindo ainda petróleo, carvão, ferro e cobre. Conclui-se que as encruzilhadas internas da China não se constituem em simples áreas desérticas e sim em zonas de potencial a ser explorado.

Assim, a China, com sérios problemas ao longo de suas fronteiras terrestres, **vem procurando abrir sua economia para o Ocidente**, superando as más conseqüências da

chamada Revolução Cultural, colocando, no entanto, o setor defensivo como quarta opção, depois da agricultura, indústria e ciência. Pelo poder latente (matérias-primas inexploradas), associado ao fator presença (área ou espaço vital) e, sobretudo, face ao mercado interno de que dispõe, a China, em sua fase inicial da **"Era das Quatro Modernizações"**, não deverá se tornar tão dependente quanto os "Tigres Asiáticos".

Seus **grandes desequilíbrios** são caracterizados pelas três regiões que compõem o território: o da **Costa**, formada por apenas 10 províncias detentoras do poder real de um ecúmeno estatal, que, a partir de 1984, com a implantação das **zonas econômicas especiais**, concentra 73% do comércio internacional, contrastando com o interior e oeste (representados pelas outras 20 províncias), caracterizando-se como área marginalizada. É, como o Brasil, caracterizado por três **"ilhas geoeconômicas"**, um **país emergente onde o desenvolvimento ocorre em diferentes velocidades**. Essas diferentes velocidades dão, ao

9. No Brasil, o poder real de um ecúmeno estatal é representado pelas regiões Sul e Sudeste (18% do território), os outros 18%, em desenvolvimento é a região Nordeste; enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste (64%) são marginalizadas ou subdesenvolvidas. Vide da autora - "Retrato do Brasil - Atlas - Texto de Geopolítica" - Bibliex-Rio, 1986, p. 29.

Brasil e à China, a classificação de países subdesenvolvidos, mas constituindo respectivamente a 10ª e a 8ª economias do mundo. Nos três mundos da nova ordem mundial - dos países produtores (o Grupo dos Sete), dos países extratores (caracterizadamente pobres), a China e o Brasil se classificam no meio termo como **nações perturbadoras**.

Na China, a agricultura representa o valor absoluto (arroz, algodão, soja, milho, fumo, chá), destacando o carvão como principal minério explorado. Essa agricultura segue, primeiro em oportunidade, e segundo em ponto fraco, justificando-se pelo cultivo do arroz d'água, exigindo mão-de-obra abundante, embora bastante rendoso por hectare, levando desvantagem diante do mecanizado. Em segundo, o tido ponto fraco é evidenciado pelo crescimento populacional, a despeito do planejamento rígido familiar, podendo levar o país a crescente importação de alimentos.

No entanto, nada se faz da noite para o dia e, voltando-se para o capitalismo, adotando a economia de mercado, **a China pode ser vislumbrada como candidata a grande potência**, por representar não só uma força política mas, sobretudo, de importante expressão

estratégica.

Napoleão Bonaparte afirmou no século passado - *"no momento em que a China acordar, o mundo tremerá"*. A potência "comunista" abriu-se oficialmente para o capitalismo em março de 1993, quando a Assembléia Nacional Popular aprovou um "pacote de reformas", iniciadas em 1978 por Deng Xiaopen. As ligações desse país com o Ocidente estão amarradas por numerosas empresas, bem-vindas ao governo, que necessita de dinheiro. Com a desintegração da URSS, transformou-se e se transforma, donde estar sendo apontada como país capaz de rivalizar com os Estados Unidos nas próximas décadas. Note-se que, com cerca de 60 misseis com ogivas nucleares, a China aponta com o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU e, embora na quarta opção, suas Forças Armadas consumiram em 1993, 14% do orçamento do país.

Como 2/3 do território chinês é montanhoso ou semidesértico, **90% de sua população se concentra em apenas 1/6 do total da área**; é, pois, como o Brasil (sem áreas montanhosas e regiões desérticas), mas com 80% do efetivo populacional a 1.000 km do litoral e com poder real em apenas 18% do total da área,

nação que ainda carece de integração.

Enquanto o Brasil está mais voltado para o Atlântico, a situação da China, voltada para o Pacífico, começa a dar a sua guinada ao implantar suas **5 zonas experimentais e 14 cidades de economia liberada**, formando a locomotiva para o país com 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, correspondendo a 1/5 da população mundial, com modelo em farta e barata mão-de-obra, capital estrangeiro e tecnologia pirateada (Mapa 4). As comunicações nesse litoral que se capitaliza são feitas ainda através de estradas precárias, mas, mesmo assim, as fábricas não param de produzir computadores, muitos dos quais entregues em carrocerias atreladas a bicicletas.

Embora em contraste com a mestiçagem que ocorre num Brasil todo de língua portuguesa, **esse mundo amarelo formado pela China não é completamente homogêneo**. Ao lado dos 94% de han ou chineses, subsistem 54 minorias nacionais reconhecidas; ao lado do chinês falado com diferenças fonéticas regionais, subsistem vários dialetos.

Concluindo: enquanto a China vê sua área contígua ao Pacífico

ingressar na fase moderna, o interior, e em especial o setor fronteiriço, ainda na categoria de zona geopolítica neutra, conta com minorias étnicas ameaçando o todo político desde o Himalaia até a Mongólia. Como as demais nações emergentes, enfrenta pressão internacional, ligando-se o principal receio do governo de Pequim ao separatismo. Por isso, a China impõe a sua soberania, não aceitando discutir o problema tibetano, e mantendo, por isso, rígido controle militar na área.

Nesse cenário de comércio em blocos, iniciado pela CEE, há quem acredite num retorno à bipolaridade, com a substituição dos Estados Unidos e URSS no contexto mundial, e os que vêm o centro de gravidade, no próximo século mudando para o Pacífico, que terá sua era, tal como ocorreu com o Mediterrâneo e, posteriormente, com o Atlântico.

A despeito da fragmentação geopolítica no Pacífico Oriental, o rápido crescimento econômico dos países locais vem **projetando um centro mundial de indústria e comércio**. Era, pois, de se esperar que uma proposta de união em bloco, com geocentro em Tóquio, viesse a ser proposta pela Tailândia, o único país a escapar da ocupação militar

nipônica durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, coube ao primeiro-ministro da Malásia, Mohatir Mohamed, a proposta, em 1991, para a criação de um Bloco Comercial Asiático liderado pelo Japão. Este, em princípio, rejeitou o projeto, muito embora venha reforçando seus vínculos com os vizinhos, preparando-se para um eventual enfrentamento de eixos Norte/Sul que se formam. Há, em torno de tudo, um porém, um fato que não escapa à observação - em se tratando de Extremo Oriente, até bem pouco tempo, o primeiro que nos vinha a mente era o exotismo - hoje a área denota mudanças, registrando crescimento econômico explosivo.

Finda a Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Japão, os Estados Unidos provocavam o **desmembramento dos "zaibatsus"**, grandes conglomerados, concentrando uma quarta parte do poder nas mãos de pequenos grupos feudais. Isso porque, em 1868, o Japão passara a importar máquinas e

engenheiros da Europa, iniciando-se no conhecimento das técnicas ocidentais. Aos poucos, com seu espírito inventivo e minucioso, foram aprimorando processos de fabricação.¹⁰

No entanto, até a Segunda Guerra Mundial os complexos industriais japoneses, ainda inferiorizados, diferiam em muito dos existentes na Europa e Estados Unidos. É que ao lado das grandes empresas representando o **"shiro", castelo forte feudal**, subsistiam pequenos artesanatos familiares operando, muitas vezes, para a fábrica principal como subsidiários, entregando-lhes peças semi-elaboradas para serem levadas ao processo final de industrialização.

No feudalismo europeu, que há muito terminara, o filho do vassalo passava um período no palácio do suzerano até ser armado cavaleiro. No Japão, em plena era contemporânea, esse fato comparava-se ao das filhas de pequenos artesãos trabalharem nas grandes fábricas como parte de mão-de-obra: eram então alojadas em pensões especiais,

10. "O Japão de Hoje" - publicação do Departamento de Informação do Ministério de Negócios Estrangeiros - 1968.

Paul Lehman - "Geografia del Japón" - Editorial Labor - Barcelona, 1929.

Lester Thurow - "Cabeça a Cabeça (A Batalha Econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos)". Editora Rocco, Rio, 1993.

alimentadas e educadas pelo industrial até que, adquirindo certa soma em dinheiro retornavam ao clã paterno. Essa foi a fase em que o Japão se dedicava apenas às indústrias leves, pois a transição para a pesada só ocorreu em 1930, acelerando-se em seguida, devido ao esforço de guerra.

A Segunda Guerra Mundial aniquilou o Japão: além de ter 40% de suas cidades destruídas, o mesmo aconteceria com 30% das centrais térmicas, 58% das refinarias, 30% das usinas e 80% da marinha. Perdia ainda 45,5% de seu território - Formosa, Coreia, Kurilas, o sul de Sakalina, Mandchúkuo, ou Mandchúria, Kuang-Tung (Cantão) e várias ilhas no Pacífico. No entanto, de 1945 até 1952, o país auxiliado financeiramente pelos Estados Unidos, para tê-lo como aliado no Oriente contra a URSS, passaria pela fase febril da reconstrução, entrando em seguida no período da consolidação, que se estenderia até 1959. Atingia, nesse ano, o 3º estágio já completado, quando as indústrias químicas, a petroquímica e produção de máquinas pesadas colocavam o país entre as primeiras nações

industrializadas do mundo. Graças sobretudo ao "keiretsu"¹¹, que ressuscitou antigas formas de aglomeração de empresas sob a liderança de bancos, ou em cadeias verticais de produção comandadas por um gigante industrial.

Formado por 4 ilhas principais - Honshu, Shikoku, Kyushu e Hokaido - o arquipélago japonês se estende num arco de 2.400 km de comprimento, com 85% de sua área total ocupada por montanhas com 192 vulcões, dos quais 58 em atividade. Em consequência, mais de 40% da população, cujo total é de 130 milhões de pessoas, se concentra em 1% da superfície do país, cuja área total é de 377.748 km², pouco maior que a do nosso estado do Maranhão.

Líder incontestado na **zona de co-prosperidade** do Pacífico, o Japão tem apenas 0,3% de sua terra habitável, donde o grande impasse de que o centro de gravidade econômico-mundial se desloque inteiramente para a Ásia. Na era do Atlântico, impuseram-se os impérios coloniais comandados por pequenos Estados periféricos - Portugal, Holanda e

11. O "keiretsu" gravita em torno de 6 bancos (Mitsubshi, Sumitomo, Mitsui, Dai-ichi, Tuyo e Sanwa), enquanto o setor industrial se distribui pelos sofisticados setores do automobilismo e eletrônica. O "keiretsu" subdivide-se, por sua vez, em: vertical, constituído pelos fornecedores, produtores e revendedores; e horizontal, reunindo firmas de diferentes indústrias.

Inglaterra. No entanto, já em 1838, Alexis de Tocqueville previa que o mundo estava se tornando pequeno demais para ser comandado pelas metrópoles européias. O fator presença, constituído pela área ou espaço vital, começava a ter importância; o desmembramento dos grandes impérios coloniais, cujas metrópoles industriais dependiam das matérias-primas de seus territórios e vastas fachadas marítimas. De fato, a URSS e os Estados Unidos dispensavam o colonialismo, mas, ante a "geopolítica do confronto", instituíam o imperialismo, na conquista de espaços para a implantação das ideologias comunista e capitalista. Finda a Guerra Fria, extinta a bipolaridade, formam-se blocos econômicos, numa fase de transição que ainda impõe a interdependência, já que a despeito das matérias-primas sintéticas, os países industriais também dependem das naturais, bem como dos mercados consumidores.

Para impôr sua hegemonia na área do Pacífico, o Japão tem preços a pagar. Livrou-se dos custos da defesa, pagando o seu preço via **"diplomacia pacífica unidirecional"** (zenhoi keiwa gaibo). Trata-se de geoestratégia externa coerente, representada pelo

"ser discreto e nada dizer", quando eclode uma crise em qualquer parte do Mundo, e muito em especial, no conturbado "heartland muçulmano", que supre o Japão em 99% de suas necessidades petrolíferas. No ponto em questão, a Europa e os Estados Unidos não contam com essa vantagem, pois, a despeito de formarem seus blocos econômicos, ainda têm que se envolver nos destinos de áreas conturbadas.

Comparativamente, antes da Segunda Guerra Mundial, a carreira militar tinha, no Japão, muito mais prestígio que a de empresários e executivos; nos Estados Unidos ocorria o inverso. Caberia à Guerra Fria inverter esses valores, com os Estados Unidos envolvidos na mundialização dos problemas, tendo que dispendar maiores somas no setor da defesa em detrimento da própria economia. Com isso, os Estados Unidos foram aos poucos cedendo o seu lugar de primeira potência econômica do mundo, oferecendo ao Japão matérias-primas e alimentos, em troca de produtos industrializados. Valendo bem mais do que exporta, o Japão vai conseguindo que sejam crescentes, nesse comércio, os defeitos estadunidenses.

Até princípio dos anos 80, as

firmas dos Estados Unidos e Europa dominavam o campo da tecnologia. Quando o Japão entrou na concorrência, oferecendo seus produtos por preços mais baixos, o "dumping" inverteria a situação. Copiando a tecnologia estrangeira, passavam os japoneses a aprimorá-la, ultrapassando a de seus competidores, graças ao sempre crescente apoio financeiro destinado às pesquisas no campo. Com isso, na década de 90 o Japão passava a liderar em computadores, robótica, telecomunicações, automóveis, caminhões, navios, biotecnologia, envolvendo-se, até mesmo, nos setores da energia nuclear e aeroespacial, transformando-se na **principal nação credora do Mundo**¹².

A partir de então, com os ganhos nas exportações, o MCII (Ministério do Comércio Internacional e Indústria), resolveu investir somas no exterior: investimentos em infra-estruturas como o Túnel no Canal da Mancha, jazidas de minério de ferro no Brasil etc. Daí se envolveu com subsidiárias em regiões com mão-de-obra barata e abundante, e os produtos

manufaturados japoneses tornaram-se mais baratos, podendo contornar as tarifas protetoras dos Estados Unidos e da própria CEE. Nessa trajetória, transformou-se na **primeira potência econômica do Mundo, consagrando-se ao setor mais promissor e lucrativo da alta tecnologia**, sendo, pois, vital para o Japão o comércio exterior, que tem uma de suas faces voltada para o próprio Extremo Oriente - região que hoje apresenta mais possibilidades do que problemas, já que a tecnologia cede lugar a economia, provocando amplas transformações nos alinhamentos políticos dos países asiáticos.

No contexto ainda, a verdadeira questão não é de se a Ásia reconhece os Estados Unidos como potência do Pacífico e se esse país, por sua vez, se reconhece como tal. O recuo militar levou o Pentágono a retirar suas forças para manter simplesmente **uma presença aeronaval, baseada no "direito de acesso"**, direito esse vigorando, em face de conflitos militares territoriais latentes na área. Direito que levou, por exemplo, em 1990, o chefe do Partido Comunista vietnamita Nguyen Van Linh a

12. Com a cotação de 100 lenes por dólar, em agosto de 1993, o japonês passava a ocupar o lugar do estadunidense como o povo mais rico do mundo, com uma renda média anual de 36 mil dólares por pessoa.

oferecer, tanto a Washington como a Tóquio, o uso da base construída pelos estadunidenses na Baía de Can Ranh; justificando-se o fato pela competição da China e do Vietnã no Camboja, além do antagonismo entre os dois países quanto a propriedade das Ilhas Spartley.

A essas contendas não escapa o próprio Japão, pois disputa, com os governos de Pequim e de Taipé, quatro ilhas minúsculas e desabitadas - Senkaku, em japonês, e Diaoyutal, em chinês - além de três recifes de coral no Mar da China, a 350 km no leste do litoral chinês.

Por sua vez, a CEI tenta ingressar na **zona de co-prosperidade do Pacífico**, através do Banco Asiático de Desenvolvimento, ou via Organização de Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico. O óbice está na **disputa pela**

supremacia no Mar de Okhotsk, onde as Kurilas e a Sakalina são imprescindíveis à CEI, pela cobertura estratégica que dão a região do Amour, e necessárias ao Japão, no setor da pesca.

A CEI, tal como os Estados Unidos, tem uma face voltada para a Europa e outra para a Ásia, vendo, no Extremo Oriente, condições para o seu desenvolvimento, pois, como a China, também está abrindo suas portas para o capitalismo. No tocante aos Estados Unidos, foi surpreendente a guinada a partir de 1990, com os embarques para o Pacífico superiores aos do Atlântico. Donde a conclusão de que, em se tratando do que vem ocorrendo na **zona de co-prosperidade do Pacífico**, o problema, para as demais partes do mundo, não é o de como controlar esse movimento e, sim, o de como a ele se adaptar.



THEREZINHA DE CASTRO - Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEME e ECEMAR. Professora de História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: "Rumo à Antártica", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "Geopolítica: Princípios, Meios e Fins" e outras. Atualmente é membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra.



A INFLUÊNCIA DAS IDEOLOGIAS TOTALITÁRIAS NO BRASIL ENTRE AS I E II GUERRAS MUNDIAIS

L. P. Macedo Carvalho

Trabalho apresentado, pelo autor, no "Colóquio Internacional de História Militar", em Istambul, 1993, sob o tema "O Período Entre Guerras", representando o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

O MUNDO APÓS A I GUERRA MUNDIAL

Uma vez abalados os nacionalismos após a I Guerra Mundial, o fracasso do liberalismo, o artificialismo das fronteiras, o colapso das classes sociais, o agravamento das tensões entre minorias étnicas e o desencanto dos Estados-nações europeus com o sistema político-partidário ensejaram o advento das sociedades de massa. Nesse quadro, abateu-se sobre o mundo um furacão de movimentos ditatoriais e totalitários.

Paradoxalmente, as ditaduras e os regimes totalitários prevaleceram

depois de uma guerra travada para libertar os países da tirania e implantar o liberalismo.

A "Revolução Russa" disseminou a ideologia totalitária comunista através de um movimento internacional.

Da Itália, Mussolini exportou o antidemocrático fascismo para quase toda a Europa Central e Oriental. Apenas os tchecos, mas não os eslovacos, constituíram uma das raras exceções.

Ditaduras foram implantadas pela Europa afora para impedir a ação da dinâmica revolucionária comunista. Na Espanha, ocorreu o golpe de estado de Primo de Rivera e

Franco tomou o poder; a ditadura do proletariado de Bela Kun foi suplantada pelo governo autoritário dos "brancos", tendo à frente o Almirante Horthy na Hungria; o Marechal Pilsudsky derrotou os comunistas na Polônia; Woldemaras esmagou os "vermelhos" na Lituânia; uma "Junta" assumiu o controle na Estônia; Ulmanis dissolveu a "Dieta", a fim de preservar a democracia na Letônia das esquerdas, inspiradas pela Rússia, e dos nazistas, apoiados pela Alemanha; Metaxas asfixiou a Grécia como preposto nazista; o Rei Alexandre tornou-se ditador na Iugoslávia; Gueorguiev estabeleceu um regime fascista na Bulgária; o Rei Carol implantou uma ditadura na Romênia, diante das ameaças da "Guarda de Ferro"; e o general Gomes da Costa triunfou em Portugal. Até mesmo China, Egito, Japão e Turquia eram, em essência, ditaduras militares.

À exceção da Bélgica, EUA, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Suíça, das monarquias escandinavas, de algumas repúblicas latino-americanas e de domínios autônomos da Comunidade Britânica, o resto do mundo sucumbira ao despotismo, sob uma forma ou outra.

O movimento "spartakista" de Karl Liebknecht e Rosa de

Luxemburgo agitou a Alemanha, mas acabou sufocado pelos "Corpos Livres". Sob a roupagem do nacional-socialismo, com a alegação de se contrapor ao comunismo e recuperar a identidade dos povos germânicos, o nazismo dominou a Alemanha e ameaçou impor ao mundo sua ideologia, só comparável ao stalinismo.

Os teóricos do nazismo declaravam que o "Estado ético" de Mussolini, apesar deste se considerar totalitário, não podia ser confundido com o "Estado ideológico" de Hitler. Acentuando as diferenças entre o fascismo e o nacional-socialismo, afirmava Goebbels que "enquanto o nacional-socialismo desce até as raízes, o fascismo é superficial". Por outro lado, Hitler admitia similaridades entre o nazismo e o comunismo: "Em nosso movimento, os dois extremos se tocam... os comunistas foram os idealistas do socialismo". O único homem que Hitler respeitava incondicionalmente era Stalin, e Kruschev dizia que, reciprocamente, Stalin só confiava em um homem - Hitler.

As ideologias totalitárias encontraram ambiente favorável onde havia cultura de massa para alimentar a máquina do poder e dominar completamente o homem; onde havia

miséria e grandes contingentes populacionais indiferentes politicamente. O êxito dos movimentos totalitários verificou-se nas regiões desprotegidas da depressão de pós-guerra ou subdesenvolvidas, em consequência da desilusão com os regimes ditos democráticos, resultante do desaparecimento das classes sociais, do desmoronamento econômico e do esfacelamento político-partidário.

Assim, as ideologias totalitárias que visavam ao domínio do mundo, ecoaram também na longínqua América do Sul. O Brasil, espelho distante do berço das ideologias totalitárias, mas subdesenvolvido e com a maior parte da população não estratificada social e politicamente, não fazia exceção no período entre guerras. As primeiras ações com o objetivo de comunizar a Europa repercutiram logo no território brasileiro, a despeito de nossa arraigada formação cristã e liberal. A vitória dos bolchevistas causara impacto em todo o planeta e teve profundos reflexos entre nós.

Em oposição ao comunismo, surgiu também no Brasil o partido "Ação Integralista Brasileira" (AIB) que traduzia, em síntese, um fascismo caboclo.

A resultante do confronto entre

os extremistas de esquerda e de direita foi a ditadura personalística de Vargas, debaixo da égide do "Estado Novo", que perduraria de 1937 a 1945.

A PRIMEIRA TENTATIVA COMUNISTA

A primeira notícia de que se tem conhecimento a respeito de doutrinação de caráter nitidamente marxista no Brasil data de 1908, com a organização da "Confederação Operária Brasileira", no Rio de Janeiro. Tal entidade de fachada salientou-se pela fermentação de greves, contraposição ao Serviço Militar, ação pacifista e atuação contrária ao esforço em prol dos aliados na I Guerra Mundial. Seus integrantes criaram a "Liga Antimilitarista", fundaram os jornais "Não Matarás" e a "Voz do Trabalhador", além de ameaçar o país com greve geral, caso o Brasil participasse de guerra externa. Quando a imprensa noticiou a tomada do poder na Rússia pelos soviéticos e o massacre da família imperial, cresceu a propaganda subversiva comunista, explorando as contradições econômico-sociais e políticas do país.

Em 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), afiliado

ao "Komintern" de Moscou. No ano seguinte o Brasil já se fazia representar no IV Congresso Internacional Comunista. Simultaneamente, apareceram a "Confederação Geral dos Trabalhadores", até hoje dominada pela esquerda, e a "Federação Sindical".

Na época, sendo o Império Britânico a potência mundial em destaque, o PCB desencadeou campanhas contra o imperialismo inglês.

Diante das agitações político-militares ocorridas no início da década de vinte, o PCB foi posto na ilegalidade e passou a atuar na clandestinidade.

A partir de 1928, o PCB - já plenamente reconhecido pelo "Komintern" - ganhou expressão com o III Congresso do Partido, cujas recomendações conduziram à tentativa armada de tomada do poder. Daí para cá passaram a atacar o imperialismo ianque, deram ênfase à "Juventude Comunista", intensificaram a subversão nos sindicatos operários e a infiltração nos quadros das Forças Armadas.

Em março de 1934, surgiu a

"Aliança Nacional Libertadora" (ALN), que, explorando a descrença nas idéias nacionalistas resultante da I Guerra Mundial e as reivindicações do povo, por intermédio de 1.600 comitês espalhados em todo o país, seria a grande articuladora da tentativa de revolução comunista no Brasil.

No VII Congresso da III Internacional Comunista, o delegado Van Min, membro do Conselho Executivo do "Komintern", entusiasmado com a atuação da ALN, levou o "Komintern" a julgar erroneamente estar o Brasil maduro para uma revolução bolchevista e recomendar todo poder à Aliança, como alternativa de governo.¹

Assim, com o fim de arquitetar e dar orientação política à revolução bolchevista no Brasil, o "Komintern" credenciou, junto aos países sul-americanos, como seu representante oficial, o ex-deputado alemão Arthur Ernst Ewert, sob o codinome de "Harry Berger". Esse agitador internacional foi a mola-mestra da intentona comunista de novembro de 1935.

Para compor a equipe revolucionária, Moscou enviou

1. "Devo expor a todos os camaradas que se interessam pelo desenvolvimento do comunismo na América do Sul, que, no Brasil, já existe ampla e bem organizada associação denominada "Aliança Nacional Libertadora"... Essa Aliança foi criada sob orientação secreta mas direta do Partido Comunista Brasileiro, segundo as instruções confidenciais recebidas da Legação Soviética em Montevidéu..."

também ao Brasil um ex-marinheiro alemão, Johann de Graaf, "terrorista nato", para cuidar das ações armadas; o rádiotelegrafista, norte-americano, Victor Allen Baron; o ucraniano Pavel Stuchevski, da polícia secreta, com a falsa identidade de empresário belga Leon Jules Vallée, incumbido de controlar as finanças do movimento; e Olga Benário, judia alemã, integrante do serviço secreto soviético, a fim de tomar conta de Prestes.

Em abril de 1935, desembarcou também no Brasil Rodolfo Ghioldi, secretário-geral do Partido Comunista Argentino, para auxiliar a articulação do movimento revolucionário.

A revolução deveria ser conduzida em duas etapas. A primeira visava a criação de uma frente popular de operários, camponeses, pequenos burgueses e militares; a segunda tinha por objetivo a implantação de um governo popular nacional revolucionário, liderado pelo ex-capitão do Exército, Luiz Carlos Prestes, com representantes daquelas classes.

Colocando em execução o plano estabelecido, a 23 de novembro de 1935, eclodiu um levante no quartel do 21º Batalhão de Caçadores, em Natal, RN, que se estendeu, no dia

seguinte, ao quartel-general da 7ª Região Militar, CPOR e ao 29º Batalhão de Caçadores, no Recife e Socorro e, finalmente, a 27, aos aquartelamentos da Escola Militar de Aviação, no Campo dos Afonsos, e do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Havia previsão de envolver outras unidades mas, por falta de coordenação, a conspiração foi descoberta e presos os líderes.

Liderada por oficiais subalternos e graduados, que aliciaram as praças, a sedição contou com o apoio de civis das camadas sociais menos favorecidas locais. Em Natal, os comunistas dominaram, por quatro tenebrosos dias, a cidade e chegaram a estabelecer um governo, cometendo os maiores absurdos e provocando numerosas baixas; no Recife, a situação foi extremamente confusa durante quarenta e oito horas, resultando em dezenas de mortos, quase uma centena de feridos e quinhentos presos; no Rio de Janeiro, os revoltosos, após sangrentos combates, tomaram o 3º RI e quase controlaram a Escola de Aviação Militar, assassinando oficiais enquanto dormiam e causando inúmeras mortes.

Graças à enérgica e pronta ação do grosso do Exército, a primeira

tentativa de revolução comunista foi logo sufocada, a ALN fechada e o PCB posto outra vez na ilegalidade.

Na década dos 60 e 70 tentariam novamente os comunistas tomar o poder pela força, valendo-se da guerrilha rural e urbana.

O FRACASSADO "PUTSCH" INTEGRALISTA

A ameaça comunista e a propagação do nazi-fascismo levaram ao radicalismo da extrema direita.

Em outubro de 1932, com o lançamento do "Manifesto Integralista", surgia no Brasil outro movimento nacional de inspiração fascista - o "Integralismo", além do Partido Nacional Socialista Alemão que chegaria, mais tarde, a controlar aproximadamente 2.300 organizações germânicas de natureza diversa, em particular no sul do país, sob a chefia do nazista Hans Henning Von Cossel, adido cultural da Embaixada da Alemanha, e com o apoio do próprio

embaixador Karl Ritter.

A representação do Partido Nazista visava preservar o nacionalismo germânico entre os imigrantes alemães e seus descendentes, bem como impedir a sua aculturação. O governo alemão encorajava-os a não se considerarem imigrantes, mas súditos germânicos residentes no exterior e, portanto, parte da Grande Alemanha. Na época totalizavam mais de um milhão de pessoas.

Na verdade, Hitler incluía o Brasil nos seus planos de controle mundial.²

Substituindo as camisas negras dos fascistas de Mussolini por verdes, o "fascio" italiano pelo "sigma", o "Heil Hitler" pela palavra Tupi "anauê", na saudação de braço erguido os integralistas, sob o lema "Deus, Pátria e Família", promoviam desfiles de milícias, convenções e violências nas ruas contra os extremistas de esquerda, em nome da

2. Na sua obra "The Voice of Destruction" (New York, 1940, p. 61-67), Hermann Rauschning, líder nazista em Danzig e amigo pessoal de Hitler, dá interessante testemunho dos planos do "Führer": *"Encontraremos tudo de que precisamos lá. Todos os pré-requisitos para uma revolução são encontrados lá, uma revolução que em poucas décadas, ou mesmo anos, transformará um Estado mestiço corrupto em domínio alemão. Impor-lhes-emos ... nossa filosofia... Se há um lugar onde a democracia não faz sentido e se mostra suicida, é na América do Sul... Esperem alguns anos e nesse Interim façamos o que pudermos para auxiliá-los. Mas temos que enviar emigrantes nossos para lá... Não desembarcaremos tropas, como o fez Guilherme, o Conquistador, nem tomaremos o Brasil pela força das armas. Nossos conquistadores... têm missão mais difícil do que os primeiros e, por esta razão, portam armas mais complicadas."* (Hitler considerava como modernos conquistadores os diplomatas alemães, as representações do Partido Nazista no exterior e as diversas associações germânicas de cunho cultural, educacional e econômico).

defesa da pátria e da solução dos problemas causados pela depressão. Pregando o fechamento dos partidos políticos, a instituição de um Estado forte que tudo controlasse e o nacionalismo, os "integralistas", inequivocamente antidemocráticos, ganhavam força e prometiam incendiar o País e o continente. Dos 4.000 oficiais do Exército, dizia-se que 1.200 eram filiados à AIB ou simpatizantes; o mesmo se aplicava à metade do corpo de oficiais da Marinha.

O líder "integralista" - Plínio Salgado - jornalista paulista, sofreu também influência ideológica do advogado, político e sociólogo português Antônio Sardinha, que inspirou muito do autoritarismo de Salazar.

Eliminados os comunistas, parecia que os "integralistas" triunfariam apoiados pelo governo, mas Vargas, na realidade, usara-os para atingir seu objetivo de alterar a Constituição e tornar-se ditador, prometendo-lhes que seus ideais constituiriam a base da nova ordem a ser implantada.

Em maio de 1938, sentindo-se traídos com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, um grupo armado de "camisas verdes", com apoio de parte da guarda de fuzileiros

navais do palácio presidencial e de militares contrários à ditadura implantada, atacou a residência oficial do chefe de Estado, no Rio de Janeiro. A despeito da guarnição militar local demorar a debelar a revolta, as forças leais ao governo acabaram derrotando e prendendo os insurretos. Prisioneiros foram fuzilados nos fundos do Palácio Guanabara e Vargas explorou as boas relações mantidas com Edda Mussolini para retirar exilados políticos da embaixada italiana e colocá-los na prisão, extinguindo o "integralismo" de forma brutal.

O governo anunciou que o "putsch" integralista tinha ramificações em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

No Rio de Janeiro, a ação armada não se limitou ao Palácio Guanabara. Os "integralistas" se apossaram do Ministério da Marinha, de onde foram desalojados a fogo de artilharia; tentaram tomar o cruzador "Bahia" e as instalações da antiga "Panair do Brasil", no Aeroporto Santos Dumont; efetuaram infrutíferos ataques de surpresa às residências do Ministro da Guerra, do chefe do estado-maior do Exército e do comandante da Guarnição da Vila Militar, além de lutarem nos

logradouros públicos da “Esplanada do Castelo”.

Apesar de a imprensa denunciar conexões da Embaixada Alemã com o “putsch”, o relatório oficial final sobre a tentativa de golpe de Estado dos “integralistas” isentou os diplomatas germânicos de suspeitas.

O “ESTADO NOVO”

Em novembro de 1930, sob forte pressão de dissensões internas e da crise econômica internacional, ocorreu uma revolução para modernizar o Brasil. O líder civil daquele movimento - Getúlio Vargas - na crista da onda dos acontecimentos, tornou-se presidente provisório do País.

Esmagados os comunistas, desaparecidos os “integralistas” e silenciados os liberais, o resultado dessas tentativas de implantação de ideologias totalitárias no Brasil foi a instituição de “regime forte, de paz, justiça e trabalho” de Vargas, que colocou de lado a “democracia dos partidos”, extinguiu todos os partidos políticos, suspendeu as garantias e liberdades individuais e decidiu sustar os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa do País.

Era o começo da primeira ditadura no Brasil, que duraria oito

anos, até o Exército derrubá-la, ao retornar da campanha da Itália, em 1945.

O “Estado Novo”, ao contrário de seus mentores europeus, não possuía uma ideologia política onde alicerçasse o regime autocrático. Fundamentou-se nas Forças Armadas, na polícia política e na inexistência de oposição. Constituiu uma versão brasileira abrandada do fascismo italiano. Representou uma forma de ditadura de cunho pessoal e nacional. Era um regime híbrido, sem base ideológica e popular, calcado no populismo à brasileira, paternalista e patrimonialista, que teve como objetivos o bem-estar social e o nacionalismo econômico e gerou o estatismo e corporativismo, protegido por um executivo forte.

A mudez dos constitucionais liberais permitiu que a Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937, mais conhecida como a “Polaca”, tivesse como modelo a polonesa, promulgada a 23 de abril de 1935, pelo regime ditatorial de Pilsudsky. As semelhanças são notórias, particularmente no que se refere ao fortalecimento do Poder Executivo, à concessão de autoridade ao Presidente para adiar sessões do Parlamento, dissolver a Câmara e o Senado, legislar por decretos,

modificar prazos de exame do orçamento pelo Congresso e dispor sobre o estado-de-sítio ou de emergência.

Nas doutrinas corporativistas e fascistas européias encontrou bases para o trabalhismo e o sindicalismo centralizado.

O "Estado Novo" reduziu os poderes dos estados em benefício da federação, tornando o governo mais nacional, sem criar partido governista algum.

Mudanças, só agora sendo revistas, se deram nas instituições políticas e na administração pública, aumentando a burocracia e o empreguismo.

Embora Vargas não estimulasse o "culto da personalidade", permitiu o crescimento da propaganda oficial e da censura da imprensa.

Verdade é que, ao término desse período de retrocesso democrático, os fundamentos sócio-políticos haviam mudado de maneira irreversível, com limitado desenvolvimento econômico e industrial, em uma sociedade mais livre e imprevisível.

A depressão mundial revelara a vulnerabilidade de um país subdesenvolvido às ideologias totalitárias, mas a habilidade política

e o maquiavelismo de Vargas impediram o Brasil de ser atraído pelo canto das sereias.

ENSINAMENTOS

Alguns ensinamentos há que se tirar desse período difícil vivido pela humanidade.

O primeiro, e principal, é o perigo que a exacerbação dos nacionalismos e das ideologias continuam a representar, tanto para as potências líderes do mundo como para os países subdesenvolvidos e marginalizados pela apregoada "nova ordem internacional".

Num mundo em transformação, novos fatores de instabilidade, tais como fundamentalismo, minorias raciais, migrações forçadas, narcotráfico, globalizações e separatismos territoriais, contrabando de armas pesadas, fome, miséria, desequilíbrios econômicos e nacionalismos xenófobos em choque, fazem surgir outras formas de ameaças, muito piores, com o binômio ideologia-radicalismo e terrorismo para intimidação da massa e tomada do poder.

As ideologias totalitárias não nasceram na América Latina, foram exportadas da Europa para o resto do mundo.

A primeira ditadura implantada

no Brasil resultou da conjuntura internacional de então. Posteriormente, assistimos a teoria "foquista" de Régis Debray e o conceito de guerra revolucionária total de Mao incitarem guerrilhas urbanas e rurais nos idos das décadas de 60 e 70, que exigiram violenta repressão e geraram chagas sócio-políticas de difícil cicatrização.

A estratégia de que "o caminho para Washington passa através da Ásia, África, e da América Latina" legou a herança de Cuba, da China, do Kmer Vermelho, dos Aiatolás no Irã, da Guerra do Golfo, da Bósnia, de Angola, de Mogadíscio, da Líbia, do Chifre da África e do restante do continente negro subdesenvolvido e violento. Falta uma estratégia consistente para enfrentar as ameaças à paz no mundo de hoje.

Os regimes ditatoriais, ainda que representem atraso político e subtraíam a liberdade do homem, constituem, em situações emergenciais, remédio heróico para o restabelecimento da ordem e retomada do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo.

O povo brasileiro tem profundas raízes históricas cristãs e de amante da liberdade que repelem doutrinas exóticas.

Forças Armadas democráticas

bem treinadas para guerra psicológica representam um baluarte contra ideologias totalitárias. A presença militar brasileira ao lado dos aliados nos campos-de-batalha da Itália, lutando contra regimes totalitários na II Guerra Mundial, revelou-se fator decisivo para o restabelecimento da democracia do país.

Causam apreensão as notícias de recrudescimento de movimentos nazi-fascistas e raciais na Europa que já repercutem no Brasil.

Hoje, comunistas e "integralistas" estão de volta à arena política no Brasil.

O subdesenvolvimento é o melhor campo para plantar ideologias totalitárias.

Há grande similaridade entre o período de entre guerras (1918 a 1939) e o presente.

O fim da "Guerra Fria", de início, produziu uma onda de euforia, na suposição de que os riscos de um conflito total haviam desaparecido, e deram lugar apenas a confrontos limitados. Entretanto, mesmo a "Guerra do Golfo" tornou-se um problema insolúvel. Assim, os conflitos de pós-"guerra fria" podem assumir proporções perigosas.

A comunidade internacional mudou e luta para redefinir seu papel num mundo em transformação acelerada.

Longe de ganhar estabilidade com a fragmentação da União Soviética, o mundo encontra-se retalhado por tendências contraditórias rumo à globalização e violenta desintegração de Estados.

A humanidade não pode silenciar e admitir tranqüilamente que nacionalismos exacerbados estimulem de novo ideologias totalitárias.

O terrível fascínio das elites

responsáveis pelo destino das nações por mentiras aceitas como fatos incontestáveis, desprezando as lições da História, permite que velhos cenários saiam dos bastidores e voltem ao palco. É inaceitável reviver e aceitar as idéias vulgares da ralé da sociedade contra o já consagrado humanismo e liberalismo apenas com o intuito de satisfazer as ambições de poder das elites e grandes blocos transnacionais.

BIBLIOGRAFIA

1. ARAGÃO, José Campos, General. **A Intentona Comunista de 1935**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1973.
2. ARENDT, Hannah. - **Totalitarismo, o Paroxismo do Poder**. Editora Documentário, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1979.
3. _____ - **As Origens do Totalitarismo - Antisemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. Companhia das Letras, São Paulo, SP, Brasil, 1989.
4. BURNS, Edward McNall - **História da Civilização Ocidental**. Editora Globo, Porto Alegre, RS, Brasil, 1959.
5. LANDMAN, J. Henry - **World Since 1914**. Barnes & Noble Inc., New York, USA, 1959.
6. MURICY, Antônio Carlos, General. **A Guerra Revolucionária no Brasil e o Episódio de Novembro de 1935**. Imprensa Oficial, Recife, PE, Brasil, 1965.
7. PEIXOTO, João Paulo M. e PORTO, Walter Costa. **Constituições do Brasil**. Instituto Tancredo Neves, Brasília, DF, Brasil, 1987.
8. RAUSCHNING, Hermann. **The Voice of Destruction**, New York, USA, 1940.
9. SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Editora Saga S.A., Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1959.



Cel Art e EM da Reserva LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO, p.s.c., é pós-graduado pelo "Staff College", Camberley, Reino Unido, e secretário do Instituto de Geografia e História do Brasil; foi membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. Atualmente dirige a Biblioteca do Exército.





DESINFORMAÇÃO, INSTRUMENTO DE AÇÃO POLÍTICA*

Osmar José de Barros Ribeiro

Reprodução de palestra proferida na Escola Superior de Guerra, a matéria mostra um poderoso e eficaz instrumento que, se corretamente utilizado, é capaz de produzir resultados excelentes, tanto no âmbito interno como no externo, auxiliando na consecução dos objetivos da ação política preconizada por qualquer Estado.

INTRODUÇÃO

O assunto ora tratado poderá parecer de pouca importância, haja vista o término da bipolarização ideológica mundial marcada pela queda do Muro de Berlim.

Se o fim da União Soviética significou o esfacelamento de um pólo político e econômico que fazia face às nações ocidentais marcou, por outro lado, a inauguração de uma época cujos problemas vão sendo, pouco a pouco, delineados e debatidos. O desaparecimento do **inimigo soviético** não assinalou, conforme supunham alguns, o fim

dos conflitos. Ai estão, entre outros, a grande operação militar norte-americana montada contra o Panamá, a guerra civil que assola a ex-Iugoslávia, as disputas étnicas e religiosas no seio da própria Comunidade dos Estados Independentes, a Guerra do Golfo e, finalmente, os conflitos em curso no continente africano, nas Américas Central e do Sul.

Tudo parece indicar, como afirma Jean-Christophe Rufin, em seu livro "O Império e os Novos Bárbaros", que "*o conflito Leste/Oeste era uma ideologia de guerra que instalava um equilíbrio de paz.*

*Selecionado pelo PADECME.

A fronteira Norte/Sul apresenta-se como uma nova ordem pacífica que contém o desequilíbrio e o enfrentamento."

É neste quadro de desequilíbrio e de enfrentamento que devemos todos recordar as palavras do historiador romano Tucídides: "*Dos deuses nós supomos e dos homens sabemos que, por uma imposição da sua própria natureza, sempre que podem, eles mandam.*"

Tais considerações, longe de fantasias, são feitas a partir de fatos reais, que saltam aos olhos quando se lê os jornais ou se assiste aos noticiários da televisão.

Hoje, talvez como nunca no passado, em meio a um mundo conturbado por disputas religiosas, econômicas, étnicas e políticas, avulta a necessidade de conhecer, para bem decidir em prol dos melhores interesses da Nação. Nesse quadro, por demais evidente, ressalta a importância da atividade de Inteligência, voltada para a produção de conhecimentos, especificamente no tocante à Soberania Nacional e à salvaguarda daqueles segredos que ao Estado interessa proteger.

Em consequência, no quadro da atividade de Inteligência, há a necessidade da produção de conhecimentos sobre o "universo

antagônico", como a única forma de tentar neutralizar as políticas de outros Estados que contrariem as aspirações nacionais. E, sem dúvida, uma das formas de fazê-lo, nesse quadro, será travar contato com uma de suas facetas menos falada e, talvez por esta razão, menos conhecida: a **Desinformação**.

GENERALIDADES

Quem se der ao trabalho de buscar o termo desinformação em qualquer dos dicionários existentes no Brasil, terá perdido seu tempo. A palavra não é dicionarizada, digamos assim, nem em português, nem em francês, nem em inglês. É bem provável que, no nosso caso, tenha atésido mal-escolhida, muito embora seja de uso corrente no linguajar de Inteligência.

Na língua inglesa existe a expressão "misinformation", com o significado de "informação equivocada ou falsa, com base em dados errados ou em simples ignorância". Para os ingleses, a Desinformação é designada como "deception game", posto ser seu objetivo esconder um projeto importante, seja militar, econômico ou diplomático.

Por seu turno, a "Grande Enciclopédia Soviética" define a

Desinformação como a “disseminação de falsas informações, com o objetivo de enganar a opinião pública”.

Discussões semânticas à parte, a Desinformação é uma tática (ou técnica) quase tão antiga quanto o homem. Já no século V a.C., na China, Sun Tzu sentenciava que a suprema habilidade consistia em subjugar o adversário sem necessidade de empenhar-se em combate. Para tanto, Sun Tzu recomendava subverter, desmoralizar, desunir e espionar, minando o moral do inimigo pelo emprego de agentes capazes de criar a cisão entre o soberano e os seus ministros, além de dar curso a informações falsas.

A DESINFORMAÇÃO NO SÉCULO XX

Sem dúvida, coube a Lenin a primazia da utilização da Desinformação em nossos dias, partindo do princípio de que, à força de tanto ser repetida, a mentira termina por ser considerada verdade. Dizia ele que, no contexto da luta de classes, o comunista deveria estar sempre preparado para empregar a calúnia, a fraude e a duplicidade, recorrendo assim a todo e qualquer tipo de procedimento para ocultar a

verdade. Para Lenin, importava a destruição daquilo que ele reconhecia como os pilares de nações realmente livres e democráticas: a opinião pública e a firmeza de caráter das elites detentoras do poder decisório. De tais idéias nasceu a Desinformação soviética, a “Desinformatzia”.

Um outro extremismo, o nazismo, este destruído pela força das armas, revelou dois nomes de peso na história da Desinformação: Adolph Hitler e Joseph Goebbels, os quais, antes e durante a 2ª Guerra Mundial, souberam tirar partido da Desinformação alcançando, conforme é por todos sabido, resultados impressionantes na Europa e também no mundo. Em seu livro, “Minha Luta (Mein Kampf)”, Hitler lançou as bases da Grande Mentira: *“toda propaganda eficaz deve limitar-se aos mesmos pontos, pouco numerosos, e empregar fórmulas estereotipadas por muito tempo”*, como forma de alcançar *“o enfraquecimento do livre arbítrio do homem”*.

UM CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO

Seria por demais fastidioso relacionar os conceitos existentes sobre Desinformação. Mais importante será assinalar que a

Desinformação tanto pode ser tática como estratégica. No primeiro caso, ela manipula conhecimentos e/ou dados sigilosos, buscando iludir ou confundir um agente adverso. Já a Desinformação estratégica tem uma outra finalidade: alcançar os escalões decisórios do adversário, quer políticos, quer econômicos e, se possível, a própria opinião pública do país-alvo.

Sherman Kent, com muita propriedade, assinala que a guerra não é sempre do tipo convencional e que grande parte das guerras, remotas e recentes, foram travadas com armas às quais ele designa como políticas e econômicas e, ao tipo de guerra em que são empregadas, de guerra política e guerra econômica. Nelas, tal qual na guerra convencional, busca-se enfraquecer a vontade e a capacidade de resistir do inimigo e fortalecer a nossa própria vontade e capacidade de vencer.

Numa "guerra política", os alvos seriam, por exemplo, a nível de relações externas, alianças a serem fortalecidas ou relaxadas, e animosidades a serem amortecidas ou agravadas. Internamente, o alvo principal deveriam ser as Forças Armadas e o seu moral, os políticos oposicionistas, os grupos sociais desajustados, as minorias, os líderes

sindicais, as associações diversas, as lideranças emergentes, enfim, todos aqueles que se sentissem, com ou sem razão, descontentes ou insatisfeitos.

Na "guerra econômica", existem, entre outros, as relações de comércio e os acordos financeiros internacionais os quais, devidamente explorados, podem levar ao caos toda a estrutura econômica do país-alvo, medidas tanto mais eficientes quanto menos desenvolvida for a economia considerada.

Os soviéticos, no Manual de Treinamento, do extinto KGB, assinalavam que: *"A Desinformação estratégica auxilia na execução das tarefas do Estado e objetiva iludir o inimigo quanto às bases da política, à situação econômico-militar e às conquistas técnico-científicas da União Soviética; confundir a política dos Estados imperialistas e suas relações com outros países; auxiliar as missões específicas de contra-informação dos órgãos de segurança do Estado Soviético..."*

"No que respeita a assuntos estratégicos, a Desinformação é uma atribuição governamental a ser conduzida pelos ministérios e comitês apropriados e o alto-comando das Forças Armadas..."

"A Desinformação tática torna

possível a execução de missões individuais num quadro de Desinformação estratégica..."

Desta conceituação, que se casa como uma luva às considerações levantadas por Sherman Kent, é lícito extrair algumas conclusões quanto à Desinformação:

- consiste na **manipulação planejada** de conhecimentos e/ou dados reais ou não;
- existe o **propósito deliberado** de confundir, de iludir, de enganar;
- para assegurar **credibilidade**, combina a mentira com a verdade;
- seus **alvos** são as elites e a opinião pública do país-alvo;
- os **meios de comunicação social** são usados largamente;

- seu **planejamento** e sua **execução** devem ser centralizados;
- a **compartimentação** e o **alto grau de sigilo** são de fundamental importância;
- o **alvo de operação** deve, ele mesmo, interpretar os dados fornecidos e chegar às conclusões desejadas pelo operador.

Aqui, cumpre ressaltar a existência de uma zona de sombra, de recobrimento, entre a Desinformação e a Propaganda. Embora exista sempre o risco de confundi-las, pela presença de pontos comuns, haja vista o componente psicológico que ambas utilizam, as principais diferenças podem ser resumidas no quadro abaixo:

PROPAGANDA	DESINFORMAÇÃO
* Procura convencer uma dada audiência.	* Seu objetivo é desorganizar e manipular comportamentos.
* O público-alvo está preparado para recebê-la.	* O público-alvo não a espera.
* Obedece normas e regras estipuladas. Exige lógica e coerência.	* Não obedece a qualquer princípio, salvo o de que os fins justificam os meios.

A Desinformação emprega a Propaganda na quase totalidade das ações voltadas para o grande público, em particular na modalidade conhecida como "propaganda negra".

VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO

Inicialmente, é preciso considerar que a Desinformação tem lugar, conforme assinalado antes, na guerra e na paz, e seu usuário tanto pode ser um governo legitimamente constituído quanto uma ditadura; um partido político que aspire o poder a qualquer custo; um grupo econômico decidido a fazer com que seus interesses predominem sobre a totalidade dos demais etc.

Os principais meios utilizados no lançamento de uma campanha de Desinformação são os seguintes: Propaganda de Desinformação; Agentes de Influência; Organizações não Governamentais (ONG's); Falsificações ou Fraudes; Boatos; e Meios de Comunicação Social.

PROPAGANDA DE DESINFORMAÇÃO

A Propaganda de Desinformação é conceituada como sendo uma informação, escrita ou verbal, que procura, de forma deliberada, influenciar e/ou manipular as opiniões e as atividades de um público-alvo. Também conhecida

como Propaganda Dissimulada, Velada ou Secreta, ela tanto pode emanar de uma fonte falsamente identificada (propaganda cinza) quanto de uma não identificada (propaganda negra).

AGENTE DE INFLUÊNCIA

O Agente de Influência é uma pessoa que se utiliza da posição de prestígio que ocupa, da credibilidade de que dispõe e do poder que possui, para promover os interesses de um governo estrangeiro, de um grupo econômico ou de um partido político, sem levantar suspeitas quanto às razões que o levam a assim proceder.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG's)

Embora todas se apresentem como organizações independentes, muitas delas são criadas, financiadas e dirigidas por inspiração de grupos políticos ou econômicos e destinam-se a promover seus objetivos, particularmente, no exterior.

As ONG's constituem, no cenário mundial, um novo elemento de pressão, atuando em áreas, tais como: da ecologia, dos direitos humanos, das relações internacionais etc. Formam uma vasta e intrincada rede que vai, de simples e desprezíveis associações de

bairros, a organizações complexas, integradas por artistas, políticos e cientistas, todos com presença marcante em suas áreas de atuação e, desta forma, com prestígio junto aos órgãos formadores da opinião pública. A expansão das ONG's vem sendo rápida, sinal de sua importância, em virtude de serem criadas sem quaisquer restrições, de conformidade com os critérios e objetivo de seus idealizadores.

FALSIFICAÇÕES (FRAUDES)

A falsificação é uma das técnicas de Desinformação mais empregadas e caracteriza-se pela utilização de documentos e informações oficiais, de aparência autêntica, mas inverídicos no todo ou em parte. Assim, as falsificações incluem versões alteradas ou distorcidas de documentos reais, normalmente obtidos através de espionagem, e documentos totalmente forjados pelo Serviço de Inteligência do governo promotor da operação de Desinformação.

BOATOS

Trata-se de técnica de Desinformação bastante empregada, em particular nas áreas política, econômica e psicossocial. O boato é um fato específico, transmitido

verbalmente de uma pessoa para outra e que se espalha com enorme rapidez. Sua autenticidade, na maioria dos casos é duvidosa e a sua origem indeterminada. Sabe-se, com certeza, que os boatos circulam com maior facilidade quando as condições não permitem que a realidade dos fatos seja constatada com clareza e segurança.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Por meios de comunicação social, devemos entender tudo aquilo que compreende o conjunto de órgãos de divulgação conhecido como mídia.

Permito-me, aqui, transcrever algumas observações sobre o assunto, de autoria do professor Mircea Buesco, ex-diretor de redação das publicações APEC e ex-professor de História Econômica da PUC/RJ, publicadas na Revista do Clube Militar: *"As anotações a seguir foram motivadas pela publicação, num grande matutino carioca, de uma página inteira em que se exaltava o papel dos jornalistas norte-americanos Bernstein e Woodward na campanha da imprensa que levou Richard Nixon a renunciar ao cargo de presidente dos Estados Unidos... Entretanto, ao aprofundar um pouco o caso, constatei que não havia unanimidade em torno de tais*

avaliações.

"Observadores abalizados viram o episódio Watergate de forma diferente, sublinhando, em conclusão, o enorme poderio de que dispõe a mídia de nossos tempos. Por exemplo, o competente historiador liberal Paul Johnson, no seu livro 'Tempos Modernos', concluiu da seguinte forma os seus comentários: 'Se Nixon era realmente culpado... nunca ficou esclarecido... Assim, o veredito eleitoral de 1972 (quando Nixon foi eleito) foi derrubado pelo que se pode chamar de putsch da mídia. A presidência imperial foi substituída pela imprensa imperial.'"

O mesmo episódio inspirou o conhecido romancista Milan Kundera às seguintes palavras: *"O homem político... agita-se, transpira... faz discursos de duas horas, mas finalmente será um Woodward, ou um Bernstein, que decidirá qual entre as 50 mil frases pronunciadas vai aparecer nos jornais e será citada no rádio"*. O que deixa dúvidas quanto à consistência das ações publicitárias.

De qualquer forma, há muito ficou evidente a força dos meios de comunicação social, capazes de, no nosso meio, por exemplo, eleger, com larga margem de votos, animadores de auditório,

comentaristas de fatos policiais, entre outros, para o exercício de importantes cargos públicos.

Aqui, voltamos ao já referido autor: *"É ocioso lembrar o papel funcional que a mídia cumpriu nos modernos regimes totalitários... um instrumento para dominar, dirigir ou até manipular a opinião pública, de acordo com o interesse mais ou menos espúrio dos dirigentes. Mas esta dominação se exerce também num país livre: invocando o sagrado nome da liberdade, ainda que compreendida numa forma anárquica ou aética, ela é aplicada pelos detentores da mídia - não apenas os dirigentes, mas todos os que têm acesso a este instrumento de poder."*

Pouco restaria acrescentar sobre o assunto, salvo frisar a importância do acesso aos meios de comunicação social para a condução, com boa possibilidade de êxito, de uma operação de Desinformação.

EXEMPLOS DE DESINFORMAÇÃO

OPERAÇÃO THOMAS MANN

A América Latina, por razões que não vem ao caso discutir, alimenta fortes sentimentos antiamericanos. Na década de 60, os Serviços de Inteligência dos países da Europa

Oriental eram "forças auxiliares" do KGB, e aos mesmos eram delegadas as missões que não convinham aos soviéticos executar.

Nessas condições, foi atribuída, ao Serviço de Inteligência da ex-Tchecoslováquia, a execução de uma operação de Desinformação, que recebeu o nome-código de **Operação Thomas Mann**, à época secretário de Estado nos EUA.

Utilizando o México e o Uruguai como bases, os tchecos dirigiram a sua atenção, não só para esses dois países como também para a Argentina, o Brasil e o Chile. Como ponto de partida, dispunham do apoio de vários jornalistas em toda a América Latina; além disso, influíam, tanto política quanto financeiramente, em jornais mexicanos e uruguaios e, até abril de 1964, possuíam um jornal alternativo, de cunho político, no Brasil.

O objetivo da **Operação Thomas Mann** era convencer a opinião pública dos países acima citados que a política dos EUA para a América Latina havia, após a morte de **Kennedy**, em novembro de 1963, passado por uma profunda e substancial alteração. Tratava-se, assim, de caracterizá-la como uma política voltada para a exploração econômica e para a interferência nos

assuntos internos dos países latino-americanos.

Thomas Mann deveria ser apresentado como o autor e executor de tal política que, em última análise, acarretaria pressões econômicas sobre as nações que fossem desfavoráveis aos investimentos privados norte-americanos; deveria, também, ser criada a convicção de que os EUA estavam arrastando a OEA para uma política marcadamente anticomunista e, paralelamente, a CIA seria acusada de estar planejando a execução de golpes militares no Brasil, no Chile e no Uruguai.

A operação repousaria na disseminação de uma série de documentos falsificados, a saber:

- adulteração de um resumo para a imprensa da USIA - United States Information Agency, contendo os princípios fundamentais da "nova política externa norte-americana";
- a segunda falsificação seria a de uma série de circulares, produzidas por uma organização inexistente, um certo **Comitê de Luta Contra o Imperialismo Ianque**, alertando quanto à presença, nos diferentes países, de agentes da CIA e do FBI, atuando sob cobertura diplomática;
- a terceira falsificação seria uma carta de Edgar Hoover então diretor do FBI, a um certo Thomas Brady,

agente do órgão, creditando, ao trabalho conjunto da CIA e do FBI, o sucesso da Revolução de Março de 1964.

Cabe agora, rapidamente, relatar o andamento da operação:

- meados de fevereiro de 64: o já citado resumo para a imprensa foi mimeografado e distribuído, em envelopes da USIA, para os jornais brasileiros e para determinados políticos. Uma carta anônima acompanhava o documento. Nela, um suposto funcionário da Agência, que não se identificava por razões de segurança, afirmava que o embaixador americano suprimiria a publicação do documento por considerá-lo excessivamente franco. A difusão que o anônimo americano dava à circular era motivada pelo fato de que ele acreditava na necessidade de o público conhecer a verdade dos fatos.

- 27 Fev 64: a falsificação é publicada pelo jornal "Semanário", encabeçada pela manchete: "Mann fixa linha dura para os EUA".

- 02 Mar 64: Guerreiro Ramos, parlamentar do então PTB, em sessão da Câmara, faz um discurso sobre a nova política e conclui que os EUA retornavam à chamada política do "big stick". Assinale-se que, mais tarde, o parlamentar reconheceu

haver sido iludido por uma falsificação.

- 03 Mar 64: o embaixador norte-americano assegura a oficiais brasileiros que Mann jamais propusera tal política e que a embaixada não fizera aquele resumo para a imprensa.

O assunto rendeu dividendos até meados de 1964, após o que foi abandonado.

Neste exemplo, vamos encontrar uma operação de Desinformação que utilizou, na sua execução, a Propaganda Cinza, Agentes de Influência, uma Organização de Frente (hoje existem as ONG's), Falsificação, e fez largo uso dos meios de comunicação social.

Do êxito dessa operação, mais do que qualquer coisa, diz o fato de que muitas pessoas, de bom nível cultural, ainda hoje acreditam que a CIA representou um papel relevante em 31 de Março de 1964.

A FRAUDE DO PROJETO "GUERRA NAS ESTRELAS"

Uma noite, em junho de 1984, um míssil balístico intercontinental foi lançado da Base de Vandenberg, Califórnia/EUA. Milhares de quilômetros além, de uma ilha em pleno Oceano Pacífico, outro míssil

foi disparado, levando em sua ogiva de combate um sensor infravermelho, potente o bastante para detectar o calor de um corpo humano a 1.600 km de distância. Quando atingiu a velocidade de 24.135 km/h, interceptou e destruiu o míssil que fora lançado do território continental norte-americano.

Tudo começou quando, com a aprovação do então secretário de defesa do governo Reagan, foi montada uma operação de Desinformação com o objetivo de iludir os soviéticos quanto aos progressos tecnológicos obtidos no "Projeto Guerra nas Estrelas", oficialmente conhecido como Iniciativa de Defesa Estratégica. Desejava-se - e foi conseguido - que os soviéticos acreditassem que os EUA haviam desenvolvido a capacidade de interceptar mísseis balísticos lançados contra o território norte-americano, levando-os a dispendar bilhões de dólares na tentativa de compensar o que seria um êxito norte-americano no desenvolvimento de um escudo espacial contra ataques nucleares. Na palavra do embaixador russo Vladimir Lukin, o temor pelos resultados da disputa espacial, particularmente no campo da economia, teria antecipado, em cinco anos, o que o russo chamou

de "Revolução de Gorbachev".

A operação de Desinformação, em síntese, consistiu em aumentar as possibilidades de interceptação de um foguete por outro, aquecendo previamente a ogiva de combate de um deles - o alvo - e instalando aparelhos de rádiotransmissão e recepção em ambas as ogivas, de forma a que os mísseis, praticamente, se buscassem no espaço.

Um militar americano, não identificado, afirmou que a *"fraude deve ser entendida no contexto da Guerra Fria, quando a desinformação era uma arma usada por ambos os lados"*.

Neste exemplo, a operação foi coroada de êxito e empregou uma fraude, consistindo na manipulação planejada de dados com a finalidade de iludir um adversário tendo, pelos recursos usados, adquirido credibilidade. Além do mais, atingindo o seu alvo, que era o governo da então URSS, obrigou-o a dispendar elevadas quantias na tentativa de compensar uma falsa vantagem obtida pelos norte-americanos. Obviamente, o planejamento e a execução da operação foram executados no mais alto escalão do governo americano; da mesma forma, o não ter havido qualquer vazamento, na época, do

fato, significa que a compartimentação e a manutenção do sigilo foram mantidos, conforme preconiza a doutrina. Um esclarecimento: em 1991, sem recorrer a qualquer fraude, os cientistas norte-americanos alcançaram o mesmo resultado.

O "BURACO" NA CAMADA DE OZÔNIO

Entre os dias 22 e 24 de setembro de 93, reuniu-se no Palácio de Convenções, São Paulo/SP, o IV Congresso Brasileiro de Refrigeração, Ventilação e Condicionamento de Ar.

Uma das palestras tinha o título "Sobre a não evidência da destruição da camada de ozônio pelo homem". Seu autor, **Ralf Schauerhammer**, pertencente aos quadros da entidade alemã "**Fusion Energy Foundation**", apresentou a importante ressalva:

"Não é verdade que existam provas científicas da responsabilidade do homem na destruição da camada de ozônio. Tal afirmação ignora as variações naturais provocadas na mesma. Os dados que vêm sendo apresentados como prova da destruição da camada de ozônio devem ser considerados com cuidado, posto ser impossível estabelecer diferenças entre a proclamada

"destruição" da referida camada e a variação natural dos níveis de ozônio."

Um breve resumo das partes que interessam ao nosso tema, servirá para elucidar a razão de tais palavras.

Até cinco anos atrás, qualquer dúvida quanto à responsabilidade do homem na destruição da camada de ozônio, através do largo emprego dos gases CFC (Cloro - Flúor - Carbono), era considerada um heresia, face ao consenso alcançado sobre o assunto na comunidade científica.

O "buraco" na camada de ozônio foi descoberto em 1985 e, desde logo, ficou estabelecido que ações políticas deveriam ser empreendidas para evitar o seu crescimento e o conseqüente aumento das radiações ultravioletas responsáveis, entre outros males, pelo incremento de casos de câncer de pele.

Em 1987, o resultado das chamadas "provas científicas", consubstanciou-se no Protocolo de Montreal, promovido pela ONU, que obrigava os países signatários a substituir os CFC por outros tipos de gases refrigerantes. Note-se, por pertinente, que os CFC são de domínio público e nenhum tipo de "royalties" pode ser cobrado por sua

produção.

No seu livro "Os buracos na camada de ozônio", **Ralf Schauerhammer e Roger Maduro** afirmam não haver provas de que os produtos fabricados pelo homem possam ser responsabilizados pela destruição da mesma, asseverando que esta afirmativa ignora e confunde as variações naturais e as causas da oscilação dos níveis de ozônio na atmosfera. E vão mais além: denunciam que a campanha pública contra os CFC não pode ser considerada como resultado de um trabalho científico e sim à luz de interesses políticos e econômicos que refletem, antes de mais nada, o poder das gigantescas indústrias químicas e as estratégias geopolíticas e malthusianas da elite anglo-norte-americana. Na Rio-92, foi perguntado a **Robert Watson**, diretor do painel sobre o problema do ozônio, quanto ao possível uso de isótopos radioativos para rastrear a real ação dos CFC na camada de ozônio; ele respondeu: *"Por que haveríamos de fazê-lo, se nossos objetivos políticos já foram alcançados?"*

Conclusão: os cientistas podem ser usados na adoção de medidas políticas de interesse restrito a alguns grupos, configurando uma vasta e cara operação de Desinformação.

A DESINFORMAÇÃO NO BRASIL

Assinalamos, no início deste ensaio, que as mentes esclarecidas, desde a mais remota antigüidade, reconhecem que o domínio obtido por um país sobre outro, pela força das armas, é o menos interessante do ponto de vista custo/benefício. Nem por outra razão, as estratégias de dominação ou projeção de poder atribuem maior prioridade às conquistas realizadas através de uma ou de algumas **expressões do poder nacional**, excetuando-se, naturalmente, a **expressão militar**.

Na **expressão científico-tecnológica**, o sucateamento dos órgãos de pesquisa, mesmo os mais modestos, estabelece uma relação de dependência em relação ao detentor da tecnologia.

Na **expressão política**, a ação diplomática apoiada por um Estado forte, leva os mais fracos a subordinarem os seus interesses, mesmo os mais legítimos, a decisões alienígenas.

Na **expressão econômica**, a dependência de mercados compradores ou vendedores, os empréstimos feitos para pagamento de juros referentes a empréstimos

anteriores etc, leva o país mais fraco a tornar-se obediente às decisões econômicas tomadas externamente.

Mas é na **expressão psicossocial** que se encontram as armas mais poderosas para alcançar a dominação de um país por outro. É ali onde estão os meios, que usados de forma competente, transformarão a elite e o povo em cooperadores voluntários do mais forte. É quando surgem os alinhamentos automáticos; é quando uma nação renuncia aos seus sonhos de desenvolvimento; é quando os **objetivos nacionais** subordinam-se aos internacionais; é quando se aceita a secessão; é quando se renuncia à capacidade de auto-defesa, para confiar em ser defendido pelo mais forte.

É através dos meios de comunicação e, em consequência, da mídia, que se consegue inocular na população em geral e nas elites em particular, o desânimo, a falta de patriotismo, até mesmo a sujeição a interesses alienígenas, pela utilização, muitas vezes coordenada em escala mundial, das mais modernas técnicas de comunicação.

O jornalista Carlos Chagas, sob o título "A Grande Farsa", em artigo publicado na revista "Manchete", de 14 de agosto de 1993, dá-nos uma

excelente idéia da forma pela qual a Desinformação é empregada, no Brasil e no mundo, contra os nossos mais legítimos interesses.

De início, ele assinala que para desalojar um grupo de fanáticos religiosos entrincheirados numa fazenda, no interior dos EUA, o FBI recorreu ao emprego de carros-de-combate e ao lançamento de granadas incendiárias, provocando a morte de oitenta pessoas, entre elas mulheres e crianças. No entanto, não se teve notícias de notas de protesto assinadas por chefes de governo dos doze países que integram a Comunidade Econômica Européia diante do massacre promovido pelo FBI, nem que os principais diretores do órgão tenham sofrido qualquer penalidade. Naqueles dias, prossegue o autor, também chegava ao auge o massacre praticado por soldados sérvios contra a população muçulmana da Bósnia-Herzegovina, por orientação expressa das autoridades militares invasoras, como forma de desestimular a permanência de muçulmanos em território cristão. Também, a este respeito, nada mais que pálidos reparos e ocasionais manifestações de populares ligados por laços de sangue às populações tratadas de forma tão violenta e desumana.

Carlos Chagas passa, a seguir,

a tratar do chamado "Massacre da Candelária", condenando-o e frisando: "O singular, porém, é que na Candelária não foi o poder público a gerir e planejar o crime abominável. Pelo contrário, os responsáveis estão identificados e vão ser punidos pelo Estado. Nos outros episódios, não. Porque foi o próprio Estado a promovê-los. Não se tem notícia de que o diretor-geral do FBI ou algum subordinado se encontre respondendo a processo ou simples inquérito como acusado pelo massacre dos fanáticos. Nem que generais sérvios enfrentem conselho de guerra por terem induzido seus soldados ao estupro."

E prossegue: "O que há em toda essa história é uma grande farsa... A tentativa de desmoralização de países como o nosso, visando ao enfraquecimento do Estado como o primeiro passo para o questionamento da soberania... A moda, agora, é apresentar-nos como incapazes de gerir nosso próprio destino, já que policiais matam crianças. Seríamos, por isso, uma sociedade insensível, feudal e condenada à tutela internacional. Ainda mais quando estamos queimando os pulmões do planeta tocando fogo na Amazônia, extinguindo florestas e poluindo rios.

O diabo, que felizmente não nasceu por aqui, está em que o ouro resultante da poluição dos rios toma o rumo dos centros financeiros mais sofisticados do Primeiro Mundo, via contrabando, e que a madeira derrubada criminosamente transforma-se em mesas, cadeiras e armários para o conforto dos japoneses, americanos e europeus". E conclui o autor, após algumas considerações: "Além da soberania, agride-se o bom senso, a lógica e a natureza das coisas, não faltando nessa equação os inocentes úteis, os bobos e os malandros, sequiosos de levar vantagem em tudo."

E mais, quem não se recorda da verdadeira "caça às bruxas", levada à cabo quando da Guerra do Golfo? Naquela ocasião, muito embora nossa contribuição ao arsenal iraquiano não chegasse a 1%, os responsáveis pelo fornecimento de 99% de armamento ao Iraque quase nos rotularam de criminosos e o brigadeiro Piva, um militar exemplar, patriota e pesquisador do mais alto gabarito, foi transformado, pela nossa própria imprensa, em bode expiatório de culpas imaginárias. Com isso conseguiram, na prática, desmontar a nossa indústria de armamento, a energia nuclear deve permanecer fora de nossos planos e as nossas Forças

Armadas transformadas em milícias. Os que têm a ousadia de, publicamente, insurgirem-se contra tais coisas são intimidados com acusações das mais diversas, apodados de “dinossauros” e acusados de desejarem o retorno do “entulho autoritário”.

É possível que alguns considerem as minhas afirmações como sendo passionais, sem base na realidade do dia-a-dia. Para esclarecer essa questão, nada melhor do que alguns exemplos, extraídos da imprensa, sempre lembrando que a Desinformação tem lugar e o seu emprego se faz em todas as **expressões do poder nacional**.

“REBATE FALSO” (JORNAL DO BRASIL, 18 MAI 93)

No editorial com o título acima, o autor considera normal que o Exército norte-americano, através dos exercícios realizados na Guiana, faça o “adestramento de pequenos efetivos militares” na área, posto que tal ação apenas concretiza “o velho sonho americano de treinar tropas em ambiente de floresta amazônica”, admitindo que “a estratégia de defesa da biodiversidade integra hoje o planejamento estratégico americano, assim como as reservas internacionais

de petróleo passaram a integrá-lo em épocas anteriores”. E mais: “Nem por isso deve-se inferir que o militarizado Projeto Calha Norte é a forma mais indicada de atuar na Amazônia. Aliás, originalmente este projeto previa a participação dos ministérios da Saúde, da Educação, da Agricultura, da Reforma Agrária, dos Transportes e do Meio Ambiente. Acabou sendo um programa castrense, de pistas de pouso, pelotões de fronteira, patrulhas fluviais e supervisão aérea”. Ao final, assevera o editorial que “seria melhor romper com o legado colonial isolacionista e adotar uma política capaz de conciliar a preservação dos estoques genéticos com as necessidades básicas de desenvolvimento e os interesses dos países industrializados.”

No editorial, o Jornal do Brasil procura transmitir ao público leitor algumas idéias que não correspondem à verdade e outras que, praticamente, nos aconselham a abdicar de nossa soberania em prol dos países industrializados. Se não, vejamos.

Considera normal a pretensão americana de proteger a biodiversidade na Amazônia Brasileira, quando deveria esposar a idéia de que esta defesa cabe aos brasileiros e não a estrangeiros, sejam eles quem forem.

Crítica o que intitula de "militarização do Projeto Calha Norte", deixando de mencionar que na área, até hoje, apenas os militares dispuseram-se a cumprir a sua missão, estando os pavilhões de terceiros, existentes nas áreas dos pelotões de fronteira e que deveriam receber o pessoal e equipamentos de outros ministérios, literalmente às moscas.

E, mais grave, defende a adoção de uma política conciliatória com os interesses econômicos dos países industrializados, subordinando assim os nossos interesses aos daqueles países.

ÍNDIOS NÃO QUEREM OS MILITARES EM RORAIMA

O mesmo "Jornal do Brasil", de 25 Mai 93, sob o título acima, publica despacho procedente de Genebra/Suíça, assinado por Marlise Ilhesca, que acumula a condição de correspondente com a de funcionária do MRE naquela cidade, nos seguintes termos: as ONGs (Greenpeace, Oxfam e Terra dos Homens) estão custeando a permanência na Europa, dentro de uma campanha pela demarcação das terras indígenas, do índio José Adalberto Silva, que representaria 85 aldeias instaladas na Reserva

Indígena de Raposa/ Serra do Sol, na fronteira entre a Guiana e a Venezuela.

Aqui, um parêntese: as ONGs, muito curiosamente, não se preocupam com demarcação de reservas em outros pontos do País. A provável razão será vista mais tarde.

Ao índio macuxi José Adalberto são atribuídas as seguintes declarações: "Não queremos eles (os militares) nas nossas terras. Se insistirem a gente corre eles"; "Temos três metralhadoras, 1.500 revólveres, 300 rifles e 400 espingardas"; "Eles (os militares) falam que vão para a Amazônia para guardar a fronteira. Mas é mentira. Os fazendeiros e garimpeiros colocam os militares contra nós e eles ajudam a tomar a terra".

A correspondente, por seu turno, não faz por menos, e inicia o seu despacho com o seguinte comentário: "Os índios que vivem na Amazônia não aceitam que o Exército intensifique a sua atuação na região e estão dispostos a lutar para defender suas reservas da presença militar".

Configura-se, no despacho em apreço, mais um passo na campanha das ONGs do Primeiro Mundo buscando: caracterizar a repulsa dos índios à ação das Forças Armadas, vale dizer, a uma **expressão do poder nacional** na Amazônia; caracterizar

as Forças Armadas, em especial o Exército, como jagunços a serviço de particulares; dar, às reservas indígenas, uma situação de relativa independência, concretizada pela ameaça de atacar e expulsar os militares da área; deixar claro que, por possuírem armas, os índios têm condições de fazer valer sua ameaça; mobilizar parcelas atuantes dos movimentos populares (pacifistas, "verdes", grupos religiosos e outros) no sentido de aceitarem, e mesmo defenderem, a existência de "estados indígenas" dentro das fronteiras nacionais, "apenas por coincidência" ocupando regiões fronteiriças e ricas em jazidas minerais.

DEVASTAÇÃO AMAZÔNICA JÁ MOBILIZA O MUNDO

No dia 29 de junho do corrente ano, o jornal "O Fluminense" publicava nota encabeçada pelo título acima citado. Tratava-se de um estudo procedido nos EUA, na Universidade de **New Hampshire**, em conjunto com a NASA e cobrindo o período entre 1978 e 1988, sobre o propalado processo de devastação da Amazônia. Esse trabalho complementou e corroborou a série de levantamentos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre 1988 e 1992,

que chegou à mesma conclusão: a devastação na Amazônia Brasileira foi superestimada e desmente as conclusões apresentadas pelo Banco Mundial e pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO). O estudo, publicado na revista "Science", de julho do mesmo ano, nem havia ainda chegado às bancas e já era contestado por uma ONG, a entidade ambientalista "**Friends of the Earth**", com sede em Roma/Itália, através de seu responsável pelo Programa da Amazônia, que enviou à imprensa comentários discutindo a validade do estudo americano.

Exatamente como as discussões havidas sobre o assunto no Brasil, em 1989, a origem da polêmica está na falta de conhecimentos técnicos sobre os satélites e seu emprego, bem como no uso político dos resultados. Forçoso é convir que, embora os números baseados em imagens de satélite não sejam perfeitos, são mais próximos da realidade que os obtidos em cálculos estatísticos baseados em estimativas feitas a partir de um estudo restrito de campo.

Este é mais um exemplo de como a Desinformação, calcada em meias verdades, pode adquirir foros de fato científico, particularmente quando interessa a determinados grupos, sejam quais forem as suas

intenções.

CONCLUSÃO

Conforme tentou-se evidenciar, a Desinformação é um poderoso e eficaz instrumento de ação política e, se corretamente utilizada, pode produzir excelentes resultados, tanto no âmbito interno quanto no externo, auxiliando na consecução dos objetivos preconizados, posto que sua ação se faz sentir em todas as **expressões do poder nacional**.

Assim, um governo pode e deve desencadear operações de Desinformação para facilitar a conquista dos objetivos nacionais e o atingimento de interesses outros, de conformidade com as políticas traçadas e as estratégias adotadas para concretizá-las. Outrossim, para enfrentá-las, é imperiosa a adoção de medidas que defendam a Nação contra as campanhas de Desinformação, quer tenham origem externa ou interna.

Quanto à utilização da Desinformação, esta deverá ser feita através da adoção de medidas ofensivas e/ou defensivas. A postura ofensiva transforma a Desinformação em apoio eficaz para a implantação

da política e para o desenvolvimento da estratégia nacional, sobretudo visando a influenciar outros países. Por seu turno, a postura defensiva é colocada em prática com dois objetivos. O primeiro diz respeito à defesa da sociedade contra as operações de Desinformação desencadeadas por outros Estados. O segundo, não menos importante, é a neutralização da atuação dos órgãos de Inteligência adversos, com a finalidade de salvaguardar conhecimentos e/ou dados sigilosos de interesse da segurança nacional.

Finalmente, cumpre atentar para o fato, já ressaltado anteriormente, de que a guerra não é feita apenas pelo emprego da violência sem medida e que a defesa da Pátria não é e nem será, ainda por muito tempo, alguma coisa sem significado. Ela deverá, sim e quando preciso, ser feita pela força das armas; porém, à luz do que já foi afirmado durante este ensaio, mais que tudo, é uma batalha, que deverá ser travada e vencida em nossos corações e em nossas mentes.

BIBLIOGRAFIA

1. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA(Brasil). **Doutrina**. Rio de Janeiro,1989.
2. _____, **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1992 e 1993.
3. KENT, Sherman, **Informações Estratégicas**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1967.
4. BITTMAN, Ladislav. **The KGB and Soviet Desinformation**. EUA, Pergamon Brassey's International Defense Publishers, 1985.
5. RUFIN, Jean-Christophe. **O Império e os Novos Bárbaros**. Rio de Janeiro. Editora Record, 1991.
6. SHULTZ, Richard H. / GODSON, Roy. **Desinformação: Medidas Ativas na Estratégia Soviética**. Rio de Janeiro. Nórdica, 1987.

Cel Inf e EM OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO - Aspirante-a-Oficial da Turma Aspirante Mega (1958). Possui os cursos da EsNI e CAEPE (ESG). Foi instrutor do NPOR/3º RI, Cmt 2ª Cia Fzo/I Btl/RESI (São Domingos, Nov 65/Mai 66), Ch 2ª Sec Bda Pqdt e Instrutor-Chefe do Curso Básico/AMAN (1971/1973).



INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA

Jonas de Moraes Correia Neto

Matéria extraída do discurso proferido pelo autor em nome de dezesseis novos membros efetivos eleitos pelo Instituto Samartiniano do Brasil, entre os quais ele se inclui (Cerimônia de posse e recebimento de diplomas realizada em 4 de junho de 1993).

Atualmente, entre os brasileiros - e creio que, igualmente, entre os argentinos - é de se perceber a existência de uma acentuada convicção de que nossas nações precisam, além de viver em paz, ser e conservar-se boas amigas e sólidas parceiras, em união compatível, estável e vantajosa.

Ressalta logo a figura da "integração" Brasil-Argentina que vem sendo buscada, empenhadamente, por ambos, nestes anos recentes, com maior vontade e franqueza do que em várias ocasiões anteriores, nos últimos cem anos.

A "integração" desejável é a que atenda aos interesses comuns, que favoreça o crescimento

econômico equilibrado e sustentado, que ajude a promover o desenvolvimento social justo, humano e venturoso, satisfazendo às aspirações dos dois partícipes, de se realizarem internamente e de se alçarem em âmbito mundial. Todavia, que isso seja conseguido de maneira consensual, sem arroubos, sem demagogia, sem tensões e sem traumas, harmonicamente, sem violentar, seja como for, as características básicas nacionais de cada um dos dois países.

Uma "integração" desse tipo exige, para ser eficaz e duradoura, que haja o respaldo forte do incentivo e do apoio popular. Há de começar nas almas dos cidadãos, de onde emanarão as correntes poderosas das

intenções, definidas e impulsadoras.

Assim enxergamos a moldura ampla da "integração", que tornará mais e mais aproximadas as duas grandes nações irmãs. Vemo-las irmanadas, ainda mais e efetivamente, por ideais, por intercâmbios, por medidas práticas comuns, até por pequenos e temporários riscos e sacrifícios, soberanamente aceitos e resolutamente compartilhados.

Estamos seguros de que a larga via providencial para o almejado sucesso deve transitar por duas áreas marcantes da personalidade coletiva peculiar a cada país, as quais são: sua expressão cultural e seu estamento militar.

Pinçamos essas áreas num razoável espectro. Por que elas? O saber é a força que induz à consciência cívica e aos maiores empreendimentos. As Forças Armadas, símbolo vivo da nacionalidade, constituem-se em poderoso respaldo a todas as decisões e posições nacionais, interna e externamente.

Quanto ao elemento cultural, nada melhor do que a disseminação de conhecimentos. É claro que bem direcionados, para que os povos possam se instruir, uns sobre os outros, de maneira mais exata, mais

realista, escoimada de estereótipos - que esses, muitas vezes desvirtuadores da verdade, têm servido para nutrir constrangimentos e para forjar desentendimentos e atritos, não raro mal-intencionadamente.

As relações brasilio-argentinas são pontilhadas de imagens falseadas. De tão repetidas, ficam parecendo reais, embora sejam, na maioria, absolutamente mentirosas e, portanto, incapazes de suportar um reexame cuidadoso, ou sequer uma avaliação lógica, desde que feitos com honestidade e isenção.

Não me deterei em referir algumas delas e facilmente desbastá-las. Nós as encontramos em artigos, em livros (alguns clássicos), em compêndios escolares, incutindo dúvidas, disseminando boatos, intrigando, desunindo. Aprofundar esta matéria seria assunto para uma tese de doutorado.

Para firmar o ponto que coloquei, vou-me valer das palavras de Pedro Calmon, no prefácio da obra de Ricardo Levene - "Síntese da História da Civilização Argentina" (volume 1 da Coleção Brasileira de Autores Argentinos, sob os auspícios do Serviço de Cooperação Intelectual do M.R.E. - Rio, 1938):

"A Comissão Revisora de Textos de História e Geografia, que

há três anos cogitou, em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, de expungir os compêndios que correm pelas mãos da juventude de tudo o que lhe corrompesse ou desfigurasse o necessário sentimento americanista, fez obra permanente, realizando essa recíproca tradução de livros-índices, ilustrativos, sadios e benéficos. A melhor política de concórdia internacional é a que se orienta para o conhecimento íntimo e leal das literaturas, da alma popular, das realidades econômicas, dos fatos históricos (e das figuras históricas, nós acrescentamos) - a fim de que as escolas comecem o que as chancelarias ultimam: a simpatia na compreensão."

Mais adiante, afirmava Calmon que "uma biblioteca de escolhidos volumes, capazes de bem difundir verdades substanciais, se nos afigura o principal instrumento"...

Nessa permuta consistente e amável, lá se publicaram, em espanhol, obras de Oliveira Viana, Euclides da Cunha, Afonso Celso, Rodrigo Octávio, Pedro Calmon. E aqui, além do livro de Levene, traduções de Mitre, Sarmiento, Alberdi, Cárcano; de Ricardo Rojas, a magnífica biografia "O Santo da Espada".

Foi um começo. Uma tentativa

excelente que, no entanto, não teve nem a projeção desejável nem a continuidade pretendida, lá e cá. Falhou, é pena, a previsão de Calmon: "O serviço prestado às letras sul-americanas e à boa-vizinhança espiritual vale por uma sementeira em chão fértil. As palavras voam, os livros ficam."

Não obstante, sempre é oportuna a retomada de uma prática promissora, ainda que em novos moldes, aproveitando-se os recursos maravilhosos da modernidade tecnológica, na procura dos efeitos colimados.

Quanto à área militar, em que pese o ativo condicionamento profissional, influente e persistente, o fato é que já perdura uma tradição de ótimo relacionamento, seja a nível institucional e organizacional, seja mesmo em caráter pessoal e familiar.

Não é um paradoxo. É mais uma decorrência. É uma atitude consistente. Sou testemunha e integrante desse quadro, que aparenta ser surpreendente. Digo de mim que venho mantendo ótimo contato com os militares argentinos, durante quase 50 anos. Às vezes mais freqüentes, às vezes rareados; ora mais íntimos, ora mais formais; porém, sempre cordiais, fraternais mesmo, numa

agradável reciprocidade.

Pensa-se também, pois, numa "integração" militar. Ela é bastante viável, com a condição de ser entendida como o intercâmbio cultural profissional, tanto técnico como operacional. Se ampliada, poderá ser entendida, também, como a procura e o aproveitamento de atividades e missões que se possam executar conjuntamente, inclusive em situações aproximadas de certo grau de realismo bélico.

Há exatamente três anos, recebi o encargo de ir à Argentina, para uma conferência entre as chefias dos estados-maiores das Forças Armadas argentinas e brasileiras, sobre questões típicas e comuns àquelas Forças e sobre o possível estreitamento das nossas relações militares. Foi uma semana de trabalho contínuo, de dialogação vasta e aberta. Expusemos pontos-de-vista, trocamos idéias, argumentamos vivamente e, num convívio transparente, aplainamos antigas dúvidas e acertamos prazerosamente nossos ponteiros, em problemas de segurança no campo militar.

Convencido estava e mais fiquei de que não é apenas possível fazermos

verdadeira a frase célebre "tudo nos une, nada nos separa"¹. É possível e não é difícil, se o quisermos com clareza e com grandeza.

Da extensa programação, constaram visitas à Força de Submarinos (Mardel Plata), à Brigada Aérea dos aviões Mirage (Tandil), à Escola de Defesa Nacional (similar à nossa ESG). Em toda parte, soldados, marinheiros, aviadores, comandantes e jovens oficiais, todos demonstraram à nossa comitiva espontânea cordialidade e vivo interesse, o que calidamente retribuimos.

Noutro conjunto emocionante de eventos, depositamos uma oferenda floral no monumento votivo a San Martin e visitamos o Colegio Militar de la Nación. Ali, após passar em revista o Corpo de Cadetes, lindamente formado em parada de gala, impusemos, à sua Bandeira de Guerra, a Comenda da Ordem do Mérito Forças Armadas, pendente ao lado da Ordem do Mérito Militar do Brasil, num sugestivo entrelaçamento. E recebemos, como significativo presente ao nosso EMFA, um Espadim de Cadete argentino.²

Aproveitei a feliz oportunidade

1. De Roque Saenz Peña.

2. Tal espadim é cópia fiel do sabre glorioso do general San Martin, assim como o do cadete brasileiro reproduz o sabre invicto do Duque de Caxias.

para falar aos espíritos daqueles garridos moços, futuros oficiais do Exército Argentino. Enfatizei, entusiasmado, o pensamento aglutinador de que nossos exércitos podem se envaidecer de ter, por patronos, duas excelsas figuras, que se assemelharam na predestinação e nos serviços: San Martin, para libertar povos e fazer nascerem nações no continente sul-americano; e Caxias, para pacificar o subcontinente brasileiro e assegurar a unidade nacional, este portentoso milagre que temos o dever de preservar, como preservamos. Ambos, San Martin e Caxias, são padrões de comportamento, o que justifica sua consagração tutelar.

Os dois gigantes jamais se encontraram. Seus sabres - esses sim - estiveram, pela primeira, lado a lado, em cerimônia festiva, recebendo inédita homenagem, no Campo de Marte da velha Escola Militar do Realengo, durante a distribuição dos Espadins aos novos Cadetes, em 1939.

Eis a atitude que deve ser

animada, alimentada, apurada, enaltecida. Para que prospere, há necessidade de informações e de ações. Sinto que o esforço conjunto, nesse rumo, passa pelas áreas que focalizei: cultural e militar.

O Instituto Sanmartiniano, na Argentina, é vinculado à alta direção da Educação nacional. Ele cuida, devotadamente, de divulgar tudo quanto se refira e promova a imagem do herói da pátria.

O Instituto Sanmartiniano do Brasil, transcendendo as lindes fronteiriças, é um centro difusor de cultura singular. Esmera-se em tornar mais conhecida, no Brasil, a pessoa do seu exemplar inspirador, em todas as suas múltiplas e nítidas facetas, de chefe guerreiro e líder político, nas quais avultou o cidadão humano.

É tarefa muito recompensadora. A projeção brasileira do vulto de San Martin - que é argentino e continental - contribuirá para o fortalecimento da união e da solidariedade entre a Argentina e o Brasil, sem dúvida, um fator de ordem, de progresso, de paz.



General-de-Exército R1 JONAS DE MORAIS CORREIA NETO. É oriundo da arma de Artilharia. Pertence à Turma da Escola Militar de 1945. Foi Instrutor do CMRJ, da EsAO, oficial de Gabinete do Ministro do Exército, Membro do Corpo Permanente da ESG, Chefe do Gabinete do DEC. Comandante do CMPA, da AD/3, da 6ª DE e do CMSE. Dir DEE. Secretário-Geral do Exército, Ministro-Chefe do EMFA. Escritor militar e conferencista consagrado, atualmente preside o Instituto de Geografia e História Militar do Exército.



UMA ANÁLISE RUSSA DA GUERRA DE SEXTA GERAÇÃO*

Vladimir I. Slipchenko

Publicado no "The Field Artillery" de outubro de 1993, o artigo aprecia os principais aspectos da guerra do futuro, a chamada "6ª geração da guerra".

A análise da história das guerras e dos conflitos armados demonstra que a alternância entre guerra e paz é uma situação natural e, até certo ponto, normal. Raramente as guerras terminaram simplesmente.

As guerras e os conflitos armados vêm se desenvolvendo desde os tempos mais antigos até o presente, evoluindo através de pelo menos cinco "gerações". As divisões entre essas gerações geralmente coincidem com formas e métodos de uso da força armada ocasionados pelo aparecimento de armas radicalmente novas.

A iminente sexta geração da guerra, com sua superior capacidade de processamento de dados para apoiar armas de precisão "inteligentes",

modificará radicalmente as possibilidades militares e, uma vez mais, alterará o caráter da guerra. As guerras futuras verão armas convencionais de precisão e inteligentes destruindo alvos precisamente locados, limitando o número de baixas e derrotando o inimigo política e militarmente, sem necessidade de, na maioria dos casos, ocupar seu território. As operações militares serão baseadas no espaço, com sua capacidade de comando e controle, de defesa aérea, de guerra eletrônica, de transmissão automatizada de dados e de reconhecimento grandemente aumentada. Embora o emprego de armas nucleares se torne menos provável, à medida que avançamos para a sexta geração da guerra, sua

* Selecionado pelo PADECME.

completa eliminação não é recomendável por agora.

Como Clausewitz observou, cada época tem suas próprias guerras. Essas guerras sempre foram produto da política. A História confirma que as guerras de cada geração foram instrumento da política usadas para tentar corrigir os erros dos políticos.

AS CINCO PRIMEIRAS GERAÇÕES DA GUERRA

Do ponto-de-vista histórico, as guerras da primeira geração ocorreram durante os períodos de servidão e das sociedades feudais, que estavam baseadas em uma produção tecnológica mais primitiva. As forças dos Estados oponentes combatiam como infantaria e cavalaria, sem armas de fogo.

As guerras da segunda geração foram raiadas e a artilharia de tubo, com maiores alcances, maiores cadências de tiro, maiores precisão e potência de fogo, conduziram às guerras da terceira geração.

A introdução das armas automáticas, dos carros-de-combate e dos aviões militares, e o aparecimento de novos e poderosos meios de transporte e de comunicações trouxeram as guerras de quarta geração.

A revolução científica e tecnológica dos últimos 40 ou 50 anos deu aos militares o míssil nuclear, a base das guerras da quinta geração. Essa geração, se colocada em prática, teria sido a última na evolução das guerras e a última em nosso planeta. Ela não apenas ultrapassaria os limites da política que a causou, mas conduziria também ao fim de toda a política.

Todas as guerras das gerações pré-nucleares tinham como objetivo principal derrotar as forças armadas do inimigo, pois não existiam meios de atacar todo o território, alvos militares e civis, ao mesmo tempo. A era nuclear mudou tudo. Os alvos de primeira prioridade para os mísseis nucleares não são apenas as forças armadas, mas, simultaneamente, o território e a população dos contendores. Para ser mais preciso, o campo-de-batalha em uma guerra de mísseis nucleares é a Terra, incluindo os oceanos e os mares, a atmosfera e o espaço que a circunda.

É claro que as consequências catastróficas desse tipo de guerra tornaram-na impossível - literalmente, um beco sem saída. Tenta-se achar uma saída para o impasse das armas nucleares. A teoria militar tem desenvolvido e investigado conceitos para as guerras de sexta geração que

substituem as armas nucleares por armas convencionais de precisão ou por armas baseadas em novos princípios físicos. A ciência moderna já tornou disponíveis sistemas de armas convencionais, de precisão, cujo poder destrutivo se aproxima das armas nucleares, mas sem as suas perigosas consequências ecológicas.

Em princípio, isso modifica completamente o caráter das possíveis guerras. A barreira que por muito tempo existiu entre armas nucleares e convencionais foi destruída.

A SEXTA GERAÇÃO DA GUERRA

Nas gerações anteriores, a força armada caminhou na direção de buscar aumentar o número de baixas infligidas ao inimigo. Inicialmente, apenas as forças armadas do oponente eram atacadas, mas posteriormente alvos como a população, a economia e o meio ambiente foram acrescentados. A sexta geração limitará o número de baixas e os danos periféricos, destruindo em ataques de precisão somente aqueles alvos julgados necessários à derrota militar e política do inimigo.

As guerras do futuro, se ocorrerem, provavelmente serão travadas apenas pelos países mais desenvolvidos, de acordo com

cenários já delineados e submetidos à investigação militar e à discussão científica. Pode-se prever, com alto grau de certeza, que na virada do século e do milênio os países mais desenvolvidos - inicialmente os Estados Unidos da América - estarão aptos a travar uma guerra de sexta geração. Tal guerra começaria e prosseguiria de maneira inteiramente nova. Um período de reavaliação da atual geração foi iniciado, não apenas em termos de armas nucleares e convencionais, mas também quanto à composição das forças armadas.

Espera-se que os próximos 10 ou 12 anos produzam significativos desenvolvimentos no campo do armamento e do equipamento militar que conduzirão a mudanças radicais no caráter da guerra. À medida que as mais recentes armas de precisão, atualmente em fase de desenvolvimento e teste, passem a fazer parte dos arsenais, haverá também mudanças na estrutura das forças armadas e nas formas e métodos de seu emprego. Além disso, outros tipos de armamento continuarão a ser desenvolvidos e na passagem do século também estarão disponíveis armas de energia dirigida, sistemas automáticos e automatizados de alta precisão, explosivos mais poderosos, munição

de alta capacidade de penetração e, certamente, equipamentos de guerra eletrônica e de processamento de dados de alta velocidade.

O espaço se tornará um novo teatro-de-operações militares, mesmo quando reduzirmos significativamente as armas nucleares ofensivas. Tais armas serão substituídas por armamento convencional de caráter ofensivo e estratégico. Gradualmente, as operações de forças terrestres numerosas e os mísseis nucleares irão desaparecer, sendo substituídos por armas convencionais de alta precisão, algumas das quais já desenvolvidas pelos países mais avançados - por exemplo, mísseis de cruzeiro lançados do ar e do mar. Obviamente, os planejamentos atuais requerem a acumulação dessas armas em quantidades suficientes para alcançar inicialmente os objetivos operacionais e subseqüentemente os objetivos estratégicos.

O desenvolvimento da microeletrônica até seu atual estágio também expandiu as possibilidades de novos avanços no campo das armas de precisão. Essas armas serão desenvolvidas com o uso de sistemas de projetos automatizados. Tal tecnologia facilitará a solução dos inúmeros e complicados problemas

associados com a seleção de um projeto, dentre uma multiplicidade de possíveis versões. Por exemplo, projetar um instrumento de combate armado transparente (invisível) ao radar requer que os projetistas levem em conta os problemas de torná-los "invisíveis". Sua invisibilidade precisa ser comparada com outras características, como a aerodinâmica, a manobrabilidade, a confiabilidade e os custos.

PREDIZENDO O FUTURO

Quando os Estados Unidos e seus aliados conduziram a Operação Tempestade no Deserto, muitos de nós na Rússia vimos os "clips" de televisão filmados das ogivas dos mísseis de cruzeiro e ficamos convencidos da excepcional precisão dessas armas. Ao mesmo tempo, todos os canais levaram ao ar, repetidamente, o "clip" que mostrava um míssil fazendo um buraco na parede de uma usina elétrica iraquiana e um segundo míssil entrando por aquele buraco e explodindo. Não é preciso ser um "expert", para compreender que a precisão daqueles mísseis era de alguns centímetros.

Em nossa opinião, a Guerra do Golfo Pérsico foi um laboratório único para o desenvolvimento da

tecnologia da guerra do futuro. A Guerra do Golfo provavelmente foi o primeiro encontro de duas gerações da guerra: a guerra do passado, do Iraque (quarta geração), e a nova guerra, da coalizão (sexta geração - embora não em seu aspecto integral).

O Iraque se preparou para a guerra do passado e estava bem armado para travá-la. Mas as forças que ele enfrentou fizeram um tipo diferente de guerra, não exatamente da sexta geração, mas com algumas características daquela futura guerra. Para o Iraque, isto foi catastrófico.

PREDOMÍNIO DAS OPERAÇÕES AEROESPACIAIS

O desenvolvimento da guerra do futuro (sexta geração) modificou as leis do combate armado e os princípios da arte militar - modificou as próprias coordenadas da guerra. Nas guerras das gerações anteriores, inclusive a quinta, o esforço principal dos oponentes estava limitado à superfície terrestre: a largura e a profundidade da ofensiva e da defensiva. A coordenada vertical (o ar, basicamente) era auxiliar ou servia apenas como apoio. Entretanto, nas guerras futuras, a ênfase será ao contrário. O esforço principal no futuro combate armado será

concentrado na coordenada vertical, ou aeroespacial, e os esforços no solo servirão como apoio.

O papel das forças terrestres será modificado. Nas guerras anteriores, o maior peso do combate cabia às forças terrestres, que eram as que conquistavam a vitória, destruindo as forças armadas, o potencial econômico e o sistema político do inimigo. Isto implicava em grande número de baixas e exigia a ocupação do território. As guerras futuras, de modo geral, não exigirão a ocupação. Será suficiente usar armas ofensivas estratégicas não-nucleares para infligir sérias perdas nas instalações militares e econômicas mais importantes do inimigo e em seus meios de contra-ataque. Seu sistema político se desintegrará por si só. Enquanto o papel das forças terrestres se retrai para o "background", o foco está agora na força aérea, na marinha, na defesa aérea e na guerra eletrônica.

As operações da força aérea se modificaram. Nas guerras do passado, a aviação desempenhou importante papel, que evoluiu gradualmente, passando de mero apoio às forças terrestres à atuação independente em operações aéreas ofensivas. Entretanto, essas operações ainda continuavam

auxiliares, pois o esforço principal estava confiado às forças terrestres. As operações aéreas ofensivas eram planejadas para durar de três a cinco dias e incluir seis ou sete ataques em massa, após o que era necessário passar a uma ofensiva terrestre.

As guerras futuras irão começar e, para todos os fins práticos, irão ser concluídas com uma operação ofensiva aeroespacial em conjunto com operações ou ações de menor escala conduzidas por meios de ataque navais. Uma operação como essa duraria de 40 a 60 horas ou mais, satisfazendo os padrões existentes para definir uma operação, e seria verdadeiramente uma operação aeroespacial.

O papel do pessoal e material baseados no espaço será amplo e multifacetado. O espaço será a base para a condução de reconhecimento contínuo e o canal para o exercício de atividades tais como comando, controle e comunicações; alarme contra ataque de mísseis; informações meteorológicas; navegação e guerra eletrônica.

A guerra eletrônica deverá expandir seu nível de contribuição. De atividade de apoio, ela evoluirá para uma forma independente de atividades estratégicas e operacionais. Seus objetivos, missões, pessoal a

material serão integrados de forma muito estreita e inteiramente coordenados, em todas as frentes, com as ações ofensivas e defensivas.

As guerras futuras empregarão operações de guerra eletrônica. Esse tipo de operação terá início vários dias ou horas antes da operação aeroespacial, continuará durante as 40 ou 60 horas em que esta se desenvolver e será concluída apenas após o cessar fogo. As operações de guerra eletrônica criarão concentrações de "jammers", de ponto ou sob a forma de barragem, de potência extremamente alta, que impedirão qualquer inimigo de usar os radares, as comunicações ou outros meios e sistemas rádioelétrônicos.

Importantes mudanças ocorrerão na defesa aérea. A defesa aérea foi criada para guerras de gerações passadas, e se destinava basicamente a proteger forças terrestres e instalações contra ataques de aviões tripulados. Nas guerras futuras, seu esforço principal será dirigido contra ameaças aéreas não tripuladas, como mísseis de cruzeiro e armas de alta precisão apontadas para alvos militares e industriais.

Os pilotos se transformarão em "entregadores de munição", suprimindo a linha de lançamento com munição de precisão. Eles voarão a altitudes

extremamente baixas, com amplo espectro de velocidade e possibilidades de manobra e serão quase transparentes (tecnologia "stealth") aos equipamentos eletrônicos de detecção e direção de tiro do inimigo. A munição de precisão também será lançada de navios de superfície e submarinos da Marinha e poderão atingir qualquer alvo cuja localização exata seja conhecida, de dia ou de noite, sob quaisquer condições meteorológicas. É quase possível afirmar que, nas guerras futuras, as operações aeroespaciais serão realizadas sem aviões.

Obviamente, tais operações só ocorrerão contra um inimigo tecnologicamente desenvolvido. As guerras contra inimigos mais fracos ainda incluirão aeronaves tripuladas. Depois da conclusão da operação especial e da obtenção da superioridade aérea nas primeiras horas da guerra, aviões tripulados operarão livremente sobre o território inimigo. Neste caso, é possível que meios de precisão não tripulados, dependendo da missão, constituam parte do material empregado na operação aeroespacial, ofensiva. Entretanto, na maioria dos casos, as guerras futuras empregarão, em seus esforços principais, maciça

quantidade de armas de precisão "inteligentes" de alcance curto, médio, longo e intercontinental.

É claro que, no futuro previsível, torna-se necessário criar armas estratégicas não nucleares. Gradualmente essas armas suplantarão a moderna tríade nuclear estratégica, que será continuamente reduzida e eliminada, por meio de acordos.

Este artigo não trata do papel das armas nucleares no futuro - assunto de outro artigo. Devo dizer entretanto que a completa eliminação das armas nucleares seria muito difícil e até mesmo desaconselhável. Uma força armada de sexta geração poderia se ver frente a um inimigo de quinta geração equipado com armas nucleares e disposto a usá-las. Existe também o perigo de que novas armas de precisão, convencionais, atinjam forças e meios nucleares e deflagrem uma guerra nuclear.

O FUTURO DA COMPUTADORIZAÇÃO

Atenção especial deve ser concedida à computadorização do combate armado nas guerras futuras. As armas "inteligentes" substituirão grandes efetivos de pessoal e exigirão vários centros de processamento de dados para as atividades de

reconhecimento, comando e controle, ataques de alta precisão e guerra eletrônica.

O reconhecimento será realizado com a ampla utilização de forças e meios espaciais, aéreos, marítimos e terrestres. Dentre as muitas missões de reconhecimento, a mais importante será observar continuamente os meios de radar e de comunicações do inimigo e seguir seus movimentos no teatro-de-operações. Já na década de 60, o espaço tinha se imposto como um local propício à condução de observação militar.

O comando e controle de forças terrestres (enquanto existirem), navais e aéreas e de outros meios será exercido de postos de comando aéreos ou baseados no espaço. Haverá acentuado aumento no número de aeronaves de comando e controle e de detecção radar de longo alcance. O tráfego de dados será controlado e intercambiado em todos os canais de comando em todos os níveis, por meio de sistemas automáticos ou automatizados que incluirão equipamento satélite.

O espaço é de grande significado militar não apenas como apoio às operações na superfície terrestre, mas também como um teatro-de-operações militares para o

emprego de armas não nucleares contra instalações e alvos situados nos teatros terrestres.

O futuro combate armado fará largo emprego de complexos de reconhecimento e ataque baseados em sistemas de dados espaciais; em armas terrestres ou aéreas (mísseis ou mísseis de cruzeiro precisos); e em equipamentos de comando e controle localizados em terra, no ar ou no espaço. Além disso, esse tipo de combate exige a navegação de cada arma de precisão. É óbvio que o futuro combate incluirá uma "guerra de informações" ou "batalha de dados" sem igual.

Historicamente, o sucesso militar é sempre consequência de superioridade alcançada em alguma arma. Por exemplo, na 1ª Guerra Mundial o sucesso foi alcançado pelas armas de fogo terrestre e, na Segunda, pela superioridade nas armas de fogo aéreo. No futuro, o sucesso dependerá da superioridade do equipamento de processamento de dados e de sua eficiência em destruir o comando e controle do inimigo. Por outro lado, o grau de resistência ao "jamming" do equipamento radioeletrônico e de defesa aérea será um fator importante, se não decisivo, na determinação da eficiência do

reconhecimento, comando e controle, ataques de alta precisão e guerra eletrônica.

O reconhecimento será realizado com a ampla utilização de forças e meios espaciais, aéreos, marítimos e terrestres. Dentre as muitas missões de reconhecimento, a mais importante será observar continuamente os meios de radar e de comunicações do inimigo e seguir seus movimentos no teatro-de-operações. Já na década de 60, o espaço tinha se imposto como um local propício à condução de observação militar.

O comando e controle de forças terrestres (enquanto existirem), navais e aéreas e de outros meios será exercido de postos de comando aéreos ou baseados no espaço. Haverá acentuado aumento no número de aeronaves de comando e controle e de detecção radar de longo alcance. O tráfego de dados será controlado e intercambiado em todos os canais de comando em todos os níveis, por meio de sistemas automáticos ou automatizados que incluirão equipamento satélite.

O espaço é de grande significado militar não apenas como apoio às operações na superfície terrestre, mas também como um teatro-de-operações militares para o

emprego de armas não nucleares contra instalações e alvos situados nos teatros terrestres.

O futuro combate armado fará largo emprego de complexos de reconhecimento e ataque baseados em sistemas de dados espaciais; em armas terrestres ou aéreas (mísseis ou mísseis de cruzeiro precisos); e em equipamentos de comando e controle localizados em terra, no ar ou no espaço. Além disso, esse tipo de combate exige a navegação de cada arma de precisão. É óbvio que o futuro combate incluirá uma "guerra de informações" ou "batalha de dados" sem igual.

Historicamente, o sucesso militar é sempre consequência de superioridade alcançada em alguma arma. Por exemplo, na 1ª Guerra Mundial o sucesso foi alcançado pelas armas de fogo terrestre e, na Segunda, pela superioridade nas armas de fogo aéreo. No futuro, o sucesso dependerá da superioridade do equipamento de processamento de dados e de sua eficiência em destruir o comando e controle do inimigo. Por outro lado, o grau de resistência ao "jamming" do equipamento radioeletrônico e de defesa aérea será um fator importante, se não decisivo, na determinação da eficiência do

combate armado como um todo.

TÁTICA E ESTRATÉGIA

As guerras futuras modificarão muitas idéias sobre tática, arte operacional e estratégia. A guerra será conduzida simultaneamente, em todo o teatro-de-operações. Será difícil a delimitação de linhas ou flancos. Termos como "frente" ou "retaguarda" serão substituídos por conceitos como "sujeito a ataque" e "não sujeito a ataque". Será difícil a separação entre a arte operacional e a estratégia.

Nas guerras das gerações anteriores, a vitória exigia a ocupação do território inimigo. Era necessário que os coturnos pisassem o solo inimigo. Algumas vezes a ocupação durava muitos anos e era muito oneroso manter as tropas em território ocupado, em alto grau de prontidão para o combate.

Na guerra que estamos examinando, a vitória será alcançada sem ocupação, apenas pela condução de operações ofensivas, aeroespaciais e de guerra eletrônica, e vencendo a batalha do processamento de dados.

RUMO À GUERRA DE ALTA TECNOLOGIA

Nos dias atuais, a principal ameaça à segurança de grande número de países reside em seu atraso em desenvolver e rapidamente aceitar maciças quantidades das armas de precisão e dos equipamentos de processamento de dados e de guerra eletrônica mais modernos. Se permanecerem atrasados, esses países sofrerão a defasagem de toda uma geração de armas, em relação aos mais desenvolvidos. Eles terão que lançar mão de pessoal e dos antigos métodos e formas de combate. A luta entre inimigos que se encontrem em diferentes gerações da guerra sem dúvida será ganha pelo lado que possuir as armas "inteligentes" mais modernas. Com a sexta geração, a necessidade de manter grandes formações de tropa e observar a correlação entre pessoal e material terá desaparecido.

A sexta geração, tal como apresentada, é a guerra do futuro. Quando ela se tornará realidade depende de muitos fatores. Os Estados soberanos caminharão à sua maneira, baseados em suas possibilidades. Entretanto, a teoria do combate armado (que ainda não se transformou em uma ciência) deve

olhar para o futuro, pois estamos construindo os alicerces do futuro nos dias de hoje.

Não há dúvida de que nem todos os países estarão aptos a desenvolver ou implementar a nova tecnologia. Alguns terão que depender da capacidade de fazer a guerra de quinta geração - apostar em suas armas nucleares. Outros, economicamente mais atrasados, apostarão suas fichas nas armas químicas. Portanto, no futuro previsível, o desarmamento nuclear e químico avançará lentamente, em face da oposição de vários países. E mais, o "clube nuclear" aumentará, com a admissão de países que produzem armas nucleares primitivas em quantidades relativamente pequenas. Por muito tempo, a situação internacional continuará permitindo que o irrompimento das hostilidades resulte no combate armado entre

diferentes gerações da guerra.

Devido ao seu potencial econômico e à possibilidade de projetar e produzir os sistemas de alta tecnologia exigidos, vários países poderiam se juntar aos Estados Unidos e à Rússia, no grupo capaz de fazer a guerra de sexta geração. Os primeiros membros poderiam ser o Japão, a China, a Coreia do Sul e Israel, seguidos da Índia, do Paquistão etc.

À medida que a sexta geração da guerra emergir, surgirá uma estratégia geopolítica inteiramente nova. Internacionalmente, precisaremos encontrar novas soluções para problemas únicos de soberania nacional - novas maneiras de assegurar a paz.

(Tradução feita pelo Cel Art QEMA
Ulisses Lisboa Parazzo Lannes, da
ECEME).

Major-General da Reserva VLADIMIR I. SLIPCHENKO, da Federação Russa, é Chefe do Departamento de Pesquisa da Academia de Estado-Maior das Forças Armadas Russas, cargo no qual supervisiona 21 candidatos a cientista militar e 3 a doutor em Ciência Militar (equivalente russo aos graus de mestrado e doutorado). Doutor em Ciência Militar, é membro correspondente da Academia de Ciências Naturais de Moscou. Serviu no Estado-Maior, foi instrutor da Academia de Engenharia Militar de Defesa Aérea, em Karkov, e exerceu funções de comando e estado-maior nas Forças de Defesa Aérea. Formou-se oficial pela Escola de Artilharia Autopropulsada de Kiev e diplomou-se pela Academia de Engenharia Militar de Defesa Aérea e pela Academia Militar de Estado-Maior. Passou para a reserva em julho de 1993.



O SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO BRASILEIRO: ESTRUTURA, DOCTRINA E FILOSOFIA*

Douglas Nunes Rosa

O artigo enfoca o Sistema de C3I, fundamental para a condução da guerra no moderno campo-de-batalha. Ele analisa a estrutura, a doutrina e a filosofia adequadas ao Exército Brasileiro, e identifica as condicionantes para sua implantação.

INTRODUÇÃO

O quadro atual das guerras nos apresenta sistemas de armas de alta eficácia, ampliação da área de operações, liberdade de ação como produto de trabalho de todos os campos do poder, incremento da logística e do planejamento das operações, rapidez das ações, curta duração dos conflitos e alta mobilidade no campo-de-batalha.

A extrema letalidade do combate moderno não ocorre somente em função do poder de destruição dos atuais sistemas de armas. Está mais relacionada à

capacidade de administrar grandes quantidades de informações em tempo real.

A informação oportuna garante a iniciativa. Alvos compensadores são engajados a grandes distâncias, com enorme precisão. Os participantes do processo decisório estão envoltos por um ambiente altamente mutável e estressante, pois o tempo disponível para a tomada de decisão está ficando cada vez menor.

Em princípio, uma decisão não será melhor do que as informações nas quais se baseou. Portanto, crescem de importância os sistemas de gerenciamento de informações em apoio à tomada de decisão, os

* Selecionado pelo PADECEME

Sistemas de Comando, Controle, Comunicações e Informações (C3I). Esses sistemas induzem a um elevado suporte tecnológico.

A crescente importância do assunto vem requerendo o empenho do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e das Forças Singulares. O combate moderno, devido ao grau de sofisticação introduzido nos armamentos, está a exigir uma crescente evolução na formação profissional militar.

Esse trabalho pressupõe a diversidade dos caracteres nacionais, e a disponibilidade, ou a possibilidade, de aquisição de modernos equipamentos.

A par disso, a implantação de um Sistema Militar de Comando e Controle deve levar em consideração a conjuntura econômica do país e o posicionamento das Forças Armadas na sociedade brasileira, principalmente, em função dos atuais questionamentos.

O homem e a tecnologia devem valer-se de uma estrutura embasada em uma doutrina que permita a revisão de aspectos doutrinários motivados pela evolução do combate. As estratégias utilizadas deverão buscar o desempenho ideal do elemento humano e tentar fazer com que os sistemas de apoio se igualem ao

homem.

É necessário, após estabelecer-se uma estrutura - o homem, a tecnologia e a doutrina, imprimir-lhe dinamismo, vida própria, onde os equipamentos sejam as ferramentas, e não os senhores. O corpo bélico há que ter alma. Isto será feito estabelecendo-se uma filosofia que priorize o ser humano sem desmerecer a tecnologia.

A FASE INICIAL

Modernamente, os Sistemas de C3I são utilizados para apoiar a decisão de chefes militares envolvidos em operações combinadas. O Brasil está, praticamente, engatinhando nessa área. A maior necessidade no momento, para a otimização dos trabalhos, é a integração das Forças Singulares sob a coordenação do EMFA.

O Exército vive uma nova realidade a respeito da implantação de tecnologias que o combate moderno exige. A atual fase é de definição do sistema e de aquisição de meios. Há material a ser importado com transferência de tecnologia, com os cuidados que este tipo de operação requer. A indústria nacional, que pode dar algum suporte na área, passa por um momento de grandes dificuldades.

PRIMEIROS ESTUDOS

O Sistema de C3I, como hoje é conhecido, começou a ser estudado nos Estados Unidos, em 1969, pelo Departamento de Defesa e, no Brasil, pelo EMFA, em 1985. Os trabalhos iniciais buscavam a implantação de um simulador estratégico para avaliar os planos de operações relativos à estrutura militar de guerra (EMG).

Verificada a tendência dos países desenvolvidos, estudos foram iniciados pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), do Ministério da Marinha, que reunia experiência no projeto de jogo de guerra naval, e possuía capacitação técnica para os projetos do simulador e do Sistema de C3I.

No primeiro trabalho de Sistema C3I do CASNAV - Estudos Preliminares - em 1986, foi idealizado um sistema estritamente militar, sendo abandonada, portanto, naquela etapa, a abrangência aos Ministérios e Órgãos Civis. O CASNAV, em meados de 1986, instalou um simulador estratégico e apresentou uma exposição de motivos para a criação de um projeto de Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2).

INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO SISMC2

Em fevereiro de 1987, a criação da Comissão de Desenvolvimento do

Projeto e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2) - Dec. nº 94.065, de 27 de fevereiro de 1987 - tinha como finalidades: projetar e implantar o Sistema de C3I da Estrutura Militar de Guerra (EMG); projetar e preparar as instalações do Centro de Operações do Comando Supremo (COCS); colaborar na implantação dos demais Centros de Operação das Forças Singulares e outros elos eventuais do sistema, para assegurar-lhe a interoperacionalidade e a compatibilidade dos processos; projetar e implantar os bancos de dados e programas aplicativos necessários para o apoio ao Comando Supremo, e manter intercâmbio com organizações civis e militares, governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que pudessem contribuir para o desenvolvimento do sistema.

Em paralelo, a Comissão de Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (CISCOMIS) dedica-se a um projeto que visa ao estabelecimento de facilidades de comunicações por satélite para o uso da Estrutura Militar de Guerra e pelo SISMC2.

Em março de 1987, o CASNAV, em outro documento - o Plano Mestre, define o projeto do

SISMC2 e estabelece um modelo e suas reais possibilidades.

No período de 1987 a 1990, foi possível realizar as obras de instalação do Centro de Coordenação do Poder Aeroespacial Brasileiro (CCPAB) e do Centro de Operações do Comando Operacional Terrestre (COTer). Além disso, foram adquiridos recursos computacionais para todos os Centros de Operações - do Comando Supremo (COCS), do Centro de Controle do Teatro de Operações Marítimo (CCTOM), do Comando Operacional Terrestre (COTer) e do CCPAB, bem como material de visualização gráfica para o COCS.

Toda política de implantação do Sistema Militar de Comando e Controle está sendo levada a efeito com cautela. Os Centros Operacionais das Forças Singulares deverão ser estabelecidos de forma simples e funcional, em virtude de possíveis correções.

Determinados óbices precisam ser vencidos com vontade política, o real interesse das Forças Singulares em promover as interligações necessárias, uma política adequada de pessoal e o desenvolvimento da doutrina e da consciência da importância do emprego combinado das Forças Singulares.

O SISTEMA DE C3I NO EXÉRCITO

No Exército, criou-se uma comissão, através de Portaria Ministerial, em outubro de 1987, para estudar a implantação do Centro de Operações da Força Terrestre do Sistema Militar de Comando e Controle. Era o embrião do Comando de Operações Terrestres (COTer), criado em 1990. Sua constituição inclui o Centro de Operações e Simulações Estratégicas, com as atribuições de: exercitar estados-maiores singulares e/ou combinados; avaliar a doutrina básica de emprego, os equipamentos e os sistemas de armas; testar os planejamentos de emprego operacional da Força Terrestre; acompanhar o emprego da Força Terrestre, particularmente nos conflitos, nas operações militares e nas cooperações com a Defesa Civil e a Proteção Ambiental e *operar os meios de C3I do COTer*.

Os estudos prosseguem no âmbito das Forças Singulares e do EMFA. Note-se entretanto que, mesmo após o êxito dos Estados Unidos da América do Norte na Guerra do Golfo, são numerosos os artigos especializados em sistemas de C3I, escritos por oficiais norte-americanos questionando-os.

O problema reúne as áreas

operacional e técnica das Forças Armadas com a área de engenharia de empresas civis especializadas no desenvolvimento desses sistemas. No Brasil, ainda é um problema a definição de sistema onde o usuário não se manifestou de fato. Trata-se, em resumo, de definir as funções do sistema e as necessidades de informações em cada nível operacional.

O ASPECTO PSICOLÓGICO

A origem e o passado cultural diverso das nações nos permite considerar que não exista uma só tipologia de homem. O brasileiro tem o seu caráter próprio e, nesse universo, há um segmento ainda mais peculiar, o do soldado, que está envolvido com as últimas inovações da ciência e da tecnologia.

O Manual C 100-5 OPERAÇÕES diz que "...o Comandante deve demonstrar sentimento de dever, *senso de julgamento, capacidade de decisão, iniciativa* e desembaraço, que conquistem o respeito e a confiança de suas tropas" (itálico nosso). Os atributos ressaltados evidenciam o componente psicológico. A importância do homem, no C 100-5, é assim expressa: "A despeito dos progressos da tecnologia, o sucesso

da guerra depende do homem, que permanece como o elemento essencial no campo-de-batalha". Afirmar ainda que "...todas as operações militares se baseiam em decisões". Estamos amalgamando o aspecto psicológico, o valor do homem e o momento crítico da decisão, pois o combate moderno possui um componente psicológico bastante exacerbado.

O CARÁTER NACIONAL BRASILEIRO

Os traços característicos do homem brasileiro não são exclusivos e vão inserir, naturalmente, traços de outras nacionalidades. Os aspectos refletindo as características no desempenho das atividades militares, seriam:

- Inteligência viva, excitável e imaginativa - é a conotação positiva do "jeitinho brasileiro". Verifica-se no rápido domínio das situações de combate e na criatividade ao vencer dificuldades e óbices inesperados.

- Emotividade - é a razão sendo dominada pelo sentimento e pela afetividade. "...o combate é uma seqüência de emoções e precisam ser dominadas. É uma luta mortal em que a razão deve dominar o coração" (Lenda Azul - Gen Walter de Menezes Paes).

- Auto-afirmação - tem conotações positivas como o

sentimento de hombridade do latino. Gera um espírito de competição em tudo que é feito.

- Capacidade de adaptação - é o resultado de todas as diferenças étnicas e culturais de nossa colonização, fundidas num denominador comum de tradições, de costumes e de estilos de vida. Getúlio Vargas, no período do Tenentismo, assim se expressou: "Alguns políticos me acusam pela nomeação de militares para interventores... Há Tenentes que estão fazendo administrações modelares. Onde, pois, motivos de prevenção contra os militares?..."

- Individualismo - uma característica presente nos antepassados e que se expandiu diante da imensidão do meio físico e de sua agressividade. O individualismo deve ser bem explorado em proveito do trabalho coletivo. O grupo é o resultado da soma de suas individualidades.

- Inconstância - é necessário evitar a tendência para o desinteresse após vencer-se o desafio. Deve-se primar pela permanência na missão. Devem ser buscados os atributos da paciência e da perseverança, em qualquer situação ou missão.

- Instabilidade - é traço comum aos brasileiros o viver nos limites da

euforia ou do desânimo, da alegria ou da tristeza. O combate exige de seus participantes a estabilidade, o equilíbrio e a segurança.

- Imprevidência e dissipação - são traços a serem corrigidos pela instrução, para não resultar em descaso com as medidas de segurança, em crítica, em ironia e em sarcasmos. É necessário canalizar tais traços para a crítica construtiva, o companheirismo, a confiança nos chefes e a motivação profissional.

- Deficiência do senso de objetividade - leva ao desperdício de energia, a imprecisões, a desvios de projetos e de ações.

- Vocação pacifista - a tradição da diplomacia brasileira e o longo tempo sem participar de uma guerra indicam esta vocação. É notório que isto não influi no reconhecimento do valor do soldado brasileiro, como demonstram as missões cumpridas como integrante das Forças de Paz da ONU e da OEA.

Podemos perceber no homem brasileiro o individualismo, a emotividade, a instabilidade, o espírito crítico e a falta de objetividade. No entanto, ele é inteligente, criativo, flexível e pacífico. Respeita seu semelhante com o uso do senso crítico e do humor irreverente. Cuida primeiro de si mas não descuida do

próximo. Não resolve seus problemas de imediato, mas quando as circunstâncias o exigem, normalmente de surpresa e de improviso. É pacifista, preferindo a arbitragem à luta armada, mas é cioso de suas conquistas e as defende com vigor.

Atentos a estas características podemos ter a certeza de buscar e encontrar soluções para os nossos problemas. O estímulo é a necessidade presente. O Brasil, aqui representado por seus militares, não aceita fatos consumados nem a teoria de que só o Primeiro Mundo precisa de Força Armada. Não aceitamos a tutela de quem quer que seja. Nosso passado é de luta. A soberania, nossa tradição. Estamos um bom tempo "sem lutar um bom combate, mas temos a nossa fé". Fé no futuro e no homem brasileiro. Fé nos próprios filhos que estamos preparando para o amanhã. Fé no predomínio da coragem para enfrentar os problemas. Fé no trabalho e na honestidade. O nosso perfil psicológico permite-nos esses sentimentos.

O CHEFE MILITAR

A Guerra do Golfo mostrou-nos a utilização da grande massa de informações gerenciadas por Sistemas de C3I, as operações

combinadas e aliadas, a insegurança do "fogo amigo" e a verificação imediata, via satélite, dos efeitos das ações e de suas conseqüências. O chefe e a administração militares estão envolvidos por todos esses fatores. Alguns deles com uma nova dimensão. Outros, no entanto, totalmente novos.

Quais as qualidades necessárias aos homens que irão combater esta guerra moderna? Qual o papel dos Sistemas de C3I nesse contexto? Podemos adiantar que: "o C3I implica num incremento da complexidade funcional e de incerteza que investe o líder, tornando mais difícil a definição das qualidades profissionais, psicológicas e humanas capazes de enfrentar tal estado de coisas" (Liderança Militar).

Tudo isso decorre do caldeamento, do estresse de combate, da complexidade da mente humana com o caráter imprevisível de suas reações, e da velocidade que a tecnologia vem permitindo imprimir às ações.

As qualidades mais relevantes buscadas nos líderes seriam a decisão, a direção e a objetividade. Cada indivíduo tem a sua personalidade, a sua competência profissional e a maneira própria de externar tais características. Procuraremos

identificar a interligação que as mesmas poderão ter com o Sistema de C3I e o processo decisório.

Decidir é posicionar-se diante de opções, com habilidade para tomar medidas seguras e corretas no momento adequado. A *percepção* e *sensibilidade* são elementos para a tomada de decisão. As expressões com conotações psicológicas interligam o conceito enunciado aos do Sistema de C3I. Os meios modernos tenderão a aumentar o número de opções em menor espaço de tempo.

Dirigir é conduzir e coordenar pessoas para um objetivo. Consiste em assumir o controle, definir problemas e encaminhar o grupo para a ação correta, a fim de vencer as dificuldades e cumprir a missão. Um grande número de informações processadas pelo Sistema de C3I facilita, ao comandante, as ações de controle e de definição de problemas. Para que um fluxo maior de informações não gerem distorções no sistema é necessária a capacidade de coordenação do comandante. É fundamental tornar as idéias conhecidas. É a imprescindível orientação do comandante ao estado-maior.

A objetividade é a capacidade de selecionar o essencial para atingir

um alvo. O sucesso do líder está na sua habilidade para identificar, controlar, corrigir problemas potenciais e reais, com o meio mais rápido e direto. As informações processadas eletronicamente permitem um menor tempo de reação, a manutenção da iniciativa num combate muito mais dinâmico, a identificação dos problemas potenciais e reais e a escolha do meio mais adequado a empregar em cada situação.

Por trás dessas definições está o soldado brasileiro. Conhecemos nossas potencialidades e deficiências. Compartilhamos com a Nação nossos anseios e vivemos das mesmas esperanças.

A TECNOLOGIA PRESENTE

A História dos povos tende a ser confundida com a História Militar. A ação política não tem sido suficiente para intermediar os conflitos. A projeção do poder dos Estados era feita pela ampliação do seu espaço físico e a submissão de outros povos por meio das guerras. Estas nasceram com o homem e tudo indica que não se findarão. A derrocada do comunismo parecia pôr fim a um período de tensão, mas o que vemos, no entanto, é a continuada eclosão de conflitos.

A Guerra do Golfo trouxe à realidade o potencial que sabíamos existir mas que nunca fora efetivamente aplicado. Foi a supervisão e a divulgação das informações instantaneamente analisadas e aproveitadas.

O CORPO BÉLICO

A era tecnológica, na qual estamos ingressando, é caracterizada pelo crescimento exponencial da realização técnica do homem. Sob a visão da aplicação da tecnologia ao campo militar, podemos apontar três funções bélicas principais: o sensoreamento, para obter a informação sobre a ameaça; o Sistema de C3I, visando ao gerenciamento da informação para a tomada de decisão e sua implementação; e a atuação, com a finalidade de executar a decisão e neutralizar a ameaça.

A evolução desse corpo bélico, não fosse a necessária presença do homem, evoluiria para a integração efetiva do complexo constituído pelos sensores - Sistemas de C3I - atuadores, e para o campo-de-batalha automatizado.

A EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES BÉLICAS

As funções bélicas foram se aperfeiçoando ao longo dos tempos. No período das Guerras

Napoleônicas entravam em declínio as guerras de choque e o nível de acurácia de fogo começava sua ascensão. A evolução chega à Primeira Grande Guerra com a guerra de trincheiras e o predomínio da metralhadora. Atingimos meados do Século XX com a guerra de movimento da "blitzkrieg" alemã, da mecanização e do envolvimento tridimensional. No limiar do terceiro milênio da era cristã, a Guerra do Golfo nos expõe a "guerra de stand-off", com o aparato tecnológico, a imobilização do adversário a distância inofensiva, a supremacia eletromagnética e o envolvimento quadridimensional.

Os sensores evoluíram da luneta de Napoleão para o avião e a fotografia da Primeira Guerra Mundial. Na Segunda Guerra Mundial, o sensoreamento auditivo teve seu alcance ampliado pelo sonar. O radar amplia o conceito de visão óptica para visão eletromagnética. Na Guerra do Golfo, a função do sensoreamento atua em crescentes faixas do espectro eletromagnético (ultravioleta, visível, infravermelho, microondas e radiofrequência). São utilizados sensores de imagem térmica, telémetro e designadores a laser, aviões de reconhecimento e vigilância, e satélites para as mais

diversas funções.

O sistema, para receber as informações, processá-las e transmitir as ordens aos atuadores - o Sistema de C3I - acompanhou a evolução. Napoleão acresceu um serviço de "ordens" ao seu estado-maior. Na Primeira Guerra Mundial, estiveram presentes a telefonia e o telégrafo. Na Segunda Guerra Mundial, a informação alcançou maiores distâncias e um número mais expressivo de pessoas com as comunicações. A estrutura do estado-maior sofreu alterações. A tecnologia trará mudanças à estrutura do estado-maior, em função dos equipamentos de Sistemas de C3I agora utilizados, como: redes de computadores; avião de C3I para interceptação aérea (Awacs) e para ação terrestre e naval (J-Stars); satélite de comunicação (Intelsat) e de navegação (GPS); monitor de televisão com fibra ótica e intensificador de infravermelho; centro de Sistemas de C3I para processamento e exposição de dados em tempo real e **modens** para intercomunicação de centros de Sistemas de C3I em diversos níveis.

Os atuadores apresentaram o mesmo comportamento. Entre 1794 e 1815, foi explorado o poder de fogo do canhão. A Primeira Guerra

Mundial trouxe o foguete, o submarino e a metralhadora. Na Segunda Guerra Mundial, o domínio das ações é exercido pelo carro-de-combate, o míssil balístico, os aviões de caça e bombardeio, o lançador múltiplo de foguetes, a força aeroterrestre e, finalmente, a bomba atômica. Na Guerra do Golfo, os atuadores - mísseis sofisticados, aviões multifunção, helicópteros de ataque, veículos de combate de infantaria, interferidores e dissimuladores - completam o trabalho iniciado pelos sensores e pelos Sistemas de C3I.

CARACTERÍSTICAS

DO COMBATE MODERNO

Analisando o recente conflito da Guerra do Golfo, algumas características podem ser distinguidas, sem que isto importe em torná-las verdades absolutas, porque muitos dados ainda não foram divulgados. As imagens da **Cable News Network (CNN)** mostraram ao mundo apenas parte da realidade. Tais características trazem implicações à arte da guerra e ao objeto do nosso ensaio - o Sistema de C3I - para estudo e inclusão, a médio prazo, em nossa doutrina, como: o excelente nível de gerenciamento de forças combinadas; a rapidez, o

sincronismo e a flexibilidade das ações; os novos conceitos de logística militar e a utilização do tempo disponível como um novo fator decisório, pelos baixos tempos de reação permitidos.

Mereceriam também o estudo e a consideração, num prazo mais dilatado, a supremacia eletromagnética para a comparação do poder de combate, a supremacia aeroespacial, na comparação do poder aéreo, o envolvimento quadridimensional, com a inclusão do espaço eletromagnético e a *busca de automação nas funções de sensoramento, de Sistemas de C3I e dos atuadores*.

Podemos prever outros avanços da tecnologia como: o míssil letal, preciso e cada vez mais inteligente; o carro-de-combate leve e com maior mobilidade; o helicóptero de reconhecimento e ataque; a prevalência de novas tecnologias com objetivos defensivos; a dimensão eletromagnética ampliada (faixa laser); o satélite como arma eletromagnética; a *integração automática dos meios de Sistemas de C3I entre os diferentes níveis de comando e o espectro eletromagnético, com equipamentos das três funções bélicas (sensoramento, Sistema de C3I e*

atuadores), exercendo o domínio da guerra.

A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Em 1986, mais de quinhentos mil cientistas, em todo o mundo, trabalhavam em pesquisa e desenvolvimento de materiais militares e de tecnologias de suporte, com investimentos na ordem de 100 bilhões de dólares.

O período histórico que parece se encerrar agora com a distensão política, favoreceu o desenvolvimento tecnológico militar. E nesta alternância de guerra e de paz, ora o segmento militar se aproveita dos avanços da indústria civil, ora esta se aproveita das novas tecnologias descobertas pela área militar. A tendência hoje é um casamento de intenções, com as duas áreas participando de projetos comuns, complementando seus esforços e usufruindo do produto deste trabalho.

Nessa conjuntura, o Brasil dispõe de um parque industrial bastante desenvolvido e possui a tecnologia em material de defesa que o qualificou como exportador desse segmento do mercado, despontando como um dos líderes do escalão intermediário.

Entretanto, a nação se projetou no cenário mundial e assumiu uma

natural posição de liderança na América Latina. Seu valor político-estratégico cresceu, até que a conjuntura internacional, aliada a fatores internos, reduziu o ímpeto da indústria nacional. As empresas do setor de material de defesa ficaram em situação bastante delicada.

Os assuntos relativos à privatização e à abertura de mercado, inter-relacionados com os da ecologia, podem provocar importantes alterações nos fluxos financeiros.

Com o fim da Guerra Fria, os financiadores internacionais, além das políticas macroeconômicas consistentes e das análises de projetos, tenderão a pressionar os mutuários no sentido de uma redução das despesas armamentistas, com as quais alguns países vêm comprometendo o seu desenvolvimento. No entanto, a relação entre despesas armamentistas e desenvolvimento econômico não é unívoca. Coreia do Sul e Taiwan, por exemplo, têm obtido expressivas conquistas nos dois setores.

O governo brasileiro parece disposto a abrir o mercado ao capital estrangeiro, incentivando a formação de "joint-ventures". No momento, a situação no leste europeu não parece tão promissora para investimentos quanto inicialmente se supôs. Talvez

a associação com empresas estrangeiras seja uma das soluções para a indústria bélica no Brasil.

A indústria de informática, refeita do choque com o fim da reserva de mercado, procurou parceiros internacionais. Os primeiros acordos foram celebrados: a Sid Informática com a IBM; a Monydata e a NCR; a Edisa uniu-se à Hewlett-Packard; a Scoppus juntou-se à Nec japonesa. É a oportunidade de acesso ao material e às tecnologias que precisamos para os projetos em andamento ou a implementar. A tecnologia referente aos Sistemas de C3I está inserida nesse contexto. Não seja a Guerra do Golfo um aval para o desalento e, sim, um estímulo para os desafios que virão.

A ESTRUTURA DO SISTEMA

Existem muitos assuntos a serem decididos para a implantação de um Sistema de C3I na Força Terrestre. Uma proposta deve tomar por base a EMG e os recursos humanos, materiais e tecnológicos existentes nas áreas de informática, de comunicações e de guerra eletrônica. Os recursos humanos, existentes e potenciais, são ponderáveis. Por motivos conjunturais, a nação não pôde acompanhar plenamente o desenvolvimento tecnológico dos

países do Primeiro Mundo. Mas há toda uma geração já formada na utilização dos recursos da telemática a ser aproveitada.

O combate moderno impõe a revisão de conceitos e de aspectos doutrinários, à luz das nossas hipóteses de conflito e da capacidade do poder nacional.

UMA ESTRUTURA DE SISTEMA DE C3I

A estrutura do nível estratégico - C3I do Comando Supremo - está resumida aos Altos Órgãos da Estrutura Militar de Guerra e isto facilitaria uma abordagem. No entanto, existem discordâncias de ordem doutrinária, a nível do EMFA a das Forças Singulares.

No escalão estratégico, parte da estrutura que exclui as redes das Forças Singulares está com os equipamentos adquiridos e em fase de instalação. O projeto é "tolerante a falhas", de modo a assegurar apropriada redundância de dados, que garanta a confiabilidade e permanente disponibilidade do sistema.

A estrutura do banco de dados (computadores de grande porte) deverá ser a de banco de dados "distribuído". As informações são distribuídas pelos Centros de Operações do Centro Operacional do Comando Supremo (COCS), pelos centros principais das Forças Singulares - Centro de Comando do Teatro de Operações Marítimo (CCTOM), Comando de Operações

Terrestres (COTer), Centro de Coordenação do Poder Aeroespacial Brasileiro (CCPAB), pelos centros dos comandos operacionais (ZD, COMAE e COMDABRA) e pelos centros regionais das Forças Singulares.

A solução "em rede" permitirá a interligação dos computadores entre si. Os "nós" devem possuir facilidades de comunicações por voz, fac-símile e dados. É dada ênfase às ligações por satélite, em banda militar, e às ligações de televisão para altas autoridades.

No nível tático, a proposta do Sistema de C3I da Força Terrestre pode se basear em doutrinas em vigor, estudadas e bem definidas. As ligações partiriam do COTer para os centros regionais e daí para as Grandes Unidades, até o escalão Divisão de Exército, onde está previsto o funcionamento do Sistema de Comunicações de Área de Divisão de Exército (SCADE).

Numa fase posterior, o sistema poderia ser estendido até o nível brigada. A solução inicial até o nível Divisão de Exército está baseada em experiências de outros países, como o sistema "RITA", francês, e o "AKN", alemão.

OS CENTROS DE OPERAÇÕES

Os centros de operações, em todos os níveis, serão constituídos, basicamente,

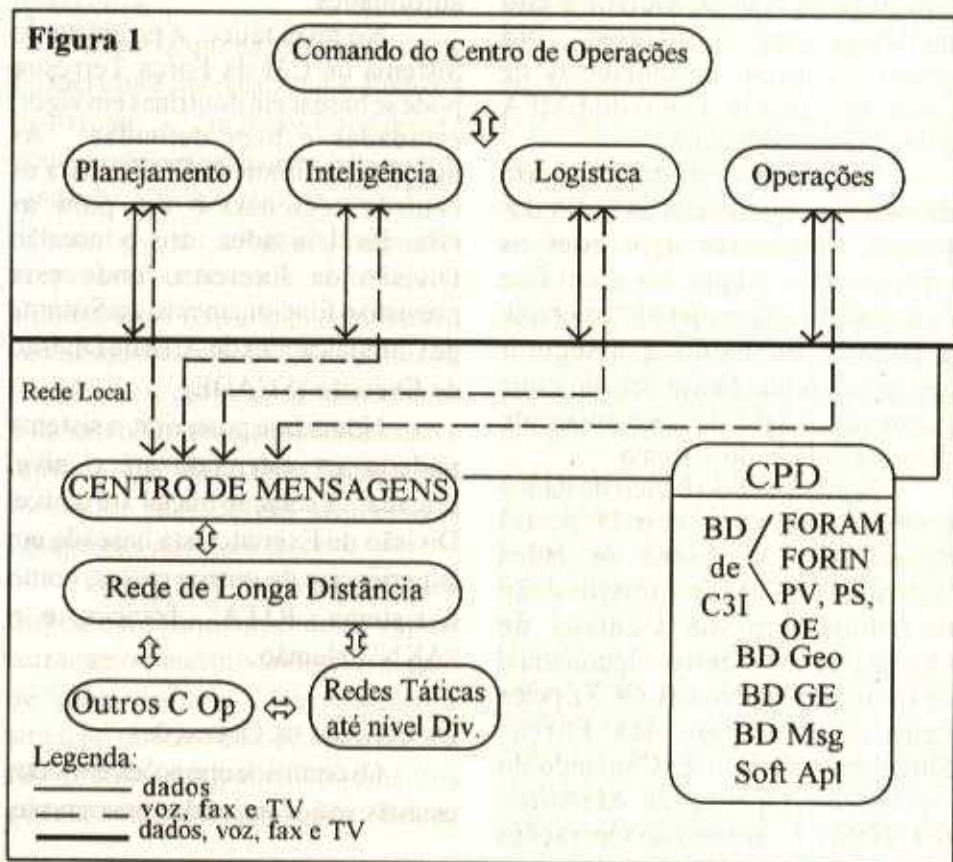
das áreas de planejamento, logística e mobilização, inteligência e operações (controle da manobra - Fig1).

Essa estrutura atenderá à orientação do Estado-Maior do Exército (Port 002/EME, de 12 Jan 90) quanto à procura da compatibilidade com os sistemas de informática das outras Forças Singulares e do EMFA, em particular, com as áreas de inteligência,

operações, logística e simulação estratégica.

De acordo com as **hipóteses de conflito** e os meios disponíveis a curto prazo, optamos por introduzir uma área de planejamento visando, principalmente, às operações futuras. Englobamos, na área de operações, o apoio de fogo, a defesa antiaérea e a guerra eletrônica. Tal inclusão poderá ser revertida, quando essas atividades contarem com meios mais

Figura 1



ponderáveis e impuserem ser consideradas separadamente.

A estrutura (Fig 1) terá um comando do centro de operações, as quatro áreas propostas, uma sala de comunicações (centro de mensagens) e um centro de processamento de dados (CPD). Os centros de operações terão facilidades de comunicações seguras por voz, fac-símile e dados. A voz é preservada como meio básico de comunicação, transmitindo eficazmente as expressões de urgência e preocupação do comandante. Os computadores de grande porte abrigarão os principais bancos de dados (BD), a saber: o de C3I propriamente dito, os de dados geográficos (Geo), os de guerra eletrônica (GE) e o de mensagens. O banco de dados de C3I armazenará informações sobre as forças amigas (FORAM), forças inimigas (FORIN), pontos vitais (PV), pontos sensíveis (PS) e objetivos estratégicos (OE).

Os centros terão meios de apresentação visual de dados (telão, TV de alta definição e monitores) e meios manuais de acompanhamento, somente dos dados mais importantes. Aqui, consideramos os olhos como o meio mais rápido e eficaz de absorver informações, apreciar e avaliar situações.

O acompanhamento da situação será realizado pelo banco de dados geográficos. A sala de controle da manobra fará o acompanhamento com dados globais.

Os centros de mensagens dos centros de operações (Figura 1) deverão ser ligados por rede de longa distância (WAN - Wide Area Network) aos seus similares, nos outros centros de operações e às redes táticas, até o nível Divisão de Exército.

Os meios de comunicações deverão possibilitar ligações seguras e confiáveis, sendo prevista a utilização de criptotecnia por **software** e por equipamento "on line".

O **software** de integração das bases de dados será o "coração" do sistema. Assim, a entrada de dados poderá ser feita por qualquer dos bancos de dados (C3I, geográficos, de guerra eletrônica ou de mensagens) e as demais bases serão atualizadas automaticamente (Fig 2).

Um sistema especial para gerenciamento das mensagens será responsável pelas atividades de roteamento, distribuição, armazenamento e recuperação de mensagens.

A concepção física da rede do sistema poderá ser a constante da

Portaria Nr 002/EME, de 12 Jan 90, com as alterações propostas pelo EME para o Sistema de Comando e Controle, aproveitando os meios dos

Centros de Informática do Exército. A estrutura poderá ser aumentada gradativamente, ou evoluir para uma outra concepção em que se separe, fisicamente, daqueles Centros.

A INFORMATIZAÇÃO

utilizam da informática. Nessa área, a tendência será o emprego de: ligações por satélite, em **banda** militar; redes locais e o incremento

do uso de fibras óticas; soluções de **hardware** e **software** "não-proprietárias"; sistemas abertos; equipamentos comerciais com rusticidade aumentada, para diminuição dos custos; controle centralizado, processamento

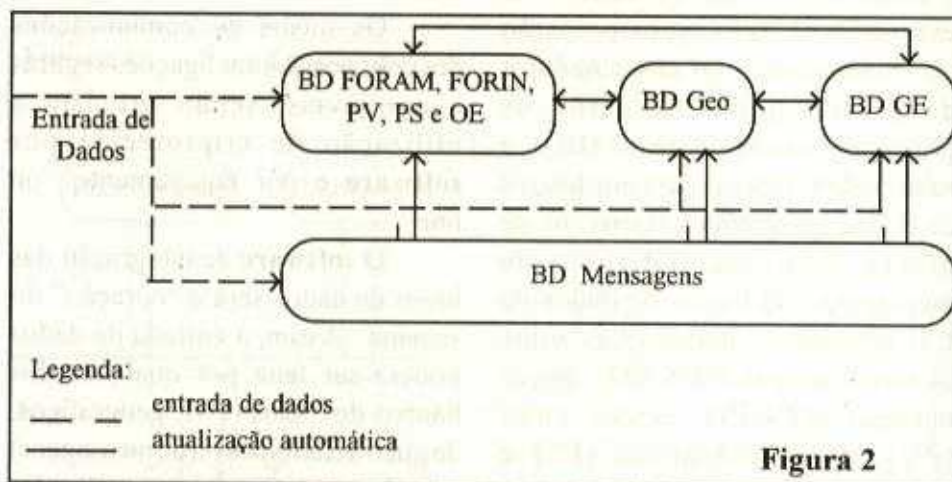


Figura 2

O dinamismo da guerra moderna requer a disseminação das informações em distintos níveis e em tempos muito curtos. O vulto dos meios empregados exige que as operações sejam apoiadas por sistemas de gerenciamento de informações automatizadas, através de redes de computadores que se

distribuído e bases de dados distribuídos; e a integração das bases de dados com atualização automática.

Visualiza-se a definição de requisitos pela área militar, o desenvolvimento por empresas civis e a modificação dos módulos de cripto pela engenharia militar. Tudo terá subordinação às normas

internacionais visando às operações aliadas.

NECESSIDADES INICIAIS

As necessidades atuais para uma estrutura de Sistema de C3I são muitas. O custo elevado do equipamento e do treinamento de recursos humanos nos indicam que os computadores de grande porte, à retaguarda, devam ser operados por pessoal permanente. O equipamento destinado ao campo, os microcomputadores, precisariam de pessoal especializado, mas com um treinamento mais rápido e menos oneroso.

Há aspectos de suma importância que necessitam ser mais debatidos como: a definição precisa de requisitos básicos operacionais e técnicos; a política integrada de operação dos meios de guerra eletrônica; a atividade de simulação como meio de testar o sistema e os planejamentos; a definição das funções do sistema; a definição do modo de operação dos centros de operações das Forças Singulares e do Comando Supremo; a definição da doutrina de emprego combinado; a revisão dos documentos que tratam da padronização de procedimentos de comunicações interforças,

englobando os de comunicações de dados; o emprego de bases de dados e redes de computadores; o emprego de mensagens pré-formatadas; seleção e treinamento de pessoal para operar os centros de operações de Sistemas de C3I; e a padronização de software (linguagens, banco de dados e sistemas operacionais).

Os assuntos abrangem as áreas operacional e técnica. Em se tratando de informática, a tecnologia do **hardware** e, principalmente, a do **software**, vêm avançando muito rapidamente comparada à nossa lentidão em definir necessidades para aplicação dessa tecnologia. O primeiro passo - ter consciência do problema - foi dado. O caminho é longo e urge ser percorrido.

EMPREGO E PREPARO

As ações do emprego e preparo são duas etapas distintas de uma mesma realidade. Entre elas prevalece a continuidade. O Emprego é realizado por meio de ações estratégicas, planejadas em tempo de paz e postas em prática nas crises. O Preparo incide sobre os fatores da Expressão Militar, para que esta atinja a capacidade de emprego. Uma proposta de estrutura deverá abranger essas duas ações. Na fase de implantação do sistema, uma ou outra

poderá receber prioridade. Mas isto deverá ser circunstancial, pois não há como separá-las. O longo tempo de paz, situação que o Brasil sempre buscou, não poderá ser fator preponderante nessa definição de prioridades.

As preocupações atuais parecem voltar-se para a Amazônia. Que tipo de Sistema de C3I utilizaremos naquele Teatro? Sistemas que sejam montados com rapidez e possuam mobilidade, flexibilidade e capacidade operacional. Esses sistemas teriam que reduzir a dependência das comunicações de superfície de curto alcance. Há muito ainda por definir e realizar.

É fundamental para a definição de uma estrutura, o levantamento de nossas necessidades, considerando o nosso homem, os cenários e uma doutrina apta para o combate moderno. Isto fará com que nos preocupemos mais com a qualidade da solução do que com a do equipamento.

O desafio de trabalhar na paz como na guerra deve ser buscado, mas a realidade nos conduz a uma opção que, por si só, é um grande desafio. Não questionarmos a Força quando surgir a necessidade do seu emprego. Não será possível desligar

o computador e reiniciar o jogo. É imperativo alcançar o objetivo estratégico do Preparo da Força Terrestre - 2.000: a evolução qualitativa do homem, para que este esteja em condições de operar com eficácia a estrutura por ele e para ele projetada.

O ASPECTO DOUTRINÁRIO

Do Manual de Campanha C 100-5 OPERAÇÕES extraímos que *"... as Forças Armadas devem ser capazes de operar eficientemente em todo espectro de guerra previsível, aplicando seus meios de modo adequado e compatível com os objetivos fixados."* É uma assertiva abrangente e incisiva. Para que todo espectro seja previsível é necessário que os seus contornos possam ser delineados pela nossa Inteligência. Os objetivos serão fixados de acordo com a doutrina em vigor e baseados em informações estratégicas. Os meios só serão empregados adequadamente se o comandante tomar decisões oportunas com base em informações pertinentes à situação.

Com muita modernidade, o C 100-5 ainda afirma que *"... a rapidez com que se iniciam as ações de guerra e a tendência à sua curta duração têm aumentado..."*. Realmente, a

velocidade das ações tende a ficar além da capacidade humana. Modernos equipamentos, postos à disposição do comandante nos diversos níveis para auxiliar o processo decisório, são indispensáveis para se operar eficientemente como acima previsto.

CONCEITO DE SISTEMA DE C3I

Consideramos que o Sistema é uma estrutura para coleta de informações que são processadas e distribuídas ao escalão de comando, para planejar, coordenar, controlar forças, sistemas de armas e operações singulares e combinadas. O Sistema comporta medidas tecnológicas auxiliares, estruturas organizacionais, métodos e pessoal.

Nessa estrutura, o aumento do fluxo de dados aliou o telefone ao computador e o rádio ao satélite e às microondas. Assim, em um centro de operações estão unidos, lógica e fisicamente, um centro de comunicações e um centro de informática. Essa estrutura estará certamente com sua operação e eficiência comprometidas sem a proteção da guerra eletrônica. Inicialmente, todo o processo se volta para a busca da informação. As comunicações executam o seu transporte, a guerra eletrônica a

protege e a informática a armazena e a recupera. Na sequência, a informação vai apoiar o processo decisório.

O processo é uma reação em cadeia. A informação, a decisão e a execução. Novos estímulos, nova decisão e, em consequência, nova execução. Tudo deve ser feito de maneira oportuna para que se mantenha a iniciativa das ações. O processo se desenvolve rapidamente e exige mais sensibilidade do comandante para reagir às mudanças do ambiente.

O tempo se tornou tão importante que os estados-maiores deverão estar preocupados não só com a missão, o inimigo, o terreno e os meios. Acresce-nos agora, o que seria um novo fator decisório - o tempo disponível.

A INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS SINGULARES

Falamos de Sistemas de C3I para armas, para forças de combate e combinado para forças e armas. A configuração desses sistemas tem problemas de outra ordem. É a integração aos diferentes sistemas das outras Forças Singulares, por estarem condicionados às doutrinas das respectivas Forças.

As áreas operacionais do continente, em terrenos e climas

variados, exigem a versatilidade do homem, a adequabilidade e a rusticidade do material e uma doutrina apropriada e flexível. O que se impõe é a integração das Forças Singulares e a busca de uma apropriada padronização de equipamentos, suprimentos, conceitos, terminologia e técnicas de planejamento.

Os Sistemas de C3I nesse contexto esperam receber de todos os órgãos envolvidos a prioridade adequada. A Escola Superior de Guerra, para confirmar esta premente necessidade, afirma que: "As guerras modernas exigem, para o sucesso das operações militares, o emprego de meios ponderáveis, pertencentes a mais de uma Força Singular, no quadro de uma integração operacional, logística e tecnológica, orientada por princípios gerais, valores e concepções estratégicas idênticas."

AS VERTENTES DO COMANDO E DO CONTROLE

Além dos aspectos abordados, a adequação de uma determinada tecnologia de Sistema de C3I deverá ser definida depois de uma análise dos fatores geopolíticos, de desenvolvimento, dos objetivos e de recursos humanos e materiais, com sentido prospectivo, voltado para as

Hipóteses de Conflito.

A utilização da tecnologia nos apresenta duas tendências. A primeira dá maior importância ao aparato tecnológico em si. Uma outra, utilizando-se da mesma tecnologia, procura preservar a iniciativa e a criatividade do elemento humano.

Forte Canal de Controle

Soluções baseadas em doutrinas de controle centralizado vão dar origem à vertente do forte canal de controle.

O controle enfatiza a verificação e busca reduzir incertezas. Dispositivos eletrônicos nos indicam essa direção.

Esta vertente possui um planejamento inflexível. Tende a concentrar o poder de decisão nos escalões mais elevados envolvidos no combate. Aparenta segurança e direciona para um cuidadoso processo burocrático. Evita a delegação de competência. Permite que as ordens sejam transmitidas diretamente ao escalão operacional, desbordando os níveis intermediários, reduzindo o ciclo de tempo de tomada de decisão mas propiciando a ruptura da cadeia de comando. O escalão operacional recebe missões do tipo "como fazer" com o risco da perda da iniciativa em situações inopinadas.

. Forte Cadeia de Comando

A outra vertente, por concepção, mais flexível é a solução da forte cadeia de comando.

Comando vem do latim "commendere" que significa atribuir. A aptidão para comandar pode ser inata ou desenvolvida. Sua flexibilidade permite melhor utilização da tecnologia o que, além de reforçar a cadeia de comando, permite ao escalão de combate operar com mais liberdade. Comporta a aceitação do risco e o rápido aproveitamento da oportunidade no campo-de-batalha. A estrutura do Sistema de C3I é utilizada para apoiar a decisão nos diferentes níveis e não para colocar uma "camisa-de-força" em toda a estrutura.

As missões do tipo "o que fazer" permitem a iniciativa e requerem a liderança. Impõem uma doutrina bem consolidada e normas gerais de ação perfeitamente assimiladas.

A vertente do comando propicia uma boa visão do combate e exige responsabilidade em cada nível. Isto é conseguido através do treinamento, da confiança mútua e do conhecimento da personalidade do comandante. Conhecer quem emitiu a ordem pode ser mais

importante do que montanhas de papel. Facilita perceber a intenção do escalão superior. É mais um aspecto psicológico que a tecnologia não substitui.

. Equilíbrio

A conduta em combate não pode se ater a modelos rígidos. Enquanto que num sistema para forças deve prevalecer a operação humana, um sistema de armas deve ser o mais automatizado possível. É o problema da definição do nível de automação "versus" operação humana. Uma doutrina apropriada possibilitará migrar, de maneira oportuna, de uma estrutura mais rígida para outra mais flexível ou alterar o nível de automação de um sistema em função de condições que a própria doutrina poderá prever.

Certas situações poderão ser geradas por distorções do próprio sistema, como o excesso ou a falta de informações. Uma sobrecarga poderá ocorrer por uma grande quantidade de informações desnecessárias. Isto levará ao aumento do pessoal administrativo, acarretando um tempo maior de espera para uma resposta, a incerteza e o atraso na decisão. Tanto a falta como o excesso de informação poderá causar o atraso na decisão.

A ênfase às ações de comando

irá de encontro a mais funcionalidade. Na vertente do forte canal de controle, o desempenho de funções de rotina afastam o oficial de estado-maior das atividades táticas, passando ele a se preocupar mais com os detalhes de execução (eficiência) do que com os resultados (eficácia).

Em síntese, podemos levantar alguns aspectos doutrinários para a definição de um Sistema de C3I como o grau de dependência da tecnologia, a filosofia tecnológica ou humana, a flexibilidade do planejamento operacional, o tempo de reação, o grau de incerteza, a liderança e a iniciativa, a distorção do sistema e a gerência e a distribuição da informação.

Examinando estes aspectos, um Sistema de C3I para as Forças Armadas, em particular para o Exército Brasileiro, deverá buscar em sua concepção:

- flexibilidade de controle permitindo evoluir de um tipo mais centralizado para outro mais flexível;
- dependência de tecnologia relativamente baixa devido aos altos custos envolvidos para a aquisição, manutenção, operação e atualização dos sistemas de C3I;
- opção pela filosofia humana adaptando a tecnologia ao elemento humano e às condições do teatro-de-

operações;

- planejamento combinado e integrado entre os vários níveis com possibilidades da introdução de mudanças;

- tolerância para a falta de certeza relativamente alta, em todos os níveis, permitindo o exercício da iniciativa e da liderança, não prejudicando o desempenho da Força quando os meios apresentarem panes;

- equilíbrio na alocação de recursos humanos e materiais para se evitar o aumento das necessidades e das instalações e a sobrecarga de informações;

- criação de métodos de ação e de comunicações para desbordar o sistema automático em casos de falhas, através da delegação de competência e de mudanças no processo de controle (comunicações e informações);

- desenvolvimento de um conceito operacional uniforme para a operação de Sistemas de C3I evitando a "linguagem profissional" das diversas Unidades e das outras Forças.

Todos os aspectos devem ser planejados até o nível operacional. A descentralização precisa ser cuidadosamente planejada e executada para que o escalão de

combate possa explorar o potencial dos sistemas de armas, da tecnologia disponível e da iniciativa de seus quadros.

Haverá um ponto de equilíbrio entre as duas vertentes. Saberemos se estamos acertando quando pudermos avaliar tais estruturas e dispusermos de Forças mais efetivas e mais ágeis.

CONCLUSÃO

Um Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Informações é um complexo nervoso que recebe um alerta da ameaça, processa-o e ativa a atuação da defesa. A estrutura comporta pessoal, medidas tecnológicas, métodos e estruturas organizacionais.

Na era da informação, os sistemas de apoio à decisão ajudam a decidir com mais rapidez e segurança. Na área militar, os Sistemas de C3I estão informatizando o processo decisório e automatizando o combate. Esses sistemas deverão auxiliar os instintos intuitivos do homem, realçando-lhes as qualidades. A tecnologia ainda não substituiu o discernimento humano.

Não devemos ficar imobilizados pelas dificuldades econômicas e nem pela diferença tecnológica em relação aos países do

Primeiro Mundo. Se estamos um bom tempo sem lutar um bom combate, se não fazemos guerras de conquista, também os nossos cenários não se parecem com as areias de um deserto. Se a nossa tecnologia está aquém da que se fez presente na Guerra do Golfo, também é certo que não precisaremos reinventar certas rodas. A indústria nacional está em recessão mas tentando, como a da área de informática, descobrir novos rumos.

A demora na implantação de um Sistema de C3I, a rápida evolução tecnológica e o volume de recursos necessários para desenvolver, implantar e manter um sistema desse porte requerem cautela e parcimônia com uma previsão consentânea com as possibilidades reais da Nação.

Depois de analisarmos os traços psicológicos do brasileiro e as qualidades requeridas aos chefes militares, ficamos certos de contar com esse potencial. O nosso povo é capaz de superar os traços negativos e exacerbar os positivos ao ser bem estimulado.

As funções bélicas do censureamento, do C3I e dos atuadores vão sendo automatizadas. Damos prioridade aos Sistemas de C3I por serem o centro nervoso, o elo da estrutura.

A nossa proposta aproveita os recursos humanos, materiais e tecnológicos disponíveis na Força Terrestre.

Contamos em nossos quadros com pessoal habilitado para a empreitada.

A fase atual é a de definição de necessidades de informações em cada nível. Trata-se de dizer o que queremos nos bancos de dados. Isto é tarefa para o usuário - a área operacional.

Os centros de operações têm uma estrutura física compatível com as atuais necessidades e disponibilidades. A concepção lógica aproveita os recursos existentes dos Centros de Informática até que se possa contar com estrutura própria. Propugnamos pela importância de um homem peculiar no Sistema ao falar em filosofia. Pensamos em filosofia como algo que respalda a doutrina, as normas de ação e os manuais. Optamos por uma filosofia humana que agrega a tecnologia mas não se deixa tolher por ela. Prevalece a iniciativa sobre a burocracia e a centralização. Buscaremos, com equilíbrio, a solução que melhor

aproveite a criatividade do brasileiro e a sua natural vocação de liberdade e que atenda, em melhores condições, ao cumprimento da missão.

Venceremos os óbices de percurso com uma imprescindível vontade política, uma fundamental conscientização da necessidade da integração das Forças Singulares e a efetiva coordenação do EMFA.

David venceu Golias. Temos o homem. Temos nossas fundas. Que Deus não nos deixe faltar a fé, a coragem e a esperança. A fé no próprio Deus que nos guarda. A coragem de enfrentar os problemas com lealdade e sem subserviência. A esperança de um futuro de intensa paz para os nossos filhos vigiados por sentinelas atentas, altamente preparadas e prontas para o combate. O homem e a sua lança. Nessa ordem, nessa prioridade.

BIBLIOGRAFIA

1. AMARANTE, José Carlos Albano do. **A Tecnologia Militar: Repercussões da Guerra do Golfo**. In: Ciclo de Estudos Estratégicos. ECEME, 1991, 16 p.

2. ANDERSON, Dean R. **Modernizando o Comando e o Controle no Exército.** s.n.t.
3. BOHANNAN, Anthony G. C3I in Support of Land Commander. In: **FIFTH AFCEA European Symposium and Exposition.** Bélgica, 24-26 Oct 1984. s. ed.
4. BRAGA, Ronaldo de Oliveira et alii. **Configuração de um Sistema C3I para o Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro, ECEME, 1989: 81 p.
5. BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **Diretriz para o Sistema de Informática no Exército.** Port. 002-1. Sch/EME, 12 Jan 90. In: BE 05, 02 Feb 90.
6. _____. _____. Secretaria-Geral do Exército. **Guia do Oficial.** Brasília, 1990.
7. BURKETT, Jack. **Command and Control: The Key to Winning.** Military Review, July 1990.
8. CUSHMANS, John H. **Joint Command and Control.** Military Review. USA, ECEME/USA, July 1990.
9. DATE, C.J. **Introdução a Sistemas de Bancos de Dados.** Rio de Janeiro, Campus, 1985, 514 p.
10. ECEME. **C 100-5 Operações (Anteprojeto).** Rio de Janeiro, 1985.
11. _____. **Comando, Chefia e Liderança.** Tema 16 | II III 01. Notas Suplementares 1 a 6. Rio de Janeiro, 2 v, 1991.
12. Edge, Robert L. **Command and Control Systems: What Are They? Who Needs Them?** In: **C3I Program Management.** s.n.t.
13. EME. Estado-Maior do Exército. **O Sistema de Comando e Controle.** In: **Exercício de Política e Indústria de Informática.** ECEME, 1991.
14. ESG. Escola Superior de Guerra. **Doutrina.** Rio de Janeiro, 1989, 340 p.
15. GISSIN, Raanan. **C3I - Multiplicador ou Depreciador de Força?** IDF Journal, Forças de Defesa de Israel, 1986. v.3, Nr.3.
16. HAYES, Robert Ames. **Nação Armada: a mística militar brasileira.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1991. 266 p.
17. KROENING, Donald W. **Army Command and Control Information Systems Requirements Definition.** In: **IEEE Transactions on Systems, Man and Cybernetics**, vol. SMC-16, nº 6, Nov/Dec. 1986. s.1., s.ed.
18. LIDER, Julian. **Da Natureza e da Guerra.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1987, 370 p.
19. SARMENTO, Arlindo Linhares da Silva. **Projeto de uma Estrutura de Comando, Controle, Comunicações e Informações (C3I) para o Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro, ECEME, 1985: 50 p.



TenCel DOUGLAS NUNES ROSA - Oficial da Arma de Engenharia, possui os cursos da AMAN (1973), EsAO (1984) e ECEME (1992). Realizou os cursos de especialização de Equipamentos de Engenharia (EsIE-1978) e de Análise e Projetos de Sistemas (Dinfor-1989). Possui os estágios militares de Manutenção de VBTP M113 (1º BECmb/RJ-1974), Instrutor de Tropa (31º GAC/RJ-1981), de Munição, Explosivos e Artíficos (1º DE/RJ-1981) e de Usuário MAPPER (Dinfor/DF-1989). Foi Instrutor da Escola de Instrução Especializada (1982-1983) e realizou cursos, estágios e seminários de engenharia em diversas empresas civis. Possui as medalhas Militar e do Serviço Amazônico, com passador de prata. Atualmente, está classificado no Cmnd 9º RM, Campo Grande - MS.



CENTENÁRIO DO SÍTIO FEDERALISTA DE BAGÉ

Cláudio Moreira Bento

Fruto de pesquisa histórica básica, o artigo propõe-se a apresentar a verdade do episódio da Revolução Federalista a qual, politicamente, ao longo dos anos, vem sendo omitida ou distorcida.

De 14 de novembro de 1893 a 08 de janeiro de 1894, a guarnição militar de Bagé, ao comando do legendário e valente coronel Carlos Maria da Silva Telles, e integrada por forças do Exército reforçadas por tropas da Brigada Militar e patriotas republicanos, escreveu uma das mais belas páginas da História Militar do Brasil, ao resistir, cercada dentro do reduto fortificado em torno da matriz São Sebastião e praça à sua frente, a rigoroso e apertado sítio que durou 45 angustiantes dias.

O cerco foi levado a efeito por tropa revolucionária federalista, forte

de 3.000 homens, à base de Cavalaria, sob o comando do general honorário do Exército João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), herói da guerra do Paraguai.¹

O sítio de Bagé foi um confronto de titãs, uma queda de braço de vontades férreas e, sobretudo, um embate de valentes. Assim também seria o sítio da Lapa (PR), em que resistiu, até a morte, outra legenda do nosso Exército, o coronel Ernesto Gomes Carneiro, cujo irmão defendeu, heroicamente, em Bagé, uma trincheira, no cruzamento das ruas Dr. Verissimo com Barão de Amazonas, após o comandante da mesma, capitão Moreira Sobrinho, haver-se passado para os federalistas.²

O sítio de Bagé foi rigoroso.

1. João Nunes da Silva Tavares teve seu nome ligado aos últimos momentos do marechal Francisco Solano Lopes, em Aquidaban (1º de março de 1870). O cabo Chico Diabo que lanceou mortalmente o marechal era seu comandado. A proclamação da República foi alcançada exercendo muito expressiva liderança política, econômica e militar na fronteira de Bagé.

2. Eurico Sales, em "História de Bagé" (P. Alegre, Ed. Globo, 1951). Seu livro imortalizou o episódio em foco, o qual serviu-lhe de ilustração da capa, em expressivo desenho assinado por Danúbio Gonçalves.



Revolução
Federalista de 1893
- Cerco de Bagé
(RS)
- Trincheira
da Panela do
Candal

Nele, os sitiados presenciaram deserções dos fracos e dúbios, padeceram os efeitos de espionagens e de atiradores de tocaia, passaram sede e fome, tendo, inclusive, de sacrificar gatos, cães e cavalos para comerem, além de consumirem figos crus e caruru cozido na água e sal. Não escapou do sacrifício nem o tordilho negro, um **pingo de lei**, do coronel Telles. Silva Telles foi ferido num ombro, ao comandar, pessoalmente, um contra-ataque à derradeira tentativa federalista de atingir o centro da resistência ao sítio, através de uma brecha resultante da demolição de muros e paredes que protegiam a posição do coronel.

Combateram na defesa de Bagé as seguintes unidades do Exército: 31º Batalhão, do qual o Batalhão

Tuiuti, de Pelotas, descende; 4º Regimento de Artilharia, um dos formadores do Regimento Mallet, em Santa Maria; Corpo de Transporte, cujo comandante titular era o capitão Bento Gonçalves da Silva Filho³, ferido um pouco antes do sítio, e uma companhia do 2º Batalhão de Engenheiros, atual 1º Ferroviário de Lages-SC. Essa tropa do Exército foi reforçada pelo 2º Batalhão da Brigada Militar e elementos do 1º; pelo 5º Corpo Provisório e pelo Batalhão Republicano, integrado por patriotas republicanos de Bagé e gente da Guarda Aduaneira. Os sitiados não dispunham de Cavalaria, daí a tática adotada de resistência em posição fortificada, contra um adversário fortíssimo em Cavalaria.

3. Filho do famoso líder farrapo de 1835.

O sítio só foi levantado à aproximação da Divisão Sul, forte de 3.000 homens, ao comando do coronel do Exército João César Sampaio, que fora enviado em socorro de Bagé pelo Ministro da Guerra (1892-94), Francisco Antônio de Moura.

Bagé foi encontrada pelas tropas do coronel Sampaio "com casas arrombadas, a maioria sequeada, algumas incendiadas, objetos de uso doméstico, gêneros etc... atirados à rua"⁴, um cenário desolador.

O prolongado e violento sítio, com seus pesados tiroteios, deixou um saldo triste de 121 baixas entre os cerca de 900 defensores da praça. Foram mortos 34, entre os quais 4 oficiais, que foram sepultados ao lado da matriz São Sebastião, em cujo interior, meio século atrás, o Duque de Caxias mandara celebrar uma missa pela alma dos irmãos brasileiros que haviam se empenhado em luta fratricida, a Revolução Farroupilha (1835-45). Outros mortos foram sepultados em terreno baldio da Rua 7 de Setembro, Dessa vez, ao invés de uma missa, a matriz São Sebastião sofreu com o tiroteio federalista, que a deixou cheia de perfurações de

balas. Não a respeitaram.

Um exemplo da fortaleza moral do coronel Carlos Telles foi dado na seguinte resposta aos federalistas, no 28º dia de sítio, ao ser-lhe proposta a rendição da praça com garantia de vida a todos: "Vocês é que devem depor as armas porque estão fora da lei. Garanto a todos anistia ampla." E resistiu mais 18 dias.

A resistência determinada, e a todo custo, do coronel Telles por certo preveniu a humilhação de tropas do Exército e da Brigada, como a sofrida por suas irmãs, em 28 de novembro, no sítio do Rio Negro, levado a efeito pelas mesmas tropas ao comando do general Joca Tavares que sitiaram Bagé. Ai, tropas legais com o seu comandante, general do Exército Isidoro Fernandes, também preso, foram obrigadas a assistir, impassíveis, ao degolamento, segundo a tradição, de 300 de seus aliados civis do Corpo de Cavalaria, ao comando do coronel Manoel Oliveira Pedroso, também degolado, inerte e de forma humilhante para um bravo. O massacre foi um crime contra a humanidade, até então sem precedentes na nossa História, e um desserviço e traição à causa federalista.

4. Eurico Salles, em "História de Bagé".

Parece ter sido ele o início da violência inaudita dessa revolução agravada pelo massacre de Boi Preto, em Palmeira das Missões, de degolamentos em massa de federalistas, e pelos fuzilamentos coletivos de revoltosos da Armada, em Florianópolis e no Km 64 da ferrovia Curitiba-Paranaguá. Tais fatos contribuíram para caracterizar a revolução federalista como “revolução de bárbaros” ou “maldita”. Seus contendores ignoraram Simon Bolívar: *“Nas guerras civis, é político ser generoso, senão a violência aumenta progressivamente.”*

O sítio e a resistência épica de Bagé são uma página digna dos bravos soldados republicanos e federalistas que a escreveram, e cheia de lições militares enriquecedoras do patrimônio cultural militar terrestre do povo brasileiro, do qual o Exército Brasileiro é depositário e beneficiário.⁵

O sítio de Bagé, seguramente, foi o evento histórico que mais marcou a cidade. Ele serve de ilustração à obra de Eurico Sales atrás citada e de documentação dos

três simpósios “Fontes para a História da Revolução de 93”, que vem sendo realizado pelo Museu D. Diogo de Souza, de Bagé.

Fontes primárias ligadas ao sítio de Bagé encontram-se na obra já citada de Eurico Sales e na obra de Epaminondas Villalba, **Revolução Federalista no Rio Grande do Sul** (Rio, Laemmert, 1897), nos documentos de nº 58 a 62.⁶

Prestou depoimento sobre o sítio de Bagé o coronel Sampaio, comandante da Divisão do Sul, que impôs o levantamento do sítio, em 8 de janeiro de 1893. Seu trabalho foi editado em 1920, Sampaio já marechal, sob o título **“O coronel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar”**. Nesse trabalho, ele responde à obra editada no mesmo ano, também pela Livraria Globo, sob o título **Apontamentos sobre a Revolução Rio-grandense de 1893**, a qual seria complementada por uma **Réplica aos contraditores dos apontamentos** (P. Alegre, s/ed, 1921). Através dessas obras, o leitor poderá situar-se, entre outras coisas, sobre o sítio de Bagé registrado por

5. Beneficiário com vistas a reciclar a doutrina, com apoio em experiências reais e bem sucedidas.

6. O último é a ordem-do-dia do tenente-coronel Francisco Félix de Araújo, comandante da 1ª Brigada da Divisão do Sul, que relata as atrocidades cometidas nos sítios do Rio Negro e Bagé e aponta os defensores do de Bagé como exemplos de abnegação e heroísmo.

seu libertador, o coronel Sampaio, e o quadro dantesco por ele testemunhado em relação ao massacre do Rio Negro, quando ele por lá passou, após um mês do tristíssimo evento.

O massacre do Rio Negro foi também condenado pelo federalista Germano Hasslocher, em **A verdade sobre a revolução de 93** (P. Alegre, Ed. Mazon, 1894, 1ª ed.).

Sobre o sítio de Bagé, o historiador Tarcísio Taborda escreveu, na **Revista Militar Brasileira** (nº 1, jan/mar 1970, pp. 73-87) esclarecedor artigo, que complementa, com detalhes interessantes, a visão de Eurico Sales de como foi o sangrento combate de 24 de dezembro de 1893. Taborda conclui seu artigo com um grande e notável esforço de síntese muito esclarecedor: *"A insatisfação reinante após a renúncia do marechal Deodoro, em 1891, levou os chefes municipais das duas correntes que se formaram a reunir homens em armas. Formados esses exércitos particulares, começaram as arbitrariedades, as tropelias, os abusos e as vinditas, que se espraiaram por todo o território gaúcho."* É aí que penso residir a causa das violências da Revolução de 93, que se extremaram em Rio Negro

e Boi Preto.

O coronel Sampaio fez de sua obra atrás citada, involuntariamente, precioso instrumento didático militar, na linha preconizada pelo marechal Ferdinand Foch: *"Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações e lições do que o da História Militar."*

Com base na leitura do seu livro, concluo que a Divisão do Sul foi organizada, de Porto Alegre, pelo ministro da Guerra, general Moura, como Diretor das Operações contra os federalistas, e contando com o apoio de Júlio de Castilhos, na mobilização de forças civis patriotas. Que Sampaio comandava a guarnição do Rio Grande quando foi encarregado de organizá-la, equipá-la e instruí-la para as seguintes missões: libertar Bagé sitiada; preencher o vácuo na fronteira, entre Bagé e Santana, deixado pelas tropas neutralizadas por massacre ou aprisionamento, em Rio Negro, junto com o comandante-em-chefe das operações no Estado, o marechal Isidoro, e proteger a ferrovia, essencial ao apoio logístico. Que a Divisão foi constituída de 3 brigadas, com 2.500 homens, dos quais 1.100

do Exército e 1.400 civis, sem noções de disciplina, hierarquia e doutrina militar, recrutados, na emergência, em Jaguarão, Erval, Piratini, Canguçu, Tapes, Camaquã, São Lourenço e Pelotas. Que a concentração delas teve lugar na Estação Piratini (atual Pedro Osório), junto ao passo Maria Gomes do Piratini e que durou um mês e nove dias. Que os 1.100 homens do Exército procediam do 29º e do 32º de Infantaria (de Pelotas e Vitória-ES, atuais OM de Infantaria de Jaboatão-PE e Santa Maria); dos 2º e 5º de Cavalaria (de Bagé e Jaguarão, atuais OM de Porto Alegre e São Luiz); de contingente do atual 1º Ferroviário-Lages, SC. Que a tropa do Exército dispunha de três peças de artilharia 75. Que os 1.400 civis formaram os 25º e 28º de Cavalaria (provisórios) e o 9º de Infantaria (provisório), sendo seus chefes os coronéis: Elias Amaro, de Jaguarão; Antero Pedroso, de Piratini, que escapou espetacularmente do massacre do Rio Negro, onde seu irmão, amigo e comandante, Manoel Pedroso, fora degolado; Zeca Neto, com 600 homens de Camaquã e São Lourenço, e que depôs sobre o episódio em suas **Memórias** (Martim Livreiro); Bernardino Mota, com as forças de Canguçu que conseguira

reunir; e mais os chefes Bueno e Justo. A Divisão operou por 15 meses consecutivos e assistiu ao quadro dantesco do massacre do Rio Negro. Foi incansável na mobilização da Divisão Sul, em Pelotas, o Dr. Piratininho de Almeida, filho do mineiro de Diamantina e cérebro civil da República Rio-grandense, Domingos José de Almeida, que estudamos na **RIHGB** (nº 336, jan/mar, 1983) e no **Diário Popular** (Pelotas, 20.09.1981).

O coronel Sampaio era carioca. Nasceu em 10.06.1846 e faleceu, em Porto Alegre, em 06.10.1924, aos 78 anos de idade, pouco após escrever sua obra já referenciada. Veterano do Paraguai, comandou a guarnição de Rio Grande e o 32º de Infantaria, antes e depois de Canudos, com o qual expedicionou. Comandou o Distrito Militar de Mato Grosso durante a questão Brasil-Bolívia em torno do Acre. Foi general-de-brigada, na ativa, e marechal, na reserva. Teve a oportunidade de defender-se de intrigas e acusações do Dr. Wenceslau Escobar e de um panfleto anônimo, provando ter sido o libertador de Bagé em 08.01.1894.

Carlos Telles, o defensor de Bagé, nasceu em 31.10.1843, em Porto Alegre. Veterano herói do Paraguai, combateu os **muckers**, em

1874 e, também, em Canudos, onde foi ferido gravemente. Faleceu general-de-brigada em 07.09.1899, aos 56 anos de idade. Adiante nos deteremos mais sobre sua biografia.

ANEXOS

- DOCUMENTO 1: ordem-do-dia do comandante da 1ª Brigada da Divisão do Sul, em operações no Sul do Rio Grande do Sul, emitida em 13 de janeiro de 1894, sob o nº 15, no Acampamento de Boa Vista. Aborda os sítios do Rio Negro e de Bagé e o comportamento dos federalistas nos mesmos:

"Camaradas da 1ª brigada! O quadro desolador visto por nós em Bagé traduz e é um vivo atestado das cenas de vandalismo praticadas por estrangeiros que o pouco escrúpulo de desorientados brasileiros trouxeram à nossa Pátria para, reunidos em número muito superior aos nossos companheiros, tentarem tomar a praça, batendo sua heróica guarnição. Narrar-vos os fatos com suas particularidades seria descrever as cenas descritas por Poe, ou o inferno de Dante em que por longos dias estiveram, não só vossos camaradas, como as famílias residentes nessa cidade. Não foram poupados os velhos octogenários,

quando choravam a perda de seus filhos e parentes por eles degolados no Rio Negro. Não se condoeram das pobres esposas que viram seus maridos levados à sanga para depois do massacre terem a garganta atravessada pela faca. Foram surdos aos gritos das pobres crianças que, com estertor, no auge da maior angústia, pediam que poupassem a vida de seus inocentes pais! Cenas dolorosas para esses a quem fizeram órfãos e viúvas. Canibais! Como se tudo isto não bastasse para saciar esses descendentes de Nero, obrigaram as criancinhas a morrerem de inanição, proibindo a venda do leite. Deitaram fogo a diversas casas, saquearam a todas, exigindo de muitos moradores quantias avultadas. Os insultos, os doestos, as palavras obscenas, as injúrias assacadas aos nossos camaradas, as faziam sem respeito à moral com grande gáudio para seus diretores. Pois bem, enquanto tudo isto sucedia, a briosa guarnição militar de Bagé, dando vivas à República, defendia a praça com valor estóico, suportando com toda a resignação os vexames da fome e quicá, muitas vezes, da sede. Emagrecidos, macilentos, os nossos camaradas não fraquejaram um só momento. Que nos sirva de exemplo essa abnegação, esse heroísmo, e

todos da 1ª Brigada de quem espavorido foge o inimigo, marchemos ao seu encalço para dar-lhes a devida punição. Viva a guarnição de Bagé! Viva a brigada da 1ª Divisão do Sull! Viva a República! ass: Francisco Felix de Araujo, tenente-coronel”.

DOCUMENTO 2: resposta do coronel Carlos Telles, ao apelo dos federalistas para que aderisse à causa revolucionária e entregasse Bagé.

“Comando da guarnição e fronteira de Bagé. O coronel Carlos Telles, respondendo ao apelo que de Pirahy foi dirigido aos oficiais desta guarnição e assinado por onze indivíduos, declara, por si só e por seus oficiais, que não toma conhecimento do mesmo apelo, por que não quer nem deve corresponder-se com desertores do Exército. Bagé, 23 de novembro de 1893. Carlos Maria da Silva Telles, coronel.”

DOCUMENTO 3: Trecho do telegrama, de 15 de janeiro de 1894, de Júlio de Castilhos a Cassiano Nascimento, onde noticia as baixas

republicanas e federalistas no sítio de Bagé “que resistiu a fogo incessante e assaltos por 18 dias”: “Tivemos 36 mortos, dois alferes do Exército e dois capitães civis. Feridos 90 entre praças do Exército e civis. Os prejuízos do inimigo são superiores a 400 entre mortos e feridos, além de 500 deserções de bandidos orientais. Bagé muito danificada! Saquearam e incendiaram muitas casas, degolaram muitos homens indefesos e até queimaram vivos dois soldados.”⁷

Estes documentos, produzidos no meio de paixões do momento necessitam de crítica histórica para que deles se extraia a verdade dos fatos.

DOCUMENTO 4: ordem-dia de 09 de janeiro de 1894 do comando da Guarnição: “Após 45 longos dias de sítio, é com a maior satisfação que este comando, rememorando o que então se passara, torna público o seguinte: As forças desta guarnição compostas do 31º Batalhão de Infantaria, do 4º Regimento de Artilharia e do 2º

7. O sítio foi estimulado por pressões dos uruguaios sobre os revoltosos e pela Revolta da Armada, em 6 de setembro de 1893. Segundo o historiador federalista Wenceslau Escobar o levantamento do Sítio de Bagé foi mais funesto para a Revolução Federalista, do que a derrota que sofreram em Inhandul, ponto de inflexão da Revolução, a caminho de sua derrota.

Regimento de Engenharia, 5º Corp. Prov.; Bat. Republicano, pessoal da Guarda Aduaneira, contingentes do 1º Regimento de Cavalaria da B.M. e de Patriotas, privadas de comunicações com as demais guarnições deste estado, convergiram para a praça fortificada, repelindo sempre o inimigo que, por diversas vezes e em dias diferentes, tentara tomar de assalto esse centro de resistência. Desde a madrugada de 27 de novembro, porém, esta valorosa resistência foi secundada pelo Corpo de Transporte e 2º Batalhão de Reserva da B.M., procedentes do Quebracho donde se retiraram do sítio (do Rio Negro) com que o inimigo tentou isolá-los e com os quais as forças acima mencionadas perfizeram um total de 900 homens. A concentração destas forças na praça fortificada, exigida pela falta absoluta de Cavalaria, um dos mais importantes e imprescindíveis recursos nas guerras sul-americanas, bem como pela sua inferioridade numérica em relação às do inimigo, compostas de uns 3.000 homens, alentados ainda pela recente vitória do Rio Negro, talvez lhes fizesse crer no prenúncio de uma nova vitória. Assim, ilusoriamente reanimados, redobram a intensidade dos seus fogos de fuzilaria, os quais partindo

dos fundos dos quintais, das esquinas e telhados das casas, principalmente situadas ao norte e oeste da cidade, onde em maior número se alojaram, varriam a praça em todos os sentidos. É com orgulho que este comando vos assegura que nesses momentos, os mais críticos, sempre julgou esta praça inexpugnável, vendo que cada um de vós era inseparável de seu posto de honra, procurando à porfia melhor cumprir os seus deveres, tornando-os todos dignos dos maiores encômios e da gratidão nacional, mesmo porque na noite de 08 do corrente (08 de janeiro de 1894), o inimigo abatido por tão heróica resistência e já desprovido de munições e desarmados pelos grandes claros que fizestes em suas fileiras, fugiu precipitadamente, deixando muitas armas e, após, uma cidade em ruínas, saqueada e incendiada. As instituições nascentes e a integridade de nossa Pátria não perigarão jamais enquanto tiverem defensores valorosos e abnegados até o sacrifício, como vós. Diante da uniformidade de um semelhante proceder, este comando julga-se dispensado de mencionar o nome dos que se distinguiram. Por isso louva a todos os oficiais desta guarnição pela firmeza e lealdade com que se portaram durante o penoso sítio a

que esteve sujeita, e determina que os senhores comandantes de corpos façam em suas ordens regimentais as distinções que julgarem de justiça. Contrabalançando as alegrias provenientes da grande vitória alcançada pelas armas gloriosas da República, este comando lamenta aqueles que tombaram no campo da luta; aos feridos, os que apenas verteram o seu sangue em prol das novas instituições, os nossos respeitos e admiração; àqueles que sucumbiram para sempre, as nossas saudades e a gratidão da Pátria. ass. Carlos Maria da Silva Telles, Coronel."

DOCUMENTO 5: telegrama do Ministro da Guerra, de 14 de janeiro, ao coronel Carlos Telles, cumprimentando-o pela vitória sobre o sítio federalista: "Coronel Carlos Telles. Viva a República. Vós e a heroica guarnição de Bagé fizeram juz à nossa admiração e reconhecimento. Com tão valentes e abnegados soldados e patriotas, a República não pode ser vencida. Ao marechal Floriano transmiti telegrama que me enviastes. Abraço-vos e a todos os valentes camaradas da guarnição de Bagé."⁸

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Após levantado o sítio de Bagé, intrigas levam o defensor de Bagé, coronel Carlos da Silva Telles, e o comandante da Divisão Sul - coronel João Cezar Sampaio a uma polêmica em torno do assunto. O coronel Sampaio então foi obrigado a escrever os seguintes trabalhos, no espaço de 26 anos:

Pela verdade-defesa contra seus inimigos (Pelotas, Liv. Echenique, 1896);

O coronel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar (Porto Alegre, Liv. Globo, 1920), no qual se defende de críticas relativas às operações que culminaram com o levantamento do sítio de Bagé pela Divisão Sul ao seu comando. Vale a pena ser lida, pelos ensinamentos que sugere.

O coronel Carlos Telles responde, ao coronel Sampaio, na obra **Resposta ao folheto-Pela Verdade, do sr. comandante João Cezar Sampaio** (Pelotas, Liv. Americana, 1897). É livro que também vale a pena ser lido, pelos ensinamentos a colher.

O Dr. Wenceslau Escobar, militante federalista, colocou fogo

8. Era o aplauso do Exército.

nas brasas da polêmica em foco, com o seu discutido **Apontamentos históricos para a Revolução Federalista de 1893** (Porto Alegre, Liv. Globo, 1920).

As memórias do general Zeca Netto (Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983) que, como tenente-coronel foi comandante da 3ª Brigada da Divisão do Sul, que libertou Bagé sitiada, traz algumas informações valiosas, como resposta de Zeca Netto a uma crítica de Carlos Telles ao coronel Sampaio afirmando que "o coronel Sampaio é um oficial que faz honra ao Exército Nacional."

O coronel De Paranhos Antunes e o general Tristão de Alencar Araripe produziram elogios ao coronel Carlos Telles, em 1948, na **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, nº 13/14 pp.115-207. São artigos esclarecedores. Os historiadores de Bagé, Eurico Salis e Tarcísio Taborda, complementam o tema.

O general João Pereira de Oliveira em **Vultos e Fatos de Nossa História** (Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985, 3ª ed., pp.52-71) estuda o perfil biográfico de Carlos Telles e aborda, especificamente, rumoroso incidente que ele manteve, e levou a melhor, com o coronel

Thomaz Tompson Flores, comandante interino, em 1896, do 6º Distrito Militar, com sede em Rio Grande. O autor narra a resposta dada por Carlos Telles ao general Joca Tavares e ao seu irmão Zeca Tavares, que haviam solicitado ao corpo consular que intercedesse para que ele capitulasse, ao que teria respondido, segundo fora anotado no Diário do promotor público Antenor Soares:

"Peço que, de minha parte transmitam, ao exmº sr. general Tavares, o seguinte: O nome e as glórias que S. Excia. alcançou, foram no seio do Exército, e, portanto, não deve ignorar que o soldado brasileiro não capitula, ainda mesmo que se encontre fraco no seu posto. Eu nunca capitularei, achando-me forte e defendendo o governo constituído legalmente e as instituições de minha Pátria. Ele general Tavares é que deve depor as armas, porque é um revoltoso. Se assim proceder, pode contar com as garantias para si e seus comandados. Mas, os soldados e oficiais desertores do Exército, que fazem parte das forças dos revoltosos, serão castigados, uns com a demissão, e outros com a baixa do serviço..."

Tarcísio Taborda conta a resposta de Carlos Telles ao apelo do padre Bittencourt para que saísse de

Bagé, atendendo à sugestão que lhe fora feita por seus amigos federalistas, resposta que invoca os mesmos valores alegados pelo pároco: - "Amigo vigário Bittencourt. Em nome de Deus, da humanidade, de seus paroquianos bageenses e de nossos amigos comuns só sairei para trazê-lo de volta puchado pela orelha."

SÍNTESE BIOGRÁFICA DO GENERAL CARLOS MARIA DA SILVA TELLES (1848-1899)



Nasceu em Porto Alegre, em 31 de outubro de 1843, filho do tenente reformado Joaquim Jaime da Silva Telles de Queiroz e de D. Maria

Joaquina Amália da Cunha da Silva Telles. Sentou praça em 23 de junho de 1865, no 33º de Voluntários da Pátria, e foi designado para integrar o piquete de D. Pedro II, onde assistiu à rendição dos paraguaios em Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865. Permaneceu no piquete do Imperador até 1º de novembro. Participou da invasão do Paraguai no Passo da Pátria como alferes em comissão do 30º de Voluntários da Pátria. Foi ferido no contra-ataque de Estêro Belaco, em 2 de maio de 1866. De alferes a tenente, participou da campanha do Paraguai. Combateu em Itororó, Avai e Lomas Valentinas e assistiu à rendição de Angostura. Foi promovido a alferes em 14 de janeiro de 1869, por ato de bravura praticado em 11 de dezembro de 1866. Participou da campanha da Cordilheira como alferes e tenente comissionado, no mesmo cenário em que brilhava a estrela do general Joca Tavares, seu adversário no sítio de Bagé. Só depois da guerra é que, em 14 de abril de 1871, foi graduado tenente e começou a sua longa peregrinação por unidades de Infantaria, 6º, 4º, 12º, 15º, 13º, 10º, 7º, 24º, 22º, 26º, 14º e 31º batalhões de Infantaria, cuja correspondência atual pode ser deduzida de **O Exército Brasileiro**, editado pelo Arquivo

Histórico do Exército, em 1938, e pela Imprensa Militar. Suas promoções: 14 de abril de 1871 - tenente; 4 de janeiro de 1886 - capitão, após 15 anos; 7 de janeiro de 1890 - major, por merecimento; 21 de março de 1891 - tenente-coronel, por merecimento; 12 de maio de 1893 - coronel, por merecimento e 15 de novembro de 1899 - general-de-brigada, posto em que faleceu, menos de dois anos após, em 7 de setembro de 1899, de ataque cardíaco, aos 56

anos. Foi condecorado no Paraguai com o hábito da Rosa e a Medalha Militar. Lutou no Paraguai, na Revolução de 93, contra a Revolta da Armada e em Canudos.

Foi ferido em Estéro Belaco, no Paraguai, no sítio de Bagé e gravemente no ataque final ao reduto de Canudos. Como tenente participou, em 1874, do combate aos Muckers, nas fileiras do 12º BC, atual unidade de Infantaria de Lorena - SP.



Cel Eng e EM, da Reserva, CLÁUDIO MOREIRA BENTO - Natural de Canguçu, RS, pertence à Turma Aspirante Mega, da AMAN. Possui os Cursos da ECEME e da EsNI. Comandou o 4º BECmb e dirigiu o Arquivo Histórico do Exército. É sócio titular do IHGB, benemérito do IGHMB, correspondente da Academia Portuguesa de História e de mais dez entidades congêneres estaduais e de oito municípios brasileiros. Integra a Sociedade Brasileira de Geografia, o CIPEL, o IEV, o Instituto Bolivariano e o Instituto Histórico Brasil-Peru Mal RAMON CASTILLA. Coordenou a construção do Parque Histórico Nacional de Guararapes, integrou a Comissão de História do EME e foi instrutor de História Militar na AMAN. Dirigiu a Revista e o Departamento Cultural do Clube Militar.



INFORMAÇÕES

A EDUCAÇÃO NO EXÉRCITO

Quando os generais de hoje cursávamos o Colégio Militar, faz já quarenta anos, haviam sido recebidos os primeiros tanques SHERMAN, o radar apenas começava a esboçar-se, os elementos mais avançados de cálculo eram as régua gráficas, as Comunicações baseavam-se em equipamentos muito pesados e a Informática ainda não estava presente.

Nesse cenário nossa profissão visava ao conhecimento dos regulamentos militares, tornar-nos destros no direcionamento dos homens, completar nossos estudos secundários (não era exigido ingressar com o quarto ano) e consubstanciar as bases éticas e morais que em todas as épocas são o sustento de nossa formação.

Hoje o panorama mudou. A mobilidade baseia-se em modernos veículos blindados, anfíbios, mecanizados, helicópteros e aviões. Os equipamentos de comunicações são leves e de grande potência; o radar aplica-se para a localização de aviões, para a direção de tiro de artilharia, de morteiros, para detectar movimentos

etc; as distâncias são medidas por raio laser; a computação substitui a régua de cálculo.

MELHORAR A EDUCAÇÃO GERAL

Ao analisar esta situação, os aspirantes de então, hoje generais, perguntávamo-nos se a educação dos oficiais do Exército tinha evoluído no ritmo dessas inovações e, mesmo que notássemos alguns sinais de aperfeiçoamento, deveríamos ter aceitado que a mudança não era suficiente e que teríamos que introduzir as modificações que nos colocassem à altura que um integrante dos comandos superiores do Exército deverá possuir no século XXI.

Vimos também que, assim como nossos parentes e amigos se limitavam a obter um título universitário e muito raramente faziam estudos de pós-graduação, hoje nossos filhos necessitam fazer especializações no exterior ou no país, que ampliem seus títulos universitários.

NOVA ABORDAGEM GERAL

Diante disso, compreendemos que era necessário uma nova abordagem da preparação de oficiais e suboficiais, para

que tivessem a possibilidade de integrar-se aos seus concidadãos que servem à Pátria com outras profissões. Baseado nessa análise, o chefe do estado-maior resolveu reformular a educação dos quadros do Exército. Ordenou para isso que, em 1993, o centro de gravidade fosse colocado na atualização e melhoramento da educação. Sabe-se que, ao fazê-lo, não se descobriu nada de novo, pois já em "O Desafio Americano", escrito em 1970, J. J. Servan Schreiber incluía no Relatório Denison que chegou à conclusão que os principais fatores de expansão econômica são a educação e as inovações tecnológicas.

Certamente, não chegamos a este ponto da estaca zero: o processo foi lento mas progressivo. Até a década de setenta, estudar fora do que se ensinava no Colégio Militar da Nação (CMN), na Escola Superior de Guerra (ESG) ou Escola Superior Técnica (EST) era quase uma afronta ao espírito militar. Nos anos oitenta, diante das Malvinas, autorizou-se a cursar estudos universitários e ofereceram-se bolsas a oficiais nas universidades particulares. Finalmente, em 1990, o Instituto de Estudos Superiores do Exército (IESE) (CMN + ESG + EST) incorpora-se ao regime da Lei nº 17.773 como universidade provincial.

LIVROS, NÃO ANOTAÇÕES

Em dezembro de 1994, egressarão os primeiros aspirantes com título de bacharel, os quais poderão completar seus estudos para obter um título na ESG, na EST ou na Universidade que escolherem. Mas ainda não estamos satisfeitos. Queremos otimizar o ensino, dotá-lo de excelência. Para isso, o aproveitamento máximo do tempo dedicado a aspectos

formais, a exigência de estudos baseados em livros e não em anotações, a revitalização das bibliotecas, a informática e o aumento das exigências são fatores básicos para alcançar os padrões de excelência impostos.

No que tange à preparação dos oficiais, as bases para sua educação são as seguintes:

- ...uma capacitação profissional que lhes permita aplicar as modernas tecnologias da informática à simulação, em jogos de guerra e em outros exercícios semelhantes;

- ...habilidade para atuar em organismos internacionais, para o qual é necessário dominar idiomas, em particular o Inglês;

- ...a obtenção de um título universitário compatível com a carreira militar, que complemente sua formação básica e que eleve sua preparação intelectual facilitando sua integração ao meio civil;

- ...a assimilação de normas culturais que consubstanciem o oficial com os princípios democráticos de nossa sociedade e o respeito irrestrito às normas legais que requer a convivência social;

- ...a capacitação física e uma forma exterior que revelem sem palavras em cada oficial ou suboficial o que o Exército deve ser: uma instituição forte, vigorosa e ágil, a serviço da democracia e apta para a defesa de nossa nação.

OS SUBOFICIAIS

Para os suboficiais valem as mesmas considerações gerais. Desde os egressos de 1991, obtêm um título de bacharel especializado em didática ou nos ofícios afins à sua especialidade. Esses títulos lhes permitirão ser de maior utilidade no

Exército e em sua vida futura, abrindo-lhes outros horizontes.

O desafio não é fácil. O Colégio Militar deverá destinar à capacitação acadêmica dos cadetes 47 semanas anuais (o ano tem 52 semanas), com uma carga horária de 50 horas de estudo e de formação extracurricular; as bibliotecas devem informatizar-se; o estudo de idiomas será outro requisito incontestável.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

O ensino de matérias que permitam conhecer e empregar os recursos informáticos e o cursar grande parte de uma carreira universitária, a par da capacitação militar, são objetivos imediatos na formação do futuro oficial. Os cadetes deverão cursar 75% das matérias das carreiras de Engenharia, Analista Administrativo-Contábil, Relações Internacionais, Ciências da Educação, Comunicação Social, Informática ou Administração de Empresas, segundo sua escolha antes do término do curso. A formação militar, obviamente, deverá estar convenientemente assegurada com outros estudos que contribuirão para obter-se o profissionalismo hoje reclamado aos membros do Exército. Cremos que ao dar-lhes uma boa base de conhecimentos universitários e deixar que os completem com sua iniciativa individual, estamos combinando de forma adequada uma etapa de capacitação obrigatória, com o esforço pessoal tão importante para distinguir os mediocres dos que têm uma força interior própria. O mencionado anteriormente não implica deixar de lado a formação militar, que consiste em dotar o futuro oficial e suboficial de uma sólida base ético-espiritual e técnico-profissional, e uma clara

adesão aos princípios da convivência democrática. Napoleão dizia que a arte da guerra é uma arte simples e quase de pura execução, por isso todos os ensinamentos terão um caráter marcadamente aplicativo.

ESCOLAS SUPERIORES

As escolas superiores organizar-se-ão por departamentos respondendo à capacitação militar específica, à instrumentação de carreiras universitárias de graduação e pós-graduação, e ao desenvolvimento de pós-graduações que visem à formação para a defesa, de civis e militares.

A partir deste ano, a EST abrirá as portas para que jovens argentinos civis cursem a carreira de Engenharia Militar nas suas especialidades de autopropulsados, armamento, informática, veículos de combate, química de aplicação a propelentes, explosivos e outras áreas.

Inscreveram-se quarenta e um alunos provenientes do meio civil, o que constitui um fato histórico.

INGRESSO DE CIVIS

A Escola Superior de Guerra, por outro lado, intensificará o ensino de cursos de pós-graduação em Estratégia e Geopolítica para estudantes egressos de outras universidades. No mesmo sentido, a Escola Superior Técnica continuará com suas pós-graduações, em especial a de Gerenciamento Administrativo.

O Curso de Defesa e Estratégia, do qual anualmente participam estudantes universitários, conforme um acordo com o Ministério da Educação, é outra área de interesse acadêmico que continuará em desenvolvimento.

Por sua parte, os conhecimentos

indispensáveis para atuar como oficial de estado-maior ou engenheiro militar serão específicos e aplicáveis apenas aos postos que ocuparão ao terminarem o curso. Deixar-se-ão de lado os ensinamentos de matérias gerais que tomam um tempo valioso, não disponível hoje para a formação específica militar.

Outro aspecto interessante a assinalar são os exercícios de jogos de crises que se desenvolvem entre alunos do Instituto do Serviço Exterior da Nação (SEN) e da Escola Superior de Guerra. Essas práticas efetuam-se com o apoio da informática e representam um interessante avanço interdisciplinar.

Esse caminho não será alcançado em um mês, nem em um ano, mas devemos começá-lo já, pois queremos que os que comandem o Exército dentro de dez ou quinze anos sejam um grupo de elite, capacitados profissional, intelectual, espiritual e fisicamente, de uma forma melhor do que hoje estamos nós.

A necessidade de servir à sociedade à qual nós pertencemos e o imperativo de não constituir um grupo exclusivo com escasso ou nulo contato com essa sociedade nos impulsiona a buscar a interação cívico-militar, tanto saindo dos quartéis para as universidades como abrindo nossa instituição para civis, complementando-nos mutuamente para trabalhar unidos a serviço da nação.

Este é o desafio de agora que nos toca viver. Os fatos nos dirão se estivemos à altura das circunstâncias.

Gen Div Raul Julio Gomes Sabaini, subchefe do Estado-Maior Geral do Exército da Argentina. Transcrita do Boletim de Informações nº 29 da XX Conferência dos Exércitos Americanos 1992/1993, realizada em Brasília, DF.

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO*

A INFORMAÇÃO E AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

Há vários conceitos válidos para Informação, tais como: Informação é Poder, Informação é Energia, Informação é a diminuição de incerteza ou a medida da surpresa associada a um fato.

Aqui, o que mais deve interessar-nos, é: Informação é o que nos leva a agir bem ou, por prudência, deixar de agir mal.

Quando dizemos agir bem ou deixar de agir mal surge naturalmente a idéia de informação necessária.

A obtenção ou a recuperação das informações necessárias à humanidade constitui um dos objetivos a conquistar na Quarta Guerra Mundial, em que ora estamos inseridos.

Os outros objetivos desta guerra são: evitar a destruição do meio ambiente, ou que a Terra se transforme em uma outra lua; acabar com a miséria que afeta 1 bilhão e 100 milhões de seres humanos, dos quais 65 milhões no Brasil (32 milhões estão

*Extrato de documento distribuído a sócios e visitantes do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), introdutório de comunicação sobre o tema "A Recuperação da Informação Histórico-Militar".

famintos); extinguir ou, pelo menos, controlar, sob a égide da ONU, conflitos locais (antiga Iugoslávia, por exemplo), e, principalmente, impedir o terrorismo nuclear.

Tudo isso é interdependente ou inter-relacionado, como, aliás, acontece com as partículas da Informação como "átomo".

Recorrendo à História da Informação como "Mestra da Vida", recordemos algo dessa realidade.

A propósito das queimadas que ocorrem em Minas Gerais no meio do ano, devido um mau costume (má informação...), foi dito que elas já reduziram a 30% a fertilidade do solo. A produção de alimentos reduz-se, pois, devido à falta da informação necessária no caso, ao mesmo tempo que se caminha para a destruição, ainda que local, do Meio Ambiente.

Se o Brasil pode ser convocado a participar, com contingente de uma ou mais de suas Forças Armadas, em força de paz da ONU em área conflagrada, precisa ele das informações necessárias em cada caso.

A FEB muito careceu de informações que melhor orientassem seu emprego na Itália.

Ficou o ensinamento, mas não se pôde chegar ao sistema racionalizado para a sua obtenção. Eis porque, quando da atuação do Batalhão Suez no Oriente Médio, repetiu-se aquilo que acontecera com a FEB, ainda que em escala menor, pois os norte-americanos da Comissão Militar Mista Brasil-EUA propiciaram à Seção de História e Geografia do EME cartas e outras informações necessárias no caso.

O DOMÍNIO DA INFORMAÇÃO

As informações existem nos respectivos suportes, os documentos, sejam

os naturais, sejam os culturais.

Logo esse domínio começa com a conservação de documentos (preservação e restauro), sua catalogação e, principalmente, a **indexação analítica**.

A **recuperação da informação** é o retorno para a indexação analítica das fontes de informação ou documentos.

Neste particular está o Brasil atrasadíssimo, pois só dispõe, via de regra e quando muito, de catalogação, que atende, apenas, à **revocação de documentos**.

Isto requer pesquisa artesanal anti-econômica, aleatória ou freqüentemente vazia.

Países culturalmente mais desenvolvidos fazem de há muito indexação analítica e capacitação geral para tal, pois estão conscientes de que sem isso não há o **pronto domínio da informação**, ainda que não se disponha de computadores.

Além de uma sintaxe objetiva para a indexação, é preciso que esta se faça empregando **tesauros abrangentes**, particularidade em que o Brasil também é muito carente, pois só dispomos de uns 200, quando são necessários milhares.

O SISTEMA DE INFORMAÇÕES, ESPECIALMENTE O NATIS

Um documento, por menor que seja, é um **sistema de informação**, assim como um acervo de documentos (arquivo, biblioteca, museu). Logo, o sistema de informação existe, naturalmente, em micro ou macro escala.

Na escala máxima, é o sistema nacional de informação, o NATIS (de **National Information System**, subdividido por países (NATIS/Brasil, no nosso caso).

É o NATIS considerado único, pois as informações nele existentes são

interdependentes. Assim, por exemplo, Portugal não pode dominar as informações da sua história sem recorrer aos arquivos de Goa, e nós, por exemplo, apenas, sem recorrer aos arquivos ibéricos.

O nosso sistema nacional de informação está em estado apenas **potencial** ou **caótico**, integrado por sistemas **setoriais** ou **paroquiais**, tal, como, aliás, acontece no resto do Mundo.

Cabe-nos, pois, a urgente missão de **racionalizar** o nosso NATIS e, tanto quanto possível, **informatizá-lo / automatizá-lo / telematizá-lo**.

O óbice maior para que isto aconteça está na ignorância generalizada dessa problemática que estamos recordando, sobretudo da parte dos que estão com as alavancas do Poder, mas não são cientistas da Informação.

AS ATIVIDADES DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES, ESPECIALMENTE AS DE INDEXAÇÃO ANALÍTICA, FUNDAMENTAIS PARA A RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA DA INFORMAÇÃO

Para que um sistema, em qualquer escala, se racionalize, é preciso que realize, permanentemente, as seguintes atividades: conservação (preservação e restauro) de documentos; catalogação coletiva legível pelo computador ou dentro do Sistema Bibliodata Calco gerido pela Fundação Getúlio Vargas; indexação analítica; disseminação seletiva das informações; aquisição planificada de documentos.

Se um órgão de documentação não tem recursos financeiros para entrar no Bibliodata Calco, deve fazer catalogação que um dia nele possa ser assimilada.

Se não pode fazer indexação analítica

exaustiva, deve fazê-la em função de uma disseminação prioritária.

Nada melhor do que a realidade para concretizar isso.

O SISTEMA DA INFORMAÇÃO CULTURAL MILITAR TERRESTRE

No **sistema de informação cultural militar terrestre** (parte do NATIS/Brasil), integrado pelo Arquivo Histórico do Exército, Biblioteca do Exército e Museu do Exército, apenas a segunda integra o Bibliodata Calco e com apenas 20% do seu acervo aí, ao cabo de dez anos de atividade neste particular.

Nenhum desses órgãos faz **disseminação seletiva das informações** peculiares ao seu acervo.

De vez que aí está a finalidade maior de qualquer sistema de informação, quando se pensa nas **informações necessárias**, podemos, e com tristeza, dizer que ele ainda não superou aquele estado **potencial** e **caótico**, ou em poucas palavras, está fracassado relativamente à modernidade objetiva, sobretudo quando se pensa na Quarta Guerra Mundial.

Assim se explica porque o Centro de Informações Culturais está sugerindo a execução do Projeto Visconde de Taunay, de levantamento de argumentos para apoio ao ensino de História Militar Terrestre e a Educação Moral de Tropa, principalmente, a partir do projeto-piloto a realizar na Biblioteca do Exército, já iniciado.

Ao cabo da primeira fase do Projeto Visconde de Taunay, a Biblioteca do Exército poderá finalmente dizer que é do **Exército**, pois relativamente a este só o é como editora de obras diversificadas, não necessariamente base de informações militares terrestres.

UMA EVOLUÇÃO A REGISTRAR (1950-1993)

Quis a Providência Divina que eu fosse a testemunha ainda viva dessa evolução, que passo a recordar, no que toca ao Exército.

Em 1950, foi recriada a seção dedicada à Geografia e a História Militar no E.M.E., sob a direção do nosso saudoso consócio, o então ten-cel Antônio de Souza Junior.

Este, com base na sua comprovada experiência, organizou a recriada seção, pensando principalmente na recuperação das informações de apoio à Doutrina Militar Terrestre.

Tal como aconteceu com sua antecessora, a 5ª Seção de 1950 foi extinta.

Em 1970, desejando o E.M.E. que este publicasse a tão esperada História do Exército, seu chefe o general Antônio Carlos da Silva Muricy, convocou o signatário para que equacionasse o problema.

Isto foi feito através da criação da Comissão de História do Exército Brasileiro, em boa hora subordinada diretamente àquela chefia.

A Comissão, através de portaria do chefe da E.M.E., previu: a elaboração daquela História com base em bibliografia e hemerografia principalmente, ou de caráter necessariamente ensaístico; e o domínio das informações de interesse militar terrestre existentes em fontes primárias, além das relativas àquela obra.

Dois anos depois a primeira parte da missão estava cumprida e, em 1973, criado o Centro de Documentação do Exército, para o cumprimento da segunda parte.

Hoje, atendendo à concepção sistêmica mais avançada, aquela segunda parte da missão da antiga Comissão de

História do Exército Brasileiro deve ser atendida pelo sistema de informação cultural militar terrestre, já referido.

Para a racionalização imperativa, o E.M.E. baixou diretrizes prevendo, principalmente, o levantamento das informações necessárias à Doutrina Militar Terrestre, ou fazer que a História Militar Terrestre atenda prioritariamente à formação e ao aperfeiçoamento dos quadros e da Tropa.

O instrumento básico para esse levantamento e recuperação das informações é o **Tesouro Cultural Militar Terrestre** construído por equipe interdisciplinar à testa da qual esteve o signatário.

Esse tesouro consta de três corpos: um com os conceitos militares básicos, um com as guerras da Humanidade, um com as guerras em que se envolveu a nossa força terrestre desde o século XVI.

Como o Centro de Informações Culturais tem como missão cooperar com outras instituições pensando no desenvolvimento cultural brasileiro, cumpre-a também junto ao Ministério do Exército, na linha do que havia sugerido o 1º Simpósio de História do Exército Brasileiro, realizado em 1971 sob a coordenação do signatário: produzir outras formas de História Militar Terrestre, sugeridas pela comunicação (aula, livro e cinema, TV inclusive, principalmente).

Assim se explica também a proposta de geração de uma base de argumentos de apoio à produção cultural, a obter pelo Projeto Visconde de Taunay.

CONCLUSÃO

No que foi dito até aqui estão as diretrizes atuais, modernas ou racionais sobre o que fazer num sistema de informação

e, principalmente, para termos a recuperação das informações que são necessárias.

Segui-las ou cumpri-las, com máxima urgência, é um dever patriótico.

Coronel R/1 Francisco Ruas Santos,
Fundador e Diretor do Centro de
Informações Culturais.



DESTAQUES DA IMPRENSA

A CASA DO 'SEU' TOMÁS

Um dos nós-pelas-costas que hoje manietam o Brasil e o obrigam a andar para trás, em vez de avançar, é o Congresso Nacional. Ou antes: é o que os nossos políticos fizeram do Congresso Nacional. De fato, desde que o sol da liberdade (em raios fúlgidos) voltou a brilhar nos céus da Pátria, isto é, desde a revogação do AI-5, em 1979, muitas coisas neste país pioraram consideravelmente.

O índice de inflação, que andava um pouco abaixo da casa dos 50% ao ano, multiplicou-se por 60 ou 80, e está hoje entre os 3 e 4 mil. A economia estagnou. A pobreza e a miséria tomaram ares de inundação e invadem as grandes cidades; brotam nos cantos sombrios, embaixo dos viadutos e das marquises, como cogumelos tristes. A rapinagem da coisa pública cresceu até tornar-se, talvez, o mais poderoso ramo do crime organizado, quase tão rentável e próspero quanto o narcotráfico colombiano.

Tão acintosa chegou a ser a roubalheira que, há um ano, a República se viu obrigada a depor seu próprio presidente. Por sua vez, os serviços essenciais - polícia, educação de base, hospitais públicos -, que já eram antes bastante ruins, tornaram-se criminosamente maus; literalmente letais. Matam, diuturnamente, por ação e omissão.

Os índices de criminalidade (assaltos, seqüestros, roubos, mortes) acompanham de perto a escalada da inflação, embora, como quase tudo mais, quase nunca a alcancem.

Em pouco mais de 10 ou 12 anos, raros países terão andado para trás com tanta determinação e competência. Até o futebol piorou. Que concluir daí? Que a liberdade é nociva ou, quando menos, inadequada ao temperamento nativo? Certamente, não. O mal não está na liberdade, mas no uso que têm feito dela os que a administram e regulamentam entre nós os políticos e governantes tupiniquins.

Tomemos uma instituição central como o Congresso, peça-mestra da democracia representativa e da liberdade política. Há instâncias bem conhecidas em que o Congresso não funciona, ou funciona tão mal a ponto de jogar a nação no virtual desgoverno e na ingovernabilidade. Isto aconteceu não só entre nós, em nossa pobre República, mas também em países bem mais cultos e experientes como a França, antes de De Gaulle, ou a Itália, ainda agora.

O Parlamento é um órgão coletivo, no qual as responsabilidades (e até as vontades) individuais tendem a dissolver-se na massa dos números, no jogo das maiorias. O que pode lhe dar consistência e coerência é o peso das grandes bancadas

partidárias; são os partidos políticos e as lideranças que os conduzem. Na França pré-gaullista, a divisão dos partidos, a multiplicação das bancadas, impedia a formação de maiorias estáveis, e não permitiu ao país, numa hora de crise, governar-se a si mesmo. A solução foi a "ditadura republicana" do general De Gaulle e a nova Constituição gaullista, ainda hoje em vigor.

Na Itália dos últimos 50 anos, o que (ao menos a princípio) evitava o esfacelamento do Parlamento e do governo era a presença de duas formidáveis igrejas opostas: a Igreja Católica, com a sua Democracia Cristã, e o Comunismo, com o seu PCI. A Democracia Cristã, aliada à Máfia siciliana, barrava o caminho dos temíveis comunistas e governava a Itália. Hoje, com o fim da URSS e, pois, do medo do comunismo, essa estrutura corrupta afogou-se no seu próprio mar de lama e acabou destruída pela "Operação mãos limpas".

Ora, pois. O traço de união entre a Itália e a França pré-gaullista era o sistema do *voto proporcional* - que copiamos deles em 1946 e continuamos ainda hoje a utilizar nas eleições para deputados. Por esse sistema, quando o eleitor vota num determinado candidato, na verdade está votando menos nele do que numa legenda partidária, pois é a soma dos votos da legenda que elege (ou não) os deputados por ela inscritos.

O objetivo do sistema é fortalecer os partidos, reforçar sua preeminência no comando e na ordenação da representação popular. O resultado prático, no entanto, conforme mostra a experiência francesa, italiana (e brasileira), acaba sendo o oposto. As legendas se subdividem e multiplicam,

os grandes partidos centristas se enfraquecem. Ganham as minorias ideológicas, as agremiações fechadas e disciplinadas, chefiadas por autocratas, demagogos ou caudilhos: os comunistas (até ontem), direitistas como Le Pen, grupos nacionalistas ou separatistas. Entre nós, Brizola, o PT e os nanicos oportunistas.

Seria sem dúvida exagero atribuir apenas ao voto proporcional a culpa pelo desastroso retrocesso dos últimos 15 anos. O Brasil é presidencialista e o poder do Parlamento é, aqui, menor do que na França e na Itália parlamentaristas. Ainda assim, é o Congresso quem faz a lei, quem autoriza e fiscaliza as despesas públicas, quem estatui os parâmetros e os limites da ação do governo. Numa fase como a atual (de exacerbação democrática), só mesmo um presidente extraordinariamente hábil e popular seria capaz de governar por cima da cabeça dos senhores deputados.

Num país como o nosso, em geral desprovido de partidos sérios e fortes, não é difícil entender por que se revelariam tão devastadores os habituais efeitos do sistema proporcional. Sem lideranças capazes de assumir a responsabilidade pelas decisões (ou mesmo pelo voto de suas próprias bancadas), nosso Congresso, assim como a Constituinte de 88, tornou-se mero joguete nas mãos de *lobbies* bem montados e azeitados: CUT, usineiros e empreiteiros, bancos, Fiesp, funcionários públicos, corporações estatais...

Em outras palavras: interesses particulares ou setoriais (legítimos ou ilegítimos) predominam frequentemente sobre o interesse geral, nacional - o que é especialmente desastroso e desventurado numa hora em que, para conter e combater a inflação, é preciso fazer exatamente o

oposto, isto é, subordinar a cobiça e o apetite dos grupos ao bem de todos - ao interesse da grande maioria do povo que não dispõe de *lobbies* endinheirados para defendê-la.

Na casa do *seu* Tomás, quem "grita" é que manda mais. Assim tem sido o Congresso brasileiro, de Sarney para cá, e enquanto ele continuar como está, o país continuará ingovernável e ingovernado, descendo a ladeira da inflação e da crise. Basta ver, ainda agora, esse melancólico espetáculo de oportunismo e malandrice na convenção do PMDB. Um pouco de vergonha na cara é o que falta a esses senhores. E o pior é que, enquanto eles não arrumarem a casa deles, nós não conseguiremos arrumar a nossa.

(Reprodução de matéria publicada no "Jornal do Brasil", edição de 19/09/93, e assinada pelo jornalista Fernando Pedreira)

O EXÉRCITO E A AMAZÔNIA

Legado maldito do Presidente Collor, a errada delimitação de terras para os índios ianomâmis, sem preservar como o devia a "Faixa de Fronteiras", gerou duas questões terríveis. A primeira: formou enclave de minoria étnica na Amazônia; e a outra: desde logo vulnerabilizou nossa fronteira Norte, dada a confusão de terras venezuelanas e brasileiras, no mesmo chão ocupado pelos ianomâmis.

Tudo assim ficou por não ter sido respeitada ali a "Faixa de Fronteira", de 150 quilômetros, mantida pela atual Constituição, provinda das anteriores e

criada no Império pela vetusta "Lei de Terras" dos inícios do Brasil independente.

A região tornou-se tão importante na estratégia da defesa territorial que as Forças Armadas programaram "manobras" conjuntas na área. ("Manobras" consistem numa batalha simulada entre dois Exércitos). Na Amazônia, incluindo área ianomâmi, apressaram-se a exercitar a defesa territorial contra eventual invasão.

Ao contrário de preservar a "Faixa de Fronteiras", a delimitação das terras para os ianomâmis avançou sobre ela, recobriu-a. E ali desrespeitou também os limites legais das metragens das concessões, na fronteira, para ocupação. Tendo violado a "Faixa", adiantou-se até rente à fronteira com a Venezuela. Mas sucede que do outro lado existem mais tribos, também ianomâmis. Daí ter-se formado o bolsão da minoria étnica, na Amazônia, encravado entre Brasil e Venezuela. Ele foi assim constituído, pela Portaria 580/91, maldita herança de Collor.

É suficiente constatar a atual existência, na Amazônia, deste enclave de minoria étnica. E logo certas Organizações Não-Governamentais, inclinadas a denúncias e agitações quase sempre infundadas, irão sentir-se desafiadas à vigilância e fiscalização desta minoria, tanto mais que encravada na Amazônia. É o seu mister. Denúncias e tentativas de ingerência internacional vão ser ativadas por certas ONGs. Elas estão possibilitadas pela leviandade e incompetência inspiradoras da portaria de Collor, na mal orientada entrega de terras aos ianomâmis. Desta vez o alvo das ONGs será a cobiçada Amazônia.

É certo que, na atualidade, em Direito Internacional, minorias étnicas ou quaisquer minorias recebem tratamento positivo, que

decorre da ordem jurídica; e até existem organismos que cuidam delas. Entretanto, as tentativas de ingerências internacionais para sua tutela assentam na proposta polêmica de "soberania-restrita", que não interessa ao Brasil, principalmente quanto aos assuntos da Amazônia. Mas nada detém as ONGs no mundo exterior, nem suas denúncias e meios de embaraçosas pressões. Herança maldita de Collor, esta minoria étnica entre dois Estados, na América do Sul, foi criada por sua temerária portaria sobre terras para os ianomâmis.

De certo as ONGs hoje formam na linha de frente de órgãos internacionais. Estes são constituídos pelos Estados; mas as ONGs são privadas e livres. Elas atuam com mais saliência nos variados aspectos da proteção dos Direitos Humanos, como, por exemplo, a opressão, a tortura, casos de desaparecimento de pessoas; além de haver outras, especializadas em questões diferentes como baleia, meio ambiente etc.

Algumas ONG's têm mostrado poder de persuasão, junto a organismos e Estados. As multiformes violações dos direitos humanos, por toda parte, alimentam sua atuação. Mas se há ONG's respeitáveis, como a "Amnesty International", ou a "Human Rights Watch", no entanto outras existem de fins duvidosos, visíveis a partir de suas fontes de financiamento. Seguramente algumas destas últimas irão ser despertadas pelo imprudente enclave de etnias, minoritário entre dois Estados. Será ser tido como povo sob maus-tratos.

Entretanto, tivesse sido respeitada a "Faixa de Fronteiras" de 150 quilômetros, e nada estaria acontecendo; e nem o pior, ainda por vir.

As ONG's irão exigir, com denúncias supostas, certas investigações na minoria

étnica, com acidentes artificiais, e acusando deles Brasil e Venezuela. Tudo a partir ora do realismo desorientado ora de interesses ocultos e adversos à nossa soberania, agora tornada exposta por esta rachadura, herança de Collor. Quem viver verá. A Constituição Federal, é certo, reconhece destinarem-se "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios à sua posse permanente". Entretanto, ao regular a situação jurídica dos índios, a Constituição reconheceu, de modo expresso, que "relevante interesse público da União" sempre prevalecerá sobre "o domínio e a posse das terras" pelos índios. Portanto legitimou atos que desfaçam domínio e posse de terras, como já devia ter feito, a maldita Portaria, ao fixar a área ianomâmis.

Ora, na Constituição, a "defesa do território nacional" é o expresso objetivo da "Faixa de Fronteira". A Lei que nela regulamenta concessões de terras, além de proibir sua exploração a empresas estrangeiras, limita os tratos de terras concedidos, a 3 mil hectares. Onde ter sido desmedida a concessão da área de mais de 9 milhões de hectares aos ianomâmis. Ela invadiu compactamente a "Faixa de Fronteiras". Mas ainda pode ser desfeita, esta posse concedida, em face de que, sobre ela, prevalece o "relevante interesse da União", presente no objetivo político da "Faixa de Fronteira", que é expressamente "a defesa do território nacional".

Tão obviamente relevante é a defesa territorial do Brasil, que a Constituição dispôs que "são bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras". E assim é, estejam ou não habitadas por índios. Prevalecem a soberania nacional e a defesa de sua segurança.

É pois de entender-se que, até mesmo

judicialmente, há de ser reconhecido o "relevante interesse" que terá a União, no desfazimento do malsinado ato que fez concessão de terras aos ianomâmis, na "Faixa de Fronteira". Foi fruto da temeridade e da incompetência; e constitui, agora, a maldita herança de Collor.

(Reprodução de matéria publicada no "Jornal do Brasil", edição de 10.10.93, e assinada por Clóvis Ramalheite, Ministro do STM, aposentado, membro da Corte Permanente de Arbitragem, de Haia, e ex-Consultor Geral da República).

SOB O MANTO VERDE

A Amazônia mudou e o Brasil também. Não cabem mais dúvidas: às vésperas do século XXI, redefinição das estratégias do Estado Brasileiro para a ocupação da totalidade de seu território é tarefa irrevogável na construção do futuro. É hora de mudar também o modo como os brasileiros encaram esse gigantesco patrimônio, cuja diversidade de riquezas e conflitos só se compara às dimensões das oportunidades que reserva aos que souberem enfrentar desafios.

Não se pode mais basear o desenvolvimento da região amazônica apenas na criação de zonas francas destinadas a suprir os distantes mercados do Sul de produtos industrializados à base de componentes importados. Tampouco se pode justificar, hoje, a concepção predatória de desenvolvimento que enxerga em garimpeiros invasores os bandeirantes do século 20. Os garimpeiros não são mocinhos nem bandidos: são a ponta visível de um

conflito explosivo com populações indígenas de origem e cultura muito diferentes.

A imediata repercussão internacional do massacre dos ianomâmis provou que não se podem mais ignorar as dimensões e variedades de interesses que convivem sob o manto da floresta. Depois dos acordos da Rio-92 e do reconhecimento internacional da necessidade vital de se preservar o equilíbrio ecológico, a Amazônia se tornou a fronteira cuja conquista é o maior passaporte para a modernização da economia brasileira. Para que tal conquista se efetive, no entanto, é irrecorrível a urgência de se repensar o próprio projeto de desenvolvimento para a Amazônia.

O que se exige, hoje, é a propulsão de um desenvolvimento regional auto-sustentável, que não seja incompatível com uma ampla cooperação com os países vizinhos, indispensáveis no respeito à extrema diversidade desse gigantesco patrimônio ambiental. O vínculo entre desenvolvimento e parceria internacional é o conceito-chave que hoje se oferece aos governantes dos países da região.

A presença de um diplomata de larga experiência à frente do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal é indício precioso de que o presidente Itamar Franco se encontra consciente do quanto o desenvolvimento da região depende da habilidade na administração dos muitos conflitos potenciais, internos e externos.

O desenvolvimento da Amazônia tem que deixar de ser tabu e se tornar o caminho para um amplo acordo de complementação econômica, tanto com os países vizinhos quanto com as demais regiões brasileiras. A concepção moderna é aquela que reconhece a interdependência como característica fundamental do mundo

contemporâneo.

Esta é a única modernização capaz de dinamizar o aporte de recursos legais para a região, em benefício das populações locais. Só assim se poderá garantir o acesso dos produtos amazônicos nos mercados dos países desenvolvidos, como contrapartida para o enorme esforço de preservação ambiental realizado até hoje.

A maior reserva de biodiversidade do mundo, que depois da Rio-92 se tornou alvo da atenção de toda a comunidade internacional, exige uma enorme responsabilidade dos governantes. O equilíbrio ecológico não é empecilho e sim exigência fundamental para o desenvolvimento.

(Reprodução de editorial do "Jornal do Brasil", edição de 08.11.93)

O BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL

Tornou-se moda nos círculos acadêmicos, em função sobretudo dos trabalhos de Francis Fukuyama, falar-se do fim da História. Mais recentemente, esta voga se tem traduzido na noção de que se criou ou estaria em vias de criar-se um nova ordem internacional, que anunciaria uma era de paz e estabilidade.

São bem conhecidos os traços da nova estrutura de poder que emergiu do final da Guerra Fria. Entre eles estão o fim da bipolaridade e a afirmação hegemônica de uma das superpotências, agora sem rival. A esta realidade de poder correspondeu também, com a derrocada do comunismo, importante mudança no plano das idéias

políticas, de tal sorte que a hegemonia veio ungida de uma aparente legitimidade. Paradoxalmente, os mecanismos nem sempre transparentes e certamente pouco democráticos do Conselho de Segurança das Nações Unidas serviram para validar, mais uma vez, o aforismo de Pascal sobre a força e a justiça. A Guerra do Golfo pareceu ser a epítome desses processos, indicando que a "nova ordem" viera para ficar.

Na realidade, há razões para crer que estamos passando por um período de transição, por um rito de passagem entre duas estruturas, cuja duração é impossível precisar. Em primeiro lugar, a hegemonia política não corresponde tão claramente a hegemonia econômica. Ao passo que, do ponto de vista militar, não há hoje rivais à altura da superpotência remanescente (até por inapetência de alguns); no plano econômico, a evolução das últimas décadas gestou uma situação em que surge não um único centro de poder, mas pelo menos três. As dificuldades de concluir a "rodada Uruguai", pelas resistências da Comunidade Européia (mas também do Japão) em absorver certos aspectos de uma agenda essencialmente ditada pelos Estados Unidos ilustram essa contradição.

Por outro lado, a capacidade de gerenciar crises revelou-se limitada. Situações complexas, onde a determinação do vilão ou dos meios de combatê-lo era mais difícil, sugerem que a "nova ordem" em muitas regiões mais se assemelharia a uma grande desordem. O que se passa em algumas das ex-repúblicas da União Soviética, na Bósnia, na Somália e no Haiti, para citar alguns casos, despertou ceticismo e desfez ilusões. Assim, o tão anunciado "fim da História" e a era de paz que se lhe seguiria se viram abalados pelo

ressurgimento de conflitos radicados em sentimentos particularistas que se supunham definitivamente superados. Do lado positivo, o aperto de mão entre Itzac Rabin e Yasser Arafat e a outorga do Prêmio Nobel da Paz a Frederik de Klerk e Nelson Mandela têm igualmente valor emblemático deste fim de século, ao anunciar que a História está talvez começando, após uma longa, escura e turbulenta pré-História. Assim, o novo e o velho convivem em busca de uma síntese filosófica.

Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, a nova estrutura de poder encerra elementos preocupantes. Se, por um lado, a afirmação da democracia e dos direitos humanos como valores universais deve ter seus êxitos festejados, a realidade posterior à Guerra Fria ainda não permitiu que se superassem as dicotomias que separam os mais ricos dos mais pobres. Desequilíbrios em nível mundial somam-se às disparidades internas, levando a que as diferenças entre os mais abastados e os mais miseráveis assumam proporções intoleráveis num mundo crescentemente unido pela onipresença dos meios de comunicação. O abismo entre Mogadíscio e o Waldorf Astoria não se resolverá por barreiras à imigração e por intervenções militares, ainda que humanitárias.

O grande risco que encerra a nova estruturação do poder é o enrijecimento da dicotomia Norte-Sul, que pode ser agravada por práticas que marginalizam os países em desenvolvimento das grandes decisões. Diretórios restritos, de natureza formal (como o Conselho de Segurança) ou informal (como o Grupo dos Sete) ameaçam seriamente a legitimidade sem a qual nenhuma ordem pode ser qualificada como tal.

Como toda transição, o processo de configuração de um novo ordenamento internacional encerra riscos, mas também oportunidades. Impõe-se um esforço vigoroso para a democratização das relações internacionais, em consonância com o amplo consenso que hoje se verifica em torno da democracia representativa. A percepção quase universal da necessidade de atualizar a composição do Conselho de Segurança da ONU, dotando-o de maior representatividade e diminuindo o desequilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é motivo de expectativa positiva. Também constitui razão de estímulo as novas tendências do desarmamento, com o crescente papel das instâncias multilaterais de negociação e o reconhecimento, ainda que incipiente, de que garantias de não-proliferação e acesso ao comércio de bens e tecnologias necessários ao desenvolvimento são faces de uma mesma moeda. O mesmo se pode dizer do consenso que se vai formando no sentido de que, se os direitos humanos são universais e nenhuma desculpa é boa para justificar sua violação, é igualmente verdadeiro que sua vigência plena depende da concretização do direito ao desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico, somente a inserção dinâmica dos países em desenvolvimento nos grandes fluxos de comércio e de transferência de tecnologia permitirá aumentar seu quinhão nos frutos do progresso. Nesse sentido, é de fundamental importância o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, em moldes abertos e flexíveis, assim como uma conclusão rápida e equilibrada da Rodada Uruguai do GATT, sem discriminações ou imposições.

O fracasso da "rodada Uruguai" pode instaurar um período de conflitos e incertezas no qual os países em desenvolvimento dificilmente poderão sair ganhadores. Tal hipótese, entretanto, não pode ser descartada, e os países em desenvolvimento têm que estar preparados para "pensar o impensável". Tal desafio será tão mais importante quanto menor for a possibilidade para um país de realizar apostas únicas ou quase únicas. Este é justamente o caso do Brasil, cujo comércio exterior se distribui de forma quase homogênea pelas várias regiões e áreas econômicas e que, portanto, tem um marcado interesse no fortalecimento do sistema multilateral. Assim, os esforços que temos feito a nível regional e sub-regional são complementares e não substitutivos de nosso empenho no comércio global.

No âmbito sub-regional, estamos decididamente empenhados na consolidação do Mercosul. Recentemente, em Santiago, por ocasião da reunião de cúpula dos países do Grupo do Rio, o Presidente Itamar Franco lançou a proposta de constituição de um Espaço Econômico Sul-Americano, que congregaria o Mercosul, o Pacto Andino e a Iniciativa Amazônica, além do Chile, com a formação de uma Zona de Livre Comércio da América do Sul em dez anos.

O Mercosul e a Zona de Livre Comércio da América do Sul são formas realistas de melhorar a competitividade de nossas indústrias. Possibilitarão, ao mesmo tempo, o aumento do poder de barganha dos países envolvidos com relação a outros grupos econômicos. Essas iniciativas, que não são contraditórias com a liberalização do comércio global, podem revelar-se vitais na hipótese não desejada de colapso do sistema multilateral, que necessariamente

levaria a uma multiplicidade de relacionamentos bilaterais ou plurilaterais.

Assim, o que vemos é um conjunto de tendências muitas vezes contraditórias que conformam uma realidade fluida e cambiante. Dificilmente resultará de tais tendências uma estrutura organizada em torno de um único princípio ordenador, como foram o equilíbrio de poder dos séculos 17 a 19 ou, mais recentemente, a bipolaridade. Parece certo que na nova ordem que venha a emergir deste jogo de forças múltiplas, o papel das Nações Unidas e dos organismos multilaterais terá importância crescente, assim como tenderá a aumentar o peso dos grupos econômicos regionais e sub-regionais. Trata-se, em resposta a esses desafios, de contribuir para que a nova ordem que se está forjando corresponda às nossas aspirações, tornando-a democrática, estável, desarmada, respeitosa da soberania dos Estados e comprometida com o desenvolvimento material e sustentável de todas as nações. O Brasil tem um papel a desempenhar neste processo. Para isso importa que não sejamos meramente reativos a uma agenda traçada de fora, mas que estejamos em condições de definir a nossa própria agenda internacional.

(Reprodução de matéria publicada no "Jornal do Brasil", edição de 31/10/93, e assinada pelo diplomata Celso L. N. Amorim, então Ministro das Relações Exteriores)

AS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

Um dos temas mais discutidos na atualidade é a participação do Estado na economia, cujo foco está centrado nos setores de vital importância para o desenvolvimento econômico-social do país. Neste contexto, destaca-se o setor de telecomunicações que, pelas suas características peculiares, de alta complexidade, deve ser objeto de uma análise mais detalhada.

A discussão em torno da privatização das Telecomunicações vem sendo alimentada com considerável esforço por alguns grupos de interesse que, por desconhecimento ou má fé, tentam sob diferentes formas atribuir-lhe um fraco desempenho, comparando-o a outros países, mediante a "análise simplista" do indicador *densidade de telefones por 100 habitantes*.

Ao retroceder na história do país e relembrar um pouco como eram as telecomunicações, constatamos que, antes de ser promulgada a primeira Constituição, ou seja, em 1891, havia cerca de 11 mil quilômetros de linhas telegráficas distribuídas pelo território nacional. Após sua promulgação e, seguindo direção oposta a de outros países que uniram o telégrafo à telefonia, os já conhecidos PTT's -, o País concedeu a exploração para prestação dos serviços de telecomunicação à iniciativa privada que, com cerca de quase mil empresas, já na década de 60, não conseguia interligar os Estados brasileiros, por incompatibilidade entre seus equipamentos de telefonia, sem contar o desperdício do não-aproveitamento das linhas telegráficas até então instaladas.

As Telecomunicações foram

privatizadas e as dificuldades de comunicação, mesmo entre Estados que detinham expressiva participação no PIB, prejudicaram os empreendimentos por falta de uma infra-estrutura básica.

O Governo, entendendo que era necessário integrar e desenvolver o país através das Telecomunicações, tomou para si a responsabilidade de implantar e operar um sistema de alta confiabilidade que levasse às mais longínquas localidades brasileiras a difusão das comunicações, concretizadas a partir de 1965 com a criação da Embratel.

Passados 28 anos, os resultados expressivos levam, à luz de uma análise mais profunda, a concluir que, após todas as intempéries que a economia brasileira vem atravessando, o setor de Telecomunicações é, destacadamente, o que mais se desenvolveu nos últimos anos, se comparado a outros segmentos da economia.

As Telecomunicações no Brasil são rentáveis e lucrativas, não precisam de recursos do Tesouro e suas empresas estão entre as mais atrativas do mundo. Segundo estudo da *Salomon Brothers*, banco de investimentos norte-americano, a Telebrás é a empresa mais atrativa da América Latina para investimentos em "eurobônus", estando à frente, também, da AT&T com um índice de 95 pontos contra 94 da empresa americana, em uma escala de 0 a 100.

Durante 20 anos, o Sistema Telebrás investiu US\$46,8 bilhões na expansão telefônica e otimização da rede, tornando-se o oitavo maior investidor do mundo em infra-estrutura de Telecomunicações, segundo dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT). Em função dessa capacidade de investimento e autofinanciamento, a participação do setor na construção do indicador PIB - Produto

Interno Bruto se elevou de 1,9% em 1985 para 4,24% em 1992.

Esta posição de destaque não passa despercebida por aqueles que defendem "uma sociedade mais justa", mas que por intermédio de suas organizações e *lobbies* lutam com as mais variadas armas, inclusive a *mentira*, para acumular riquezas, mesmo que em detrimento do desenvolvimento da nação.

Os adeptos da privatização, sistematicamente, utilizam o indicador *número de telefones por 100 habitantes* como sendo a medida "ótima" da performance das telecomunicações em um país. A densidade de telefones por 100 habitantes é um número *frio*, sem correlação com nenhum outro indicador. Esse é, portanto, um número que indica tão somente que, para cada 100 habitantes, há, em média, como no caso brasileiro, 6,86 terminais telefônicos instalados.

É imperioso saber como se encontra o atual estágio de desenvolvimento das telecomunicações no país, levando-se em conta outros indicadores econômicos. Assim, o PIB, o PNB, a renda *per capita* e a distribuição de renda não podem deixar de ser consideradas.

Não é de desconhecimento público que o Brasil detém uma das piores distribuições de renda do mundo, onde cerca de 71,82% da população ocupada ganha até cinco salários mínimos e tem um Produto Interno Bruto *per capita* que, em 1990, não ultrapassava os US\$ 2.800.

Ao se relacionar a renda *per capita* com o número de telefones por 100 habitantes (multiplicando-o por dez mil para efeito de melhor visualização), encontra-se um indicador, o qual representa a "densidade de telefones por 100 habitantes por renda

per capita". Este, sim, um coerente medidor de performance das telecomunicações em um país.

Os países com renda superior a US\$ 200 bilhões foram selecionados e, comparando-se o Brasil com estes, chegou-se, em termos de densidade de telefones por renda *per capita*, aos seguintes valores: Alemanha-16,88, Brasil-25,24, Canadá-27,15, Espanha-22,16, França-21,07, Inglaterra-24,44, Itália-18,22, Suécia-23,41, Japão-15,24 e USA-23,37. Conclui-se que estamos no mesmo patamar (ou até em alguns casos acima) da média de outros países, significando que o Brasil tem a quantidade de telefones que a sua pobreza permite.

O que se pode deduzir desta comparação é que o número de telefones instalados é inferior ao desejável. Não por culpa do setor, mas pelas características do país, que convive com *grande concentração da riqueza, ou melhor, socialização da pobreza*.

Seria a iniciativa privada capaz de resolver esse problema? Se fosse, não teríamos poucos automóveis por 100 habitantes, poucos refrigeradores por 100 habitantes, poucos tratores por 100 habitantes e tantos outros "poucos" por 100 habitantes. O problema, por certo, não é de incompetência, mas, sim, decorrente de uma gama variada de fatores que precisam ser mais bem avaliados por pessoas isentas e comprometidas com a causa pública, e não deixado à mercê da avidez e dos interesses daqueles brasileiros que não têm interesse em um país com mais justiça social.

É preciso que o verdadeiro enfoque a ser dado sobre os indicadores apresentados, em especial aqueles que levam em conta fatores como PIB, PNB, renda *per capita*,

distribuição de renda etc, cheguem ao conhecimento da opinião pública em geral, para que esta possa fazer um julgamento isento e livre das induções e meias verdades divulgadas por "lobistas".

A quebra do monopólio das telecomunicações não pode nem vai solucionar os problemas de má distribuição de renda e da desigualdade social. Porém este, sob a tutela do Estado, deverá continuar sendo o instrumento de alavancagem para o desenvolvimento econômico-social do país, contribuindo favoravelmente para reduzir seus efeitos perversos, através da integração entre as diversas regiões.

(Reprodução de matéria publicada no "Jornal do Brasil", edição de 01/11/93, e assinada pelo Engenheiro Franklin Pinheiro).

TECNOLOGIA LÁ E CÁ

Consta da História do Brasil-Colônia que, em 1807, quando aqui chegou D. João com a Corte de Portugal, D. Maria, "a louca", ao descer da carruagem, começou a cacarejar (o apelido não era à toa). Ela agia assim porque acreditava estar sendo perseguida pelo demônio que só perseguia pessoas e não o fazia com galinhas. Mulheres dessas terras brasileiras, que receberam a comitiva imperial, começaram também a cacarejar, pois imaginaram aquela forma de agir ser moda na Europa. Consta, também, que as mulheres da comitiva tinham a cabeça raspada devido a uma epidemia de piolhos que ocorria em Lisboa, na época. Imediatamente, várias mulheres de famílias

influentes da Colônia cortaram seus cabelos e rasparam a cabeça. Se lá na Corte a moda era esta, por que não cá?

A historinha nos permite uma analogia com a transferência de tecnologias e talvez dê uma luz para aqueles que pensam que tecnologia pode ser simplesmente comprada.

A tecnologia está nas pessoas e não nos equipamentos. A roda não precisa ser reinventada, mas precisa ser perfeitamente conhecida e adaptada ao nosso terreno, para a nossa cultura. Só se consegue esta adaptação quando se conhece a roda e o terreno, e quem carrega o conhecimento são as pessoas.

No exemplo ilustrativo da chegada de D. João, compramos a idéia sem saber o porquê ou, pior, porque nos pareceu ser esta a moda lá na Corte.

Nos últimos 15 anos, o Brasil venceu vários desafios tecnológicos na área de energia. Desafios ultrapassados pela evolução tecnológica baseada em nossos próprios questionamentos e respostas, gerando a tecnologia própria e, por isso, apropriada. Somente questionamentos próprios sustentam a evolução da tecnologia adequada.

Em 1977, colocamos em produção, na Bacia de Campos, nosso primeiro Sistema Flutuante de Produção. Hoje, produzimos petróleo a 781m LDA (distância da superfície ao fundo do mar), recorde absoluto no mundo, e temos capacitação para produzir até 1.000m. Para esta capacitação contribuiu fortemente o Programa de Capacidade de Produção em Águas Profundas (PROCAP-I). Um programa tecnológico liderado pela Petrobrás que envolveu competência de 13 universidades, 35 indústrias, 12 centros de tecnologia e 13

empresas de engenharia no Brasil, além de instituições no exterior. Temos em andamento, hoje, o PROCAP 2000, que nos capacitará para a produção de petróleo a até 2.000 m de lâmina d'água.

De forma não menos pioneira e única no mundo, o Brasil viu a entrada do álcool em sua matriz energética de combustíveis fósseis, retirando uma parcela da gasolina consumida no país. É importante lembrar que de um barril de petróleo não extraímos as quantidades de produtos que queremos. De um barril de petróleo retiramos produtos que dependem das características do óleo, das instalações e equipamentos nas refinarias e da tecnologia aplicada ao processo de refino.

O desequilíbrio causado pela entrada do álcool em nossa matriz energética exigiu um esforço baseado na competência tecnológica, desde a compra do petróleo até a distribuição ao consumidor final.

Da mesma forma, a utilização em grande escala do álcool como combustível também é um exemplo pioneiro único no mundo. Desenvolvemos, também aí, tecnologias próprias e hoje, por exemplo, podemos montar uma destilaria com custos muito inferiores aos dos Estados Unidos.

São desafios que se apresentaram e o Brasil não perdeu a oportunidade de mostrar a tecnologia que é capaz de desenvolver. São desafios que envolvem o desenvolvimento de tecnologias adequadas para suprir necessidades de uma sociedade.

Os três exemplos apresentados são exemplos de tecnologias que passaram por análise crítica ao serem concebidas ou adaptadas. Não foram tomadas lá e aplicadas acriticamente cá. E toda tecnologia, quando comprada, precisa ser adaptada, trabalhada pela cultura da sociedade que decide utilizá-

la. Para aqueles que acreditam que ela pode ser alcançada simplesmente sendo comprada de outros países, sugerimos importar tesouras e navalhas para cortar e raspar os cabelos, ou quem sabe, contratar um consultor que saiba como ensinar a melhor maneira de imitar galinhas.

(Reprodução de matéria publicada no "Jornal do Brasil", edição de 15/11/93, e assinada pelo Superintendente de Pesquisa e Exploração e Produção do Centro de Pesquisas da Petrobrás, Irani Carlos Varella).

O PASSADO LIDO ÀS AVESSAS

Já saiu de moda ler o conde de Affonso Celso a as frases épicas do "porque me ufano de meu país". Também não se recitam mais as "Orações aos moços", nem se estudam os velhos manuais de civismo, onde aprendíamos, em linguagem castiça e apologética, a cultuar a Pátria e os feitos de nossos Maiores. Os tempos são outros, mudaram os conceitos, e as próprias fronteiras dos países já não traçam, como no passado, os limites de posse, muitas vezes geradores de provocações e de guerras, mas sugerem traços de solidariedade e pontes a construir para a cooperação entre os povos.

Se tudo isto é melhor, digam-no os mestres; se pior, que se queixem os pedagogos. A verdade é que por toda a parte o ensino destas noções básicas foi proscrito dos currículos e perdeu espaço, começou a ser ridículo despertar na criança os sentimentos de amor pátrio e de respeito aos símbolos da Nação, deixou-se para a família e para os padres da Igreja os ensinamentos

da moral e da ética - e pronto, as novas realidades estão formadas, aceitemo-las que não há outro jeito, com seus acertos e seus defeitos.

Se não é a hora de cantar o ufanismo de bico amarelo, ou de evocarmos os arquétipos da Epopéia, também não podemos derrapar pela vertente oposta e reduzir a mochila do passado a um alforge de taras e vícios incuráveis, para os quais apelamos a cada passo, para justificar as mazelas do presente. Dir-se-ia que encostamos a bengala de Affonso Celso e pusemo-nos a amaciar os joanetes do Manuel Bonfim.

Neste processo, em que rebaixamos tudo, desde o Descobrimento à saga dos bandeirantes, do sistema de capitânias à catequese dos jesuítas, ou da vinda da corte de d. João VI à obra de Pedro I, não temos nada a ganhar. Pelo contrário: na medida em que formos ensinando que o nosso passado é um passado de vergonha e de erros; que carregamos no sangue a sífilis das "moças sujas" e dos condenados; que somos produto de uma colonização da contra-reforma, como escreveu Franklin de Oliveira, baseado na pilhagem e na exploração; que dessa herança não temos elementos positivos e que o país resultou do acaso e não do trabalho e da coragem de seus filhos, estaremos, então, a transmitir às crianças e aos jovens não os verdadeiros "gens" da brasilidade, mas o vírus da degenerescência nacional.

Que interesses podem estar por trás desse autodesapreço em que, por um lado, distorce-se ostensivamente a História, por não se amoldar à ideologia das conveniências, e, por outro, atira-se sobre o passado a causa de nossas fraquezas e a origem de nossos problemas? A resposta

tanto pode estar na necessidade que certos intelectuais sentem para contrapor à historiografia oficial o esguicho de suas discordâncias, como em seguir-se a corrente, de procedência externa, que procura não realçar a posição do Brasil no mundo, a despeito de suas experiências étnicas, de seu universalismo lusiada e de sua portentosa unidade geográfica.

Mas sejam quais forem os motivos para essa corrosão dos valores históricos da nacionalidade, o que nos cabe denunciar é o estrago que provoca nas novas gerações. Que idéias vai fazer de sua Pátria o menino que ouve a professora dizer-lhe, todos os dias, que o branco não fez outra coisa senão saquear o ouro e a madeira, que o negro só pensava em esconder-se na senzala e que o cafuzo fugia do engenho para vadiar? Que admiração pode ter pelos antepassados o jovem a quem ensinam que tudo nos veio por acaso - os ventos empurraram para o oeste a frota de Cabral; o Bragança fugiu do exército de Junot; Caxias pôs à frente dos regimentos, na Guerra do Paraguai, os soldados negros para serem os primeiros a enfrentar os canhões dos inimigos? Que futuro vamos construir se nos querem convencer desde a escola primária que somos um povo cujo passado nos castiga e deprime?

Pergunte-se a um norte-americano, a um filipino ou a um mexicano o que sentem de suas origens; ou a um dos povos da velha Europa, por onde andaram romanos e bretões, suevos e normandos, bárbaros e celtas, mouros e eslavos; ou pergunte-se a mesma coisa aos descendentes das tribos africanas e das castas da Índia: todos responderão que sentem orgulho das raízes. Serão até capazes de inventar estirpes e de luzir genealogias, de recorrer às lendas e às

crônicas para justificar bandeiras e pendões.

Já no Brasil passou a fazer-se a avaliação histórica pelo avesso, denigre-se a hereditariedade, procuram-se documentos, separam-se trapos e vergam-se conceitos, tudo para esgarçar o passado, omitir a Epopéia e recortar o "reino cadaveroso".

É como se quiséssemos pregar um calote às gerações do futuro...

(Reprodução de matéria publicada em "O Globo", edição de 11/10/93, e assinada por A. Gomes da Costa, presidente do Real Gabinete Português de Leitura).

VOCÊ DECIDE

A criança, em específico, aquela que conte até seis anos de idade, e o adolescente, que forem encontrados no exercício da mendicância, dormindo na sarjeta, em estado de abandono ou em processo de marginalização, serão recolhidos e encaminhados ao Conselho Tutelar respectivo para o cumprimento dos artigos: 1º, 3º, 4º, 6º, 70, 98 incisos I e II e 136 da Lei nº 8.069, de 13/07/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente, que já completou três anos).

Este foi o art. 6º do Provimento nº 3 de março deste ano, repetindo, com outras palavras, as determinações emitidas em 1988 e 1990.

Assim o fizemos louvados na doutrina fundamental do Estatuto que é a proteção integral à criança e ao adolescente (art. 1º) desenvolvida no art. 4º que diz: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais

inerentes à pessoa humana". Repete o art. 227 da Constituição federal e o art. 8º da Constituição estadual: "Todos têm o direito de viver com dignidade."

Algumas "instituições que se dizem protetoras de menores" entre elas: Associação Beneficente São Martinho, Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião e outras, ajuizaram dois mandados de segurança preventivos, tendo o último recebido o nº 298/93, junto ao Egrégio Conselho da Magistratura, ainda pendente de julgamento, para impedir a execução da portaria e do provimento, com fundamento de que é direito constitucional da criança e do adolescente permanecer nas ruas e decidir, por conta própria, se desejam ou não o acolhimento para receberem: alimentação, educação, profissionalização e reintegração familiar ou continuar marginalizando-se, prostituindo-se e servindo de objeto ao "fundo de comércio para uma indústria bem orquestrada". É muito difícil se entender.

O resultado aí está com a "chacina da Candelária", depois que os menores lá estavam, durante quatro ou cinco anos, recebendo "quentinhas" e "cobertores" das instituições, liderados por dois homossexuais.

Mais ainda, O GLOBO e outros jornais noticiam que o "estado tem 300 mil menores prostituídos, onde adolescentes se tornam cafetões de meninas prostitutas", edição de 20/08/93.

O que fizemos foi levar ao conhecimento do público em geral, das autoridades e dos poderes constituídos o descabido interesse dessas "instituições" em razão do que os meios de comunicação passaram a pesquisar e divulgar a verdade

dos fatos:

1. Levantamentos feitos constataram que não existem mais de 800 menores na rua e de rua, sendo que 70% deles têm referência familiar;

2. As ONGs instaladas no Rio movimentam uma pequena fortuna em dólares capaz de fazer inveja ao ministro Jutahy Junior, da Ação Social. Somente quatro ONGs - o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, a Associação Beneficente São Martinho e a Federação de Órgãos Assistenciais, movimentarão, este ano, juntas, US\$ 2,306 milhões. O equivalente a US\$ 2,096,36 para cada criança abandonada - pouco mais que a renda *per capita* do país ("Isto É", 04/08/93);

3. As verbas do exterior são recebidas em dólares, francos, marcos etc., da Holanda, Alemanha, Suíça, Áustria, Canadá, Inglaterra, Itália, assim como inúmeras instituições e empresas nacionais;

4. Não faltam imóveis, principalmente no Rio de Janeiro, com acomodações, oficinas profissionalizantes e em condições de atender com dignidade os menores. Além da Feem, o Governo federal entregou ao estado: Instituto Padre Severino, Escola João Luiz Alves, Stella Maris, Cerim, 15 Criams, Escola XV de Novembro;

5. Verbas estão sobrando. O povo, a sociedade, participa, tenha-se em vista o programa "Criança Esperança" patrocinado pela Rede Globo que totalizou em 12/04/93 ao Unicef CR\$ 11,745.117,00 (cruzeiros reais) e o Banco Interamericano do Desenvolvimento acaba de firmar convênio concedendo US\$ 8 milhões para os programas destinados aos menores carentes, com a Prefeitura municipal. Além de outras

dotações vultosas já noticiadas;

6. O Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente tem um projeto chamado "Gayrota", neologismo criado a partir da junção das palavras "gay" e "garota", para jovens de rua homossexuais financiado pela Children et Risk, da Holanda.

Um país que, por omissão, falta de vontade política, corrupção endêmica e epidêmica, despreza a entidade familiar propiciando sua desagregação e conseqüente marginalização e exploração de suas crianças jamais poderá conquistar o conceito de Nação civilizada.

Precisamos construir uma nova consciência cívica, um novo procedimento ético responsável e restaurar a credibilidade do povo nos Poderes constituídos. É importante combater a inflação, porém não chegaremos lá se esquecermos que a dívida moral e social é o suporte para qualquer programa de governo.

A conquista da cidadania está intimamente ligada ao processo de liberdade consciente e este não é atingido sem que ocorra uma efetiva educação, principalmente no lar.

Todos têm o direito de ocupar o seu espaço na sociedade desde que estejam devidamente instrumentalizados com atendimento de suas necessidades básicas de saúde e educação.

Existem instituições sérias que estão fechando suas portas e pessoas respeitadas, voluntárias, desiludidas, encerrando a participação efetiva.

Não podemos transformar o Estatuto no principal instrumento de uma ideologia anarquista que objetiva pôr em risco o processo democrático-cultural.

Chega de hipocrisia e de discursos

vazios fomentando teorias para que as crianças sejam educadas na rua sem o mínimo de proteção e afeto.

Aqueles que defendem esse estado de coisa por certo não estão postulando os direitos da criança, porém seus próprios interesses mascarados, exercendo atividades que se distanciam dos rudimentares princípios da ciência.

É tempo de acordarmos, pois estamos numa contagem regressiva para o caos, onde a impunidade fortalece o pensamento de que a ação do tempo acumula as forças que legitimam as coisas irregulares.

Você decide!

(Reprodução de matéria publicada em "O Globo", edição de 22/08/93, e assinada por Liborni Siqueira, Juiz de Menores).

MARCHA PARA A ÁSIA

"Este é o evento com o qual o povo americano começará a entender a mudança da Europa para a Ásia", disse um executivo americano, referindo-se à reunião do presidente dos EUA com dirigentes dos 14 países do Pacífico Asiático, em Seattle. Trata-se da mudança econômica mais significativa do século desde a formação dos dois blocos liderados pelas superpotências emergentes da II Guerra Mundial, EUA e URSS.

Com o esfacelamento do império soviético, o final da guerra fria e a nova ordem internacional esboçada pelo presidente Bush no dia seguinte à sua vitória na Guerra do Golfo, o mundo começou a se rearranjar. Blocos econômicos ditam as

novas leis de trocas internacionais. A Europa foi o foco da política americana durante o século 20, mas a Ásia é sua maior preocupação à medida que se entra no século 21. Esta é a lição de Seattle. O México, logo depois da aprovação do Nafta na Câmara dos Deputados dos EUA, entrou para a Apec - sigla para Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. O Chile entrou na fila.

Aquela é a região que mais cresce no mundo, com uma população de quase 2 bilhões de habitantes e um terço do comércio mundial. Quem ficar de fora deste novo desenho econômico mundial jamais sairá da periferia. Ficará literalmente de costas para o foco dos acontecimentos.

Mas, como lembrou o *Business Week*, nem tudo são flores nesta rearmação. A Malásia teme o domínio dos EUA sobre a Ásia e preferiu boicotar o encontro de Seattle, continuando a advogar a formação de um bloco só de asiáticos, com exclusão dos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Tóquio e Washington continuam mergulhados em intensa rivalidade na conquista dos mercados da China e do Sudeste Asiático. Os próprios altos funcionários americanos temem os péssimos efeitos da política de sanções unilaterais exercida pelos EUA, à medida que os países asiáticos se tornam economicamente independentes.

Os EUA devem, além disto, preocupar-se com sua situação de garantidores da segurança daquela região, à medida que cresce a ansiedade com o esforço da Coreia do Norte de desenvolver sua bomba nuclear. As relações americanas com a China também apresentam problemas. A China supostamente suplantará o Japão como a segunda maior economia mundial

dentro de um decênio. Mas os EUA recriminam a China por causa de abusos de direitos humanos, venda de tecnologia nuclear a outros países e seu papel suspeito de espalhar *know-how* nuclear ao redor do mundo.

A grande lição que os americanos dizem que devem aprender com os países asiáticos é cortar impostos, desregular, baixar barreiras comerciais, deixar de dar desculpas. Nem só os americanos. Mas hoje eles começam a entender que, se a marcha em direção à Ásia der certo, Clinton, o político interiorano que veio do Arcansas, um dos mais pobres estados americanos, deixará sua marca na História americana, assim como Bush deixou a sua com o Nafta.

Os dados falam: há um quarto de século, os EUA tinham com a Ásia um comércio menor do que com a América Latina. Hoje, 40% do comércio americano são com a Ásia - três vezes mais do que com a América Latina. A orla do Pacífico tem quase a metade do PIB mundial. É o cenário da revolução econômica mais impressionante do século, em contraste com a recessão das economias ocidentais.

Já as economias asiáticas, na busca de novos mercados, voltam-se cada vez mais para a América Latina. Os 11 países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) exportaram, em 1991, 19 bilhões de dólares para a Ásia e importaram 11 bilhões. Metade foi com o Japão. O comércio do Brasil com os países do Pacífico cresceu de menos de meio bilhão de dólares para 8 bilhões no ano passado. De todos os países latino-americanos, o México saiu na frente, ao entrar na Apec.

Hoje, como disse o *Business Week*, o futuro da prosperidade dos EUA depende mais da ampliação de seu comércio com as

economias em expansão do Pacífico Asiático do que com a preservação de seus laços tradicionais com as "indolentes economias" da Europa Ocidental. A luta dos blocos, portanto, já começou. Quem estiver na periferia que saia de baixo.

(Reprodução de editorial do "Jornal do Brasil", edição de 21/11/93).

MUNDO SE REALINHA APÓS GUERRA FRIA - DIVISÃO AGORA É EM ZONAS DE PAZ E DE DISTÚRBO

No mundo do pós-Guerra Fria não existe mais a ameaça de uma decisão isolada. Mas há uma nova estrutura política mundial. Sua característica essencial é que o planeta está dividido entre zonas de distúrbio e desenvolvimento e zonas de paz e democracia.

Europa Ocidental, América do Norte, Japão, Austrália e Nova Zelândia são zonas de paz. Nunca houve áreas tão importantes assim em que nenhum país enfrentasse o perigo de ser dominado militarmente. Nas próximas décadas, esta mudança será a força propulsora da diplomacia nas zonas de paz.

Mas isto não deve sugerir que qualquer parte do mundo seja agora um lugar completamente seguro. As armas nucleares, por exemplo, podem fugir ao controle e causar imensas tragédias. Entretanto, elas não darão a nenhum Estado o poder ofensivo de ameaçar a independência

dos países das zonas de paz - elas podem proteger um país da interferência mas não torná-lo uma verdadeira potência.

Essa divisão básica do mundo também não é alterada pelo fato de que a China e Rússia têm poder suficiente para constituírem possíveis ameaças. O futuro da China é imprevisível, mas uma coisa que ela não pode ser daqui a 20 anos é uma economia forte e moderna, governada por um Partido Comunista unificado. A Rússia é tão carente de instituições que é pouco provável que seja capaz de ameaçar qualquer um, exceto seus vizinhos imediatos, por pelo menos mais uma geração.

Tudo o mais na estrutura básica da política mundial de hoje decorre de três aspectos: a divisão do mundo em duas partes, o fato de que um conflito - ainda que sério - nas zonas de paz não levará à guerra e o de que as zonas de paz têm o verdadeiro poder no mundo - o de estar em segurança.

Como as grandes democracias não podem imaginar uma guerra entre si, não haverá sentido em se organizarem em blocos concorrentes de poder político-militar. E embora os EUA continuem necessitando de uma força militar de primeira classe, enquanto os Seis Grandes continuarem a ser democracias, sua sobrevivência estará praticamente garantida. Mas os americanos precisam ter uma visão ampla da situação nas zonas de distúrbio e de como as grandes democracias devem se relacionar com elas.

O primeiro ponto é que são, de fato, zonas de distúrbio e "desenvolvimento". Certamente elas verão muitas guerras e tragédias, embora com a probabilidade de não serem tão mortais como durante este século, quando mais de 40 milhões de pessoas morreram em guerras e mais de 100 milhões foram mortas por seus próprios

governos. A longo prazo, porém, a história dessas zonas será dominada pela expansão da riqueza, da democracia e da paz.

Embora a expansão da riqueza nos próximos 100 ou 200 anos seja tão certa quanto quase tudo na vida, a disseminação da democracia é mais hipotética. Mas o desenvolvimento econômico virá como resultado do que os povos aprenderem com os países que já o conseguiram. No ano 2100, as zonas de guerra e distúrbio serão provavelmente bem menores do que hoje.

O problema de política externa a ser enfrentado nesta ordem mundial é o que as democracias vão fazer para conter horrores - como os que ocorrem na Bósnia e na Somália - nas zonas de distúrbio. A grande pergunta é: que critérios as grandes democracias, na qualidade de principais e poderosos cidadãos do mundo tentarão pôr em vigor, em nome da dignidade universal?

(Reprodução de matéria publicada no "Jornal do Brasil", edição de 08/09/93, e assinada por Max Singer, do Washington Post).

UM NOVO MUNDO

O mundo europeu, banhado pelo Atlântico, estará sendo substituído por um mundo do Pacífico, como previu o historiador inglês Geoffrey Barraclough, falando de "nova e vasta área de decisões internacionais"? Os Estados Unidos já admitem deslocar para o Pacífico o eixo de suas relações. Foi a razão pela qual Clinton pediu que os governantes dos países da *Asia Pacific Economic Corporation*

(APEC) se reunissem em Seattle.

Para os americanos, os 100 milhões de quilômetros quadrados do maior dos oceanos, onde pontificam o Japão e o dinamismo dos tigres asiáticos e vivem 60% da humanidade, são hoje a principal frente de batalha no campo econômico. O governo Clinton, envolvido em fiascos político-militares que comprometem a sua capacidade de agir diplomaticamente, como nos casos da Somália, do Haiti e da Bósnia, insiste em que essa capacidade só será testada de fato quando estiverem em jogo questões "vitais" como a necessidade de derrubar protecionismos europeus e abrir mercados asiáticos.

As guerras de hoje são outras. O próprio Clinton criticou em entrevista o que chama de "egoísmo" da Europa, fortalecendo a idéia de virada para o Pacífico e colocando em dúvida a irmandade forjada na guerra fria. "Não é possível ser aliado em matéria de segurança e inimigo em comércio", diz-se em Washington. Warren Christopher, secretário de Estado, considera "excessivamente eurocêntrico" o comportamento dos Estados Unidos e propõe reavaliar laços transatlânticos, com o argumento de que a Europa "não é mais a área dominante do mundo".

Algo histórico parece em andamento. "O Pacífico ainda será cenário de acontecimentos decisivos", previa há 150 anos William H. Seward, o chefe da diplomacia americana na época. Ele negociou a compra do Alasca à Rússia e anexou a ilha de Midway, na "metade do caminho" para o Japão. Com a conquista do Havai e das Filipinas, na guerra contra a Espanha, no final do século passado, os Estados Unidos começaram a exercitar, a partir do Pacífico, a sua vocação de potência

planetária.

Nos anos 20, acabada a Primeira Guerra, o mundo era europeu. Estavam na Europa os sistema de equilíbrio do poder político, controle econômico e influência cultural. Mas 70 anos de grandes transformações fizeram surgir outro mundo, onde ficam potências como Estados Unidos, China e Japão, este substituto da Inglaterra como a mais sensível ao comércio exterior. Também a Rússia, que procura, afinal, no Pacífico, com a China, ter uma diplomacia própria, não alinhada aos Estados Unidos.

A mania hegemônica dos americanos não consegue deixar de lado arroubos militaristas. Clinton admite empregar força para evitar que a Coreia do Norte fabrique armas nucleares. Advertência aplicável, segundo especialistas, a todos que ameacem a *pax americana* no Pacífico.

(Reprodução de matéria publicada no "Jornal do Brasil", edição de 19.11.93, e assinada pelo jornalista Newton Carlos, da equipe de articulistas do JB).

O SINAL DE CHIAPAS

Chiapas é uma interrogação e é uma perplexidade. Como é possível uma guerrilha, na América Latina, depois do fim da Guerra Fria, quando todos achavam sepultados para sempre a revolução armada, com as esquerdas convertidas à governabilidade, rendidas à democracia liberal, sendo a ditadura do proletariado uma múmia política e Marx e Lênin uma lembrança amarga e um corpo abandonado num mausoléu turístico da praça Vermelha,

em Moscou?

Essas indagações estão causando medo e dúvida. O México é o país latino-americano mais bem-sucedido do continente. Está com um pé no Primeiro Mundo. E todos julgavam que Zapata, Oregón, Juárez eram orgulhosos românticos de um passado lembrado pelos livros e fotogramas de Krause.

O México de hoje é o da atração dos investimentos, da volta dos capitais, do retorno à democracia plena, do Nafta, o tratado de livre comércio com o Canadá e os EUA. Pensar-se numa guerrilha ali era coisa jamais imaginada.

Por isso mesmo Chiapas é motivo de suspense. Mostra a vulnerabilidade a que ficaram expostos os países depois do fim do conflito ideológico. O mundo não passou a ser aquele que Kant sonhou, quando escreveu a "Paz Perpétua", em 1795.

Salinas agiu certo, mostrou-se competente. Recuou, mandou parar unilateralmente a fuzilaria e chamou os guerrilheiros para o acordo. Ele foi o primeiro a sentir que aqueles índios que perambulavam pelos planaltos de San Cristóbal de Las Casas derrubavam as Bolsas de Valores, abriam os olhos do mundo ameaçando o atual projeto mexicano.

Morreram centenas de revoltosos. Mais de 100 soldados foram vítimas dos combates. Aqueles índios maltrapilhos e segregados ressuscitavam Zapata.

Salinas aceitou muitas de suas condições. Eles mostraram que a revolta não acabara no cenário da América Latina e não era mais um fantasma do passado, mas uma realidade do presente. "Os anseios de justiça e dignidade das pessoas" eram reconhecidos como valores necessários à modernização do país.

Estava vivo o sentimento étnico e nativista. Seu instrumento de ser ouvido era a força da violência. Em dois países esses índios ainda não esqueceram o trauma da conquista: Cortéz, no próprio México, e Pizarro, no Peru. É o delírio que alimenta o Sendero Luminoso. É a vigorosa história mexicana que surpreende em Chiapas.

O acordo não se tornou público, mas, agora, se sabe que foram feitas muitas concessões políticas. Nas grandes cidades, multidões imensas saíram às ruas em apoio aos rebeldes. A rebeldia não é a revolução, como bem acentua Octavio Paz. A rebeldia é um ato pessoal; a revolução é uma manifestação coletiva.

A lição de Chiapas não acabou. Ela fez com que Fidel fumasse um grande charuto, rindo dos que o chamam de dinossauro. É um sinal dos novos tempos, esses tempos que fizeram os "loucos de Deus", esses xiitas fundamentalistas de todo gênero e, agora, fazem os loucos de Chiapas, esses homens que carregam um ressentimento secular e as injustiças do presente. Mundo, também, louco.

(Matéria extraída da Folha de São Paulo, edição de 11.03.94, assinada pelo senador José Sarney).

NOTA À IMPRENSA

TAURUS, A PRIMEIRA INDÚSTRIA DE ARMAS DA AMÉRICA LATINA COM CERTIFICAÇÃO ISO 9000

A empresa é totalmente gaúcha, detém 18% do mercado norte-americano e 75% do mercado nacional, comercializa armas em 78 países (74% de sua produção é exportada) e investiu US\$ 20 milhões para eliminar desperdícios, reduzir custos e aumentar a produtividade.

O resultado deste esforço foi comprovado pela obtenção do Certificado ISO 9000, na série 9001, o mais abrangente desta série de normas e a confirmação de que a Taurus sempre primou pela qualidade de seus produtos e serviços, oferecendo a mais completa satisfação a seus clientes, com um padrão internacional de qualidade.

O ISO 9001 é um modelo para garantia de qualidade e estabelece um conjunto de requisitos ao longo de todo o ciclo de fabricação, incluindo o marketing, planejamento, projeto, desenvolvimento, produção e serviços pós-venda.

A empresa preparou-se para a avaliação rigorosa de 20 itens, inclusive com a edição de uma revista de circulação interna - O Mapa da Mina -, esclarecendo os funcionários sobre todo o processo. A avaliação foi feita agora em fevereiro pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial.

Segundo o Diretor-presidente de Forjas Taurus, Carlos Alberto Paranhos Murgel, "a certificação obtida é fruto da dedicação dos funcionários de todos os níveis, que compreenderam a magnitude do desafio da qualidade que assumimos, e permite projetar um crescimento nas vendas no competitivo mercado internacional".

Para o vice-presidente Luis Fernando Estima, o momento é de satisfação e de compromisso: "Nós entendemos que qualidade não é meta ou objetivo a alcançar, mas um processo permanente. Sempre é possível melhorar o que já está excelente e este é um compromisso de Forjas Taurus para com seus clientes".

Se o Japão não tem petróleo em seu território, por que ele precisa de uma "petrobrás"?

Porque a Japan PDC*, a "petrobrás" nipônica, é quem compra o petróleo, negociando o melhor preço para o Japão.

Porque a Japan PDC faz e guarda os estoques que interessam ao Japão.

Porque refina petróleo pelos

métodos e custos que convêm ao Japão.

E porque, assim, a Japan PDC garante o abastecimento dos derivados necessários ao funcionamento normal de todas as atividades dos japoneses.

O petróleo é a maior fonte de matérias-primas e energia em todos os países do mundo.

Ou seja, a simples ineficiência

de uma refinadora, transportadora ou distribuidora pode levar ao caos o dia-a-dia do Japão. E como o Japão não é ingênuo, ele controla o petróleo dele.

Por isso, Alemanha, Itália, Espanha, Noruega, Suécia e 20 outros países também criaram as suas "petrobrás".

Aliás, a maioria das 28 "petrobrás" do mundo surgiu depois da brasileira.



As "petrobrás" do Oriente Médio nasceram por volta de 1960.

E o Canadá, que tem reservas parecidas com as nossas, fez a sua "petrobrás" em 1975. Ter uma "petrobrás" é tão vital para um país como o ar que a gente respira.

A nossa Petrobrás, por exemplo, em 40 anos, aumentou 550 vezes as reservas brasileiras.

É a companhia que foi mais fundo no mar para extrair petróleo: recordista e líder mundial de produção marítima de petróleo, e no Brasil é quem mais desenvolve tecnologia.

Nossa Petrobrás, unicamente com sua produção, pagou e paga todo o petróleo importado pelo Brasil.

Além disso, evitou importações de US\$ 184 bilhões (uma vez e meia nossa dívida externa atual).

Já investiu no Brasil US\$ 80 bilhões. Bem mais que os US\$ 72,5 bilhões que todas as 6.311 empresas internacionais somadas investiram e reinvestiram aqui desde janeiro de 1900.

Contribuiu com outros US\$ 115 bilhões em royalties, impostos, taxas.

Ainda por cima deu um lucro de US\$ 26 bilhões, que ficaram aqui mesmo no Brasil.

E, principalmente, mantém nas mãos do Brasil o controle do nosso abastecimento e da nossa estratégia sobre petróleo.

Como faz o Japão, a Alemanha, a Itália, a Espanha, o Canadá etc.



Ter Petrobrás é tão necessário a um país que o Japão fez a "petrobrás" dele.

AVIBRAS AEROESPACIAL

Há mais de 30 anos desenvolvendo
tecnologia nacional

